

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO POLÍTICA  
E A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROPOSTAS PELA FEDERAÇÃO  
DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE  
SÃO PAULO-FERAESP**

**Samila Bernardi do Vale Lopes**

**SÃO CARLOS  
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO POLÍTICA E A  
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROPOSTAS PELA FEDERAÇÃO DOS  
EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-  
FERAESP**

**Samila Bernardi do Vale Lopes**

Tese apresentada à banca, como exame de defesa da Tese de Doutorado, exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na Linha de Pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.  
Orientação: Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

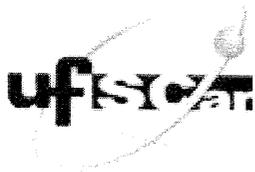
**SÃO CARLOS  
2016**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864m      Lopes, Samila Bernardi do Vale  
Movimento sindical e educação : a formação política  
e a qualificação técnica propostas pela Federação dos  
Empregados Rurais Assalariados do Estado de São  
Paulo-FERAESP / Samila Bernardi do Vale Lopes. --  
São Carlos : UFSCar, 2016.  
192 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2016.

1. Formação. 2. Reestruturação produtiva no campo.  
3. Sindicalismo. 4. FERAESP. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Samila Bernardi do Vale Lopes, realizada em 29/02/2016:

---

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto  
UFSCar

---

Profa. Dra. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes  
UFSCar

---

Prof. Dr. Joelson Goncalves de Carvalho  
UFSCar

---

Prof. Dr. Flavio Reis dos Santos  
UEG

---

Prof. Dr. Marcos Cassin  
USP

*Se não nos dermos perfeitamente conta de que só se pode criar essa cultura proletária conhecendo com exatidão a cultura criada pela Humanidade em todo o seu desenvolvimento e transformando-a, se não atendermos a isto, nunca poderemos resolver semelhante problema. A cultura proletária não surge de fonte desconhecida, não brota do cérebro dos que se intitulam especialistas na matéria. Seria absurdo pensar assim. A cultura proletária tem de ser o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos conquistados pela Humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade dos latifúndios e burocratas.*

*Lenin (1977, p.125)*

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial, dedicar este trabalho aos meus pais Ademir e Cecília e aos meus irmãos Rodolfo e Arthur, por todo o apoio durante esses anos de estudo. E ao meu companheiro Emerson, que tanto se dedicou a compreender questões sobre a pesquisa e esteve sempre disposto a discutir e dar sua opinião, suas contribuições foram essenciais para a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos amigos e colegas de profissão que me acompanharam durante essa caminhada, sempre dispostos a me ouvir e me incentivar.

Meus sinceros agradecimentos aos companheiros do GEPEC, da Ufscar que contribuíram no aprofundamento de questões essenciais durante a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, pela parceria, por ter desde o início confiado no meu trabalho e pelas orientações e contribuições que foram essenciais ao longo da pesquisa.

Gostaria de agradecer também aos professores Maria Cristina Fernandes, Marcos Cassin, pela atenciosa leitura do texto, pelas importantes questões levantadas no exame de qualificação e também aos professores Flávio Reis e Joelson Carvalho por terem se disponibilizado prontamente a contribuírem na etapa de defesa dessa tese.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo abordar a proposta de formação para os trabalhadores, entendida como qualificação técnica e formação política, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) junto a seus sindicatos, no contexto da reestruturação produtiva. Buscamos investigar, se nessa conjuntura, frente aos desafios impostos pelo capital - através da reestruturação do processo produtivo a federação privilegiou em sua proposta de formação, a qualificação técnica em detrimento da formação política. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos um levantamento e análise bibliográfica acerca da concepção e natureza do sindicato, embasado pelo referencial marxista, e, também sobre a história do movimento sindical no Brasil, tanto na cidade, quanto no campo, sobre a história da qualificação técnica no Brasil, a relação dos sindicatos com a educação, e por fim, a história da FERAESP. Para adentrarmos no universo dessa entidade, principalmente, no campo da sua atuação política e educativa, fizemos visitas à federação e consultamos panfletos, boletins e notícias, tanto impressas, quanto disponíveis na internet. Concluímos que, a FERAESP, desde 1990, tem se dedicado à qualificação técnica dos trabalhadores, e nos anos 2000, intensificou essa proposta através da parceria com a UNICA na elaboração do Programa RenovAção. Contudo, verificamos que a referida entidade não deixou de pautar questões políticas junto a seus sindicatos. Entendemos, a partir de sua história e pelas opções políticas tomadas nos últimos anos, que esse caminho trilhado pela entidade representa uma tática de aproximação aos trabalhadores.

**Palavras- Chave:** Formação, Reestruturação produtiva no campo, Sindicalismo, FERAESP.

## ABSTRACT

This research tevem aimed at addressing the proposed training for workers, understood as technical skills and political education, the Federation of Rural Workers of the State of São Paulo (FERAESP) next to their unions, in the context of corporate restructuring. We seek to investigate if this juncture, the challenges posed by capital - through the restructuring of the production process, the federation focused on your training proposal, the technical qualification at the expense of political education. For the development of the research, conducted a survey and literature review on the design and nature of the union, based by the Marxist framework, and also about the history of the labor movement in Brazil, both in the city and in the field. In addition, we investigated, besides the history of technical expertise in Brazil, the relationship of trade unions with education, and finally, about the history of FERAESP. For we enter deeper into the universe of this entity, especially in the field of their political and educational activities, made visits to the federation and consult pamphlets, newsletters and news, both printed, as available on the internet. We conclude that From this study we conclude that FERAESP since 1990, has been devoted to technical skills of workers, and in 2000, further intensified this proposal through the partnership with UNICA in preparing the Renovação Program. C, however, we found that we could verify that that entity did not fail to abide political issues along with their unions. We understand, from its history and the political choices made in recent years that the path taken by the entity is a tactic to approach workers.

**Keywords:** Training, Productive restructuring in the field, Unionism and FERAESP .

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Primeiro Grupo: Lançamento.....	134
Quadro 2 - Segundo Grupo : Implantação do Programa RenovAção .....	135
Quadro 3 - Terceiro Grupo: Certificação .....	138
Quadro 4 - Quarto Grupo: Outras parcerias para qualificação .....	139
Quadro 5 - Desistência .....	154
Quadro 6 - Total de matriculados e número de certificados em cursos para aumento de renda - RenovAção Comunidade (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014).157	
Quadro 7 - Comunidades contempladas pelo RenovAção Comunidade (Fase 2: 2013/2014)162	
Quadro 8- Alunos formados em cada curso (RenovAção Comunidade – Fase 2) .....	163
Quadro 9- Atuação FERAESP.....	175
Quadro 10 - Atuação FERAESP.....	179

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Total de matriculados e número de certificados em cursos voltados à indústria e à agrícola - Projeto RenovAção (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014). ...	151
Tabela 2- Total de matriculados e número de certificados no Pré-RenovAção (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014). .....	152
Tabela 3- - Capacitação pelo Centro Paula Souza – RenovAção Comunidade (2010-2011)	157
Tabela 4- Formandos da região de Ribeirão Preto (2010-2012).....	160
Tabela 5 - Formandos da região de Araraquara (2010-2012).....	160
Tabela 6 - Formandos da região de Bauru (2010-2012).....	160
Tabela 7-- Formandos da região de São José do Rio Preto (2010-2012) .....	160
Tabela 8- Formandos da região de Andradina (2010-2012).....	161
Tabela 9 - Cidades atendidas e cursos oferecidos pelo RenovAção Comunidade nas diferentes regiões (Fase 1: 2010-2012) .....	161

## LISTA DE SIGLAS

<b>CCQ</b>	Círculo de Controle de Qualidade
<b>CCT</b>	Corte, Carregamento e Transporte
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>CEPLAC</b>	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONLUTAS</b>	Central Sindical e Popular
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>ELC</b>	Estatuto da Lavoura Canavieira
<b>ET</b>	Estatuto da Terra
<b>ETR</b>	Estatuto do Trabalhador Rural
<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FERAESP</b>	Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo
<b>FETAESP</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>FS</b>	Força Sindical
<b>IEA</b>	Instituto de Economia Agrícola
<b>ITESP</b>	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PANFLOR</b>	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
<b>PLR</b>	Participação em Lucros e Resultados
<b>PQT</b>	Programa de Qualidade Total
<b>PROALCOOL</b>	Programa Nacional do Alcool
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores

<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SER</b>	Sindicato de Empregados Rurais
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Crédito Rural
<b>SPM</b>	Serviço Pastoral do Migrante
<b>STR</b>	Sindicato de Trabalhadores Rurais
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
<b>UNICA</b>	União Nacional de Cana de Açúcar

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1- SINDICALISMO E AS CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO .....	11
1.1- O SURGIMENTO DO SINDICALISMO .....	24
2 – SINDICALISMO NO BRASIL .....	40
3 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO, MOVIMENTO SINDICAL E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR.....	111
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	184
5 REFERÊNCIAS .....	187

## INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa foi pensado no sentido de dar continuidade aos estudos realizados no período da graduação, assim como no mestrado, acerca das temáticas, Trabalho Rural e Educação do/no campo.

Parte das informações tratadas nesse trabalho e a motivação que levaram à escolha do objeto de pesquisa dessa tese são resultantes de experiências no período de graduação no curso de pedagogia, na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto. No ano de ingresso na referida Universidade, em 2005, houve o primeiro contato com a realidade agrária por meio de um projeto de extensão.

O projeto realizado com apoio institucional objetivava colaborar na formação dos trabalhadores sem-terra do assentamento “Santo Dias” organizado pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), também na cidade de Ribeirão Preto. A partir dessa primeira experiência enquanto bolsista desse projeto surgiu o interesse em estudar com profundidade a questão agrária brasileira, especificamente, a realidade dos projetos de assentamentos rurais, enquanto fenômenos novos no contexto do meio rural brasileiro.

Através do projeto de iniciação científica realizado entre os anos de 2006 e 2008, foi possível intensificar os estudos e as discussões acerca da relação entre Trabalho Rural e Educação. Para isso tínhamos como objeto de investigação a educação oferecida aos filhos dos trabalhadores assentados, por meio da Escola Municipal constituída no próprio assentamento, na fazenda Bela Vista do Chibarro, localizada na cidade de Araraquara. Ao concluir a graduação, e também a pesquisa realizada no assentamento, surgiu a necessidade de estudar a questão agrária, atrelada a realidade dos assentamentos, ao trabalho rural e a sua relação com a educação.

Devido à proximidade com o MLST, adquirida a partir do trabalho de extensão, tomamos conhecimento sobre o projeto de escola de tempo integral implantado na EMEIF Leonnor Mendes de Barros - localizada no assentamento Dezesete de Abril - na Fazenda Boa Sorte, no município de Restinga. O fato desta EMEIF localizar-se no interior de um assentamento, onde o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se organizaram, e principalmente, por essa escola ter implantado um projeto que representa a luta dos assentados em benefício da educação de seus filhos, nos despertou um grande interesse.

Portanto, na dissertação de mestrado procuramos desvendar a história, as

formulações teóricas, estratégias e táticas do MLST, abrangendo sua trajetória desde a criação na década de 1990. Contudo, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar o projeto de tempo integral, no cotidiano escolar da EMEIF Leonnor Mendes de Barros.

No período de conclusão do mestrado, no ano de 2010, tivemos a oportunidade de participar de uma das atividades do Instituto Cultural Lyndolpho Silva (ICLS), que foi decisiva para escolha futura do objeto de pesquisa explorado nessa tese. Essa entidade, criada em 2008, de que somos integrantes, desde sua fundação, debateu assuntos relacionados a questão agrária e aos contornos que ela vem assumindo com a ofensiva do capital que se interiorizou e atingiu o campo.

O ICLS tem o objetivo de construir junto a todos que se interessam pelo assunto e tem uma visão de superação do capital, um espaço de formulação, debate e ação junto aos trabalhadores do campo (assalariados, assentados e produtores familiares). Através do contato com o sindicato dos trabalhadores rurais de Barra Bonita, associado à FERAESP, e diálogo com os trabalhadores a respeito da realidade do trabalho no campo e suas condições de vida conhecemos, nesse município, o sítio escola, projeto proposto e mantido pelo sindicato e pela federação.

Desta forma, surgiu o interesse por acompanhar a implementação desse projeto, que tem o objetivo de requalificar trabalhadores, excluídos do processo produtivo, pela mecanização do corte da cana. Essa motivação se intensificou ainda mais quando tivemos uma conversa com um dos fundadores e o atual presidente da FERAESP. Nesse encontro, o dirigente falou sobre as transformações no campo, geradas pela reestruturação produtiva e do trabalho de formação que a federação vem realizando junto aos trabalhadores.

A partir desse contato, tivemos então a ideia de investigar a concepção de educação e formação da FERAESP e o que ela tem pensado sobre os desafios colocados pela reestruturação produtiva e quais estratégias vem desenvolvendo nessa conjuntura. Portanto, nossa pesquisa tem o objetivo de investigar e compreender a proposta de qualificação técnica e formação política, empreendidas pela FERAESP, no contexto da reestruturação produtiva no campo, no período de 1990 a 2015.

No decorrer de nosso estudo, verificamos quais mecanismos têm sido utilizados pela federação frente às transformações no campo, empreendidas pelo capital, procurando desvendar se havia uma proposta de formação dos trabalhadores para atender a essa nova realidade no campo. Procurarmos desenvolver nossa análise partindo da seguinte questão:

A partir da reestruturação produtiva, a FERAESP tem privilegiado a qualificação técnica em detrimento da formação política ou vice-versa?

A partir do levantamento e estudo bibliográfico realizado, acerca do tema Movimento Sindical e Educação, encontramos alguns trabalhos que tratam sobre a história do sindicalismo, assim como, da formação dos trabalhadores nos sindicatos e reestruturação produtiva. Contudo, não encontramos trabalhos que abordaram, de maneira específica, a questão qualificação técnica e da formação política, na Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e sua relação com a reestruturação produtiva. Entendemos, portanto, que tais aspectos e a relação entre eles, ainda precisariam ser investigados no rol das pesquisas brasileiras sobre a educação do campo. Nesse sentido, de acordo com a nossa compreensão, essa pesquisa é relevante, pois busca contribuir na construção da temática, a partir de outro viés de análise.

Embasada pelo referencial metodológico materialista histórico - dialético de Marx, a pesquisa foi desenvolvida em conformidade com o conceito de contradição contido na lógica dialética, não explorando apenas o caráter quantitativo do objeto investigado, ou o seu caráter qualitativo. Essa pesquisa está pautada em não enxergar o quantitativo e o qualitativo enquanto opostos que precisam ser confrontados, mas sim, compreendemos que ambos devem ser vistos como sendo interiores uns aos outros, já que “falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo etc” (MARTINS, 2010, p.9).

No processo de investigação do objeto de pesquisa partiremos também da idéia de que é importante considerarmos que a forma como a realidade objetiva se apresenta num primeiro momento caracteriza-se pela sua superficialidade, contendo apenas a sua aparência. Essa etapa de conhecimento sobre o objeto de investigação, em que nos apropriamos do que podemos chamar de fenômeno, tem sua importância e faz parte no processo de apreensão do objeto. Porém a busca por uma visão mais ampla e completa do objeto deve procurar pela essência do mesmo, pois o fenômeno nada mais é que uma forma de manifestação da essência e a sua apreensão isolada pode nos levar a interpretações equivocadas da realidade (MARTINS, 2010, p. 9).

Nesse sentido, entendemos que outro instrumento fundamental que nos auxiliará na investigação e compreensão do objeto de pesquisa será a categoria “totalidade” desenvolvida por Marx. Portanto, embasaremos a concepção de que o particular, ou seja, o micro deve ser entendido dentro de um universo geral, também chamado de macro, e que

essa relação deve estar na dimensão histórica e dialética.

O trabalho de pesquisa iniciou-se com visitas e entrevistas com diretores no sindicato de Barra Bonita, como parte de um processo de investigação das estratégias de formação da federação. Devido as dificuldades com registros e também por problemas que impossibilitaram o deslocamento com mais frequência ao local, decidimos utilizar folhetos, notícias, documentos sobre a própria federação. Fizemos visitas à sede da federação, localizada na cidade de Araraquara, e nessa ocasião, pudemos ter contato com materiais elaborados pela federação, como panfletos. Contudo, esse foi o único material disponibilizado pela referida entidade.

Portanto, para a construção desse trabalho foram consultadas dissertações, teses, artigos acadêmicos, livros, jornais e boletins dos sindicatos e da FERAESP, ou seja, materiais que pudessem resgatar a história do movimento sindical geral e rural no Brasil, principalmente da década de 1990 a 2015 e também que apresentassem a trajetória da FERAESP e dos sindicatos filiados a ela, até os dias atuais.

Pretendíamos realizar mais visitas à federação, com o intuito de buscar informações sobre os cursos oferecidos e sobre o programa de formação proposto para os trabalhadores. Através de entrevista com o Élio Neves, presidente da FERAESP, assim como, com a diretora responsável pela formação nessa entidade, tínhamos o objetivo de captar mais elementos que nos ajudassem a identificar a concepção de educação e formação defendida e sobre a organização dos cursos relacionados tanto à qualificação técnica, como à formação política. Entretanto, ao procurarmos a entidade, por várias vezes, solicitando essas informações à diretora, responsável pelos projetos de formação na entidade, recebemos uma negativa dela, que alegou não poder nos dar esses dados sem a autorização do presidente da FERAESP. Em todas as nossas tentativas, em busca dessa autorização, nunca obtivemos retorno. Solicitamos também, o regimento da entidade, que geralmente é público, mas segundo a diretora, este também não poderia ser divulgado sem autorização.

A partir do levantamento e análise bibliográfica que realizamos, a nossa pesquisa está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos as contribuições de autores marxistas sobre a origem do sindicato e seu papel na sociedade capitalista e junto aos trabalhadores. Explicitamos também as discussões em torno dos avanços e limites do sindicalismo na luta contra o capital e a questão da luta política e econômica travada através dos sindicatos. Procuramos nesse ínterim apontar a sua validade e importância para a compreensão da

atual realidade sindical. Ainda nesse capítulo abordamos a trajetória histórica do sindicalismo, suas correntes e tendências. Para tal discussão foram utilizadas referências de autores como, Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Giovanni Alves, Armando Boito, Altamiro Borges, Andréia Galvão, Sebastião Lopes, Vito Giannotti, Luiz Antonio Medeiros, Perry Andreson, Louis Althusser, João Campinho, Patricia Lemos. O objetivo dessa discussão foi também acumular elementos que pudessem nos subsidiar na compreensão do objeto investigado.

No segundo capítulo procuramos fazer uma contextualização histórica sobre o surgimento do movimento operário e do sindicalismo no Brasil, com enfoque na década de 1980, contexto em que foi fundada a FERAESP. Nessa parte do trabalho tratamos sobre a história da FERAESP, a conjuntura em que foi criada, sua representatividade e sua ligação à CUT. Para esse resgate histórico foram usadas referências como, Ricardo Antunes, Armando Boito, Giovanni Alves, Cândido Grzybowski, Jover Telles, Paul Singer, Amarildo Carvalho de Souza, Domingos Corcione, Mariana Tonussi Milano, Géssica Trevizan Pera, Sebastião Geraldo, Antonio Thomaz Jr., Leonilde Medeiros, Luiz Campos, Cândido Filho. Este capítulo pautou-se em um esforço pela apropriação da história e das concepções do movimento operário brasileiro e sua relação com a totalidade e o movimento mais geral do sindicalismo.

Por último, o terceiro capítulo apresenta a reestruturação produtiva, as transformações implementadas por ela no processo produtivo, assim como, seu impacto na organização e formação dos trabalhadores. Abordamos também a ênfase dada pelas federações e sindicatos à qualificação técnica, em meio à conjuntura da reestruturação produtiva. Nesse capítulo tratamos mais a fundo do nosso objeto de pesquisa, procurando entender a adesão da FERAESP a esse modelo de qualificação técnica realizado em parceria com o patronato. Um ponto relevante que procuramos compreender é o rompimento da FERAESP com a CUT e a sua construção política com a CONLUTAS, concretizado em 2014, fato imprescindível no entendimento das táticas e estratégia desenvolvidas pela federação.

Nessa parte do trabalho utilizamos como referência os autores, Ricardo Antunes, Ricardo Campos, Giovanni Alves, Marcos Cassin, Monica Botiglieri, Mariana Tonussi Milano, Géssica Trevizan Pera., Carlos Lucena, Armando Boito, Antonio Thomaz Jr., Andréia Galvão, Patricia Trópia, Marta Harnecker, Lucília Machado, Acácia Kuenzer, Silvia Manfredi, Waldemar Rossi, Willian Gerab e Sebastião Geraldo.

“A partir da reestruturação produtiva, a FERAESP tem privilegiado a qualificação técnica em detrimento da formação política ou vice-versa?” foi a questão que norteou nosso trabalho, conforme mencionamos anteriormente. Ao investigar essa questão, a nossa pesquisa nos levou à conclusão de que o nosso entendimento deve ser no sentido de que, a luta econômica, não está desvinculada da luta política. O sindicato, à medida que está lutando por mudanças materiais e imediatas atreladas ao campo econômico, está também fazendo, não somente luta política, mas também, a formação política e ideológica junto aos trabalhadores.

Esse novo momento exige por parte dos trabalhadores, reflexão e reavaliação das práticas. Sendo assim, procuramos compreender, o papel de um sindicato classista no processo de formação política dos trabalhadores, e entendemos que o mesmo, a partir de seu embate diário com a burguesia, se constituiu em um agente difusor da Ideologia dominada. Sendo assim, as greves, boicotes, barricadas, negociações, reuniões, congressos etc., cumprem seu papel de formação junto aos trabalhadores.

Dessa forma, compreendemos que, os projetos de qualificação técnica, em conjunto com o patronato e o Estado burguês, podem se constituir em uma tática de aproximação dos trabalhadores junto ao sindicato, que deve então, cumprir seu papel educativo para avançar na organização e fortalecimento do sindicato, além de contribuir na mudança da correlação de forças sociais. Ademais, como vimos no caso da FERAESP, essa mesa de negociações com o patronato e o Estado abriu caminho para avanços em direitos reais aos trabalhadores rurais, como em alguns aspectos da regulamentação no corte da cana.

## **1- SINDICALISMO E AS CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO**

Nessa primeira parte do capítulo temos o objetivo de abordar alguns aspectos das contribuições de autores clássicos do marxismo, como, Friedrich Engels, Karl Marx, Vladimir Lênin, além de autores marxistas, sobre a formação do movimento sindical e seu papel na formação social capitalista.

Em meio às produções de Marx e Engels não existem obras que abordem a questão sindical de forma específica, mas é possível encontrar elaborações que compõem cartas e livros como “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels, “O capital”, “Salário, preço e lucro” de Marx, além de documentos da I Internacional e cartas trocadas entre eles. Alguns autores marxistas também organizaram algumas dessas contribuições e

sistematizaram-nas em livros, como “Marx e os sindicatos” de D. Losovsky e “Marx – Engels e a história do movimento operário” de D. Riazanov. Para Campinho e Lemos (2012, p. 2-3),

Engels, Marx e Lênin se debruçaram ativamente sobre as questões do movimento sindical. Para eles, os sindicatos são de grande importância para a organização e lutas da classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, possuem limitações políticas que devem ser consideradas. Deste aspecto central se desdobram uma série de questões que acompanham os debates em torno do movimento operário, entre elas estão: a relação entre a luta por reformas e a luta por revolução, entre partido e sindicato, entre a “consciência socialista” e a “consciência sindical”, entre “classe em si” e “classe para si”, etc.

Na teoria marxista, existem contribuições sobre o movimento operário e suas diversas manifestações, sendo o sindicato uma forma de luta bastante valorizada pelos autores. O sindicalismo tomado como objeto de análise de Friedrich Engels e Karl Marx insere-se em um contexto em que o sindicato era de ofício e não de fábrica ou indústria, ou seja, a sua organização e participação eram limitadas a poucos militantes: os trabalhadores qualificados, pois,

[...] o tipo de sindicalismo vigente naquela época era o sindicalismo de ofício, caracterizado por um forte exclusivismo profissional, abrangendo grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. Era um sindicalismo em torno de um mesmo ofício e não de uma empresa (trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações, uma vez que não tinham o domínio do ofício). Embora as trade unions fossem organizações operárias de prestígio, elas não tinham se generalizado, portanto, entre a massa dos trabalhadores assalariados. A prática do sindicalismo naquela época só era efetiva (e eficaz) entre certas frações das classes trabalhadoras, tais como os trabalhadores mais qualificados, os artífices especializados, os membros mais instruídos e autoconfiantes da classe operária inglesa, que ainda não tinha sucumbido à proletarianização causada pelo factory system, e resistiam, com vigor, ao avanço impessoal e poderoso da maquinaria (ALVES, 2003, p. 25).

Entretanto, esse fator não minimiza a importância de suas contribuições teóricas sobre os sindicatos, já que as mesmas partiram da raiz e natureza da questão e podem servir como fundamentação para refletirmos sobre a contemporaneidade. Além disso, o campo de análise sobre o sindicalismo foi se ampliando a partir do estudo de outros autores marxistas, como Kautsky, Lenin, Trotsky e Rosa de Luxemburgo.

Segundo Boito (2007, p.55) historicamente, na tradição marxista, o sindicalismo tem sido analisado de diferentes ângulos. Temas como a relação do movimento sindical com o conjunto do movimento operário e socialista, isto é, a relação entre sindicato e

partido operário e entre reforma e revolução, situado no âmbito das práticas organizativas e das estratégias políticas foram recorrentes nos debates realizados por dirigentes e teóricos da I e da II Internacional.

Outro tema importante e recorrente é o dos limites que o processo de acumulação de capital impõe ao sindicalismo. Ou seja, como a situação conjuntural da economia capitalista interfere na correlação de forças entre o movimento sindical e o patronato. Um terceiro tema que poderíamos mencionar é o papel do sindicalismo no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Em “O capital”, Marx ressaltou que a existência e o porte do exército industrial de reserva limitam a força dos sindicatos. A mesma questão reaparece em Salário, preço e lucro, de Marx e A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, de Engels em que ambos os autores mostram como as fases do ciclo econômico (reanimação, prosperidade, superprodução e recessão) condicionam a eficiência maior ou menor da luta sindical. Um terceiro tema que poderíamos mencionar é o papel do sindicalismo no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em O capital, a passagem da exploração fundada na mais-valia absoluta para a exploração fundada na mais-valia relativa tem como uma das forças propulsoras a luta operária pela redução da jornada de trabalho (BOITO, 2007, p.155-156).

Outra questão, que segundo Boito (2007) antecede os aspectos apontados acima, atrela-se às próprias condições sociais de existência de um movimento de tipo sindical. Isso significa, por exemplo, que nas sociedades de classe pré-capitalistas essa forma de luta expressa nos sindicatos não existia já que:

As sociedades de classe pré-capitalistas não comportam, portanto, um movimento social reivindicatório dos produtores diretos. Os produtores devem limitar-se à passividade e à resistência difusa, mais ou menos individualizada, ou, sendo as circunstâncias históricas favoráveis, sublevar-se, seja no plano local para tentar obter reformas, seja num plano mais amplo, em guerra civil, que pode, ou não, integrar-se a um processo revolucionário. Expusemos as razões dessa oscilação entre a desorganização e a sublevação. O conceito de modo de produção ampliado é eficaz para detectá-las porque tais razões se encontram tanto na infra-estrutura econômica quanto na superestrutura jurídico-política dos modos de produção pré-capitalistas. As forças produtivas próprias dos modos de produção pré-capitalistas dificultam, embora não impossibilitem, qualquer tipo de organização e de luta coletiva desses produtores; já as relações de produção e a superestrutura jurídico-política desses mesmos modos de produção impedem a organização dos produtores, inclusive para lutar por meras reformas. Reivindicar é, independentemente do conteúdo da reivindicação, afirma-se como sujeito de direitos e, portanto, contestar a sujeição pessoal, que é o que garante a exploração de classe nos modos de produção pré-capitalistas. Se, numa formação social pré-capitalista, as circunstâncias históricas propiciarem a

formação de um movimento reivindicatório dos produtores diretos, esse fato, externo à estrutura dos modos de produção pré-capitalistas, significará que essa formação social encontra-se em crise: ou o movimento é reprimido e eliminado, ou, mesmo que tal movimento pretenda manter-se apenas no plano das reivindicações e das reformas, ele acabará promovendo uma revolução (BOITO, 2007, p. 174).

Tomamos como base a discussão realizada por Boito (2007) a fim de darmos início à análise marxista sobre o sindicato e sua contribuição, à compreensão da atualidade desse movimento, levantando assim, alguns elementos sobre a sua natureza, sua ligação com a formação social capitalista, suas potencialidades e limites.

Ao investigar a natureza do movimento sindical e as próprias condições sociais de existência dele, Boito parte de questionamentos como, “Em que condições é possível existir o sindicalismo?” ou “Qual a natureza desse movimento: conservadora, reformista, revolucionária?”. O autor procurou analisar as relações entre a estrutura do modo de produção capitalista e a ação do tipo sindical. Chegou à conclusão que o sindicalismo é uma forma de resistência do produtor direto possibilitada pela estrutura do modo de produção capitalista, que não é possível ser encontrada em outros modos de produção. “[...] O contraste entre os modos de produção pré-capitalistas e o modo de produção capitalista corresponde ao contraste entre os perfis de resistência e da luta dos produtores diretos nesses distintos modos de produção” (BOITO, 2007, p. 184).

Contudo, essa potencialidade do movimento sindical na formação social capitalista, para se impor e fazer frente a burguesia, necessita de mobilização e luta intensa dos trabalhadores (BOITO, 2007).

A existência de um movimento reivindicatório estável, organizado e socialmente legítimo dos produtores diretos no modo de produção capitalista é uma possibilidade virtualmente contida na macroestrutura desse modo de produção, na qual se articulam uma infra-estrutura econômica dotada de produção socializada operada pelo trabalhador coletivo e uma superestrutura jurídico-política produtora de ilusão de um coletivo nacional de indivíduos livres e iguais (BOITO, 2007, p. 177).

O sindicalismo, como já demonstrado por Lênin, torna-se, fundamentalmente, a resistência contra os efeitos da exploração capitalista. Ele é um movimento reivindicativo que procura obter para os trabalhadores as melhores condições de uso e de remuneração da força de trabalho (Ibidem, 2007).

A infraestrutura econômica desse modo de produção facilita a organização coletiva dos trabalhadores. A sua superestrutura jurídico-política, ao contrário estimula o individualismo e permite, também, a

negociação, no plano individual, das condições e da taxa de exploração do trabalho. A ação coletiva dos trabalhadores, induzida pela própria produção capitalista, pode, na defesa de seus interesses imediatos, explorar, a despeito da resistência burguesa, o próprio direito burguês, transformando-o dentro dos limites que lhe são próprios. Uma vez que não há exploração de classe, mas apenas uma relação contratual de venda, trata-se de negociar, para um segmento qualquer da classe trabalhadora, as condições de venda dessa mercadoria que é a força de trabalho (BOITO, 2007, p. 184).

Portanto, em concordância com Boito, com relação à natureza do sindicalismo, podemos compreender que ele não representa propriamente a luta de classes política. Mas, isso não significa que o sindicalismo, através de sua luta de classes econômica, não possa se articular à luta operária e socialista em busca da revolução (BOITO, 2007, p. 184-185).

[...] o movimento sindical pode funcionar como mero difusor da ideologia (jurídica) burguesa, na medida em que se limitar a lutar por um bom contrato coletivo de trabalho, o sindicalismo permanecerá enquadrado na estrutura do modo de produção capitalista. Porém, em primeiro lugar, o sindicalismo pode, ao manter a classe operária minimamente organizada e principalmente quando se vincula a um movimento e a partidos socialistas, permitir a acumulação de forças, a formação de lideranças e a educação das massas. Ele pode funcionar, segundo Lenin, como uma “escola de guerra”. Ele pode também, em segundo lugar, participar, como movimento auxiliar, da própria “guerra”. Através de sua ação em momentos de crise revolucionária, o movimento sindical pode articular-se, de maneiras distintas, à luta pela tomada do poder.

Outra discussão importante relacionada ao sindicalismo, diz respeito ao debate sobre a luta política e a luta econômica. Galvão (2014) faz um alerta sobre a existência de uma concepção equivocada do leninismo, presente na análise marxista sobre os sindicatos. Segundo a autora, essa concepção se pauta pela divisão de tarefas entre sindicatos e partidos e também pela separação entre luta econômica e luta política.

Ressalta que Lênin, não desconsidera os efeitos da luta econômica sobre a luta política, mas defende que quando há predominância da luta econômica significa que essa forma de luta política é ineficaz. Portanto, em concordância com as ideias de Lênin e Galvão, entendemos a necessidade de compreender as diferenças entre os dois âmbitos e a relação entre eles, além da superação, segundo a autora, da oposição simples entre o profissional (econômico-corporativo) e o político que permita avançar para olhar sobre as “diversas dimensões do político e do social” e apreender os sindicatos, simultaneamente, como agentes econômicos e políticos (GALVÃO, 2014).

Para Lemos e Campinho (2012), é necessário, ter cautela na compreensão da

diferença apresentada por Lênin, de modo que as lutas sejam vistas de maneira articulada, fazendo parte de um processo.

A separação entre luta sindical e luta política não permite perceber a relação entre os dois níveis, a articulação que se pode estabelecer entre a luta reivindicativa (sindical), luta para influir e participar do governo (luta política reformista) e luta pelo poder (luta política revolucionária). Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações sindicais não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem com objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes com um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para os desdobramentos da luta de classes. Estas observações contribuem ao ressaltar a importância da articulação entre a luta política e a luta econômica para a análise tanto do sindicato como de outros movimentos sociais. As considerações da autora propõem que a luta política e a luta econômica sejam encaradas como dimensões, esferas ou níveis da luta de classes, possibilitando caracterizar de diferentes formas a atuação de acordo com a articulação desses elementos. Compreender a luta política e a luta econômica dessa forma auxilia no entendimento das organizações sindicais e suas ações, pois num conflito econômico podem estar presentes elementos da dimensão política da luta de classe, seja de forma explícita pelos participantes do conflito que buscam explicar sua dimensão política ou de forma latente, sem que os participantes explicitem ou enxerguem essa dimensão (Ibidem, 2012, p.8).

Sobre o papel do sindicato, e principalmente, suas potencialidades e limites no contexto de expansão do capitalismo, Anderson (1980) faz uma análise que aborda a experiência do movimento operário inglês. O autor apresenta o “caso inglês” como um importante exemplo para compreendermos as experiências sindicais em outros países:

Os Sindicatos britânicos [...] são o berço do reformismo. Daí a virtude deste trabalho para analisar o papel da União na sociedade capitalista, observando a tendência do sistema para integrar a união em sua estrutura e aumentar suas chances de ação revolucionária. Embora referindo-se especificamente para a Inglaterra, a obra mantém interesse para outras situações de mundo capitalista desenvolvido (ANDERSON, 1980, p. 113)<sup>1</sup>.

Sobre a natureza do sindicalismo, Anderson (1980), ressaltou o caráter reformista

---

1

Versão original da citação: De los sindicatos británicos generalmente conocemos una cosa: constituyen la cuna del reformismo. De ahí la virtud de este trabajo al analizar la función del sindicato en la sociedad capitalista, al señalar la tendencia del sistema a integrar la organización sindical en su estructura y plantear sus posibilidades de acción revolucionaria. Aunque referido específicamente a Inglaterra, el trabajo conserva interés para otras situaciones del mundo capitalista desarrollado.

do modelo britânico, por haver a tendência de o próprio sistema anular alguma possibilidade revolucionária dos sindicatos. Com base nos escritos de Marx, Lênin e Gramsci, o autor defende que o sindicalismo é uma forma incompleta e deformada da consciência de classe e que deve ser sempre superada quando se tem um projeto socialista para a sociedade.

Marx, Lênin e Gramsci enfatizaram igualmente que sindicatos não poderiam ser veículos de progresso para o socialismo. O sindicalismo, em qualquer das suas formas, é uma variante incompleta e deformada da consciência de classe, que a todo o custo tem que ser superado pelo crescimento de uma consciência política, criada e sustentada por um partido (ANDERSON, 1980, p.114)<sup>2</sup>.

Nesse mesmo trabalho Anderson considera relevante a abordagem das limitações dos sindicatos, que segundo ele são inerentes a sua própria natureza, atrelada ao sistema capitalista e a representação de classes.

Então, antes de discutir a função e as possibilidades da ação sindical, vale a pena resumir as críticas fundamentais das limitações dos sindicatos. Podem ser expressas de diferentes formas. Todas estão relacionadas com o que pode ser chamado de estatuto sociológico fundamental dos sindicatos em uma sociedade capitalista (ANDERSON, 1980, p. 114 - 115)<sup>3</sup>.

Para tratar desses limites o autor (1980) levanta cinco argumentos. Resumidamente, nesses cinco argumentos, afirma que o sindicato é uma parte essencial da sociedade capitalista que incorpora a contradição entre capital e trabalho, que define esse tipo de sociedade e que segundo Gramsci, é uma organização proletária específica, num período em que o capital domina a história, em que a sua função é inerente ao regime de propriedade privada. Está aí o primeiro limite imposto pela própria natureza do sindicato.

Sobre esse trabalho de Perry Anderson, Lemos e Campinho (2012, p. 5) ressaltam que o autor, a partir de Marx, Lenin e Gramsci, aponta que os sindicatos são:

[...] dialeticamente, oposição ao capitalismo e parte dele. Isso porque, ao mesmo tempo em que resistem à distribuição de renda, encarnam a diferença entre capital e trabalho confirmando o princípio de distribuição

<sup>2</sup> Versão original da citação: Marx, Lenin y Gramsci enfatizaron por igual que los sindicatos na podían ser de por sí vehículos de avance hacia el socialismo. El sindicalismo, en cualquiera de sus formas, era una variante incompleta y deformada de la conciencia de clase, que a toda costa tenía que ser superada por un crecimiento de la conciencia política, creada y sostenida en un partido.

<sup>3</sup> Versão original da citação: Luego, antes de discutir la función presente y la posibilidad real de la acción sindical, vale la pena resumir las críticas fundamentales a las limitaciones de los sindicatos. Pueden expresarse en varios niveles diferentes. Todas ellas están relacionadas con lo que puede llamarse el estatuto sociológico fundamental de los sindicatos en una sociedad capitalista.

desigual. Isso ocorre porque a ação sindical não questiona o capitalismo como sistema social já que os trabalhadores não possuem internalizado um horizonte socialista, de auto-abolição. Os sindicatos são entendidos, então, como reflexo passivo das formas de organização capitalista da força de trabalho. Lênin partindo de uma diferenciação feita por Engels no prefácio de 1874 do livro “A guerra dos camponeses alemães”, desenvolve o que seriam três formas ou direções da luta operária: econômico-prática (sindical), teórica e política. A luta sindical ou econômica é, em si, como vimos, “a luta coletiva dos operários contra os patrões, para vender vantajosamente sua força de trabalho, para melhorar suas condições de trabalho e de existência”. Lênin ressalta que esta luta é consequência do próprio desenvolvimento espontâneo do movimento operário e que devido às diferentes condições de trabalho nas diferentes categorias e profissões, possui um caráter forçadamente dividido em categorias. Além disso, outro aspecto da luta econômica é importante para Lenin: este tipo de luta está submetido à ideologia burguesa, pois é, como afirmamos, próprio da natureza do capitalismo.

Perry Anderson (1980) acrescenta, na sua argumentação, a diferença entre o sindicato e o partido político, assim como a importante relação entre a luta política e a luta econômica. O primeiro, para o autor, é um reflexo passivo da organização da força de trabalho. Já o segundo, representa uma ruptura com o ambiente natural da sociedade civil.

Portanto, o partido político pode ser uma verdadeira negação da sociedade existente e um projeto para demoli-la, e o sindicato, por si só, não cumpre esse papel. Outra contribuição do autor diz respeito às estratégias do sindicalismo e seus limites.

Segundo Anderson (1980), a principal arma contra o sistema é uma ausência simples, ou seja, a greve, que é a remoção de trabalho. A eficácia deste modo de ação é, por natureza, muito limitada. Pode haver a existência de salários mais altos, algumas melhorias nas condições de trabalho e, em casos raros, alguns direitos constitucionais. Mas, isso nunca pode derrubar um regime social. Para ele, a “[...] greve é primordialmente uma arma econômica, que facilmente se volta contra o que maneja, se usado em um ambiente para que não se pretende” (Ibidem, p.7).

Temos a mesma compreensão de Boito (1991), ao afirmar que Anderson não analisa com coerência essa articulação e o papel da greve. Para o autor, “Ela não é entendida, como arma política em seu sentido pleno, já que como “simples ausência”, teria sua eficácia limitada e levaria, no máximo, à conquista de direitos e melhores condições de vida, sem impacto na luta pela conquista do poder” (BOITO, 1991, p. 234). Esta afirmação de Anderson (1980) constitui-se com uma farsa para a luta e organização dos trabalhadores, na medida em que:

[...] o Estado é, como diz Engels, o “concentrado da sociedade, isso só acontece em função de seu papel na reprodução e porque, neste aspecto, é possível descobrir aí o sentido das lutas de classe políticas de que ele é o objeto e o objetivo. Mas essas lutas de classe políticas não são materialmente baseadas na existência do Estado. Elas estão baseadas na existência de classes antagônicas irreconciliáveis, cuja existência enquanto classes antagônicas está baseada nas e determinada pelas condições materiais da exploração econômica de classe. Por um lado, a classe dos exploradores porque detém os meios de produção; por outro, a classe dos explorados porque não detém qualquer meios de produção e são obrigados a vender, como uma vulgar mercadoria e, até mesmo, em nossa “Sociedade de consumo”, sua força de trabalho (ALTHUSSER, 2008, p, 151).

Ao minimizar o papel da luta de classes econômica, Anderson desconsidera o que para Althusser (2008) é determinante, que é a exploração. Para esse segundo autor,

O que é determinante, em última instância, portanto, o que está em primeiro lugar, é, com efeito, a exploração e não a repressão. O que é determinante, em última instância, são as relações de produção (que são, ao mesmo tempo, as relações de exploração) capitalistas. [...] O mesmo é dizer que é na produção, somente na produção, e não na reprodução, que se exerce a exploração que é a condição material da existência do modo de produção capitalista (ALTHUSSER, 2008, p. 151).

Para Althusser (2008, p.152), ainda, “é aí que jaz a diferença essencial, embora paradoxal, que distingue a luta de classe econômica da forma (mais ou menos reconhecidas ou toleradas) da luta de classe política da classe operária”.

O paradoxo é que, para destruir as relações de classe da exploração capitalista, a classe operária deve apropriar-se do poder de Estado burguês, destruir o aparelho de Estado, etc., já que o Estado é chave da reprodução das relações de produção capitalistas. [...] Essa proposição é perfeitamente justa, do ponto de vista da guerra de classe proletária, que deve dirigir o combate político contra o Estado porque este é o que garante as condições da reprodução do sistema de exploração, em suma, o que mantém de pés o sistema capitalista, perpetuando-o (2008, p.152).

Esse mesmo autor ressalta, partindo do primado das relações de produção na reprodução ou ruptura da formação social capitalista, o papel da luta econômica:

O mesmo se diga da guerra de classe entre o proletariado e a burguesia. Seu desfecho é a manutenção do poder de Estado nas mãos da burguesia ou a tomada do poder de Estado pelo proletariado. Mas eis aí o ponto culminante de uma batalha bastante longa, de uma batalha incessante, cotidiana, extraordinariamente difícil, de uma espécie de guerra das trincheiras interminável e inabandonável, quase sempre dissimulada pelas batalhas políticas espetaculares que ocupam a parte dianteira da cena. Essa guerra das trincheiras, surda, obscura, interminável e sangrenta, é a luta de classe econômica (ALTHUSSER, 2008, p 152).

Partindo da especificidade da formação social Francesa, Althusser coloca que para fazer reconhecer sua existência legal e real, assim como seus direitos, no Aparelho Ideológico de Estado, os sindicatos operários tiveram muito mais dificuldades do que os partidos políticos operários no respectivo Aparelho. Tiveram de impor sua existência de fato contra a mais cínica legalidade e repressão burguesa, por meio de combates heroicos de longa duração, antes de serem reconhecidos formalmente, em 1884. Apenas em 1946, após a Resistência, é que o direito sindical foi reconhecido aos funcionários públicos franceses! Em Grenoble, em maio de 1968, é que foi reconhecido às sessões sindicais o direito legal à existência nas empresas com mais de 200 trabalhadores. E conclui, generalizando suas observações:

A luta de classe econômica, que não pode ser o único fator determinante na batalha decisiva pela revolução socialista, a saber, a batalha pela tomada do poder de Estado, não é uma luta secundária nem subordinada, mas a base material da própria luta política. Sem luta econômica obstinada, cotidiana, ininterrupta, a luta de classe política é impossível ou inútil. Não existe luta de classe política real e capaz de conseguir a vitória a não ser que esteja profundamente enraizada na luta de classe econômica, e somente nela, já que a luta de classe econômica é, se me é permitido empregar esta expressão um pouco metafórica, a infra-estrutura determinante, em última instância, da própria luta política que é, por ser a sua função, a única que pode dirigir a batalha decisiva das massas populares. Portanto, primado da luta de classe política: mas esse primado continua sendo uma palavra inútil se a base da luta política, ou seja, a luta de classe econômica, não for empreendida cotidianamente, infatigavelmente, a fundo e segundo uma linha justa (ALTHUSSER, 2008, p. 154).

Campinho e Lemos (2012), ponderam que Anderson estabelece, e isto é importante em sua análise, uma relação entre a estrutura de determinada organização, seja o partido político ou o sindicato, e o conteúdo da ação dessa organização. Além disso, cada forma ou direção da luta possui métodos e meios próprios, que não devem ser separados de forma estanque, mas precisam ser diferenciados. Os autores acrescentam, que “[...] apesar dessa ponderação, o autor não deixa de ver o papel dos sindicatos para a acumulação de forças da classe trabalhadora, na medida em que podem produzir uma identidade sócio-política da classe operária” (Ibidem, 2012, p. 8), como sinaliza no trecho a seguir:

Ela [a classe operária] se conhece como classe apenas através de suas instituições coletivas, cuja forma mais elementar é o sindicato. (...) Os sindicatos produzem sempre a consciência de classe, isto é, a consciência da identidade específica do proletariado como força social, em seus próprios interesses na sociedade. Isso não é o mesmo que a consciência socialista – a visão hegemônica e a vontade de criar uma nova ordem

social, que somente em um partido revolucionário pode criar. Mas uma é estágio necessário para a outra.

Entretanto, mesmo diante dessas colocações ainda assim compartilhamos das contribuições de Lênin, quando afirma que o método utilizado na luta sindical, como sabemos, é a atividade grevista. Para esse autor a luta econômica também pode possuir um caráter político, por exemplo, por meio da luta por legislações que estabeleçam redução da jornada de trabalho ou melhores condições de trabalho. Isso não significa que:

[...] a luta econômica tenha se transformado em uma luta política em seu sentido pleno, mas que a luta econômica ampliou seu terreno de atuação, exigindo reformas econômicas aos governos. Mas afinal o que é luta política? Na nossa leitura, a luta política, em seu sentido pleno - definido por Lênin - é a luta entre as classes pelo poder político da sociedade. Em outras palavras, é a luta do movimento operário pela superação do capitalismo. Luta que deixa de ser política quando se caracteriza pela segmentação ou corporativismo. A luta política é uma luta da classe e não de um setor isolado. Além disso, não é uma luta que se restrinja as questões operárias. Esta luta, segundo Lênin, deve levar em conta o conjunto das relações das classes entre si, com o Estado e com o governo. Seguindo essas contribuições de Lênin, para Perry Anderson, a consciência revolucionária necessita de base política cultural e, por isso, o autoconhecimento da classe operária está indissolivelmente ligado a um entendimento teórico e prático das relações de todas as classes da sociedade moderna entre si, adquirido apenas através da vida política, por isso o partido seria o representante de uma ruptura com o meio natural da sociedade capitalista (CAMPINHO; LEMOS, 2012, p. 7).

Diferentemente de Anderson (1980), entendemos que os sindicatos podem e devem cumprir o papel na consciência revolucionária dos trabalhadores, pois é:

[...] através da luta pelas reivindicações materiais que se pode levar *as massas* a aderir à ação objetiva contra o sistema capitalista. As massas: não somente a vanguarda do proletariado, não somente o proletariado, mas os trabalhadores assalariados não proletários das cidades e das zonas rurais, os camponeses pobres, os pequenos camponeses em vias de proletarização e todos os que, incluindo inúmeros funcionários públicos dos aparelhos ideológicos do Estado (por exemplo, os professores) ou até mesmo de alguns aparelhos repressores de Estado (por exemplo, certas categorias de funcionários públicos da administração) *que são objetivamente últimas da exploração capitalista* (ALTHUSSER, 2008, p.156).

Entendemos, ainda, que a amplitude do papel dos sindicatos na luta de classes política relaciona-se também ao grau de organização dos Partidos que representam o proletariado, além da correlação de forças na sociedade, pois,

Se forem as massas que fazem a história, mas se as mesmas não podem

conduzir a história até à vitória da Revolução socialista *a não ser* na luta de classe *política* e sob a *direção* da organização política da vanguarda do proletariado, é claro e justo que as massas, quando se puserem em movimento, não aceitem a direção política do Partido a não ser que já estejam, há muito tempo, unidas e mobilizadas na luta contra a *exploração econômica* do regime capitalista através de uma longa, difícil, heróica, tenaz e obscura luta *sindical* pelas *reivindicações* segundo uma linha justa (ALTHUSSER, 2008, p. 156).

As análises dos clássicos do marxismo precisam ser interpretadas com cautela, para que não haja compreensões e discussões errôneas sobre a importância do sindicalismo para a luta política do movimento operário (CAMPINHO; LEMOS, 2012). Os autores entendiam e apresentavam em suas elaborações, com lucidez, que a luta sindical era essencial, tanto para a chamada “guerra de guerrilhas” - luta diária e imediata entre o capital e o trabalho -, ou seja, a luta econômica, quanto para a luta pela superação da sociedade de classes.

Na concepção desses autores a luta sindical, representa uma “escola de guerra”, “escola de socialismo”. Será a partir da luta sindical e econômica, que os trabalhadores terão a possibilidade de se perceberem enquanto classe e mais do que isso, visualizarem a oposição de interesses com as classes e frações de classes burguesas.

Portanto, podemos concluir que a ação sindical pode potencializar a construção da identidade de classe. Lênin (1961, p. 1) mostra essa concepção ao analisar o papel da greve econômica para a Revolução russa de 1905:

[...] os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. Mas a “escola de guerra” ainda não é a própria guerra [...] As greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único, e se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária.  
[...] Em segundo lugar, as greves só são vitoriosas quando os operários já possuem bastante consciência, quando sabem escolher o momento para desencadeá-las, quando sabem apresentar reivindicações, quando mantêm contacto com os socialistas para receber volantes e folhetos. Mas operários assim ainda há muito poucos na Rússia, e é necessário fazer todos os esforços para aumentar seu número, tornar conhecida nas massas operárias a causa operária, fazê-las conhecer o socialismo e a luta operária. Esta é a missão que devem cumprir os socialistas e os operários conscientes, formando, para isso, o partido operário socialista. Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o

governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo.

[...] Quando todos os operários conscientes se tornam socialistas, isto é, quando tendem para esta emancipação, quando se unem em todo o país para propagar entre os operários o socialismo e ensiná-los todos os meios de luta contra seus inimigos, quando formam o partido operário socialista, que luta para libertar todo o povo da opressão do governo e para emancipar todos os trabalhadores do jugo do capital, só então a classe operária se incorpora plenamente ao grande movimento dos operários de todos os países, que agrupa todos os operários, e hasteia a bandeira vermelha em que estão inscritas estas palavras: “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

Os excertos e reflexões apresentados até então nos apontam para o sentido de que para Marx, Engels e Lênin (CAMPINHO; LEMOS, 2012) e outros autores marxistas, a luta de classes econômica pode e necessita estar atrelada à luta de classes política. Apenas essa relação poderá fazer com que o sindicalismo supere as limitações impostas por sua própria natureza. Essa articulação poderá ocorrer de diversas maneiras, e até em determinados momentos, ocorrer de forma tão profunda passando a se consolidar como um todo inseparável. Em concordância com essa concepção podemos encontrar a seguinte afirmação de Marx na resolução de 1871 da Associação Internacional de Trabalhadores: “[...] que na classe operária, o movimento econômico e a atividade política estão ligados entre si indissolúvelmente”(CAMPINHO; LEMOS, 2012, p.7 ).

A partir da leitura dos clássicos, podemos chegar à conclusão que a ação sindical é resultado de múltiplas determinações. Ou seja, a luta política, a consolidação de uma coletividade unificada em torno de uma identidade de classe, e a conformação de um coletivo que age mesmo que para reivindicações econômicas, dependem de um processo que não é linear, natural ou definitivo. Contudo, o que define as potencialidades próprias, tanto para conformar coletivos de luta sindical, quanto para articular as dimensões econômica e política da luta de classes, numa sociedade capitalista, é a relação específica que os trabalhadores estabelecem com o capital (CAMPINHO; LEMOS, 2012).

As dimensões citadas não podem ser entendidas como características exclusivas de determinada forma de organização dos trabalhadores, seja, partido, sindicato ou movimento popular. Por se tratarem de dimensões, elas podem se relacionar em diferentes tipos de organizações. Essas reflexões deixam ainda mais evidente a importância de entendermos, com clareza, as categorias definidas por Lênin, a partir de uma perspectiva

dialética que considere a inter-relação entre essas duas dimensões da luta:

Além disso, é necessário compreender a diferença qualitativa entre a luta econômica de um setor da classe operária por melhores condições de trabalho, da luta do conjunto da classe “para influir e participar do governo” , essa diferença trará, sem dúvida, conseqüências diferentes. [...] Outro aspecto importante é que, enquanto ferramenta metodológica, a articulação entre as citadas dimensões da luta de classes deve ser localizada no tempo e no espaço quando trazidas para análise concreta da atuação dos sindicatos atuais. Nesse sentido, não podemos perder de vista o impacto da ideologia dominante sobre os sindicatos nas últimas décadas, em especial, o ataque frontal das idéias e políticas neoliberais, além do afastamento dos sindicatos da perspectiva de transformação, como resultado do descenso das idéias socialistas. Soma-se a isso o processo de burocratização que distanciou muitos sindicatos da luta pela transformação social (CAMPINHO; LEMOS, 2012, p.10).

O entendimento sobre as concepções acerca da natureza do sindicato e sua relação com a luta econômica e política, a partir do referencial marxista, serão a base de sustentação para compreendermos a história do movimento sindical, desde o seu surgimento, assim como na realidade brasileira e, mais especificamente, para refletirmos sobre a atuação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), no contexto da reestruturação produtiva.

## **1.1- O SURGIMENTO DO SINDICALISMO**

Após analisar a natureza do sindicalismo e seu papel na formação social capitalista discorreremos um pouco sobre a história do movimento sindical, tratando do seu surgimento, suas primeiras manifestações e algumas de suas correntes políticas.

Desde que surgiu a divisão de classes na sociedade, ou seja, após a ruptura com a comuna primitiva, do sistema escravista ao capitalismo, momento em que a divisão se intensifica, existe a disputa e o conflito entre dominados e dominadores.

A partir do século XVII se inicia o contexto do modo de produção capitalista, caracterizado por uma sociedade dividida em duas principais classes antagônicas. Uma das partes representa a burguesia, dona dos meios de produção - instalações, máquinas, matérias primas etc. E a outra, o proletariado, que desprovido desses meios, na condição de assalariado, a sua única saída é vender a sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, os capitalistas. Marx (2004, p 14) enfatiza que:

A essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre o

produtor e os meios de produção. Esta separação torna-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu; mas, como esta separação constituía a sua base, ele não se poderia estabelecer sem ela. Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados sem discussão aos produtores, que os empregavam para realizar o seu próprio trabalho; que esses meios de produção se encontrassem já nas mãos dos produtores comerciantes e que estes os empregassem para especular sobre o trabalho de outros. O movimento histórico que separa o trabalho de suas condições exteriores indispensáveis, eis a causa da acumulação “primitiva”, porque ele pertence à idade pré-histórica do mundo burguês.

A lógica do desenvolvimento capitalista pauta-se na extração da mais valia, ou seja, da fonte dos lucros, da jornada de trabalho com até 16 horas diárias, dos salários reduzidos e das condições de trabalho precárias. Para garantir mais mão de obra - a fim de suprir o crescimento das fábricas - a burguesia, nos séculos XVII e XVIII, promove a expulsão da população que ainda vivia no campo,- como servos das glebas rurais - para torná-los “livres” e venderem sua força de trabalho.

O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a transformação usurpadora - e efetuada sob um regime de terror - das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas - eis os doces métodos da acumulação primitiva. Eles preparam o terreno para a agricultura capitalista, incorporam o solo e a terra ao capital e criam para a indústria das cidades a possibilidade de se procurar operários entre os proletários despojados de tudo (MARX, 2004, p. 179).

Nesse contexto, criam-se grandes contingentes de “homens livres” desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência (BORGES, 2006, p. 1).

Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias mal possam sub-existir. Tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária a sua manutenção, o patrão embolsa isso: isso constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem de reduzir o salário, quanto menos

aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário (LÊNIN, 1961, p.1).

No contexto da sociedade capitalista, para se perpetuar enquanto classe dominante, a burguesia, eleva seus lucros, extraindo o máximo de mais-valia, que é o trabalho excedente não repassado ao operário na forma de salário. Ou seja, para a sustentação desse modo de produção é necessário que exista a concorrência que leve os empresários a uma incessante busca por maiores lucros - com a redução dos custos operacionais e a elevação da produtividade e os trabalhadores à busca pela diminuição da taxa de mais-valia, pelo aumento do seu poder aquisitivo, e por condições humanas de trabalho.

As contradições existentes entre as classes sociais na relação entre capital e trabalho ficaram ainda mais intensas com a introdução das novas máquinas, já que através desses novos instrumentos, a burguesia desestabilizou os artesãos e suas corporações, que tinham grande poder de negociação, e introduziu a mulher e a criança no trabalho fabril com salários menores e com piores condições de trabalho, já que para manusear as máquinas, não era necessário mão de obra especializada do artesão. Dessa forma consolida-se definitivamente esse novo modo de produção.

Para falar com clareza: o operário é, de direito e de fato, um escravo da classe proprietária, da burguesia; é seu escravo a ponto de ser vendido como uma mercadoria e, tal como uma mercadoria, seu preço aumenta e diminui. Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai a ponto de um certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que em estoque e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome.

[...] Toda a diferença com relação à escravatura declarada da Antiguidade consiste em que o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente - e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária (ENGELS, 2008, p. 121).

A venda da força de trabalho dos proletários para os capitalistas se dá a partir do pagamento de salário, que ao ser rebaixado passa a ser apenas suficiente para a reprodução do trabalhador, forçando-o a trabalhar cada vez mais. Mulheres e crianças, muitas vezes em idade precoce, ingressam no mercado de trabalho em condições degradantes. Importante lembrarmos que há dois séculos os trabalhadores não tinham os inúmeros direitos trabalhistas que hoje possuímos.

Nenhum eufemismo é capaz de ocultar o desagradável fato de que a sociedade atual está, fundamentalmente, dividida em duas grandes classes antagônicas. De um lado, capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e de outro, operários que só possuem sua força de trabalho. O produto do trabalho destes últimos deve ser dividido entre as duas classes e ao redor desta divisão se desenvolve uma luta incessante, já que cada classe trata de obter a maior parte possível. O curioso é que a classe operária, que luta só por obter uma fração de seu próprio produto, é acusada frequentemente de roubar os capitalistas! (MARX, 2004, p.41).

Por volta do século XVIII podemos dizer que a sociedade capitalista se expandiu em condições favoráveis, pois foi o período em que houve o desenvolvimento das máquinas, iniciando a fase industrial do capitalismo, o fortalecendo ainda mais, ao substituir a produção artesanal e manufatureira. Contudo, esse processo resultou em um grande número de operários desempregados, pois com a inserção da máquina nas fábricas passaram a gerar mais lucros aos donos dos meios de produção. O “exército de reserva” , como diria Marx, fortaleceu e sustentou as mudanças impostas pelo capital. Assim, os salários poderiam ser reduzidos, já que esses operários na condição de desempregados se sujeitariam à remuneração menor a custo de sua reinserção na fábrica.

Para compreendermos melhor esse processo podemos refletir sobre a situação da Inglaterra no século XVIII. O país passou por um intenso processo de desenvolvimento econômico, causado pelo surgimento do vapor e das máquinas que transformaram as manufaturas em grandes indústrias modernas, criando as bases da sociedade capitalista com a produção em larga escala. Nesse contexto, a divisão entre os capitalistas e trabalhadores se acentuava, mesmo com a existência de pequenos comerciantes e artesãos. Essas mudanças repercutiram na superexploração do trabalho, -através de uma carga horária de até 18 horas diárias, além do trabalho de mulheres e crianças e também a precariedade das condições de vida e trabalho dos operários.

O número de trabalhadores nas cidades crescia cada vez mais. Por um lado, a grande quantidade de trabalhadores podia representar a força que possuíam, por outro, a tendência à dispersão se acentuava se não houvesse união entre a classe. Ao contrário, os capitalistas tinham um poder pela sua organização, além de coesão. Foi necessário para os trabalhadores uma organização que dispusesse de meios de resistência contra a pressão pela baixa de salários. É nesse contexto de disputa entre burguesia e proletariado - própria do capitalismo - que surge o sindicato. Portanto,

[...] a luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro. Mas só a partir a

introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumento de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção (MARX, 2011, p. 488).

Como forma de diminuir ou impedir a exploração por parte dos capitalistas, os trabalhadores passaram a criar suas primeiras formas de organização, que ainda não se estruturavam como sindicatos, como reflexo de suas iniciativas espontâneas, geradas pela necessidade dos que vivem de salário.

A situação de exploração, crescente no novo sistema econômico, geraram resistências entre os explorados e resultaram em importantes experiências de luta. Antes da construção das greves e dos sindicatos, a classe operária passou por uma longa fase de aprendizado que a levaram a ter contato com formas mais “eficientes” de luta. Perceberam que a união era fundamental para se contrapor ao poder do patronato.

Contudo, os sindicatos não foram as primeiras experiências de luta dos trabalhadores contra seus patrões. Houve outros tipos de manifestações que representaram a insatisfação do proletariado. Vejamos a seguir como se deu a trajetória de luta e as formas de resistência dos trabalhadores até chegarem à organização sindical.

Segundo Engels (2008), na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” a revolta dos operários contra a burguesia se iniciou com o desenvolvimento da indústria capitalista. A primeira forma de revolta foi o roubo, considerada pelo autor a forma menos evoluída.

A primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indigência, via que os outros desfrutavam de existência melhor. Não podia compreender racionalmente porque precisamente ele, fazendo pela sociedade o que não faziam os ricos ociosos, tinha de suportar condições tão horríveis. E logo a miséria prevaleceu sobre o respeito inato pela propriedade: começou a roubar. Já vimos que o aumento da delinquência acompanhou a expansão da indústria e que, a cada ano, há uma relação direta entre o número de prisões e o de fardos de algodão consumidos (ENGELS, 2008, p. 248).

Num momento posterior a esse, o operariado se utilizou de outra forma de combate à ofensiva capitalista que foi o Luddismo, movimento que tinha o objetivo de destruir as máquinas, já que acreditavam que esse seria o grande inimigo do trabalhador. Apesar de, segundo Engels (2008, p. 249), esse movimento possuir certo caráter classista, o mesmo apresentava limitações, pois:.

[...] essa forma de oposição também era isolada, limitada a determinadas localidades e dirigia-se contra um único aspecto da situação atual. Logo que os operários atingiam seu objetivo imediato, o poder da sociedade abatia-se violentamente sobre os responsáveis, agora inermes, e castigava-os à vontade, enquanto as máquinas continuavam a ser introduzidas. Tornava-se necessário encontrar uma forma nova de oposição.

O Luddismo, por exemplo, foi uma das primeiras manifestações do operariado contra a força crescente do capital sobre a organização do trabalho. Ainda com pouca experiência de organização, a classe operária, em desenvolvimento, viu nas máquinas o seu principal inimigo, já que as mesmas aparentemente eram responsáveis pelo desemprego dos trabalhadores especializados, pela inserção da mulher e do menor nas fábricas em condições degradantes. Portanto, nesse período, os trabalhadores que se envolveram nesse movimento eram chamados de luddistas ou quebradores de máquinas. Para Borges (2006, p. 4), o Luddismo;

[...] deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, que trabalhava numa pequena oficina em Nottingham, cidade próxima de Londres. Segundo pesquisas, esse operário destruiu totalmente os teares mecânicos da fábrica num sinal de revolta contra os efeitos da Revolução Industrial. Sua atitude, apesar de individual, refletia o estado de espírito dos artesões. Em pouco tempo, seu gesto foi imitado em várias cidades da Inglaterra e atingiu também a França. “Entre 1811 e 1812, os Luddistas espantaram a burguesia” , informa José Cândido Filho, autor do livro “O Movimento Operário: O Sindicato e o Partido” . O parlamento Inglês, que nunca tratara da questão operária, discutiu o assunto e aprovou, em 1812, uma lei que punia com a pena de morte os “quebradores de máquinas” .

O Movimento Luddista sofreu grandes ameaças, mas nem mesmo a legislação repressiva foi capaz de contê-lo. Entretanto, essa forma de luta da jovem classe operária passou a ser superada, pois com maior experiência constatou-se que não era a máquina a sua inimiga, mas sim o patrão, pela forma e finalidade que a utilizava. Com o passar do tempo o movimento caiu no isolamento, reduzindo-se a pequenos grupos de trabalhadores que destruíam máquinas e espancavam os pesquisadores e cientistas que as inventavam. Borges (2006, p. 5) descreve que, a própria burguesia que num primeiro momento, [...] aprovou a pena de morte, começou a dar sinais de assimilação dessa forma de luta. É nesse período que se generalizava o seguro de patrimônio na Inglaterra e alguns patrões inclusive são flagrados destruindo suas máquinas para adquirir outras mais modernas

Já no período considerado “a infância da classe operária” , ocorreu o boicote ou

a sabotagem - utilizados como métodos de enfrentamento da classe operária - contra os donos dos meios de produção. Segundo Borges (2006, p. 5), o boicote deriva:

[...] do nome de um oficial inglês encarregado de administrar os negócios do conde Erne, da Irlanda, Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados.

Ele se recusava a negociar e os trabalhadores passaram a fazer o mesmo, propondo que os moradores do povoado não consumissem os produtos do Conde Erne. Este teve um grande prejuízo e afastou o oficial inglês do cargo. A sabotagem também será usada nesse período como mecanismo de pressão dos trabalhadores por seus direitos. O termo tem origem francesa e significa "tamanco". Os operários franceses usavam esse tipo de calçado para danificar as máquinas, emperrando a produção.

Após esse período, houve uma evolução na consciência e ambição de classe que, de acordo com Borges (2006), repercutiu na organização da luta sindical, na agitação política e na formação do cartismo.

Uma dessas novas formas de oposição à burguesia, utilizada pelo proletariado industrial - uma forma de luta superior, segundo Engels (2008), com maior consciência política - eram os sindicatos (trade- unions), associações operárias, que serviam de apoio aos proletários em suas lutas contra os capitalistas. Os trabalhadores ingleses, qualificados, já se organizavam em algum tipo de associações clandestinas, entretanto, não tinham conseguido grandes resultados, pois a clandestinidade acabava dificultando o seu desenvolvimento.

Na contramão do movimento dos trabalhadores estavam os capitalistas, os donos dos meios de produção, que as utilizavam de mais variadas artimanhas, como ameaças, pressões, demissões, manobras e golpes, a fim de desmobilizarem os operários, conseguindo assim, manter seus lucros e a capacidade de dominação. Além de usar o aparato policial do Estado para reprimir essas entidades, a burguesia inglesa - e posteriormente de outros países - também utilizara as milícias privadas.

Os jagunços, que hoje são uma marca do campo em nosso país, já foram usados pelo patronato nos centros urbanos. Alguns se tornaram famosos como o bando Pinkerton, dos EUA - uma poderosa agência de pistoleiros contratada para reprimir greves e assassinar lideranças operárias. Tais ações dificultaram a organização dos trabalhadores e causaram a extinção de muitas associações sindicais (BORGES, 2006).

Nesse sentido, como afirmamos acima, a violência da burguesia contra a organização dos trabalhadores, ocorreria de várias formas, e no campo legal não seria diferente. Segundo Borges (2006) no campo legal, as associações sindicais foram

proibidas. Para se protegerem dessa violência, no início as trade-unions agiam totalmente na clandestinidade.

As reuniões são secretas; não há sedes sindicais, campanhas massivas de sindicalização, nem mesmo negociação direta com o patronato. Algumas trade-unions inclusive formulam “códigos de participação”, com normas para garantir a sobrevivência da entidade. Elas fixam a triagem dos trabalhadores que devem ser convidados para as reuniões clandestinas. A entidade dos têxteis, por exemplo, prevê um período de observação de dois anos para avaliar se o trabalhador não é dedo duro, infiltrado do patrão. Só depois ele é convidado a participar das reuniões. O seu código fala também de justicamento dos delatores, compondo um braço armado para amedrontar os traidores em potencial (BORGES, 2006, p. 6).

Apenas em 1812 foi aprovada, na câmara dos Lordes em Londres, a primeira lei que garantiu a livre associação dos trabalhadores. A promulgação dessa lei foi responsável pela expansão dos sindicatos (trade-unions) por toda a Inglaterra. Segundo Engels (2008), em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (trade-unions), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia.

Os primeiros sindicatos nascem exatamente na Inglaterra - considerada o “berço do capitalismo”. Foi nesse país que se realizou a primeira revolução burguesa da história - dirigida por Cromwell, em 1640. Após muitas marchas e contramarchas, a burguesia se consolidou no poder, acumulou capital e pode realizar a primeira revolução industrial - no século 18. O capitalismo inglês vai viver a partir daí um intenso processo de desenvolvimento, com a superação do trabalho artesanal, posteriormente da produção manufatureira e, a partir da introdução de novas máquinas, com o surgimento das grandes fábricas. É nesse momento, meados do século 18, que o capitalismo encontra plenas condições para se expandir e virar o sistema predominante (BORGES, 2006, p.7).

A partir desse momento, como não era mais possível proibir as trade-unions, a burguesia adotou novos meios de interferir na organização dos operários. Mesmo na condição legal, os sindicatos continuam sendo reprimidos. Uma das estratégias utilizadas pelos patrões era a pressão para que o trabalhador renunciasse, formalmente, sua participação nas associações, como garantia de se manter no emprego.

Nesse período a polícia também se perpetuava como aliada junto à repressão dos trabalhadores, “[...] deixando um rastro de sangue em toda a trajetória do movimento sindical”. Além desses dois aspectos levantados, existia também o da própria legalização, que permitia identificar as lideranças, facilitando assim o trabalho de cooptação e

corrupção - processo muito usado até hoje pelo patronato. Outro agravante foi o da possibilidade de implantação de uma legislação que tivesse poder e controle sobre os sindicatos - como a que existiu no Brasil após o governo de Getúlio Vargas (BORGES, 2006).

Os sindicatos procuravam, desde a sua origem, cumprir o papel de enfrentamento contra o patrão, na busca por melhores condições de trabalho ao proletariado e luta constante para que as conquistas adquiridas não fossem perdidas. Essas associações se destinavam a lutas mais imediatas e concretas, fazendo parte do dia a dia dos trabalhadores. Suas finalidades eram,

[...] fixar o salário, negociar em massa, como força, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários; combater, no limite do possível, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc. ; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados (ENGELS, 2008, p.250).

Os sindicatos passaram a atuar, de imediato, em lutas cotidianas da classe operária. Reuniam os trabalhadores evitando o isolamento e o confronto individual frente ao capitalismo. Isso dificultou a baixa de salário pelos capitalistas, além do aumento excessivo da jornada de trabalho.

[...] os sindicatos se tornam centros organizadores dos assalariados, focos de resistência à exploração capitalista. Num primeiro momento, eles vão congregiar os operários das oficinas e das fábricas, os que produzem diretamente as riquezas - o setor dinâmico da sociedade capitalista. Posteriormente, com o desenvolvimento do próprio sistema, eles se generalizam, atingindo outros setores econômicos. Para Marx, “se os sindicatos são indispensáveis para a guerra de guerrilhas cotidianas entre o capital e trabalho, são também importantes como meio organizado para a abolição do sistema de trabalho assalariado” (BORGES, 2006, p. 2).

No plano mais geral segundo Boito (2007), o movimento sindical é um movimento reivindicativo estável, organizado e socialmente legítimo da classe dominada fundamental, visando à negociação das condições de exploração do trabalhador pelo proprietário dos meios de produção.

Mantendo as tradições desde o seu nascimento e, no decorrer do seu desenvolvimento nesse país, essas poderosas organizações até agora têm-se limitado quase exclusivamente a regulamentar os salários e as horas do trabalho, esforçando-se, além disso, por impor a abolição das leis abertamente hostis aos operários. Como já dissemos, têm obtido exatamente o resultado que se poderia esperar de tal ação. Entretanto, obtiveram algo mais: a classe dominante, que conhecia melhor que os próprios sindicatos sua força, fez-lhes voluntariamente concessões mais amplas. Ao estender o sufrágio universal a todos os níveis da administração, Disraeli deu direito de voto à maioria da classe operária organizada. Mas tê-lo-ia proposto, se tivesse pensado que estes novos eleitores manifestariam vontade política e deixariam de estar ao lado dos políticos liberais da burguesia? Poderia fazer aprovar esta lei se a classe operária, ao se organizar em gigantescas organizações sindicais não tivesse demonstrado que estava apta para as tarefas políticas e administrativas? (MARX, 1980, p. 42 e 43).

Um marco importante para a luta dos trabalhadores foi 1830, quando foi criada uma associação geral de operários ingleses: a “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho”. A mesma objetivava atuar como central de todos os sindicatos. Chegou a reunir operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros, mineiros e etc.

Ela reunirá têxteis, mecânicos, ferreiros, mineiros e outras profissões. **Chegará a ter cerca de 100 mil membros e editará um periódico, A Voz do Povo.** Na vanguarda do movimento operário inglês dessa época estarão os têxteis, principalmente os da concentração industrial de Lancashire. **Em 1866, com o avanço da industrialização em outros países, será realizado o primeiro congresso internacional das jovens organizações de trabalhadores de vários países. Ela representará um grande salto na unidade dos assalariados, que será materializado com a fundação da associação internacional dos trabalhadores (AIT), também conhecida como a primeira internacional (BORGES, 2006, p.7, grifo nosso).**

Para Engels (1899), os meios que os sindicatos utilizavam para atingir seus objetivos eram as greves e a paralisação do trabalho. Um avanço na ação do proletariado ocorreria com o surgimento da greve, considerada uma forma mais “coerente” de luta para o enfrentamento do patronato.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital (Ibidem, 1899, p. 1).

Entretanto, para o referido autor - ainda com o uso desses instrumentos de luta que permitiam frear o avanço do capital a favor do mercado e contra os direitos do trabalhador - as associações continuavam insuficientes diante das causas reais que condicionam o mercado de trabalho.

Tais meios, no entanto, são extremamente limitados, porque há operários que não participam da associação e outros que, seduzidos pelas efêmeras vantagens que os burgueses lhes oferecem, dela se afastam. Sobretudo no caso de greves parciais, os industriais não têm dificuldades em recrutar dentre essas ovelhas negras um certo número de indivíduos (chamados knobsticks) e levar ao fracasso os esforços dos operários associados (ENGELS, 2008, p. 251).

Segundo Engels (2008), nos períodos de depressão econômica, a impotência dos sindicatos tornava-se quase total, o que não significava a ausência de greves, mas que os resultados conseguidos por elas eram pífios e demonstravam o seu limite na luta contra o capitalismo.

A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas. É natural que todos os esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre a demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as grandes causas que operam sobre essa relação: durante uma crise comercial, a própria associação deve reduzir o salário que exige ou desagregar-se; e, no caso de um crescimento importante da demanda de trabalho, não pode fixar um salário mais alto que aquele determinado pela concorrência entre os capitalistas. No entanto, no que tange a causas de menor magnitude, sua ação é eficaz. Se o industrial não esperasse uma oposição concentrada e maciça dos operários, para aumentar seus lucros ele reduziria, gradativamente e sempre, mais os salários; a luta concorrencial que trava com os outros industriais o constrangeria a isso e os salários rapidamente desciriam ao seu limite mínimo (ENGELS, 2008, p.251, 252).

A concorrência entre os trabalhadores, mantida pela lógica do capital, segundo Engels (2008), apresentava-se como um entrave relevante na concretização da prática sindical. Essa dificuldade ocorria porque o trabalhador não qualificado era um sujeito vulnerável no processo produtivo, podendo ser substituído a qualquer momento por um trabalhador desempregado, que representava o exército de reserva ou “sobrantes” .

Portanto, ambos os casos se encontram em situação de transitoriedade e dependência dessa lógica de mercado, e suas condições materiais dificultam sua inserção no movimento operário.

Desde o início da Revolução Industrial até o desenvolvimento do capitalismo, a concorrência, de acordo com Engels (2008), tem sido um dos elementos centrais na perpetuação desse modo de produção. Seja no período em que a manufatura foi introduzida, ou em um contexto mais contemporâneo de desenvolvimento tecnológico empregado às máquinas e na própria organização do trabalho, a “competição” entre os trabalhadores e em alguns momentos entre os burgueses foi responsável por manter viva a lógica do capital. “Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida de proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele” (ENGELS, 2008, p.117-118).

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. O tecelão que opera um tear mecânico concorre com o tecelão manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorre com aquele que está empregado ou é mais bem pago e procura substituí-lo. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes.

A “ausência” de solidariedade entre os operários, segundo Engels (2008), era causada pela lógica da concorrência, considerada pelo autor como uma das limitações da greve e da prática sindicalista de modo geral. As próprias condições impostas pelo trabalho industrial geravam nos proletários a necessidade de solidariedade e lealdade.

Para Engels (2008), a solidariedade indissolúvel era a única arma do trabalhador, porque apenas dessa forma era possível demonstrar a força da coletividade proletária. Ainda de acordo com o autor, a concorrência é a principal responsável pela quebra dessa solidariedade entre os operários, considerada assim, um dos limites das greves proletárias.

Contudo, o verdadeiro impasse da prática sindical estava nos limites das trade-unions frente às crises cíclicas da economia capitalista. Com a insegurança, as incertezas e os riscos de miséria absoluta, levavam a classe trabalhadora à posição de refém das oscilações da economia capitalista. Até mesmo os operários mais qualificados ficavam vulneráveis e tendiam à proletarização com a introdução das máquinas no processo produtivo (ENGELS, 2008).

É importante frisar que a organização sindical, no formato descrito acima, não se restringiu à Inglaterra. O desenvolvimento industrial, no século XIX, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos da América e em outros países, gerou a necessidade de resistência por parte dos trabalhadores fortalecendo assim o proletariado, tanto nos aspectos quantitativos, quanto qualitativos, repercutindo na expansão do movimento sindical.

Os contatos entre os operários dos países industriais avançados e dos países pouco industrializados aumentava. Em 1866 realizou-se o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores que reuniu representantes operários de vários países. Neste evento, foi reafirmada a importância dos sindicatos, definida como uma das tarefas primordiais do proletariado.

Contudo, a tendência das uniões sindicais inglesas, o “trade-unionismo”, que propunham reivindicações, predominantemente econômicas, já não era a única tendência. Nesse sentido, torna-se importante, também, apresentar outras concepções do movimento sindical, construídas nos séculos XIX e XX, que contribuirá para compreendermos o movimento sindical no Brasil.

Sobre as diversas Concepções do Sindicalismo, segundo o autor Antonio Cândido Filho (1982), podemos destacar entre elas, a própria corrente do trade- unionismo citada acima, corrente anarquista, marxista, doutrina social católica, fascista e bonapartista.

Cândido Filho (1982, p. 36) destaca que os anarquistas, a corrente anarquista - através do movimento operário - queriam manter os sindicatos íntegros e autônomos, sem nenhum vínculo com partidos políticos, Igreja ou Governo. A sociedade segundo eles, após a insurreição realizada através da greve geral, deveria ter como célula- mater, o sindicato. Deste modo, os trabalhadores criaram a sua própria luta, sem aceitarem a ajuda de mais ninguém, a não serem deles próprios.

Das várias correntes em que se dividiu o anarquismo foi o sindicalismo, também chamado anarco-sindicalismo, o que exerceu maior influência no movimento operário. Os princípios fundamentais do sindicalismo são a neutralidade dos sindicatos em matéria de política, a greve geral como instrumento de ação na luta pela emancipação do proletariado e a substituição do Estado por uma federação de sindicatos (CÂNDIDO FILHO, 1982).

Cândido Filho (1982) ressalta que o marxismo é a doutrina concebida por Karl Marx e Frederich Engels, agregando formulações teóricas de vários pensadores como,

Lenin, Gramsci e outros.

Em linhas gerais, para Cândido Filho (1982) o marxismo admite que a luta de classes é o motor da história. A aristocracia se opôs a burguesia que a venceu, mas o proletariado lutou com a burguesia triunfante, através de uma missão histórica para dar fim à burguesia e à sociedade que a engendrou para instaurar a nova sociedade socialista. O marxismo, segundo o autor, se manifestou sob quatro tendências principais: o revisionismo, o reformismo, o leninismo e o euro-comunismo.

Cândido Filho (1982, p. 44) salienta que a doutrina social católica é reformista. Além disso, destaca que essa doutrina defende a ideia de uma sociedade em que os ricos sejam menos ricos e os pobres menos pobres e rejeita a luta de classes como interpretação da história. Sobre as formas de reivindicação operária, o Vaticano II declara que entre os direitos fundamentais da pessoa humana, deve-se enumerar o direito dos trabalhadores de fundarem, livremente, associações que possam representá-los de modo eficiente a fim de contribuir para organizar a vida econômica na ordem reta, assim como o direito de participarem com liberdade nas atividades dessas associações, sem perigo de represálias.

Para essa doutrina, a greve para a defesa dos próprios direitos e a realização das reivindicações justas dos trabalhadores, pode permanecer como recurso necessário, ainda que seja o último.

Já a concepção fascista de movimento operário, se fundamenta na absorção do chamado corporativismo. O sistema corporativo organiza a economia por meio de instituições compostas por representantes dos patrões e dos empregados, sob o controle do Estado. Tais instituições recebem o nome de corporações. O Estado é quem reconhece os sindicatos, que os assimila como seus próprios membros e se serve deles para aproximar-se das massas e procurar seu bem-estar moral e material (CÂNDIDO FILHO, 1982).

Por fim, Cândido Filho (1982) destaca a doutrina bonapartista. O autor enfatiza que durante o governo de Napoleão III (que durou de 1852 a 1870) houve uma tentativa de exercício do poder acima dos conflitos de classe. Conseguiu-se manter certo equilíbrio entre a agricultura e a indústria, que muito se beneficiaria no governo anterior. Com intenção de ganhar as simpatias dos trabalhadores e reconciliá-los com a ordem reinante, Napoleão declarou que não vinha para aplicar a Declaração dos Direitos do Homem, mas para aplacar a fome dos pobres. Estimulou as caixas de socorro, favoreceu a construção de estabelecimentos para asilos e aos trabalhadores desempregados ou convalescentes. Além disso, criou escolas para filhos de trabalhadores, equiparou as vítimas de acidente de

trabalho para inválidos de guerra, liberou as indústrias do pão e da carne para baratear o preço desses alimentos, cuidou da construção de casas acessíveis aos operários, empreendeu obras públicas em Paris e outras cidades e concebeu o direito de associação sindical (CÂNDIDO FILHO, 1982, p.48).

Ressaltamos que apresentar as principais correntes que fizeram parte da história do sindicalismo é essencial para que possamos compreender as propostas e práticas que nortearam a organização do movimento dos trabalhadores, que oscilaram de ideias e intervenções mais revolucionárias e até as mais reformistas, de acordo com a conjuntura econômica, política e ideológica de cada período. Essa breve apresentação também nos ajudará a refletir sobre o movimento operário no Brasil, que em muitos momentos foi influenciado pelas concepções aqui abordadas.

Sobre o movimento sindical internacional, sabemos que atualmente o mesmo “é composto por quatro diferentes níveis: mundial, regional, setorial e por empresa. Há ainda o que podemos chamar de nível parassindical, composto por entidades internacionais e cuja missão está diretamente relacionada aos trabalhadores”(RODRIGUES, 2012, p. 4).

Existem as Centrais Sindicais Mundiais (CSMs), em nível mundial, (RODRIGUES, 2012) que abrangem todos os trabalhadores do globo, seja qual for o seu setor de atuação. Uma delas é a Federação Sindical Mundial- WFTU: World Federation of Trade Unions (FSM) e a outra a Confederação Sindical Internacional - ITUC: Internacional Trade Union Confederation (CSI), ex- Confederação Internacional de Organizações Sindicais ( CIOSL), que segundo Rodrigues (2012) é muito mais poderosa do que a primeira. No nível regional a principal é a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), criada em 1973 (ETUC - European Trade Union Confederation).

Podemos encontrar também entidades regionais, em nível internacional, que na realidade são, departamentos continentais das Centrais Sindicais Mundiais (CSMs) ou das Federações Sindicais Internacionais (FSIs), sem autonomia jurídica e política (RODRIGUES, 2012).

Com relação ao nível setorial, existem as Federações Sindicais Internacionais (FSIs) . Essas são as organizações sindicais mundiais mais antigas. A primeira delas, a Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM), foi fundada em 1893 (RODRIGUES, 2012).

Já por empresa, existem os Comitês ou Redes Mundiais de Trabalhadores (CMTs), que são organizações sindicais globais de trabalhadores e que existem e atuam no nível de

uma mesma empresa, ou seja, de uma mesma transnacional (RODRIGUES, 2012, p.4).

As breves considerações realizadas - até aqui sobre o surgimento da organização dos trabalhadores no capitalismo, a criação dos sindicatos e o contexto histórico-social dos trabalhadores europeus, principalmente ingleses, as principais correntes sindicais, assim como as centrais sindicais no campo internacional - mostram a necessidade de compreendermos que as relações capitalistas de produção foram inseridas no seio da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, essa classe foi despertada para a resistência e a contestação. Nesse sentido, os sindicatos se apresentam enquanto instrumento fundamental na organização e luta dos trabalhadores.

## 2 – SINDICALISMO NO BRASIL

Assim como procuramos apresentar no primeiro capítulo a história do movimento operário e sindical, no segundo capítulo temos o objetivo de traçar um panorama sobre a trajetória do sindicalismo no Brasil, abordando, desde as primeiras manifestações da luta dos trabalhadores, tanto na cidade, quanto no campo. Importante ressaltar que esse caminho nos levará ao entendimento do contexto de surgimento da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), necessário para adentrarmos no universo do objeto pesquisado.

Abordaremos daqui em diante, sucintamente, alguns fatos importantes que marcaram a organização operária no Brasil. Contudo, em nossa discussão será dado maior enfoque ao sindicalismo brasileiro, sobretudo na década de 1980, período compreendido por muitos autores como sendo o momento em que surgiu o novo sindicalismo brasileiro, contexto em que foi criada a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Partindo da ideia, exposta anteriormente, de que a classe trabalhadora, no campo e na cidade, pode lutar não apenas por melhores salários, mas também, pela superação das desigualdades sociais, econômicas e políticas, as organizações sindicais e os movimentos sociais em geral têm se constituído em espaços privilegiados de enfrentamento de interesses.

Os trabalhadores não são um todo homogêneo e monolítico, disposto a lutar de forma unânime pelas mesmas bandeiras. Existem diferentes níveis de consciência de classe, de visões de mundo e de projeto de sociedade. Inclusive, existem segmentos que muitas vezes expressam programas de “conservação, melhoria e desenvolvimento do capitalismo” (CORCIONE; SOUZA, 2006, p. 3).

Tanto mundialmente, como nacionalmente, essas mudanças que acontecem nas formas de organização dos trabalhadores, acompanham as mudanças estruturais da economia e da política nacional.

Segundo Telles (1981), a atual forma de organização dos trabalhadores, no Brasil, se originou juntamente ao próprio surgimento e o desenvolvimento do capitalismo.

Nesse capítulo também abordaremos a trajetória histórica do sindicalismo no Brasil. Veremos como se deu no país a organização dos trabalhadores desde a sua origem para buscarmos compreendê-la no contexto atual.

## 2.1 – DA ORIGEM ATÉ 1930

Sobre a história do movimento operário no Brasil, Jover Telles (1981, p. 1) afirma que desde sua formação, a classe operária foi composta por parte de escravos, e após a abolição da escravidão, por imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e de outros países, bem como de elementos oriundos do campo, que buscavam superar as difíceis condições de trabalho e de vida no interior do país.

A história do movimento operário no Brasil, segundo Antonio Cândido Filho (1982), se inicia em 1888 com a abolição da escravidão, sendo esse um marco divisório entre duas épocas. A fase que compreende essa data até a Revolução de 1930 representa o período de constituição de uma classe operária, que lutou fortemente pelos seus direitos, enfrentando as condições mais adversas. Sobre esse primeiro período,

Convém ressaltar que as peculiaridades históricas e geográficas do Brasil tornam a formação de sua classe operária um processo amplo, que, ao longo do seu desenrolar, assume diferentes características. Na etapa inicial, entre 1880 e 1920, ela se baseia, em parte, na imigração européia, a partir da qual se formam um semiproletariado agrícola e um proletariado predominantemente manufatureiro nas cidades. Estes elementos apresentam certa semelhança com o que denominamos de modelo “americano”. A seguir, o processo entra em nova etapa, dominada pelo capital monopolista e pela rápida implantação da grande indústria. Nesta etapa, a formação da classe operária se acelera, revolucionando a estrutura social do País, sobretudo pela proletarianização em massa do homem do campo. Esta revolução social se produz de um lado pela acumulação de capital que expande a procura por trabalhadores assalariados e, de outro, pela expulsão de parcelas crescentes dos trabalhadores do campo. Esta expulsão resulta tanto da expropriação direta de posseiros (modelo “britânico”) como do persistente empobrecimento absoluto e relativo de grande parte do campesinato autônomo e semi-autônomo (modelo “francês”).

Apesar de suas peculiaridades, a formação da classe operária brasileira decorre do movimento da economia mundial e, portanto, se liga à formação da classe operária em outros países, sobretudo nos países onde se origina a imigração numa etapa e o capital multinacional, que comanda a implantação da grande indústria no Brasil, noutra etapa. Entre 1885 e 1930, o Brasil absorveu sobras do subproletariado europeu, integrando-o ao seu proletariado. De 1955 em diante, o Brasil absorveu sobras do capital multinacional de propriedade americana, européia ou japonesa, e desta maneira abriu nova etapa na formação de sua classe operária. O esgotamento do processo de proletarianização em países altamente desenvolvidos contribui assim para acelerar a proletarianização em países recentemente industrializados. O caso do Brasil ilustra esta relação perfeitamente (SINGER, 1985, p.64-65).

Com relação à origem da luta dos trabalhadores no país, Cândido Filho (1982) adverte que, é exagero e grave ofensa aos trabalhadores brasileiros a constante afirmativa de que nada existiu antes de 1930, e que toda legislação a favor dos operários lhes foram graciosamente outorgada, sem nenhuma luta nem manifestação expressa dos mesmos de que a desejavam.

Vindos da Europa em busca de trabalho nas indústrias brasileiras em crescimento em São Paulo, os imigrantes compunham uma parcela significativa da classe operária nesse período descrito por Singer (1985) acima. Traziam consigo, além da especialização para o trabalho, as experiências de organização e de luta da classe trabalhadora na Europa e influências de variadas correntes ideológicas, dentre elas, comunista, cristã e anarquista.

A sensação de transitoriedade vivida pelos imigrantes - que em grande parte demonstravam o desejo de retornarem a seus países de origem, após conseguirem algum ganho material - era um fator que dificultava a organização desses operários. Entretanto, em meio a esses trabalhadores existiam grupos com maior inclinação à luta do que outros, que ao perceberem que o sonho de retornar para a terra natal ficava mais distante, passavam a compartilhar dos mesmos ideais e da organização como única forma de enfrentar as condições sociais e de trabalho degradantes.

Portanto, por volta de 1900, a classe operária era composta, especialmente, de trabalhadores estrangeiros - principalmente de italianos e espanhóis - já que, nesse período, havia ocorrido a abolição da escravatura e a mão de obra estrangeira possuía experiência no trabalho industrial. Vieram milhões de trabalhadores para o Brasil, poucos deles conseguiram terra e grande parte se inseriu no trabalho nas fazendas de café. Em um momento posterior, a maioria deixou o campo e migrou para a cidade para o trabalho nas indústrias (TELLES, 1981, p.2).

Com o desenvolvimento do capitalismo não somente aumentou o número de operários, como também surgiram e se acirraram novas contradições de classe. O processo de acumulação de riquezas em uma parte da sociedade, à custa do agravamento da situação de miséria na outra parte, determinou o entrelaçamento de classe entre o proletariado e a burguesia. Desta forma, surgiram, então, as primeiras lutas da classe operária.

Uma das primeiras lutas organizadas foi realizada no Rio de Janeiro em 1858, quando os tipógrafos dos jornais Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil e Jornal do Comércio, insatisfeitos com os míseros salários que recebiam, declararam greve, exigindo

uma elevação de 10 tostões diários em seus vencimentos (TELLES, 1981, p.2).

O acirramento das contradições de classe deu lugar, não somente ao surgimento e desenvolvimento de importantes lutas da classe operária, como também à materialização das primeiras formas de organização do movimento operário.

As primeiras associações operárias surgidas no Brasil tinham objetivos limitados, e desempenhavam de início funções de caráter assistencial, objetivando auxiliar os associados no caso de doença, de invalidez, de desemprego, bem como de fornecer pensão à viúva, no caso de morte do marido. Foi necessário um longo período para que os embates da luta de classes fossem transformando essas organizações operárias em verdadeiras representantes na luta contra os exploradores.

De acordo com Telles (1981) as primeiras associações operárias livres se iniciaram na passagem do século XIX; e denominavam-se ligas operárias, uniões profissionais, associações de resistência. Ainda conservavam o caráter beneficente, porém colocavam com vigor a reivindicação da jornada de oito horas de trabalho. Seus fundadores e filiados eram artesãos (sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, etc) sendo, portanto, o sindicato de ofício o tipo de organização operária preconizado, nos moldes anarquistas.

A maior parte das organizações operárias localizam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo; a maioria de seus associados eram de origem estrangeira. A vanguarda dessas primeiras entidades de classe cabia aos tipógrafos; deles partiram os mais significativos movimentos de reivindicações que serviram para modificar a mentalidade dos operários. A primeira greve no Brasil fora desencadeada por eles, em 1858.

Se uma das primeiras greves organizadas no Rio de Janeiro foi a dos tipógrafos, em 1858, também a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853, foi uma das mais antigas organizações profissionais surgidas no Brasil. Em 1858, funda-se a Sociedade Beneficente dos Caixeiros. Em 1873, fundam-se a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional e a Associação de Socorros Mútuos, chamada Liga Operária. Em 1880, organiza-se a Associação Central Emancipacionista. Em 1884, funda-se a União Beneficente dos Operários da Construção Naval. Em 1900, funda-se o Círculo Operário do Distrito Federal, e antes disso, em 1890, o Centro das Classes Operárias, atuava no Rio. Essa organização teve vida relativamente longa (TELLES, 1981, p.2).

A partir de 1900, houve o aumento das associações sindicais. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 já assegurava a liberdade de associação (artigo 72) e o Decreto nº

979, de 6 de janeiro de 1903, possibilitava aos trabalhadores da agricultura e aos da indústria rural a constituição de sindicatos à defesa de seus direitos. Em 1906, surgiram “os sindicatos dos trabalhadores em ladrilhos, em pedreiras além, dos pintores, dos sapateiros, o Sindicato Operário de Ofícios Diversos, etc. Principalmente no Rio, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, começaram a disseminar a organização sindical” (TELLES, 1981, p. 4).

Na formação da classe operária brasileira, consideramos, à primeira abordagem, o fato de o processo de industrialização ter se concentrado em poucas áreas, como Rio de Janeiro, São Paulo, e lugares dispersos dos Estados do Sul do Brasil, “determinando esse fato uma desigualdade muito grande na formação da mão de obra nacional” (CÂNDIDO FILHO, 1982, p 141).

Dentre algumas ações importantes dos trabalhadores, se deu a organização do Iº Congresso Operário no Brasil, em 1903. A partir desse ano, as organizações sindicais tomaram grande impulso. Assim, fundou-se a Federação das Associações de Classes, no Rio de Janeiro, que iria promover - depois de três anos - o I Congresso Operário Brasileiro. Nesse congresso participaram, além da Federação Operária de São Paulo, criada em 1905, representantes de outros Estados, inclusive do Nordeste. De maioria anarquista, os delegados rejeitaram a proposta feita pelos socialistas, no sentido da criação de um partido proletário; ficou aprovado o emprego do método da ação direta como norma da ação da classe operária; deliberou-se ainda sobre a constituição de uma Confederação Operária Brasileira (COB).

No 1º Congresso Operário Brasileiro, chegou às seguintes definições:

- a) organização federativa e não centralizada;
- b) sindicalismo de resistência e não assistencialista;
- c) combate ao parlamentarismo: o fundamental é a ação direta da classe operária;
- d) luta contra as propostas dos agentes do governo e da igreja;
- e) formar a COB (Confederação Operária Brasileira) (GERAB; ROSSI, 1997, p. 25).

A COB, segundo Gerab e Rossi (1997), foi estruturada em março de 1908, no Rio de Janeiro. Oito entidades de trabalhadores do Rio de Janeiro, vinte e duas do Estado de São Paulo e uma do Rio Grande do Sul faziam parte dela. Era uma verdadeira central sindical, modelada nos estatutos da Confederação Geral do Trabalho francesa e com a mesma diretriz doutrinária, além de conceder aos filiados autonomia sindical.

No ano de 1907, o governo reconheceu o direito à sindicalização e na mesma

data, porém, o Congresso aprovou a famosa lei Adolfo Gordo, que autorizava a expulsão de estrangeiros, suspeitos de ameaça a ordem pública. Ou seja, emperra a ação da vanguarda da classe operária de então e dá forças para o governo na sua tentativa de controlar o movimento sindical (GERAB; ROSSI, 1997).

Já em 1912, o filho do presidente da República Hermes da Fonseca, organizou um Congresso Operário para neutralizar os anarquistas e socialistas. É nessa linha, que mais tarde, o presidente Arthur Bernardes procurou o apoio dos sindicatos para se eleger presidente. Estando na Presidência da República, Hermes da Fonseca, um de seus filhos, Mario Hermes na Fonseca ( que era deputado) e o tenente Palmírio Serra Pulquério, organizaram um congresso de trabalhadores denominado “IV Congresso Operário Brasileiro” .

Compareceu a esse IV Congresso, 187 delegados, dizendo-se representantes de 68 associações proletárias. Passagens e hospedagem dos delegados foram pagas pelo governo. Duas foram as resoluções adotadas: a criação de uma Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), cujo programa constava a luta pela jornada de oito horas entre outras reivindicações, e a fundação de um partido proletário, cuja presidência de honra cabia ao tenente Mário Hermes da Fonseca (CANDIDO FILHO, 1989).

Com anarquistas e socialistas, a Federação Operária do Rio de Janeiro e a COB protestaram veemente contra o congresso amarelo do filho do Presidente da República e resolveram realizar o II Congresso Operário Brasileiro. Este teve lugar no Rio de Janeiro, em setembro de 1913, com a participação de 117 delegados, representando duas Federações estaduais, cinco municipais, cinquenta e dois sindicatos. De maioria anarquista, o congresso decidiu que os sindicatos apoiadores rejeitassem qualquer vinculação com partidos políticos, confirmassem a adoção da ação direta, se estruturassem, tanto por ofício, quanto por indústria e repudiassem as determinações legais que ferissem a autonomia sindical ou a individual dos associados. Foi no II Congresso Operário, que Astrojildo Pereira fez seu ingresso no movimento operário (GERAB; ROSSI, 1997).

Segundo Gerab e Rossi (1997) o III Congresso da COB foi realizado em abril de 1920, no Rio de Janeiro. Na ocasião, os operários brasileiros ali representados aprovaram uma mensagem de saudação e enviaram sua solidariedade ao proletariado soviético, além de manifestarem sua simpatia à III Internacional, cujos princípios correspondiam às aspirações de todos os trabalhadores brasileiros. Ficou estabelecida, na ocasião, a constituição de uma comissão executiva do III Congresso com mandato até o IV Congresso

Operário Brasileiro a efetuar-se em 1921.

Constituiu-se, também, o Conselho Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal e do Estado do Rio, unindo as quatro federações existentes no âmbito dessas duas unidades políticas. Contudo, o congresso marcado para 1921 não chegou a acontecer: as lideranças sindicais, em grande número, aderiram às ideias da revolução bolchevique e o movimento operário cindiu-se. Em março do ano seguinte foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB).

É importante frisarmos que, desde o III Congresso da COB até 1930, à exceção da criação do Partido Comunista, o movimento organizatório dos trabalhadores se manteve inalterado. Em 1931, com a criação do Ministério do Trabalho, os sindicatos perderam autenticidade, passando a ser meros prolongamentos desse órgão do Governo (CÂNDIDO FILHO, 1989).

De acordo com Corcione e Souza (2006), podemos considerar que durante toda a história das organizações sindicais no Brasil, houve importantes concepções e correntes que influenciaram as táticas e estratégias do sindicalismo desde a virada do século XIX para o XX, período em que ocorreu a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado. Além disso, houve destaque em quatro concepções, a saber: a anarquista, a comunista, a corrente pelega (amarela) e a cristã.

Desde as primeiras décadas da República Velha a luta operária travou-se no sentido de conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos congressos operários e sindicais e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, redução na jornada de trabalho, regulamentação de trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc (ANTUNES, 1982, p. 63).

Segundo Antunes (1982) a hegemonia anarquista e anarcossindicalista, no seio da classe operária, repercutiu na predominância de uma pauta predominantemente economicista. Nesse sentido, negligenciava-se o momento político de luta pelo poder estatal e todo o esforço era centrado nas lutas imediatas, perdendo de vista a efetiva superação do capitalismo.

Mais ainda, o movimento operário anarquista no Brasil, tal qual nos países de origem do anarquismo, desconsiderava ou, mais ainda, não admitia na sua doutrina a criação da organização político-partidária das classes subalternas e, decorrentemente, além de isolar-se do cenário político, não permitia a formação de um bloco hegemônico de classes subalternas, pois não buscava, concretamente, a necessária política de aliança com os demais setores dominados, especialmente o campesinato (Ibidem, 1982, p. 63-64).

Nesse sentido, na leitura de Antunes (1982, p.64), não parece justo imputar ao movimento operário, daquele período, o caráter de “revolucionário” apesar do relativo grau de mobilização operária. O fato de se utilizar a greve geral como instrumento privilegiado, de se limitar ao conflito intrafabril através da ação direta, não permite a caracterização feita por algumas interpretações.

Contudo, a organização dos operários passou, rapidamente, a sofrer repressão por parte dos governos que utilizou variados mecanismos para finalizar essa mobilização, desde a proibição de manifestações públicas, à expulsão de estrangeiros que liderassem os trabalhadores.

Influenciado por mudanças conjunturais que refletiram na economia e na política causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa de 1917, o movimento operário brasileiro passou a incluir outras reivindicações em suas lutas. A Revolução Russa de 1917 foi imprescindível para a mudança de rumos do movimento operário brasileiro. A vitória dos comunistas na Rússia fez com que os socialistas que compunham o movimento operário brasileiro se sentissem mais fortalecidos e passassem a influenciar mais efetivamente a organização do movimento operário. Desde então, os trabalhadores partiram para o enfrentamento, através de greves e manifestações, motivadas inicialmente por questões salariais e, em um segundo momento, passou a exigir direitos trabalhistas, tidos como fundamentais para a melhoria da situação da classe trabalhadora. Contudo, apesar do fortalecimento do movimento socialista, os anarquistas não saíram de cena e procuraram resistir e garantir espaço (GERAB; ROSSI, 1997).

De acordo com Gerab e Rossi (1997) tanto o governo do presidente Epitácio Pessoa no período de 1919 a 1922, quanto o de Arthur Bernardes de 1922 a 1926, se caracterizaram pela repressão ao movimento social, enquanto eram submissos à política chamada de “café com leite” - que reunia as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, as quais, quase sempre, realizavam alianças com as do Rio Grande do Sul.

Tais governantes contaram com os três Estados econômica e politicamente mais fortes da federação. No entanto, devido ao contexto histórico interno e externo de suas épocas, foi nesses dois governos que as primeiras leis trabalhistas foram promulgadas (GERAB; ROSSI, 1997), tais como:

- 1919: é aprovada na Câmara Federal a lei sobre acidentes de trabalho;
- 1923: foi constituído o Conselho Nacional do Trabalho, que tinha como função elaborar projetos de leis sobre o trabalho;

- 1925: surge a lei que concede 15 dias de férias anuais;
- 1926: A primeira lei que regulamenta o trabalho do menor.

Respondendo - no campo da organização político- partidária - aos avanços dos trabalhadores, é fundado, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), fruto da confluência de diversas tendências libertárias, que tinham como referência o surgimento e consolidação de uma poderosa classe operária no Brasil.

O Partido Comunista do Brasil nasceu das lutas operárias que agitaram o país durante os anos de 1917 a 1920, e se formou sob a influência decisiva da Revolução Socialista de Outubro. O que quer dizer que nasceu e se formou já na época das guerras imperialistas e das revoluções proletárias. Mas, para melhor se compreender o processo de sua gestação e do seu aparecimento na arena política brasileira, como partido independente da classe operária, torna-se necessário proceder a um retrospecto histórico do movimento operário brasileiro, pelo menos, a partir de 1906. Esta data é muito importante, porque assinala o início, entre nós, de uma organização operária de âmbito nacional, qual seria a Confederação Operária Brasileira, só organizada em 1908, mas cujas bases haviam sido lançadas pelo Congresso Operário reunido no Rio de Janeiro, naquele ano. Acresce, ainda, a circunstância, que é preciso igualmente levar em conta, de que o referido Congresso assinalou, do mesmo passo, o começo de todo um período de predomínio da influência anarco-sindicalista no movimento operário brasileiro (PEREIRA, 1952, p.1).

Ao lado dessas vitórias operárias, há o constante esforço do governo em reprimir a liberdade dos trabalhadores, se contrapondo ao decreto de 1890, que garantia o direito de greve. Fortalecendo ainda mais a repressão policial, o governo de Arthur Bernardes consegue fazer aprovar, em 1923, uma nova lei repressiva, chamada pelo nome do seu autor Adolfo Gordo, também conhecida como “lei infame” .

Para Gerab e Rossi (1997) essa lei criou uma série de punições contra operários que fizessem propaganda com os movimentos considerados perigosos para o país. Era o motivo para fechar qualquer organização dos trabalhadores, assim como decretar a expulsão de estrangeiros.

Com a fundação do Partido comunista em 1922, cresceu a disputa pela hegemonia política no movimento sindical que já envolvia os anarquistas e os católicos. A partir dessa data, a tendência comunista-socialista se fortaleceu e passou a disputar com os anarquistas a direção dos sindicatos. Até 1932 os anarquistas continuaram ativos, mas perdendo cada vez mais força para os comunistas (GERAB; ROSSI, 1997).

A partir de 1922, o movimento operário dividiu-se em Federações anarquistas, comunistas e amarelas. Sobre as tendências do movimento operário sindical até 1930,

destaca-se cinco, sendo elas tendência anarquista, socialista, comunista, católica e trabalhista.

**Tendência anarquista** — É a tendência predominante no começo da industrialização no Brasil. É também chamada de anarco-sindicalismo. — É anti-capitalista, quer o fim da propriedade privada e das classes; — É contra qualquer opressão. Na visão anarquista todo Estado é opressor; propõe um regime libertário. — Para os anarquistas a solução é uma República Sindicalista; — O anarquismo diz que só a ação direta resolve. Nada de parlamento de partidos; a única luta que importa é a luta sindical. Tem um forte tom internacionalista: "Operário não tem pátria".

**Tendência Socialista** — Fala na mudança do sistema, mas na verdade contenta-se com algumas reformas, por isso será chamada de reformista. — Baseia-se na aliança, nos interesses comuns entre burguesia e proletariado; — Esta tendência passa a ser conhecida como "Social Democracia".

**Tendência Comunista** — É anti-capitalista: quer uma sociedade sem classes. — Para os comunistas é necessário um partido para a classe operária se libertar; — Necessidade de um Estado Operário. Propõe um regime de "Ditadura democrática do proletariado" (K. Marx).

**Tendência Católica** — Aceita a sociedade capitalista. Vê a necessidade de retoques, mas no grosso aceita a sociedade dividida em classes. — Quer diminuir as desigualdades mais gritantes. A tendência católica desenvolve uma oposição especial à visão anarquista e comunista.

**Tendência Trabalhista** — Visão conservadora da sociedade. Seus adeptos são chamados de "Amarelos". — Defende a conquista de alguns direitos para os trabalhadores; — Quer um sindicalismo de estreita ligação com a burguesia; — Recruta seus adeptos da área socialista e católica (GERAB; ROSSI, 1997, p.8 – 9, grifos do autor).

Em 1929, a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) foi fundada pelos comunistas.

O presidente da República, Washington Luís, entendia que “[...] a questão social era caso de polícia” (GERAB; ROSSI, 1997, p.32). O pensamento conservador expresso nessa frase servia aos interesses dos “coronéis” da época, entretanto, não estava coerente com as ideias e projetos renovadores de outros setores da burguesia que viam, na crise internacional, a chance de aplicar seu dinheiro na industrialização do país.

Getúlio Vargas, de acordo com Gerab e Rossi (1997) tinha o discernimento de um estadista capaz de fazer grandes mudanças. A partir do momento em que os olhares e as preocupações se voltaram para as eleições presidenciais, marcadas para 1930, Washington Luís decidiu romper o acordo de revezamento paulista/mineiros na Presidência e indicou o também paulista Júlio Prestes para substituí-lo. Os mineiros, revoltados com a traição

política, foram buscar acordo com os gaúchos e com os paraibanos, construindo a Aliança Liberal, liderada pelo mineiro Afonso Pena Jr. e pelo gaúcho Ildefonso Simões Lopes. Nesse momento, puderam contar também com o apoio dos revoltosos do Tenentismo (GERAB; ROSSI, 1997).

Nessa conjuntura, as eleições, conhecidas como fraudulentas, foram vencidas por Júlio Prestes, que derrotou o gaúcho Getúlio Vargas e seu vice João Pessoa (da Paraíba). Contudo, o assassinato deste segundo repercutiu em uma comoção nacional, que colaborou com a formação de um clima propício à ação da Aliança Liberal. Esse quadro político, então construído, resultou na Revolução de 1930, em que Getúlio, depondo Washington Luís, iniciou seu longo governo de 15 anos, conhecido como “A era Vargas” (GERAB; ROSSI, 1997).

É necessário destacarmos que esse período foi um marco para a história do sindicalismo brasileiro por se tratar da implantação de medidas e estratégias que tiveram um impacto relevante para os trabalhadores e suas organizações.

Existem várias pesquisas que apontam diferentes visões e procuram demonstrar vários pontos de vista, tendo como objeto, os sindicatos dos trabalhadores. Araújo (2003, p. 216-217) salienta que os anos de 1930:

[...] marcaram o início de uma novidade política e institucional no mundo do trabalho: a regulação e o controle estatal nas relações entre capital e trabalho. E que essa novidade ficou intimamente ligada a tudo o que o país produziu desde então em termos de política sociais.

O período enfatizado, anteriormente, é tratado, por muitos autores de “Sindicalismo de Estado” . Segundo Boito Jr. (1991, p. 26-38):

[...] a característica fundamental do sindicalismo de Estado brasileiro, constituído pelos sindicatos oficiais, federações, confederações e Justiça do Trabalho, é a “investidura sindical” , ou seja, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, que é quem lhe outorga a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os capitalistas e seus representantes. Uma segunda característica do sindicalismo de Estado, derivada da primeira, e que facilita o controle do sindicato oficial, é a unicidade<sup>4</sup> sindical, isto é,

<sup>4</sup> Entende-se por unicidade sindical o sistema em que há uma única entidade profissional ou econômica representativa de sua base de acordo com a forma de representação adotada, seja por categoria, base territorial, profissão ou empresa. A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente em seu normativo texto a unicidade sindical, dispondo no art. 8º inciso II ser “vedada à criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município” (BATALHA, 2000, p.83).

o monopólio legal da representação sindical concedida pelo Estado ao sindicato oficial – trata-se do sindicato único estabelecido em lei. Por fim, há ainda o terceiro elemento, também derivado da “investidura sindical” : as “contribuições” obrigatórias estabelecidas por lei – imposto sindical, taxa assistencial e “contribuição” confederativa. Tais “contribuições” constituem uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos oficiais, que faz com que seus recursos materiais dependam, em última instância, do próprio Estado e não dos trabalhadores. Como é o Estado que garante a arrecadação dos impostos sindicais, ele pode determinar o emprego do dinheiro arrecadado, obrigando, por exemplo, os sindicatos à prática do assistencialismo.

Crítico desse modelo de sindicalismo, o autor citado acima, destaca que existem vários estudos sobre sindicalismo no Brasil, e que muitos mostram a existência, desde a década de 1930 e até o presente momento, um padrão de organização e de luta sindical que desestimula a participação dos trabalhadores. Para enfatizar a sua crítica o autor compara o modelo brasileiro com a defesa do papel do sindicato à luz do marxismo.

Lênin dizia que o sindicalismo pode ser uma escola de guerra ou de socialismo; pois bem, no Brasil ele deseduca politicamente os trabalhadores. No Brasil, em muitos aspectos, é o Estado capitalista que desempenha, para o sindicato, a função que os partidos socialdemocratas e comunistas desempenharam e desempenham para o sindicato: ser uma referência política legítima para orientar a vida sindical. É verdade que o sindicato de Estado pode até estimular a luta contra os empregadores, mas estimula, pela sua própria estrutura organizativa (reconhecimento, unicidade e impostos) e pelo funcionamento daí decorrente (intervenção multifacetada e permanente do Estado na vida sindical), a ilusão frente ao Estado capitalista e interpõe, por isso, uma muralha da China entre a luta reivindicativa e a luta socialista. O grande prejuízo para o movimento operário é, portanto, um prejuízo político. Porém, até mesmo no plano da luta reivindicativa, essa estrutura, por desestimular a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e por colocar nas mãos do Estado o poder de proteger as lideranças sindicais que lhe são mais próximas, essa estrutura tolhe, inclusive, a luta reivindicativa (BOITO, 2012, p. 5 e 6).

De acordo com Boito (2012) os marxistas brasileiros deveriam seguir essa tradição teórica e refletir mais sobre a forma da nossa organização sindical, além do modo como essa que foi implantada em nosso país na década de 1930 e que, passando por modificações, persiste no essencial, até a atualidade:

A estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns mecanismos legais e organizativos que se reproduzem graças a determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separado da sua base. A

dependência do sindicato diante do Estado tem como contrapartida sua independência diante dos trabalhadores (Ibidem, 2012, p, 1- 2).

O capitalismo e a sociedade brasileira mudaram muito desde 1930. Houve modificações na legislação, na relação com o Estado, nos governos, sendo estes sempre relacionados com a força e a orientação da luta operária em cada conjuntura.

A necessidade de reconhecimento oficial do sindical e a unicidade sindical foram estabelecidas por decreto em 1931. Os anarco-sindicalistas e os comunistas lutaram contra a oficialização dos sindicatos que dirigiam. O governo ofereceu muitas iscas para atrair os trabalhadores. Havia direitos e prerrogativas que somente os sindicatos oficiais e os trabalhadores a ele filiados poderiam usufruir. Na Constituição de 1934, estabeleceu-se um pluralismo<sup>5</sup> sindical restrito. Seria admissível até três sindicatos por categoria em cada base territorial. Isso não é liberdade sindical, porque o Estado continua com o poder de reconhecimento e de tutela. Em 1937, na Constituição da ditadura do Estado Novo, o pluralismo restrito foi suprimido e se reinstaurou a unicidade. Em 1940 foi criado o imposto sindical que, desde 1966, é denominado contribuição sindical. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, além de conferir inúmeros direitos trabalhistas, consolidou os três elementos básicos da estrutura - reconhecimento oficial, unicidade e imposto sindical (BOITO, 2012, p. 6).

Uma das medidas citadas acima diz respeito à criação do Ministério do Trabalho, em 1930, que objetivou a elaboração e implementação de leis trabalhistas através do Estado.

A partir da Lei de Sindicalização, publicada em 1931, estabeleceram-se as seguintes determinações: vínculo e reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho - facultativo “aos sindicatos” de patrões e empregados e operários celebrarem acordos entre si -; proibição das organizações sindicais de se vincularem às organizações internacionais, sem aprovação do ministério do trabalho; e, estabelecimento que os sindicatos, as federações e as confederações deveriam mandar, anualmente, um relatório para o Ministério do Trabalho. Para Boito (2012, p. 2),

O seu elemento central é a necessidade de que o Estado - seja por intermédio de um Ministério, seja por intermédio do judiciário - reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é, para que possa negociar condições de

---

<sup>5</sup> Entende-se por pluralidade sindical o sistema em que se admite em uma mesma base territorial a existência de diversos sindicatos representando legalmente à mesma categoria profissional ou econômica. “Pluralidade sindical consiste na permissão de várias entidades, na mesma base territorial, exercerem a representação da mesma categoria, disputando-se qual o sindicato mais representativo, ou as condições para uma participação proporcional na representação da categoria” (BATALHA, 2000, p.83).

trabalho e salário com o empregador. Outros elementos importantes da estrutura são a unicidade sindical, por intermédio da qual a representação sindical oficial é concedida em regime de monopólio para um sindicato representar um determinado segmento dos trabalhadores numa determinada base geográfica, e a capacidade legal, que o Estado outorga ao sindicato, de ele impor contribuições aos trabalhadores associados e não associados. O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração, sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que, como já disse, integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores.

Ou seja, de acordo com Boito (2012) esse tipo de instituição sindical implementada no Brasil desestimula a participação ativa dos trabalhadores e pode, no limite, viver e se reproduzir sem associados e muitos sindicatos se encontram nessa situação no país. Para o autor, essa estrutura alimenta uma concepção pequeno-burguesa do Estado, como entidade promotora e protetora da organização dos trabalhadores, em vez de mostrar aos trabalhadores que eles devem contar com a sua própria força.

Outro problema levantado por Boito (2012, p. 3) diz respeito à organização dos sindicatos por categoria.

A imposição de organização por categoria é outro tipo de intervenção e é uma intervenção que estimula o corporativismo. Por que não se parte para uma organização em outras bases? Teve um tempo em que a CUT falou muito em organização por ramo. Por que não implementam isso? Porque, não sendo permitido pela legislação, nenhum sindicalista vai fazê-lo pois isso significaria cair na ilegalidade sindical e perder as supostas vantagens conferidas pela estrutura.

Numa entrevista concedida ao Jornal Voz Operária, ligado à Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, Armando Boito Jr. (2012) foi questionado sobre qual seria a sua proposta para a superação do modelo de estrutura sindical brasileiro. Segundo o autor entrevistado,

Estamos falando de substituir o sindicato atual por um sindicato de outro tipo que seja ligado às massas trabalhadoras, dependente dela para se legitimar como órgão representativo e para se sustentar financeiramente. Numa estrutura sindical desse tipo, não pode haver unicidade sindical, isto é, não será o Estado quem irá conferir ao sindicato o título de representante (em regime de monopólio) deste ou daquele segmento de trabalhadores e não poderá haver, tampouco, contribuições sindicais obrigatórias, impostas por lei, e que se impõem a todos os trabalhadores independentemente da vontade desses. Teríamos uma situação de direito ao irrestrito pluralismo sindical, isto é, de liberdade de organização sindical. Numa situação como essa, a capacidade do Estado de intervir na vida sindical seria fortemente reduzida; principalmente, o Estado perderia

sua capacidade de destituir e nomear dirigentes sindicais, como se fez tantas vezes na história do Brasil, como decisão unilateral de regimes ditatoriais, e como se faz ainda hoje, numa situação de democracia, quando o Judiciário intervém nos sindicatos para arbitrar disputas de base e de eleições entre correntes sindicais rivais. Numa situação como essa, as correntes atuantes no sindicalismo teriam de mostrar, na prática, a sua representatividade e ter capacidade política para arrecadar fundos sindicais junto aos trabalhadores. O foco da atuação dos sindicalistas seria a massa trabalhadora e nunca os corredores do Ministério do Trabalho ou do Poder Judiciário. Numa situação como essa, as direções fazem a luta de ideias, de propostas e de linha de atuação e os trabalhadores escolhem, selecionam, permitem que algumas prosperem e condenam outras à decadência. Nos países onde há liberdade sindical, a tendência é a de o número de sindicatos ser muito menor que aquele existente no Brasil. Os sindicalistas somam forças para criar e consolidar grandes sindicatos e podem lutar para implantar e consolidar um sindicato unitário, sem romper, contudo, com o direito ao pluralismo e sem pretender, portanto, voltar à situação de unicidade. Unidade e unicidade sindical são coisas muito diferentes. No Brasil, os movimentos populares os mais variados funcionam e atuam dessa maneira – movimento camponês, movimento por moradia, movimento estudantil e, até, uma boa parte do movimento sindical dos funcionários públicos. Por que é que somente o movimento sindical não poderia funcionar a agir assim? Por que é que apenas o sindicato precisaria da tutela do Estado? (VOZ OPERÁRIA, 2012, p.3).

Retomando a contextualização da década de 1930, quanto às mudanças que interferiram diretamente no movimento sindical brasileiro, uma implicação importante para a organização dos trabalhadores referiu-se à sua própria autonomia. Nesse período, para ser reconhecido, o sindicato precisava ter a chancela do governo, e apenas os aprovados eram considerados os únicos representantes legítimos dos trabalhadores; portanto, os clandestinos não tinham direito a manifestações políticas.

Entendemos a crítica que Boito (2012) realiza e sua associação direta entre o vínculo institucional e as práticas de peleguismo e assistencialismo pelo movimento sindical. Entretanto, nos contrapomos a ela, pois compreendemos que o sindicato pode ser parte dos Aparelhos Ideológicos de Estado, estando ou não sob sua tutela legal. Será a correlação de forças que ditará se aquele movimento se constituirá num movimento classista ou pelego.

Acreditamos que é essencial a defesa da unicidade sindical frente ao pluralismo sindical, defendido aos quatro ventos pelo capital, como fica claro na Convenção 87 da OIT. Seria um retrocesso o capital ter a liberdade de escolher com qual sindicato negociará, além de mais uma medida que poderia fragmentar a luta dos trabalhadores.

## 2.2 – ORGANIZAÇÃO SINDICAL DURANTE O GOVERNO VARGAS- 1930 A 1945

Com relação à conjuntura política, ao assumir o poder, Vargas leva o projeto da burguesia à frente, ao mesmo tempo que cede a certas pressões do proletariado, criando instrumentos para controlá-lo. Em 1931, tendo como objetivo um maior controle da classe operária e do atrelamento sindical ao Estado, criou o Ministério do Trabalho. Ainda nesse período, Vargas edita o decreto nº 19.770, que trata sobre a lei de sindicalização, em que o Estado assume o controle sobre os sindicatos.

Enquanto os sindicatos passam de entidade privada a organismo de direito público, também deverá ser “reconhecido” pelo Estado pelos seguintes instrumentos:

- a) estatuto – padrão (portanto para todos os sindicatos);
- b) controle de suas finanças pelo Ministério do Trabalho;
- c) exigência de atestado ideológico para seus diretores;
- d) proibição de propaganda e atividade político – ideológica;
- e) direito de intervenção do estado;
- f) o sindicato passa a ser um órgão de colaboração com o Estado (GERAB; ROSSI, 1997).

Desde essas determinações, centenas de sindicatos oficiais surgiram, parecendo ser esse, o marco inicial da história do sindicalismo no Brasil.

Outra medida do governo que interfere na organização sindical e dificulta sua atividade reivindicativa foi a criação, em 1932, das juntas de conciliação para atender a reclamações dos trabalhadores sindicalizados. Essa medida pretendia estremecer a força da luta coletiva, procurando fazer com que as reivindicações fossem cada vez mais realizadas no plano individual.

Entretanto, Telles (1981) ressalta que, todo esse aparato não impediu a luta dos trabalhadores. Entre 1930 e 1932, por exemplo, centenas de greves agitaram a Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, mas como resposta, sofreram uma forte repressão policial ocasionando na morte de vários trabalhadores.

Várias tentativas de dismantelar os sindicatos livres foram feitas. Uma delas ocorreu em 1934, quando Vargas concedeu férias restritamente aos trabalhadores da indústria, sendo os mesmos, “oficialmente” sindicalizados.

Mesmo contado com essa série de ações por parte do governo - que objetivavam abalar a vida dos sindicatos - parte do sindicalismo resistiu até 1934. Nessa conjuntura

existiam os sindicatos oficiais e aqueles que também eram livres.

Nesse mesmo ano, elaborou-se, como resultado da luta dos trabalhadores e a Revolução Constitucionalista de 1932, uma nova Constituição brasileira. Com essa nova elaboração (TELLES, 1981) os direitos conseguidos anteriormente (oito horas, prevenção de acidentes de trabalho, previdência social, férias, a instituição do salário mínimo, etc.) passaram a ser constitucionais.

Nesse momento, altera-se em parte, a legislação sobre os sindicatos, concedendo a pluralidade e a autonomia sindical, o que representou mais uma tentativa de abalar o sindicalismo anarquista e comunista. Mas na verdade, sabemos que essas “concessões” não eliminaram o teor político dessa constituição, que é a transformação do sindicato em uma instituição que visa a colaboração de classes.

Mesmo diante de uma conjuntura como essa, em que as tentativas de “abafar” o movimento sindical combativo eram constantes, por parte do governo - durante a realização de um congresso no dia 1º de maio de 1935 - os comunistas criaram a Confederação Sindical Unitária Brasileira. Nesse ano, também ocorreu a tentativa insurrecional liderada pela Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança dos comunistas, que se opunham aos métodos autoritários de Vargas. Contudo, sem o apoio popular, o levante foi dominado e esse foi o pretexto para o governo desencadear uma grande repressão. Decretado estado de sítio, sindicatos foram fechados, assim como, a Confederação Sindical Unitária Brasileira -, recém criada - fez com que houvesse prisões de comunistas e anarquistas.

Em 1937, promulgando uma nova Constituição, Getúlio Vargas promove um novo golpe militar e instaura o “Estado Novo” . Segundo GERAB e ROSSI (1997, p.35), há a inauguração de um período de ditadura com caráter fascista, que foi mantido até meados de 1945.

Na verdade, o projeto político - institucional de Getúlio Vargas para o Brasil não excluía os trabalhadores. Sabia que marginalizá-los totalmente, não seria mais possível. Porém, tinha clara intenção de manter os trabalhadores sob controle, com “rédeas curtas” dos patrões e do governo. Visava o desenvolvimento industrial do país, sabendo que poderia consegui-lo com bastante harmonia entre os setores burgueses, fossem eles baseados no campo - principal captador de divisas - ou na cidade.

Nesse sentido, buscou-se evitar os tensionamentos sociais através da

reaproximação dos trabalhadores, sendo esses, na verdade, manipulados por meio de concessões que favoreciam, prioritariamente, o patronato. A partir dessa linha política” que “concedia direitos trabalhistas”, foram formadas as comissões mistas de conciliação, com a participação de patrões e empregados e a criação da Justiça do trabalho.

Outra medida que exemplifica a ação manipulatória do governo foi a concessão da jornada de oito horas diárias, mas com o adendo da possibilidade de realização de horas extras de trabalho (GERAB; ROSSI, 1997).

Em 1939, por meio de decretos, aquela autonomia sindical estabelecida em 1932, foi desconsiderada, com a imposição do sindicato único por base de trabalhadores e a proibição de sindicatos fora da estrutura oficial.

Em 1940, com as ações intervencionistas do governo Vargas e os sindicatos, lançou-se o decreto sobre o salário mínimo, além de decretos sobre o imposto sindical que reforçaram o atrelamento dos sindicatos ao governo, sendo este último responsável por centralizar e distribuir esses recursos.

Sobre o imposto sindical, estabeleceu-se que, cada trabalhador pagaria, anual e compulsoriamente, o equivalente a 8 horas de salário e os sindicatos teriam a obrigação de prestar assistência médica e social aos seus associados.

É esse assistencialismo que vai gerar a dominação ideológica e financeira dos sindicatos. Com muito dinheiro, os sindicatos não necessitam de muitos associados para viver. Ao contrário, quanto menor seu quadro “social”, menor seu gasto e mais dinheiro para elevar o padrão de vida de seus diretores: cria-se o pelego oficial. Temos, assim, uma outra característica do sindicalismo fascista: a exclusão do trabalhador na organização e nas reais decisões do seu sindicato (GERAB; ROSSI, 1997, p. 37).

Outro marco com relação ao governo e o sindicalismo no Brasil, ocorreu no Estado Novo de Getúlio Vargas, que

[...] antes de ceder às demandas constitucionalistas, conseguiu concluir sua interferência na organização sindical dos trabalhadores: no “1º de Maio” de 1943, “Getúlio promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que unifica todas as leis que beneficiam os trabalhadores, assim como determina a estrutura sindical brasileira de subordinação aos interesses do Estado capitalista (GERAB; ROSSI, 1997, p. 36).

Nessa mesma década, houve a: “II Guerra Mundial, sendo este um confronto entre o Eixo, composto pela estratégia militar que uniu a Alemanha nazista de Hitler, a

Itália fascista de Mussolini e o Japão, contra as Forças Aliadas, formada pela Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, União Soviética, provocou o enfraquecimento político de Getúlio” (GERAB; ROSSI, 1997, p. 36).

Deste modo, uma reviravolta no quadro político brasileiro aconteceu poucos anos depois. Getúlio muda sua conduta, pois precisa da classe operária para apoiar seu projeto político.

Em 1944 o PCB tinha criado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), sem que o Governo o proibisse.

Getúlio cria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), buscando o apoio dos operários conquistados com seu populismo, e cria o PSD com seus aliados burgueses, sendo estes, favorecidos com a sua política. O PCB é legalizado. Nada impede, porém, a sua queda em 1945, quando deixa de apoiar, incondicionalmente, o “Bloco Aliado” na política externa, devido às divergências com os Estados Unidos sobre a política de industrialização no Brasil (GERAB; ROSSI, 1997, p. 38).

Com a vitória dos aliados, criaram-se as condições políticas internas e externas que levaram ao fim a ditadura getulista no ano de 1945. As insatisfações acumuladas dos trabalhadores se traduziram em centenas de greves, possibilitando a conquista de liberdades políticas (GERAB; ROSSI, 1997).

Em junho de 1946, o PCB, aprovou a realização de um congresso operário que visava a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) em substituição ao MUT.

### **2.3 – ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO – 1945 A 1964**

O período de 1945 a 1964 foi marcado por fortes tensões política e sindicais somadas à explosão da industrialização do pós-guerra.

O período que se abriu em 1945, com a queda do Estado Novo, e se encerrou em 1964, com um golpe militar, foi marcado por grandes e rápidas transformações na economia e na sociedade brasileira. A industrialização que, desde o início do século, já dava seus primeiros passos e que se firmou na década de 30 com o apoio decisivo do Estado, nos anos 50 se potencializou e ganhou dinâmica própria. A urbanização se intensificou, novos grupos sociais e novos interesses se constituíram, novas necessidades se impuseram. A agricultura, no entanto, ainda voltada predominantemente para a exportação, pouco se modernizou e não apresentava significativos aumentos de produtividade (MEDEIROS, 1981, p.17).

Desgastado com a perda do apoio de vários setores empresariais e regionais, o “Estado Novo” chega ao seu fim em 1945 e, com ele, o governo ditatorial dando lugar a volta da democracia. Mas é importante assinalar que a perda de prestígio do governo não era extensiva ao seu titular: Getúlio Vargas saiu ileso desse processo político.

A nova fase política brasileira exigia que, para disputar eleições presidenciais, os partidos tivessem estrutura nacional. Assim tiveram origem novos partidos. Merecem destaque a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) (GERAB; ROSSI, 1997, p.39).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), segundo Gerab e Rossi (1997) foi o partido que Getúlio Vargas construiu com o objetivo de aproximar a classe operária e o conjunto dos trabalhadores em torno de sua política populista. Porém, ao mesmo tempo, favorecia a burguesia por meio do Partido Social Democrático (PSD).

Já em 1946, as greves se ampliaram e os sindicatos, sob a influência do PCB, fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), substituindo o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), criado em meados de 1943 (GERAB; ROSSI, 1997).

Nesse contexto, o movimento sindical apresentava um grande potencial de crescimento, e nesse sentido, os comunistas tinham a necessidade de criar um organismo capaz de somar grandes massas, inclusive os setores de trabalhadores de outras influências políticas, pois o MUT, que também estava em crescimento, por ter sido formado no período da ditadura varguista e com a preocupação de não dispersar as lideranças, que saíam das prisões, era limitado no atendimento das novas demandas (GERAB; ROSSI, 1997).

Com a disputa pela hegemonia política no mundo, representada pela Guerra Fria, em 1947, a consequência dessa luta entre a União Soviética (socialista) e os Estados Unidos (capitalista) refletiu na política interna e na classe operária. “O presidente general Gaspar Dutra cassa os direitos políticos do PCB, fecha a CGTB e promove a intervenção em 134 sindicatos. De 1947 a 1950, o movimento operário é duramente reprimido e entra em refluxo” (GERAB; ROSSI, 1997, p.41).

Getúlio Vargas, em 1950, volta ao governo, como presidente eleito e recorre à política populista, que marcou seu período ditatorial. Sua política se resumia da seguinte forma: de um lado, reprimia o movimento sindical e ao mesmo tempo, de outro lado, anunciava medidas populares. Em 1951, por exemplo, elevou o salário mínimo em 100%,

enquanto prendia ou mandava para o exílio os filiados do PCB (GERAB; ROSSI, 1997).

Em contrapartida, a força dos trabalhadores vinha crescendo e se consolidando nesse período. Durante a greve dos têxteis em 1953, que se expandiu a outras categorias profissionais, criou-se um comando que se transformou na Comissão Intersindical (CIS) formada por dirigentes sindicais, em sua maioria, comunistas. Essa orientação política, que vigorará até o Golpe Militar de 1964, que estabelecia a necessidade da “[...] realização de qualquer manifestação dos trabalhadores” . A partir da CIS, cria-se em junho de 1953 outro organismo chamado Pacto de Unidade Intersindical (PUI) nascendo, assim, uma articulação de lideranças sindicais, de federações e sindicatos. Mais de 100 sindicatos participaram do PUI (GERAB; ROSSI, 1997).

Ainda quando estava no exercício do mandato popular de presidente da República, em agosto de 1954, Getúlio Vargas foi o protagonista de um “suicídio” .

Em 1958, no Rio de Janeiro, nasce a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), semelhante ao PUI em São Paulo.

O crescimento das lutas políticas e dos trabalhadores foi considerada ainda maior após 1959, “devido, principalmente, à queda de poder aquisitivo à tentativa de desnacionalização da economia e à inflação galopante. Tudo isso motiva uma politização das massas, cada vez mais dispostas à mobilização” (GERAB; ROSSI, 1997, p.43).

Em 1961 o controle e a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) passa a ser assumida pelo PCB e PTB que formam uma aliança para liderar a entidade. Nessa conjuntura, é deflagrada “uma greve geral, vitoriosa pelo 13º salário, custando a prisão de milhares de trabalhadores. Além das demandas de caráter econômico dos trabalhadores, naquele período, realizaram-se diversas mobilizações, inclusive greves gerais pelo plebiscito sobre a emenda parlamentarista” (GERAB; ROSSI, 1997, p.43).

Em 1962, ocorreu o Congresso Nacional dos Sindicatos, e na ocasião foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores, formado pelo PUA, CPOS, CNTI, CNTT (transporte), CNTB (bancário) e depois a Contag (trabalhadores agrícolas). Seu caráter foi, marcadamente, político e suas principais bandeiras foram:

- democratização do poder;
- restrições e controle do capital estrangeiro;
- maior presença do Estado na economia;
- reforma agrária (GERAB; ROSSI, 1997, p. 43).

As bandeiras de luta do Comando se aproximavam muito das chamadas reformas

de base que o governo de João Goulart buscava encabeçar. As mesmas incluíam as reformas bancárias, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Incluía-se nessas medidas, o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas, como marinheiros e sargentos (GERAB; ROSSI, 1997).

É importante ressaltar que era dado um maior destaque à demanda por reforma agrária, em meio às reformas de base. “Visava combater as grandes propriedades rurais, que sempre geraram conflitos com os camponeses pobres, garantindo uma melhor distribuição de terras para os milhões de trabalhadores do campo” (GERAB; ROSSI, 1997, p.44).

Segundo Gerab e Rossi (1997), a mobilização popular que ocorria naquele período, esbarrava nos interesses expansionistas do capitalismo multinacional, particularmente dos Estados Unidos. Por esse motivo, “aproveitando das profundas divergências existentes no movimento sindical, a CIA desenvolve uma política de apoio aos pelegos mais reacionários, agrupados no Movimento Sindical Democrático (MSD), por meio do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil)” (1997, p.45). Os autores complementam que:

Os instrumentos de ação golpista da CIA no Brasil são Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibade) e o Instituto Cultural de Trabalho (ICT), que deram treinamento a cerca de 30 mil ativistas sindicais brasileiros, aqui no Brasil e nos EUA. Esses foram os principais interventores no sindicato após o golpe militar. Do MSD, destacam-se o Joaquinção, Joaquim dos Santos Andrade, Clemiltres Guedes e Orlando Malvesi, sendo estes os interventores dos principais sindicatos metalúrgicos da Grande São Paulo (GERAB; ROSSI, 1997, p.45).

O golpe militar de 31 de março de 1964, por exemplo, além da ação do empresariado brasileiro, do peleguismo e das instituições católicas, representada pelo grande movimento conhecido como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” contou também com o apoio estratégico financeiro e militar dos EUA (GERAB; ROSSI, 1997).

Nesse contexto, o sindicalismo, que apresentava certa fragilidade e incoerência política, além de não possuir raízes profundas nas fábricas, não teve forças para resistir nesse momento, através de greves e outros instrumentos de luta “Centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção e inúmeros de seus dirigentes presos ou foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos e presos, perdendo, por conseguinte, seus empregos, e sendo obrigados à vida de clandestinidade. Quantos

foram assassinados, falta ainda conferir” (GERAB; ROSSI, 1997, p. 45).

Esse foi considerado o período da história da política e da sociedade brasileira, mais sombrio, pois instaurou-se a repressão, através de prisões, torturas, assassinatos, sendo todos, legitimados pelo governo. Assim, como em governos anteriores - sendo esse com ainda mais intensidade - a repressão aos trabalhadores gerou a impossibilidade de qualquer tipo de manifestação contrária à política instalada.

Apesar desta condição, os trabalhadores não deixaram de se organizar e formar comissões sindicais para lutar contra o arrocho salarial. Tais manifestações conseguiram, em alguns momentos, paralisar fábricas; entretanto, não atingiram efetivamente a política em curso.

Em 1968, o governo instauraria o Ato Institucional número 5, o AI - 5, medida que intensificou, ainda mais, a perseguição e repressão sobre os estudantes, sindicalistas, trabalhadores e intelectuais.

Nesse ínterim, o movimento operário emergiu também no campo. Entre 1950 e 1964, o movimento operário se expandiu, as lutas no campo se desenvolveram com as Ligas Camponesas e com a sindicalização dos trabalhadores rurais.

Com relação à mobilização dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989) uma das vertentes mais importantes dos conflitos que ocorriam eram as condições de vida e trabalho dos colonos do café, no Estado de São Paulo. De 1949 a 1954 foram registradas 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente, nos cafezais paulistas.

Eram constantes as denúncias sobre baixos salários, proibição do plantio de cereais nas “ruas” dos cafezais, tirando, assim, ao colono meios de obter por conta própria gêneros de subsistência; jornadas extensas; ausência de direitos trabalhistas; falta de assistência previdenciária, etc. Denúncias semelhantes eram feitas em relação aos trabalhadores da cana, tanto de São Paulo como de Pernambuco, e do cacau, no sul da Bahia. Apontavam-se, ainda, o desconto a título de aluguel de casa, os sistemas de vale e de barracão (Ibidem, 1989, p.18).

Em 1950, o campo foi palco de uma efervescência política, cujas características eram inéditas na história do Brasil. Não que o campesinato nunca tivesse, antes e em conjunturas especiais, rompido as relações de dominação e dependência pessoal que os ligavam aos grandes proprietários rurais, além de participarem de movimentos como o messianismo e o cangaço. Tais conjunturas especiais foram as primeiras formas de resistência dos camponeses contra a dominação dos coronéis (MEDEIROS, 1989).

As lutas dos posseiros foi um exemplo disso. Alguns desses conflitos ganharam grande dimensão política no final dos anos de 1950. Destacamos, entre eles, os de Formoso e Trombas, do sudoeste do Paraná e Baixada da Guanabara. A região onde o conflito se desenvolveu situa-se no meio norte de Goiás. Ocupada nos anos de 1940, por migrantes vindos de diversos pontos do país (muitos atraídos pela propaganda em torno da Cango (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), em Ceres). A partir do início dos anos de 1950, a área tornou-se objeto de grilagem. Os posseiros, ameaçados de despejo, resolveram resistir (MEDEIROS, 1989).

Nos anos de 1950 e início de 1960, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções tão significativas que os antagonismos de classe no mundo rural, até então mascarados pela obrigação de lealdade dos trabalhadores para com os senhores de terras, explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes.

A partir do momento em que começava a ocorrer, por parte dos proprietários de terra, o rompimento dos contratos tácitos estabelecidos com os trabalhadores agrícolas, configurou-se no campo uma crise de relações sociais. Diante da ameaça que a nova situação representava à sobrevivência social dos camponeses, não lhes restava outra alternativa senão tentar resistir à expropriação, tanto de seus meios de produção, quanto daquelas relações sociais (tradicional), até então vividas pelos trabalhadores como naturais (COLETTI, 1998).

Em meio aos conflitos que emergiam, foram duas as formas de organização privilegiadas, a saber: os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões, irmandades. Os sindicatos representavam a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, tal como era o caso de colonos, moradores, camaradas.

Para as forças políticas, que até então, apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas, além do fato de que nela encontravam o respaldo legal na CLT, que a permitia, mas não a regulamentava. Para Coletti:

A existência de sindicatos de trabalhadores no campo é fenômeno relativamente recente, quando o comparamos com o sindicalismo urbano: enquanto este já existia desde o início deste século, os sindicatos no campo somente surgiram, efetivamente, no início dos anos 60, durante o governo de João Goulart. Na década de 30, a partir da criação do ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de

26/11/1930) e da promulgação da chamada “Lei de Sindicalização” (Decreto- Lei nº 19.770, de 19/3/1931), teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira, cuja principal característica seria o atrelamento e subordinação das organizações trabalhistas ao aparelho de Estado com o objetivo de controlá-las e de amortecer a luta de classes. Vários outros decretos seriam promulgados durante os anos 40, resultando finalmente, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1º de maio de 1943, que entraria em vigor em novembro daquele ano (1998, p. 35).

Até 1943, o campo esteve praticamente alheio à estrutura sindical corporativista, construída a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Já em 1944, através do Decreto- Lei nº 7.038 de 10 de novembro, o Estado Novo regulamentaria, *apenas de maneira formal*, a sindicalização rural, atrelando-a a estrutura sindical oficial definida pela CLT. Tratou-se apenas de um formalismo, visto que, as dificuldades burocráticas para a criação de sindicatos eram tantas que, até 1960, o número de sindicatos de trabalhadores agrícolas reconhecidos pelo Ministério do Trabalho não chegavam a uma dezena. (COLLETI, 1998).

As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que, de alguma forma, tinham acesso a terra (posseiros, arrendatários, meeiros etc.) e cuja luta se voltava, principalmente, contra os despejos, aumento de renda etc., culminando nas demandas por alterações fundiárias. Para Coletti (1998) a luta das massas rurais desembocou num estágio organizativo mais elevado, cujo resultado mais importante e evidente foi a constituição do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste.

No mesmo momento em que os conflitos de terra e de salários eclodiam em diversos pontos do país, surgiu, em Pernambuco, as organizações que passariam à história como um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais no período pré-1964, ou seja: as Ligas Camponesas. A partir da década de 1950, verificaram-se no Nordeste profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, sendo estas caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras.

O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou-se condições para a emergência de conflitos na região. O primeiro desses conflitos surgiu no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão.

Em 1955, no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão (PE), surgia a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde denominada Liga Camponesa da Galiléia,

reunindo 140 famílias e quase mil pessoas. Surgida, de início, como uma associação de auxílio mútuo, transformou-se rapidamente, graças à reação dos foreiros das terras de engenho, e de alteração dos dias de cambão. Vivia-se, na época, um momento favorável à demanda externa do açúcar, devido, principalmente, ao rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, e muito as terras cedidas em aforamentos – os chamados “engenhos de fogo morto” – passaram a ser cobiçadas por seus proprietários que desejavam transformar-se, novamente, em fornecedores de cana para as usinas (COLETTI, 1998, p. 41).

Já em 1955, constituiu-se uma organização de caráter civil, aparentemente com fins assistenciais, mas que também visava à defesa de alguns foreiros ameaçados de despejo. Na direção dessa entidade, denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, estava Paulo Travassos, antigo militante do PCB. Seu idealizador foi José dos Prazeres, ex-dirigente da Liga de Iputinga e que, no final dos anos 1940, se desligou do PCB. Esses dados mostram alguma continuidade entre essa organização e lutas anteriores no estado, tal como aponta Medeiros (1989, p. 43:)

Em termos organizacionais, o que caracterizava as ligas era o fato de se constituírem como uma sociedade civil de direito privado, com sede na capital do estado ou na maior cidade da região, com jurisdição para todo o estado ou para toda a região respectiva. Não dependiam, portanto, para seu registro, da complexa burocracia do Ministério do Trabalho, mas apenas de um cartório de títulos e documentos.

As Ligas Camponesas do Nordeste representaram o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro, significando “[...] um símbolo das lutas dos trabalhadores rurais no período pré-1964” (MEDEIROS, 1989).

Em 1956, realizou-se o I Congresso Camponês de Pernambuco, onde a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas tornou-se uma entidade de âmbito estadual, ganhando uma estrutura orgânica e ampliando sua ligação com as camadas populares e setores políticos de Recife. Nessa ocasião, José dos Prazeres foi eleito presidente das Ligas Camponesas e realizou um fato inédito: uma passeata de três mil trabalhadores pela cidade (MEDEIROS, 1989).

Em 1961, as Ligas Camponesas já tinham dez mil associados e cerca de quarenta sedes municipais. As mais atuantes eram Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una e Goiana. Como se vê, elas ultrapassaram a região do Agreste, se estendendo à Zona da Mata, em que se predominava a figura do “morador” ; mas que, também, se colocava a questão da privação da terra.

Fora de Pernambuco, sua maior base de atuação foi Paraíba, embora suas lideranças tentassem difundir-las nacionalmente (MEDEIROS, 1989, 48-49).

A realização, em outubro de 1953, em Viena, de uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, provocou a convocação pelo PCB de um encontro nacional, com a finalidade de eleger os representantes do Brasil e elaborar uma pauta de reivindicações. Esse evento, conhecido como I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizou-se nos dias 6 e 7 de setembro, em São Paulo, reunindo os estados do Centro-Sul, e simultaneamente em Recife, para os estados do Norte e Nordeste. Entre as reivindicações então levantadas estavam: o confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras e sua distribuição gratuita entre os assalariados agrícolas, camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra; entrega de títulos legais de posse a todos os camponeses que recebessem essas terras; garantia da terra aos camponeses médios e ricos; medidas de estímulo à produção, como ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas, adubos etc.; proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a meia, a terça, pagamento em espécie, trabalho gratuito etc.; criação de um banco para atender aos que recebessem terra após a reforma agrária etc.

Em 1954, verificou-se em São Paulo um novo encontro: a II Conferência Nacional dos Lavradores, que tinha como principal objetivo criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores até então existentes. Era um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desenvolviam no campo (MEDEIROS, 1989).

A partir desse encontro, com ligeiras variações, a luta por essa reforma agrária se colocaria no horizonte dos trabalhadores rurais, elegendo como adversário principal o latifúndio (entendido como expressão do atraso econômico, social e político e seus aliados: as companhias imperialistas, “que monopolizam o comércio dos principais produtos agrícolas e que dominam imensas áreas de terra no país”. E para a reforma agrária que convergiam, de alguma maneira, as diferentes lutas que se travavam no campo e que tinham a terra por seu eixo. E através dela que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, ganharia significado social e sentido político a categoria camponês.

Como um dos instrumentos de luta, o encontro lançou uma campanha nacional de coleta de assinaturas pela reforma agrária, que serviu para levar a bandeira para diversos lugares e motivar a organização de trabalhadores (Ibidem, 1989, p.33).

Ao lado da elaboração dessas reivindicações gerais, que procuravam unificar, estrategicamente, as demandas de diversas categorias extremamente diferenciadas, no plano organizativo também ocorria um novo fato: a criação de uma entidade que propunha-se em âmbito nacional, exercer o papel de força aglutinadora e, ao mesmo tempo, direcionar as lutas: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil

(Ulltab). Ela representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que culminavam em diversos lugares (MEDEIROS, 1989, p.34).

No início dos anos 1960, as Ligas Camponesas tenderam a expandir-se para outros estados, especialmente, no próprio Nordeste. No entanto, foi na Paraíba seu centro mais importante, além de Pernambuco. A extensão das Ligas Camponesas na Paraíba deu-se especialmente nos municípios de Sapé, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Tal como em Pernambuco, a base social dessas ligas era constituída por foreiros e moradores, além dos conflitos acontecerem em torno da tentativa de expulsão da terra, da cobrança do cambão e dos aumentos do foro (MEDEIROS, 1989)

Uma das mais importantes frentes de luta dos anos 1960 foi a greve:

Algumas delas englobavam diversas fazendas, indicando um processo inicial de articulação. As reivindicações, no geral, eram salariais e pela obtenção dos direitos trabalhistas. Duas delas ganharam destaque especial: a da usina Nova América, em Assis, município do Estado de São Paulo e a greve geral da Zona da Mata pernambucana. No caso da usina Nova América, a greve envolveu cerca de dois mil assalariados em seis dias de paralisação. Além das reivindicações trabalhistas e salariais, também estava em jogo o direito de organização. Apesar da repressão, os grevistas conseguiram o pagamento dos dias parados, férias atrasadas, reconhecimento da associação, etc (MEDEIROS, 1989, p.70).

A partir de 1961 as Ligas Camponesas, enquanto organização, entraram em crise interna.

Como dissemos anteriormente, somente no início de 1960, o sindicalismo chegaria, efetivamente, ao campo sob a forma de entidades sindicais oficiais. O Estatuto do Trabalhador rural (ETR) representado pela Lei nº 4.214, de 2/3/ 1963 pode ser considerado como uma cópia do Decreto - Lei nº 7.038 - com apenas uma diferença: enquanto este último fora promulgado por iniciativa do poder executivo, o primeiro fora uma iniciativa do Congresso Nacional. Além dessa diferença formal, podemos considerar que: se por um lado o Decreto - Lei de 1944 não apresentara nenhum resultado prático expressivo no que concerne à constituição de sindicatos de trabalhadores do campo, o Estatuto do Trabalhador Rural surgia em meio à emergência de centenas de sindicatos de trabalhadores agrícolas espalhados por várias regiões do país (MEDEIROS, 1989).

Os sindicatos dos trabalhadores agrícolas surgiram no Brasil, como parte de uma estrutura sindical que lhes é anterior, ou seja, o sindicalismo de Estado. É exatamente essa

estrutura sindical que, no início de 1960, é levada ao campo através do Estatuto do Trabalhador Rural (MEDEIROS, 1989).

O crescimento das organizações de trabalhadores correspondeu também a um período em que a Igreja se tornava mais sensível para os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda, o “perigo comunista”, no campo. Se durante toda a década de 50 é possível perceber em documentos eclesiais e em encontros episcopais uma crescente preocupação com a situação dos trabalhadores rurais e com as “estruturas sociais injustas”, é por volta de 1960 que a Igreja se voltou para um trabalho organizativo e mobilizador. Neste ano, o SAR (Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte) criou um setor de sindicalização rural que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos. Embora não houvesse regulamentação legal para tanto, a Igreja também se juntou às forças que passaram a pressionar o Estado para obtê-la (Ibidem, 1989, p.75).

Em 1961 cria-se o Movimento de Educação de Base (MEB), por meio de um decreto do governo federal. Esse órgão passou a ser um impulsionador da sindicalização em diversos outros locais, especialmente, em Sergipe, Maranhão e Bahia, em que sua atuação foi mais direta. Em alguns estados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, os Círculos Operários estimulavam a sindicalização. Já em outros estados, ainda eram as Frentes Agrárias que estimulavam a sindicalização, tal como ocorreu no Rio Grande do Sul.

Em diversos locais, se articulava a ação de organismos de Igreja distintos, como foi o caso da Paraíba, na qual a sustentação da equipe de sindicalização era dada pelos Círculos Operários. Frente a essa diversidade de organismos, havia uma orientação comum dada pela CNBB que era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas, ao concomitantemente, defensor dos direitos dos trabalhadores, além de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar, tendo como objetivo central, o combate ao comunismo (MEDEIROS, 1989)

Em meio a esse contexto surgiu uma divergência profunda e de maior repercussão que envolveu a Ação Católica Brasileira: a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) que se apresentavam de maneira distinta da linha defendida pela CNBB. Medeiros explica que:

Enquanto organização de leigos, essas entidades tinham um certo grau de autonomia quanto à orientação da hierarquia da Igreja, o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientação distinta, colocando-se ao lado dos que defendiam

transformações radicais na estrutura social. Tiveram um peso muito grande na ação do MEB, do qual constituíam os 77 principais quadros. Entrando em conflito com a hierarquia da Igreja, setores da Ação Católica criaram uma organização propriamente política, a Ação Popular, que já nasceu em âmbito quase que nacional. A prioridade que essa organização definiu para sua ação dizia respeito à organização de operários e camponeses, baseada nas “exigências concretas das massas”. E com essa perspectiva que ela se voltou para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista. Dentro dessa visão entrou na disputa da representação dos trabalhadores rurais, não só com setores considerados conservadores da Igreja (os vinculados à hierarquia católica), mas também com o PCB.

Em 1962 regulamentou-se a sindicalização rural, uma antiga bandeira das organizações que atuavam no campo. Pela Portaria 355-A, de 20 de novembro de mesmo ano, passava a ser possível a criação de sindicatos de trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos (pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que explorassem a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva). Contudo, por estar dentro dos moldes da legislação sindical vigente, os trabalhadores viram suas entidades sendo reconhecidas pelo Estado, porém, essas também passaram a ser tuteladas e vigiadas por ele (MEDEIROS, 1989).

No final de 1962, surgiu a Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), apontando para o reconhecimento da necessidade de intervenção na estrutura fundiária.

Sobre a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) torna-se necessário retomarmos à regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, já que esta instituiu uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de “seus” sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município, tentava, num tempo ínfimo, conseguir a carta sindical, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer através de barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (MEDEIROS, 1989).

Em 1963, instituiu-se a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), sendo a mesma destinada a promover a sindicalização e planos integrados e em regiões específicas, através do levantamento de relações de trabalho, a identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical. Nesse mesmo ano, o Congresso Nacional acabou aprovando o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214, de 2/3/1 963), garantindo aos assalariados do campo, o direito a antigas reivindicações, como salário

mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos de serviço, obrigatoriedade de registro em carteira profissional e etc (MEDEIROS, 1989).

Nesse ínterim, a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais foi realizada em julho de 1963, em Natal. Nela, com representação majoritária nordestina e dos sindicatos vinculados à Igreja, discutiu-se a necessidade de fundação de uma confederação sindical. Três meses depois, as federações cristãs de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte reuniram-se e encaminharam ao Ministério do Trabalho a documentação necessária (MEDEIROS, 1989).

Contudo, essa confederação não foi reconhecida. Considerando que havia muitos processos de federações aguardando reconhecimento (eram 19), o CONSIR impôs uma nova fundação, convocando-a para o final do ano. Nesse momento, já havia 26 federações com direito a voto. Delas, dez seguiam a orientação do PCB, oito da Ação Popular, seis foram vinculadas aos grupos cristãos do Nordeste, e duas colocavam-se em posição de “independentes” (MEDEIROS, 1989).

Nitidamente, a correlação de forças no interior da disputa pelo controle do poder sindical havia se alterado. Mesmo com divergências, conseguiu-se chegar a um acordo para uma chapa única, em que o PCB poderia ter dois cargos-chaves, a saber: o presidente, representado por Lyndolpho Silva, o tesoureiro, Nestor Veras, a AP e o secretário, Sebastião Lourenço de Lima (MEDEIROS, 1989). “Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag, assumiu dois compromissos básicos tais como: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Dois meses depois, sobreveio o golpe militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural” (MEDEIROS, 1989, p.77- 78).

## **2.4 – ORGANIZAÇÃO SINDICAL, ENTRE O INÍCIO DA DITADURA E O PRIMEIRO PRESIDENTE ELEITO: 1964 A 1990**

Em 1964, com a ditadura militar (GERAB; ROSSI, 1997) encerra-se o período do sindicalismo populista desenvolvido por Getúlio Vargas. O militarismo manteve a estrutura sindical intacta, tomando medidas para aprofundar seu caráter assistencialista, dependente do Estado e de colaboração de classes:

- Os primeiros dirigentes sindicais foram impostos pelo governo militar, como interventores. Portanto, o objetivo foi o de aplicar a nova

política governamental; Depois seriam permitidas eleições, porém, os candidatos deveriam passar pelo crivo do Ministério do Trabalho;

- A Lei nº 4330 reforça as proibições a greves;
- Cria-se o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) com o objetivo de cessar a estabilidade após 10 anos de serviço e acumular dinheiro das indenizações nas mãos do Estado.
- Os reajustes salariais foram concedidos pelos cálculos arrochados do custo de vida, na política econômica de Roberto Campos;
- O assistencialismo foi acentuado através da criação de ambulatórios médicos nos sindicatos, “cooperativas” de consumo para os sindicalizados, doação de terrenos para a construção de colônias de férias ( em São Paulo, na cidade Ocian), além de cooperativas para a aquisição de casa própria, financiadas pelo BNH;
- As “assembleias” estavam povoadas de agentes policiais à paisana, porém armados. Os contestadores dessa política alienante eram entregues à repressão. Prisão, torturas e mortes foram tônicas da ditadura militar;
- A Lei nº4.725 permitiu que o governo lançasse os famosos decretos de arrocho salarial bancados pelo peleguismo (GERAB; ROSSI, 1997).

Durante os primeiros dias do golpe militar, os trabalhadores que já contestavam a estrutura sindical brasileira, já que mostraram-se descontentes com a falta de organização de base nas empresas, com o estilo populista e com o dirigismo do movimento sindical. Teria chegado o momento histórico de desenvolver um processo de organização das fábricas a fim de romper com a estrutura sindical (GERAB; ROSSI, 1997).

Essa discussão inicial, feita em São Paulo, reuniu alguns operários de outras cidades, tal como do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Seus integrantes eram, principalmente, ativistas oriundos dos movimentos da Ação Católica. Juventude Operária Católica (JOC) e Ação Católica Operária (ACO).

Essa discussão, levada para o meio sindical, é encampada por todos que se opunham ao militarismo. Existiam, porém, diferentes visões: ativistas ligados ao PCB estimulariam a organização de todos os sindicalistas visando derrubar os pelegos; outros, ligados aos demais movimentos de esquerda, acreditam no trabalho político, visando derrubar a ditadura em 2 ou 3 anos. Havia também, os que apontavam para um trabalho de base, de médio e longo prazo, visando a organização da classe, a derrubada da estrutura sindical e o combate à ditadura militar (GERAB; ROSSI, 1997, p.48).

No sindicalismo, pelego é o dirigente que foi imposto que, chegou por meios escusos à direção do sindicato ou se degenerou durante o exercício de suas funções. Os pelegos fizeram história no sindicalismo, praticaram isso antes e no período da ditadura militar, em conluio com o governo, por meio do Ministério do Trabalho, que os tinha

colocado nas direções dos sindicatos.

Para Gerab e Rossi (1997), Os pelegos também faziam acordos diretos com os patrões. Os mesmos denunciavam aos patrões ou à polícia ativistas sindicais. Quando se sentissem ameaçados, buscavam corrompê-los, agredi-los fisicamente e até, se considerassem necessário, assassiná-los.

Durante a ditadura militar, várias iniciativas dos trabalhadores mobilizados se desenvolvem, combinando a ação clandestina nas empresas e a ação pública nas assembleias sindicais. Desse movimento vão surgindo oposições sindicais, que combatem, simultaneamente, o peleguismo, a estrutura sindical e a ditadura militar (GERAB; ROSSI, 1997).

Os assassinatos políticos continuam até 1977, assim como, a repressão à toda manifestação popular. A insatisfação aumenta e o combate à ditadura envolve todos os setores da sociedade: movimento estudantil, OAB, ABI, igrejas, classe operária, trabalhadores rurais, intelectualidade (GERAB; ROSSI, 1997).

Importante ressaltar que, nesse período, surgiram movimentos importantes, tais como, o Movimento contra a Carestia, que durante toda a década de 1970, havia reunido milhares de pessoas na luta contra o aumento do custo de vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não só mantivera o foco a favor da luta pela reforma agrária, mas também se tronara um movimento de referência na política brasileira. Os movimentos por habitação, saúde, transporte, educação também se multiplicaram (GERAB; ROSSI, 1997)

Identificadas com a luta armada, as organizações de esquerda que haviam sido golpeadas, fatalmente, pelo organismo de repressão da ditadura militar - auxiliados por órgãos estrangeiros ligados aos imperialismo - faziam os seus balanços e buscavam se reerguer. As outras organizações, que priorizaram os vínculos com os movimentos sociais, também vinham da clandestinidade e buscavam resgatar e ampliar a sua presença nos movimentos , (GERAB; ROSSI, 1997)

Nesse período, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais sociais identificadas com a Teologia da Libertação ganharam forte respeitabilidade na vida política e nas análises dos teóricos sobre os rumos a serem adotados pela economia no país, como as chamadas políticas públicas para a área social, sendo estas medidas para o aprimoramento da distribuição de renda. A Igreja Católica no Brasil, apesar da enorme pressão, tanto de origem interna, quanto externa, possuía uma corrente teológica e de ação

política de forte identificação com os setores oprimidos da população (GERAB; ROSSI, 1997).

Depois da paralisação dos movimentos grevistas durante dez anos, entre os anos de 1978 e 1979, há o conjunto do movimento social e as organizações de esquerda num momento diferenciado do anterior. Várias greves por empresa já vinham ocorrendo como resultado desse trabalho persistente. Contudo, nesse período, houve um acúmulo organizativo superior aos das décadas anteriores.

A partir desse período as greves tiveram um crescimento anual, mobilizando mais categorias de trabalhadores e tendo à frente os operários das fábricas produtoras de automóveis, os metalúrgicos. Com relação à organização dos trabalhadores nesse contexto histórico Giovanni Alves afirma que,

A data significativa é maio de 1978. É a partir daí que tivemos o ressurgimento do movimento sindical no país, que iria tornar-se a “ponta de lança” da resistência operária à superexploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelo bonapartismo militar a partir de 1964. Quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, insurge-se contra o arrocho salarial, ela atinge, de modo fulminante, a lógica da acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos do ABC paulista servirão de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora. A partir de 1978, a classe operária entra em cena - ou para ser mais preciso, a classe trabalhadora, pois o movimento social atinge dos operários industriais a funcionários públicos. Todos pertencem ao mundo do trabalho, ou a “classe-que-vive-do-trabalho” (ALVES, 2000, p.111-112).

A reivindicação por uma democracia política e social, nesse período, tornou-se forte, pois a denúncia do modelo de desenvolvimento capitalista no país e a consequente superexploração da força de trabalho estava latente entre os trabalhadores. Para Alves (2000), o cenário político e social foi abundante em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e luta contra o governo e contra os patrões.

Surge uma série de fóruns intersindicais. A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda - o PT -, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais, como o CONCLAT, que daria na CGTs. É possível salientar ainda uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e uma série de

manifestações que indicam, no decorrer dos anos 80, o espírito de luta e resistência operária e popular, de um Brasil que clamava por democracia política e social. Era uma “explosão do sindicalismo”, ou ainda, de um “novo sindicalismo”, que surgia e se desenvolvia a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 60 e anos 70 (ALVES, 2000, p. 112).

Desde o final dos anos 1970, os assalariados do campo, vinham contribuindo com a sociedade no sentido de enfatizar discussões sobre o trabalho no Brasil, tanto com as relações, quanto com as práticas de negociação existentes no país. A partir do período da década de 1970 a 1980 foram recuperadas as greves enquanto instrumento fundamental de luta em meio a velhos e novos patrões, fazendeiros ou usineiros, empresas reflorestadoras ou agropecuárias.

Com grande capacidade de mobilização e ação, os assalariados do campo tiveram ganhos significativos em termos de salário e condições de trabalho e, sobretudo, em termos políticos, isto é, de sua articulação como classe. Com o novo surto de grevistas nas cidades, os operários agrícolas deslegitimaram, praticamente, as limitações legais e institucionais existentes, reconquistando-as ou criando direitos.

Ainda no que diz respeito à organização dos assalariados rurais Grzybowski (1990) reafirma a ideia de uma representação nova dos trabalhadores e aponta também para o seu caráter corporativista. Segundo o referido autor,

Os movimentos operários no campo representam algo de extremamente novo, especialmente devido às formas de assalariamento, exploração e devido à violência, ao autoritarismo, ao arbítrio patronal vigente no campo superior à lei. Os movimentos são uma alternativa de ruptura com as condições específicas vigentes nas relações de trabalho, uma alternativa de independência social e política dos trabalhadores, mesmo se sua forma imediata tem sido predominantemente corporativa. Nesta perspectiva de análise, a importância dos movimentos de assalariados do campo reside no fato de revelarem para a sociedade a existência de um proletariado agrícola e exprimirem o seu modo de ser (Ibidem, 1990, p. 32).

Diferentes no conteúdo e na forma das lutas camponesas por terra, os movimentos de assalariados acentuaram a diversidade de movimentos sociais no campo e revelaram outra faceta da questão agrária brasileira. No geral, as lutas dos assalariados tiveram como motivação as contradições contidas na exploração do seu trabalho.

Nesse período a luta não foi contra a expropriação e a exclusão dos assalariados, mas sim, contra as formas e o caráter de sua integração na estrutura e processo de produção

capitalista. A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), nesse sentido, cumpriu um papel essencial na representação desses trabalhadores. Desde a sua fundação, a proposta da federação foi atuar juntamente com os trabalhadores assalariados e representá-los na luta contra as estratégias ofensivas do capital no campo.

Os movimentos de assalariados trouxeram ao cenário político e social as mudanças econômicas que sofreram. Ou seja, as suas lutas e as identidades que elaboraram apresentaram diferenças que não puderam ser desconsideradas. Devido à origem, tradições e experiência acumulada, os movimentos de assalariados foram muito diversos. Por exemplo, nem todos os assalariados:

[...] pensaram e agiram como operários agrícolas. E isto não por uma má consciência. Claro que sua psicologia e sua experiência de socialização contam. Deve ser levada em consideração, porém, a enorme massa camponesa que, na própria região de origem ou em migrações periódicas (inclusive para área urbana), se assalariava, temporariamente, como parte de sua estratégia de reprodução camponesa (GRZYBOWSKI, 1990, p. 34).

Ao fazer um panorama da mobilização dos assalariados rurais no período de 1970 a 1980, Grzybowski (1990) considera que existiram duas principais frentes de luta. A primeira se refere à luta no litoral nordestino, especialmente Pernambuco, local depositário de lutas históricas de trabalhadores assalariados. Importante ressaltar que foi nessa região que se considerou os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Tais sindicatos da região canavieira pernambucana “[...] são, até hoje, a principal base da CONTAG naquilo que ela tem de vida em relação ao conservadorismo e imobilismo de todas as outras confederações de trabalhadores brasileiros” (GRZYBOWSKI, 1990, p. 35).

A outra frente do movimento de assalariados que obteve grande destaque foi criada em maio de 1984, no interior de São Paulo, mais especificamente em Guariba, na região canavieira de Ribeirão Preto. Apesar da existência de outros movimentos grevistas importantes em outras regiões, esse movimento de Guariba repercutiu e representou um importante capítulo da história do movimento sindical rural, principalmente pelas características de que revestiu, e por estar situado no segundo grande pólo de concentração de operários rurais no país, onde se deu a mais intensa modernização agrícola e mais extrema miséria, condensada na figura do trabalhador boia-fria (GRZYBOWSKI, 1990).

Para compreendermos com profundidade o movimento de Guariba torna-se

necessário, anteriormente, retomarmos o cenário e as forças políticas existentes no período anterior à década de 1980, já que estas acabaram influenciando a tomada de posição dos trabalhadores contra a ofensiva do patronato, que repercutiu nessa tão importante greve. No Estado de São Paulo, no período anterior a 1964, havia duas forças que disputavam a hegemonia do movimento sindical rural.

Segundo Coletti (1998) na esquerda, havia sindicatos sobre a influência da ULTAB (Associação Classista de Assalariados Rurais e Camponeses. A mesma atuou, principalmente, entre os anos de 1954 a 1962, sendo esta organizada pelo PCB e figurava como contraponto aos Círculos Operários de corte conservador e anticomunista) e à direita, os sindicatos rurais que estavam sob a influência dos Círculos Operários, ligados à Igreja Católica conservadora, que se posicionavam à favor da harmonia entre as classes sociais, além de serem anticomunistas.

Posteriormente ao golpe de 1964, a ULTAB - PCB foi extirpada do cenário político do sindicalismo paulista e, nesse contexto, restaram apenas às entidades sindicais atreladas à igreja católica. A Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP) foi fundada em 1962 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 17 de agosto de 1963, sob influência dessa segunda força, caracterizando-se, desde o seu surgimento, pela continuidade do modelo político-sindical ligado aos Círculos Operários, representado praticamente uma “extensão sindical” da Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo (FECOESP) (COLETTI, 1998, p. 169).

A FETAESP, desde a sua fundação, se propõe a representar os trabalhadores rurais de forma geral, sem distinção. Até hoje a mesma se apresenta como a representante legítima dos assalariados rurais e dos trabalhadores identificados em pequenas propriedades e núcleos de produção, quer como proprietários e arrendatários quer em outras formas de trabalho (CAMPOS, 2007).

É importante destacarmos que a história do sindicalismo rural no Estado de São Paulo é marcada por uma estrutura sindical burocratizada, com a hegemonia de práticas conservadoras, assistencialistas e pelegas, servindo muitas vezes como trampolim para a ascensão social de trabalhadores, quando na condição de dirigentes sindicais (COLETTI, 1998).

No contexto do surgimento da FERAESP, o ponto de partida localiza-se na mobilização dos trabalhadores no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente na região de Ribeirão Preto, na década de 1980. Nesse sentido, as características do

sindicalismo, descritas anteriormente, foram predominantes nessa região, e também decisivas, pois geraram a contrapartida dos trabalhadores que passaram a se posicionar a favor de práticas mais combativas e contra a paralisia do sindicalismo vigente.

Um exemplo disso foram os movimentos grevistas, que tiveram início em Guariba. Sobre o referido movimento, Grzybowski (1990, p. 36) relata que,

Em termos gerais, o movimento de assalariados da cana de São Paulo (logo após também os colhedores de laranja) se caracteriza pelos traços de rebeldia de que foi inicialmente portador. Os trabalhadores se insurgem, quase totalmente desorganizados, contra as condições de trabalho e vida a que são submetidos. O sindicato é criado na luta ou só entra nela já em seu desenvolvimento, apesar do esforço do movimento sindical de São Paulo em incorporar a questão dos assalariados em sua estratégia desde o III Congresso da CONTAG, em 1979. Os trabalhadores assalariados aprendem a negociar no processo mesmo. Sem mediações no começo, eles estão percorrendo um caminho de construção de suas entidades e alianças.

Na ocasião, em 1984, a principal reivindicação pautava-se no retorno do corte de cinco ruas, ao invés do corte de sete. Tal reivindicação não estava relacionada à melhoria salarial, já que questionava-se a própria condição de trabalho e sua intensificação.

A greve de Guariba aconteceu em maio de 1984, quando os cortadores de cana paralisaram suas atividades por motivo de imposição dos usineiros da região pelo corte de sete ruas. Esta prática resultou no maior esgotamento físico e em significativas perdas salariais. A greve não se restringiu ao setor canavieiro, vindo a atingir também os colhedores de laranja, que passaram a reivindicar o aumento do valor da caixa colhida. A greve de Guariba correu completamente por fora do aparelho sindical, sendo um levante espontâneo dos trabalhadores. Constitui assim, um marco histórico decisivo para as lutas sociais no meio rural (CAMPOS, 2007, p. 26).

Representados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), os trabalhadores rurais assalariados, no contexto da greve de Guariba, estavam descontentes com as condições de trabalho no corte da cana e pautaram a necessidade de se repensar tanto a concepção, quanto a estrutura sindical hegemônica no período. De acordo com Thomaz Junior (2002, p. 281),

Os debates e propostas para tal fim foram realizados durante vários encontros, ao longo de 1988 e 1989, sobretudo no seminário organizado STR de Araraquara e realizado em Sertãozinho - contando com a participação destacada da ONG Fase (Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional)-, que selou a decisão, de se criar, já em 1989, uma nova estrutura que conseguisse responder, organizativa e politicamente ao novo contexto e jogo de forças entre capital e trabalho.

Objetivava-se, desde então, apontar novos caminhos alternativos à FETAESP, “[...]que mais uma vez, no mesmo ano, assinou acordo com a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) sem antes realizar assembléias com os sindicatos, o que acabou por acirrar os ânimos dos dissidentes” (THOMAZ JR, 2002, p.281).

Na época a FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – ligada à CONTAG, representava a totalidade dos trabalhadores do campo, sendo eles, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados. Contudo, toda a mobilização foi organizada pelos próprios trabalhadores independentes, ou seja, fora dos marcos do sindicalismo oficial.

Tal atitude foi uma resposta contrária à prática da FETAESP e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, compostos, hegemonicamente, por dirigentes pelegos, que desabituaados ao enfrentamento, faziam o possível para evitá-lo. Portanto, já nesse período, o conjunto dos trabalhadores se mostravam descontentes com o modelo de sindicalismo praticado, e teriam revelado a ineficiência desta entidade no devido encaminhamento das reivindicações trabalhistas dos assalariados. “Em muitos momentos, desde 1984 até 1988, a ação grevista reivindicativa dos trabalhadores não resultou em conquistas efetivas, devido à postura da FETAESP à mesa das negociações” (SALATA, 2013, p.70).

Sendo assim, durante as greves dos trabalhadores assalariados rurais temporários na região de Ribeirão Preto, a partir de maio de 1984, criou-se uma nova dinâmica para o movimento sindical rural paulista. Formou-se assim, em meio às mobilizações, uma federação específica para a representação dos assalariados rurais na região, a FERAESP (SALATA, 2013, p.70).

Portanto, nesse contexto, o ataque do patronato, através da intensificação do trabalho, e a apatia do sindicalismo oficial,

[...] foi respondida com a criação de dois sindicatos. Em alguns municípios, principalmente da Região de Ribeirão Preto, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR- foram transformados em Sindicatos de Empregados Rurais. Já em outros municípios, embora continuassem existindo os antigos STRs, foram criados os Sindicatos de Empregados Rurais. Além disso, foi criada a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que congregou estes novos sindicatos e passou a atuar no mesmo espaço da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP), filiada à Contag, que congrega os SRTs (ALVES, 1993, p.135).

Esse processo acabou gerando uma divisão do sindicalismo oficial rural paulista e

os Sindicatos dos Empregados Rurais e a FERAESP foram a expressão desse rompimento. Em São Paulo, portanto, o embate chega a se efetivar. A FETAESP deixa de ser a única interlocutora dos assalariados volantes. Assim, em 1989, constituiu-se a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo - FERAESP - entidade com responsabilidade de encaminhar a luta do conjunto dos trabalhadores da agroindústria. Nesse rompimento, de um lado ficaram as lideranças mais combativas e articuladas em torno da CUT e de outro, as antigas diretorias, hegemonicamente pelegas, e coordenadas pela FETAESP (SALATA, 2013).

Nessa conjuntura, os trabalhadores assalariados rurais não aceitavam mais a ideia de uma mesma entidade cuidar dos interesses dos assalariados e dos patrões, que eram divergentes. Além desse aspecto existia também uma insatisfação com relação à incapacidade de mobilização e organização da entidade no que se referia às pautas dos trabalhadores.

Portanto, foi nesse contexto, que, em 1989, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) foi fundada. Em entrevista realizada às autoras Milano e Pera (2009) o presidente da federação, Élio Neves, afirma que a FERAESP é uma organização mais nova, fundada após a Constituição de 1988, já no contexto de redemocratização do país. Cita também que a federação surgiu devido as lutas no interior de São Paulo e em toda essa região, pela melhoria nas condições de trabalho no corte da cana, da colheita da laranja, enfim, dos assalariados rurais, na década de 1980.

Ainda sobre esse aspecto, segundo Élio Neves (MILANO; PERA, 2009) na região que envolvia principalmente as cidades de Ribeirão Preto, Araraquara, Guariba, Bebedouro, os trabalhadores a partir de 1985 sofreram um processo de desemprego e exclusão social, como reflexo da intensa mecanização e reorganização do processo produtivo. Como enfrentamento dessas questões e também das péssimas condições de trabalho, a partir da Constituição Federal de 1988, os sindicatos mais ligados à categoria dos assalariados rurais, se mobilizaram em torno da criação de uma organização específica.

De acordo com Élio Neves,

O que a FERAESP fez foi separar. Ela é fruto de um desmembramento. Os assalariados rurais resolveram criar uma organização mais específica. Foi no início de 89 que o sindicato de trabalhadores rurais, que compunham as duas categorias, aqui na região de Araraquara, Pitangueiras, Barrinha... vários sindicatos, fizeram discussões internas, resolveram representar exclusivamente os empregados, os assalariados rurais e sentiram a necessidade de criar uma federação que coordenasse

essa organização. Então, a FERAESP foi criada em abril de 1989 em um congresso de fundação em Jaboticabal (MILANO; PERA, 2009, p. 2).

Com relação aos argumentos utilizados para justificar a criação dessas entidades, autores como Coletti (1998) e Salata (2013), apontam para uma polêmica acerca dessa questão. O argumento fundamental utilizado para justificar essas novas entidades sindicais foi à existência de um conflito de interesses entre pequenos produtores e assalariados rurais no interior dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Tais autores entendem que esse argumento não é compatível com a realidade dos sindicatos, pois, naquela época, a justificativa dada, foi, na verdade, uma artimanha das entidades, recentemente fundadas, para não exporem os reais problemas da estrutura sindical vigente. A intenção era adentrar e fazer parte do sindicalismo oficial. Coletti (1998, p. 206), um dos autores que se contrapõe ao argumento da FERAESP, entende que a defesa da entidade para a sua criação,

[...] não se sustenta diante da realidade dos STR da região de Ribeirão Preto, onde surgiram os Sindicatos dos Empregados Rurais. Afirmamos também que, para a região estudada, imputar à “situação de classe” dos pequenos produtores todas as mazelas do sindicalismo oficial rural fazia parte de um discurso ideológico, cuja função era iludir sobre o problema essencial: o caráter burocrático – assistencialista da estrutura sindical oficial rural, que possibilita e favorece o imobilismo, a apatia e o peleguismo dos dirigentes sindicais.

A ocultação do problema essencial visava a legitimar uma luta que, na verdade, tinha como objetivo ocupar espaço, de forma progressista, nessa mesma estrutura sindical oficial. A discussão sobre o enquadramento sindical amplo do sindicalismo rural servia para desviar a atenção do problema fundamental: os mecanismos que permitam a existência de milhares de entidades sindicais de trabalhadores, independentemente da adesão, da participação e do consentimento dos próprios trabalhadores.

Entendemos então que, em concordância com Campos (2007), desde o princípio, a justificativa central para o surgimento de outra federação se deu pelo fato da FETAESP representar, não apenas assalariados rurais, mas também, camponeses e pequenos proprietários. Ou seja, a proposta surgiu devido ao entendimento de que os interesses dos pequenos proprietários eram diferentes daqueles defendidos pelos assalariados rurais e que as circunstâncias exigiam um novo modelo de representação institucional.

É bem verdade que com a intensificação da concentração fundiária que expulsava definitivamente os trabalhadores da terra, a grande luta dos assalariados rurais era pela conquista da terra. Assim, o modelo de representação da FETAESP não atendia aquilo que os assalariados tinham como primordial. Os pequenos proprietários estavam preocupados com a política agrícola e não com a reforma agrária. Portanto, os interesses eram

acima de tudo antagônicos, uma vez que do seu surgimento, a FERAESP destacava que a luta principal é contra aqueles que exploram a força de trabalho, e dentre estes, não se pode distinguir pequenos e grandes proprietários (CAMPOS, 2007, p. 25).

Não é o nosso objetivo aqui questionar o surgimento da FERAESP, mas sim procurar compreender o contexto em que foi construída e sua importância na luta sindical. Contudo, frente às polêmicas levantadas pelos autores citados acima diante dos argumentos da federação, compreendemos a relevância e pertinência dessas, mas também entendemos que é preciso levar em consideração mais um aspecto, relacionado à disputa política por representação. Ou seja, a fundação da FERAESP, em meio àquela conjuntura, tem sido legítima, à medida que significou uma disputa ideológica pela representação dos empregados rurais, que mesmo nos marcos do sindicalismo oficial, cumpriu papel importante para a organização dos trabalhadores.

Dando continuidade ao entendimento sobre a fundação da FERAESP, é necessário destacarmos que, o rompimento que proporcionou o surgimento da FERAESP, Campos (2007) afirma que não foi resultado de uma percepção rápida e espontaneísta do movimento de oposição, mas pelo contrário, foi fruto da atuação de militantes, em concordância com a proposta de um novo modelo de sindicalismo, caracterizado pela combatividade e comprometimento com a base. A atuação da oposição sindical estava baseada na proposta de uma nova abordagem sindical, que se utilizava do termo "Novo Sindicalismo" como contraposição ao "velho sindicalismo" marcado pelo corporativismo e assistencialismo, que na época era representado pela FETAESP (CAMPOS, 2007, p. 26).

Ainda sobre essa nova entidade, de acordo com Élio Neves, presidente FERAESP desde a sua fundação, a entidade, na sua criação, não estava ligada à CUT, mas tinha uma força muito grande de sindicalistas da época cutista. No seu interior existiam outras tendências políticas que também compunham a construção da federação (MILANO; PERA, 2009). Contudo, afirma Neves, que, em 1990, num novo congresso, a entidade fez a opção pela CUT e por muito tempo essa relação se manteve, “[...] porque a FERAESP sempre entendeu que de todas as centrais existentes a CUT é que congrega os princípios e o programa mais próximo que a federação entende como um sindicalismo mais eficiente” (MILANO; PERA, 2009, p.4).

Portanto, a CUT passa a ser reconhecida pela diretoria da FERAESP como parceira na busca pela promoção da unidade na luta dos trabalhadores, posição reveladora de que a

relação entre mediadores e direção sindical mostra no presente, contornos distintos face aos tempos iniciais de experiências grevistas da era Guariba (CAMPOS, 2007, p. 434, 435).

Segundo Campos (2007) sendo responsável por organizar os trabalhadores rurais assalariados, a FERAESP, desde a sua fundação, tem definido duas estratégias de luta pautadas na questão da terra.

De acordo com seus dirigentes, a luta pela reforma agrária faz parte da pauta de reivindicação da FERAESP, que trabalha com duas frentes fundamentais: uma para melhoria das condições de trabalho, dentro da relação de emprego, e outra na luta pela reforma agrária como uma alternativa de desenvolvimento para os trabalhadores. Ou seja, a FERAESP desde a sua fundação pauta suas lutas em duas frentes: a luta pela reforma agrária; e as lutas e reivindicações a partir do assalariamento, como greves, dissídios coletivos, melhoria de salários e condições de trabalho etc. (CAMPOS, 2007, p.26).

Contudo, a federação entende que a organização sindical, [...] após a conquista da terra, não é mais da FERAESP. A partir desse momento os trabalhadores devem ser organizados por sindicatos de agricultores familiares, organizações que busquem atuar nas lutas políticas mais específicas (MILANO; PERA, 2009, p. 3).

De acordo com Élio Neves, em entrevista concedida à Milano e Pera (2009, p. 3),

[...] o que a FEARESP defende é que os assalariados rurais devem ter uma organização específica, os agricultores familiares legítimos, porque você tem no Brasil um monte de gente chamada de agricultores familiares mas, na verdade, é agricultor patronal. Nós acreditamos que a categoria de agricultores familiar, do ponto de vista de classe, ainda está por ser formada. Nós não temos essa categoria, efetivamente. O que nós temos são pessoas, famílias que têm acesso à terra de uma maneira ou de outra, mas que no acesso à terra desenvolvem o modelo patronal de agricultura.

Segundo Campos (2007, p. 433-434), a avaliação do primeiro ano de trabalho feita no I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, realizado a 7 e 8 de abril de 1990, pelo presidente da FERAESP, foi a seguinte:

Feita análise desse ano de trabalho, das dificuldades encontradas para implantar o processo de organização dos nossos sindicatos, feita análise dos espinhos que nós encontramos tanto no enfrentamento com o patrão diretamente, como também com as forças políticas conservadoras do movimento sindical que não querem permitir que os trabalhadores avancem na sua organização porque têm medo de perder o poder, também no enfrentamento da classe política mais conservadora que existe tanto ao nível de nossa região, como do Estado de São Paulo e do próprio país ... todas as dificuldades que nós encontramos para chegar até aqui

devem ser motivo de uma profunda análise dos companheiros para que possamos daqui para frente, rumos melhor nossos avanços, melhorar na nossa organização, na construção do movimento.

Em entrevista concedida em 2009, Élio Neves afirmou que na época a FERAESP contava com mais de 70 sindicatos no Estado de São Paulo, e que a federação também estava ligada a sindicatos de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Santa Catarina, Paraná. Segundo Neves a entidade encontrava-se num processo de expansão, tanto dentro do Estado, como fora dele. O sindicato de Araraquara contava, nessa data, com aproximadamente, dois mil filiados (MILANO; PERA, 2009).

A partir das referências citadas até aqui, além das notícias e informações coletadas, pudemos perceber que a FERAESP é composta por presidente e diretores. Infelizmente, não tivemos acesso a informações mais específicas que dizem respeito à estrutura de organização e nem o número de diretorias e etc., pois a federação se negou a transmitir esses dados, pois o estatuto da entidade também não é público.

Encontramos um registro importante sobre a atuação da federação e seus projetos. Este aborda, principalmente, a sua concepção de reforma agrária e de projeto para a federação. Publicado em 15 de setembro de 2014, o documentário intitulado *Brasil, as mãos sujas de etanol*, realizado por Rel-UITA e FERAESP, com apoio do sindicato NGG da Alemanha e da LO-TCO da Suécia. Além disso, contou com a participação de Élio Neves, na parte 5 do trabalho, que trata sobre a luta sindical. Na fala do presidente da federação, dentre vários aspectos, ele destaca que,

Nasceu então a FERAESP e nessa organização o propósito é a partir do campo os operadores de máquina, os trabalhadores do setor de transporte, os trabalhadores do setor da indústria e conquistar uma organização horizontal capaz de levar a luta desse conjunto de trabalhadores que na verdade constroem uma só riqueza, que é o álcool, o açúcar ou qualquer produto da alimentação. A FERAESP descobriu que a justiça social, a distribuição de renda e da riqueza, e a verdadeira democracia só se alcançará não unicamente dentro das relações de trabalho que precisam ser mais justas e mais dignas, só se alcançará com a eliminação do latifúndio. A FERAESP entende que é preciso discutir a função social da terra.

[...] Quando pensamos em reforma agrária, estamos pensando numa reforma de base na sociedade capaz de construir novas relações especialmente num país onde a terra é fértil, onde o sol é maravilhoso e nos dá energia suficiente para produzir alimento a vontade, quer dizer que nessas condições não se pode nunca abandonar a luta pela terra, a luta pela reforma agrária.

É com isso que a FERAESP hoje nesses anos de luta que ela fez e que ainda faz, ela conta hoje no Estado de São Paulo com quase 10 mil

famílias assentadas fruto da sua luta por reforma agrária, assiste vários assentamentos, constrói a cooperativa unificada dos trabalhadores do campo que é a UNICAMPO, que procura fazer a ligação entre os trabalhadores que tem acesso à terra e os trabalhadores da cidade, e construir concretamente o projeto da terra ao prato.

Nós trabalhadores entendíamos, e é real, que o processo de globalização, o processo das multinacionais, das transnacionais, do rompimento das fronteiras, da empresa e do empresário mandar em tudo, coloca os trabalhadores em uma situação de extrema fragilidade, mas nós também devemos descobrir que a globalização pode nos trazer coisas boas, aproximação dos trabalhadores com os trabalhadores, o maior acesso à informação [...] (2014).

Nessa fala de Élio Neves é possível percebermos a concepção da federação sobre a importância do trabalhador para a produção da riqueza nacional, a necessidade da luta por maior justiça social e principalmente, eliminação do latifúndio e o papel da reforma agrária nesse processo. Ressalta ainda, o trabalho desenvolvido pela FERAESP na consolidação de assentamentos e na organização de uma cooperativa junto aos trabalhadores do campo.

Sobre o seu alinhamento político, destacamos que o cenário em que a FERAESP estava atrelada, politicamente, à CUT se alterou nos anos 2000, quando a federação passou a se aproximar da CONLUTAS, Central Sindical e Popular, fato que se concretizou em 2014. A partir do boletim dessa central, é possível percebermos a relação entre as entidades.

A CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular saúda os participantes do Congresso da Feraesp. Nos últimos dois anos, temos desenvolvido uma série de ações em comum com a Feraesp e seus sindicatos filiados. Estamos juntos no enfrentamento ao agronegócio, e na luta em defesa da reforma agrária; assim como na defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a flexibilização da legislação trabalhista, juntos ajudamos a derrotar o projeto do ACE (Acordo coletivo Especial) defendido pela CUT que permitiria assinar acordos por empresas rebaixando conquistas legais e as convenções coletivas dos sindicatos. Realizamos inúmeros seminários e fizemos muitas reuniões debatendo os problemas mais sentidos do povo trabalhador. Juntos, construímos unitariamente a marcha em Brasília no dia 24 de abril do ano passado, levantando as bandeiras mais sentidas pelos trabalhadores, pela juventude, desempregados, aposentados, pelas mulheres e todos os setores que depois foram às ruas nas manifestações de junho. Fomos apoiados pela Feraesp em nossas campanhas específicas e estivemos ao lado dos companheiros da Feraesp e sindicatos filiados nas suas greves e ocupações. Nessas discussões e lutas comuns nos conhecemos mais e melhor. Elaboramos um programa para o campo do Brasil, uma visão comum da luta pela reforma agrária e da necessidade de reconstruir o movimento dos trabalhadores, que está atrelado aos interesses dos governos e do agronegócio. Temos muito respeito pela construção democrática da Feraesp e seus sindicatos, e acreditamos que também estamos desenvolvendo uma experiência

importante na construção de uma central sindical e popular como a CSP-CONLUTAS. Hoje vemos na Feraesp uma entidade irmã ( CONLUTAS, 2014).

Na ocasião do VII Congresso da FERAESP, o presente boletim, reforça a construção da parceria entre a Conlutas e a FERAESP, que vem se consolidando através de lutas conjuntas, nos últimos anos.

Ainda, de acordo com o informativo da Conlutas (2014), encontrado no da central, o VII Congresso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo ocorreu de 10 a 12 de setembro de 2014 na cidade de Araraquara, no interior do estado. Segundo o documento divulgado pela central, participaram desse evento cerca de 300 trabalhadores, representando os sindicatos filiados à federação, comissões de base das empresas, trabalhadores rurais sem-terra ou desempregados dos acampamentos e assentamentos apoiados pela FERAESP.

Segundo o boletim (CONLUTAS, 2014) “a Feraesp aglutina dezenas de sindicatos de diversas regiões, tendo nessas bases, cerca de 300 mil trabalhadores assalariados rurais. Na ocasião do Congresso, comemoraram-se os 25 anos de fundação da Federação, que ocorreu em 16 de abril de 1989, em Jaboticabal. Desde a sua criação a entidade tem organizado as lutas dos assalariados rurais do Estado de São Paulo.

Élio Neves (CONLUTAS, 2014) durante o evento ressalta que esse foi um congresso de refundação, que tomou decisões históricas sobre a vida da FERAESP. Por isso, refletiu sobre as mudanças estruturais que tem vivenciado o campo brasileiro, com o crescimento da mecanização e da agroindústria, debateu também, sobre as condições de trabalho no campo e outros temas.

No informativo, pondera-se as ideias de que o agronegócio é um setor em expansão e tem peso qualitativo na composição do PIB brasileiro.

Este setor é dominado por grandes transnacionais, como é o caso do Grupo Raízen, da Shell, que emprega 40 mil trabalhadores em 24 unidades produtivas (usinas) espalhadas por diversos estados. Ainda possui 13 termoelétricas, sendo a líder individual em moagem de cana do Brasil e a principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar, além da terceira maior distribuidora de combustíveis. Recentemente, a FERAESP conquistou o direito dos trabalhadores elegerem delegados sindicais, com estabilidade no emprego e nas unidades do Grupo Raízen (CONLUTAS, 2014).

É reforçado também nesse registro que, a diretoria da federação é composta por trabalhadores do corte da cana e da colheita de laranja, que em 1985, estiveram à frente da

histórica greve de Guariba e por jovens operários das grandes agroindústrias, do setor sucro-alcooleiro, das usinas de etanol e outros.

Com relação às táticas da federação, o boletim (CONLUTAS, 2014) destacou que a FERAESP, nesse momento, está buscando organizar todos os trabalhadores da cadeia produtiva do agronegócio, ajudando na organização de sindicatos em várias partes do país. Com o lema "Da terra ao prato", a federação trabalha pela unificação de toda a categoria, ou seja, de todos os trabalhadores do complexo agroindustrial, que se encontram muitas vezes divididos em vários pequenos sindicatos.

O Congresso contou com a presença de representantes de vários estados, dentre eles Minas Gerais, Goiás e Paraná, como parte desse trabalho nacionalmente articulado que a FERAESP vem desenvolvendo.

De acordo com o informativo (CONLUTAS, 2014), o Congresso fez um amplo debate sobre organização sindical e adotou mudanças importantes no Estatuto da Federação. O mandato da diretoria foi reduzido de quatro para três anos, além de ser incorporada a participação de delegados sindicais na estrutura diretiva da entidade. Contudo, a resolução mais importante foi à decisão de desfiliar a FERAESP da CUT, e construir a transição para a filiação dos Sindicatos e da própria federação à CSP - CONLUTAS.

A proposta minoritária de permanecer na CUT não alcançou 20% em nenhum dos grupos de trabalho e, por isso, de acordo ao regimento do Congresso, sequer foi a voto no plenário. A resolução proposta pela diretoria da Federação foi aprovada por aclamação.

Segundo a resolução,

As centrais sindicais são organizações que deveriam atuar unificando a defesa dos trabalhadores enquanto classe, rompendo com o corporativismo por categorias. (...) A CUT – Central Única dos Trabalhadores, vinculada ao PT – Partido dos Trabalhadores – com a chegada do PT aos governos municipais, estaduais e federal, afasta-se a passos largos da disputa classista e praticamente dirige suas preocupações com a manutenção sustentação dos governos. Essa postura enfraquece a classe trabalhadora. [...] O VII Congresso da FERAESP delibera para que os sindicatos façam assembleias [...] e indiquem para filiação a Central Sindical e Popular CONLUTAS. [...] O debate e deliberações sobre filiação à Central devem se encerrar em 120 dias (...) cabendo ao Conselho de Representantes da FERAESP em 150 dias (...) resolver a qual Central Sindical a FERAESP estabelecerá seu vínculo de filiação, ficando desde já autorizada a desfiliação da CUT (CONLUTAS, 2014).

Sobre o VII Congresso da FERAESP, encontramos um pequeno vídeo,

disponibilizado na internet, em que, Élio Neves (2014), trata de mais alguns aspectos a respeito da federação. Nesse registro o presidente da entidade, denomina esse momento que a FERAESP vem passando, como refundação. Segundo a liderança, a FERAESP, em si, não mudará, mas de acordo com a avaliação do conjunto que compõe a entidade, é o momento dela olhar para dentro de si.

É hora dos sindicalistas refletirem, sobre o que fez, sobre o que não fez, porque não fez e o que precisa fazer. E o sindicalismo como instrumento real da luta dos trabalhadores para as conquistas imediatas, ele tem tarefas a cumprir. Houve uma mudança importante no processo produtivo, com a introdução da mecanização na agricultura, o setor químico, com pesticidas, adubação, a transgenia, a cana, a laranja, de hoje não é mais a mesma. Ou seja, o conjunto de mudanças, seja tecnológica, seja organizacional do trabalho e também do ponto de vista empresarial e político, exige da FERAESP e do grupo FERAESP, um novo olhar.

A FERAESP desde seu nascedouro sempre teve uma concepção de que a central sindical enquanto guarda chuva da organização dos trabalhadores não pode estar atrelada à governo, nem a governo federal, nem estadual, nem municipal e não pode estar atrelada a partido político, porque tem como fundamento a disputa de poder e isso é legítimo, mas o movimento sindicato, na nossa concepção, tem como fundamento a luta real, no cotidiano, no dia a dia. O problema da CUT que antes seu integrantes eram combativos, mas mudaram a conduta, mudaram a prática e a FERAESP continua a mesma, não mudou, quem mudou foi a CUT. Qual o problema? Então não nos cabe mais lá, pelo menos na avaliação da FERAESP e do conjunto,

Estamos encaminhando a proposta de filiação à CSP- CONLUTAS, não como adesão, mas como projeto de construção de um novo instrumento real que possa mais uma vez retomar a organização da classe trabalhadora brasileira. Não é tarefa apenas dos trabalhadores urbanos, dos servidores públicos é tarefa também dos trabalhadores do campo. O processo de reorganização para nós do campo não tem problema a gente tá acostumado a plantar roça e daí não chove não nasce, se chove muito a roça não dá e a gente planta de novo. É hora de plantar de novo uma nova central baseado nos velhos, mas atuais princípios classistas de organização da classe trabalhadora (NEVES, 2014).

Também nesse registro podemos notar que a entidade tem procurado olhar para a sua trajetória e avaliar a sua prática, ao longo desses anos, e isso fez com ela se aproximasse da CONLUTAS e procurasse rever suas táticas.

Portanto, de acordo com a entrevista concedida pelo presidente da federação, a FERAESP vem construindo sua política juntamente à Central Sindical e Popular (CONLUTAS). Tal construção também foi reafirmada no 7º Congresso da federação realizado em setembro de 2014. Esse pode ser um indicativo importante para compreendermos a concepção de organização e, principalmente, seu entendimento sobre a

reestruturação produtiva e a formação do trabalhador, através das táticas que vem realizando.

Ao realizar um balanço sobre a trajetória histórica do sindicalismo no Brasil da década de 1930 a 1980, Boito (2012, p. 6) destaca que,

Na ditadura do Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1988), a gestão da estrutura sindical foi muito dura. Os governos desse período promoveram verdadeiras varreduras nos sindicatos oficiais, depuseram centenas de diretorias combativas e criaram um viveiro de dirigentes pelegos que puderam agir contando com todas as benesses que a estrutura sindical lhes conferia. Nos períodos democráticos, o controle se dá de modo mais liberal, mas é também muito eficiente. No período democrático de 1945-1964, o governo tinha o PTB que foi um partido criado a partir do aparelho da estrutura sindical e para apoiar o varguismo. No período democrático atual, a pluralidade de correntes e partidos, cada um com o seu quinhão da estrutura sindical, instaurou uma disputa muitas vezes burocrática que divide, parte e reparte o sindicalismo e tudo isso envolto no discurso de defesa da unidade - na verdade, de defesa da unicidade sindical.

De acordo com Sebastião Geraldo (1994) os anos 1980 foi um momento de retomada das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, depois de mais de uma década em que a organização do operariado foi abafada pelo regime militar. Portanto, podemos considerar esse contexto como um marco, por resgatar o papel histórico do movimento sindical brasileiro.

Segundo Nazareth (1990), o movimento reergue-se, com grande força no ano de 1978, em que os metalúrgicos, dos sindicatos de São Bernardo do Campo, assumiram a reorganização da participação dos trabalhadores. No ano seguinte, a força desse mesmo sindicalismo foi decisiva no processo de redemocratização do Brasil. Ainda sobre a efervescência do sindicalismo na década de 1980, Cardoso (2003) apresenta as diferenças na organização sindical nos contextos de avanço do capital e de outros onde seu desenvolvimento foi mais tardio, como no caso do Brasil.

Se, como sugeri na introdução, a década de 1980 foi trágica para o sindicalismo no capitalismo avançado, no Brasil deu-se o oposto. Aqueles foram anos de eficiência e eficácia da ação representativa e organizativa sindical. Após seu renascimento no final da década de 1970, o número de sindicatos cresceu perto de 50% até 1989. O orçamento global das instituições oficiais e não oficiais chegava a perto de um bilhão de dólares (Ibidem, p. 33, 34).

Durante a década de 1980, houve uma explosão de greves, e o movimento sindical estava mais presente no processo político criando as centrais sindicais. Enfim, o

sindicalismo no Brasil caracterizou-se por um movimento urbano mais persistente, amplo e ativo. (BOITO, 1991). De acordo com o autor, a Constituição de 1988 promoveu reformas importantes na estrutura sindical,

[...] que consagrou os elementos centrais da estrutura sindical na própria Constituição e introduziu uma alteração importante nos mecanismos de controle do Estado sobre o processo de criação de sindicatos. O controle se dava a priori e pelo executivo. O Ministério do Trabalho expedia uma carta para a associação requerente funcionar, caso demonstrasse documentação completa, como associação pré-sindical. Após três anos de - digamos assim - um “estágio probatório”, o Ministério poderia expedir uma carta sindical definitiva. Esse processo tutelar, autoritário e prolongado foi substituído por um mecanismo aparentemente democrático: um controle feito apenas a posteriori e pelo ramo judiciário. Essa mudança foi vista pelas correntes organizadas na CUT, que congregava, então, todas as correntes socialistas e progressistas do sindicalismo brasileiro, como uma vitória do campo operário e popular. E, de fato, essa mudança foi uma resposta à luta operária que vinha em ascensão desde 1978 no período de crise da ditadura militar. Porém, tal mudança produziu efeitos indesejáveis e não esperados (BOITO, 2012, p. 6-7).

Segundo Leôncio Rodrigues, o movimento sindical ganhou força nesse período e alguns fatores contribuíram e foram significativos para a expansão do movimento sindical, como por exemplo: o extraordinário crescimento econômico que elevou bastante o número de assalariados no país durante os anos 1970, o aumento do sindicalismo de classe média e do sindicalismo rural, a abertura política e, finalmente, a estrutura sindical preexistente que os militares controlaram, mas não destruíram. Entretanto, Boito (2012) adverte que,

[...] aparentemente, temos uma situação de liberdade sindical. Desde 1988, para criar um sindicato basta um registro em cartório que deve ser notificado ao Ministério do Trabalho. O sindicato já existente que se sentir prejudicado poderá ingressar na justiça contestando a nova entidade. Resultado: ficou fácil criar sindicato no Brasil. Se tivéssemos liberdade de organização sindical, a situação seria diferente. Nenhum sindicato teria monopólio da representação e tampouco dinheiro fácil vindo do Estado. Para criar um sindicato, você precisaria ter legitimidade junto à massa, organizá-la e obter recursos voluntariamente cedidos pelos trabalhadores. Os aventureiros encontrariam dificuldades e obstáculos muito grandes. Porém, como temos a investidura, a unicidade e as contribuições obrigatórias - criar sindicatos, inclusive sindicatos fantasmas, passou a ser uma verdadeira brincadeira de criança. Explodiu, desde então, uma indústria de criação de sindicatos. Isso é algo que os defensores da unicidade sindical escondem: a unicidade estimula a pulverização, e não a unidade, dos sindicatos no Brasil. A liberalização da criação dos sindicatos sem liberdade efetiva de organização sindical é tão ruim quanto o controle estrito propiciado pelo velho estatuto padrão e pelo intervencionismo do Ministério do Trabalho (Ibidem, p. 6 e 7).

O movimento sindical era composto por várias tendências que expressavam diferentes projetos de sociedade, assim como, distintas estratégias de luta. De acordo com Geraldo (1994), em agosto de 1981, aconteceu a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que identificou, pelo menos, quatro tendências dentro do movimento sindical. Denominadas, segundo o autor, por Unidade Sindical, Sindicalistas Autênticos, Oposições Sindicais e Extrema Esquerda.

Uma delas era a Unidade Sindical que reunia sindicalistas ligados ao PCB, PC do B, e ao MR- 8. Esse grupo manifestava-se contra a criação do PT e insistia na necessidade de aliança com o PMDB e com outros setores sociais. Essas alianças eram entendidas como básicas para transição democrática, o que considerava fundamental. Pregava a prudência nas mobilizações dos trabalhadores a fim de evitar o confronto com os militantes, o que poderia retardar a abertura democrática. Rejeitava a ideia de greve geral defendida pelas correntes mais radicais e opunha-se a Convenção 87 da OIT, Organização Internacional do Trabalho, que prevê a não intervenção governamental nos assuntos sindicais e trabalhistas. Permitiria, se entrasse em vigor no Brasil, ampla liberdade de organização sindical, possibilitando a formação mais um sindicato por categoria profissional numa mesma localidade, rompendo desta forma com o sindicato único, um dos princípios básicos da estrutura corporativa, em nome da manutenção da unicidade sindical (GERALDO, 1994, p. 14, grifo nosso).

O sindicalismo, segundo essa tendência era visto como ferramenta para obtenção de melhorias para os trabalhadores. Essas conquistas não seriam alcançadas através da ação sindical, mas sim por meio de alianças com outras forças políticas democráticas (GERALDO, 1994).

A segunda tendência denominada como “Sindicalistas Autênticos” ou “Independentes” e “Combativos” foi construída no interior dos sindicatos oficiais.

Desse grupo faziam parte os sindicalistas em conflito com o Ministério do Trabalho, os quais lideravam várias greves contra a política salarial do governo, além de outras reivindicações. Alguns desses sindicalistas foram destituídos e presos, e seus sindicatos sofreram a intervenção do Ministério do Trabalho (GERALDO, 1994, p. 15).

Os membros dessa tendência (GERALDO, 1994) lutavam por maior espaço na negociação com os patrões e manifestavam-se contras normas que regulavam as atividades sindicais, principalmente, contra o controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre os sindicatos. Apresentavam fragilidades e pouca definição no que se refere ao caráter político-ideológico que permeavam suas ações.

Esse segmento do sindicalismo que tinha como principal liderança Luiz Inácio da Silva, o Lula, ascendeu à estrutura sindical durante o regime militar e tinha pouca experiência em participação política. Lula, por exemplo, insistia, mesmo depois da criação do Partido dos Trabalhadores, que não tinha pretensões políticas e que nunca se candidataria a coisa alguma. Valorizava o delegado sindical e entendia que as comissões de fábrica deveriam ser subordinadas a seus respectivos sindicatos. A esse bloco está ligada a origem do movimento que ficou conhecido como *Novo Sindicalismo* (GERALDO, 1994, p. 16).

Sobre a terceira tendência - Oposições Sindicais - seus integrantes eram a favor das comissões de fábrica, como organização autônoma dos trabalhadores, contudo, sem a interferência dos respectivos sindicatos.

Um terceiro grupo denominado Oposições Sindicais, era formado por militantes que faziam oposição às diretorias consideradas acomodadas ou pelegas. Sua composição era relativamente heterogênea. Havia no seu interior facções bastante radicais, denominadas “obreiristas” que preconizavam a ação direta de repúdio parlamentar. Grande parte de seus membros era ligada à igreja católica através das pastorais operárias, sendo alguns deles ex- militantes do PC do B. **Priorizavam as organizações e ações de base, colocando em segundo lugar a “luta por uma democracia representativa” e rejeitavam a ligação com outros setores políticos e sociais. Boa parte desse grupo (relativamente inexpressivo) se uniu aos Autênticos em busca da organização do PT em 1979** (GERALDO, 1994, p. 16. grifo nosso).

A Extrema Esquerda, última tendência destacada, se aproxima de um sindicalismo revolucionário. Era composta por militantes de partidos de orientação leninista e trotskista, que lutavam pelo socialismo através de uma prática radical.

Segundo Geraldo (1994), esses segmentos que compõem essa quarta tendência, aproximaram-se do movimento sindical quando foram iniciadas as discussões sobre a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e procuraram participar dos debates em torno de sua formação, em busca do espaço político legal que o partido poderia proporcionar. Grande parte delas foram organizações clandestinas que surgiram no final da década de 1960 e início de 1970.

Meneguello, identifica esses grupos como sendo: Convergência Socialista, o grupo mais conhecido politicamente e que tinha como proposta no momento da reforma partidária a criação de um partido socialista dos trabalhadores; MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado), voltado à luta armada que se originou das divisões internas do PCB durante os anos 70; LIBELU (Liberdade e Luta), ala estudantil a OSI (Organização Socialista Internacionalista) de tendência trotskista; Ala Vermelha, dissidência do PC do B; membros da AP ( Ação Popular), a da POLOP (Política Operária), membros do PRC (Partido

Revolucionário Comunista), também dissidência do PC do B e do Secretariado Unificado, também de tendência trotskista (GERALDO, 1994, p. 62-63).

Contudo, apesar da existência dos grupos descritos acima, houve duas forças que se destacaram no cenário da luta sindical, ou seja, essa polarização definiu-se entre as duas maiores tendências, a saber: o Novo Sindicalismo e a Unidade Sindical. Mesmo com o equilíbrio entre as duas forças no conjunto do movimento sindical, o Novo Sindicalismo teve um destaque maior no cenário nacional ao incorporar novos temas à luta sindical com uma nova visão sobre o papel do sindicato e da classe trabalhadora no processo de construção da redemocratização do país.

O chamado “Novo Sindicalismo” se pautava na luta pela “cidadania plena”. Esta pode ser entendida como “conquista dos direitos sociais e políticos” e para isso procurou ocupar espaço na arena nacional enquanto representação política independente.

Ao ampliar o seu leque de reivindicações, posicionando-se ao lado de outros agentes políticos e sociais, o movimento sindical conquistou o papel de protagonista da luta pela democracia no país. Apesar desses sindicalistas manterem distância na luta político-partidária, logo perceberam as limitações da luta sindical diante da falta de sensibilidade demonstrada pela classe política em relação às demandas imediatas dos trabalhadores, e passaram a admitir uma relação mais estreita entre os sindicatos e os partidos, como necessidade para a emancipação político-partidária da classe trabalhadora. Daí a concretização do Partido dos Trabalhadores (GERALDO, 1994, p. 19).

Nesse contexto de forte mobilização e de organização dos trabalhadores, fundam-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Realizada de 21 a 23 de agosto de 1981, a primeira CONCLAT, teve grande adesão de praticamente todas as forças do sindicalismo brasileiro que atuavam naquele momento, com a participação dos seus principais segmentos e de todos os estados. Participaram da primeira CONCLAT 1.091 entidades com 5.036 delegados, sendo: 469 sindicatos urbanos, 363 sindicatos rurais, 176 associações pré-sindicais, 32 associações de funcionários públicos, 43 federações e 5 confederações (GERALDO, 1994).

Durante a conferência (Primeira CONCLAT) foi eleita a comissão pró - CUT (A comissão foi eleita pelo plenário da CONCLAT. Era composta por 56 sindicalistas, sendo 24 rurais e 36 urbanos. Os membros mais combativos dessa comissão somavam aproximadamente trinta por cento da mesma e, com isso, não conseguiram peso suficiente para cumprir o plano de lutas aprovado na conferência. Assim sendo, o I CONCLAT acabou marcado para agosto de 1983 por conta do bloco minoritário, mas

à esquerda sem, contudo, contar com os sindicalistas da Unidade Sindical, também denominado Bloco da Reforma, e com outras tendências mais moderadas. Nesse congresso consumou-se a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) (GERALDO, 1994, p. 21).

O Partido dos Trabalhadores (PT) surge como instrumento necessário de organização e de luta dos trabalhadores na política nacional. O mesmo vincula-se às demais formas de luta organizada, como os sindicatos e demais associações populares, sendo a participação dos sindicalistas o elemento fundamental para a formação e a caracterização do referido partido. . A própria ascensão da CUT na década de 1980 relaciona-se ao crescimento da importância também do PT na esfera da política institucional. Ambos foram impulsionados pelo momento histórico-político de grandes transformações, com o fim da ditadura e com a crise do Estado e da economia hiperinflacionada.

Nesse período a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fora composta pelas correntes sindicais mais ativas, como os sindicalistas do Bloco Combativo, as Oposições Sindicais, os militantes da esquerda católica e pequenos grupos de orientação marxista, leninista e trotskista. A central teve grande expressividade no movimento operário dos anos 1980, e em oposição às políticas adotadas pelo governo brasileiro, organizou as greves gerais.

Sua postura era de oposição direta, com vistas a construir uma estratégia sindical combativa em relação à política pró-monopolistas, pró-imperialistas e pró-latifundiária do governo (GERALDO, 1994).

As forças que deram origem à CUT, lutavam contra a visão ideológica presente em toda a estrutura sindical herdada da década de 30, segundo a qual o sindicato deve ser apolítico. Na realidade, este apoliticismo era a negação da prática dos anarquistas e comunistas que dominavam a cena sindical até a década de 30 (LOPES NETO; GIANNOTTI, 1993, p. 35).

As correntes indicadas acima, que participaram da construção da CUT contribuíram para a formulação de alguns princípios que viriam a ser os norteadores de um primeiro perfil do discurso cutista, de uma forma ou de outra, conforme ratificado no primeiro Estatuto da Central (GERALDO, 1994).

Desde a sua fundação, a CUT se apresentava como uma central sindical unitária e classista em defesa da luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, com a “perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social

e econômica” .

Como princípio fundamental, propunha a “defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros, bem como do povo explorado” . Na luta pela construção da democracia, propunha “reger em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão de suas correntes internas em busca da unidade de ação” . Manifestava-se pela liberdade e autonomia sindical, pelo rompimento da estrutura sindical brasileira e pela transformação dos sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados por ramo de atividade produtiva, democrático e de massas (GERALDO, 1994, p.22).

Na definição de seus princípios e objetivos, explicitava-se a defesa da central pela unidade com outros movimentos, o modo de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e as formas de luta direta contra o patronato. Sobre esse primeiro ponto, acreditava-se na importância da unidade de luta com os movimentos populares da cidade e do campo e na independência da classe trabalhadora, tanto a nível local, quanto internacional, em relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e aos credos religiosos.

A CUT também se comprometia em buscar a conquista da organização por local de trabalho através da “[...] criação, consolidação e fortalecimento desses organismos de base [...] desenvolvidos de forma livre e independente pelos trabalhadores em todos os seus locais de trabalho, tanto na cidade como no campo” (GERALDO, 1994, p. 55).

E sobre as formas de luta, procurava estabelecer a ação direta das massas por meio de paralisações, manifestações, greves, denúncias e outras formas de pressão através das ações legais e a criação de novas táticas de luta adequada a cada situação concreta. Para a sustentação dos movimentos de resistência e luta dos trabalhadores, a CUT propunha destinar fundos das “[...] caixas de reservas” (GERALDO, 1994, p. 55).

Esses objetivos e essas estratégias de atuação estabelecidas desde a fundação da CUT sofreram alterações ao longo dos anos, conforme podemos notar nas decisões e deliberações tiradas em seus congressos.

Em 86, no seu II Congresso, no Rio de Janeiro, a Central dará uma definição mais explícita do socialismo. Estas definições enfatizam a idéia de socialismo, e reafirmam as concepções nele implícitas de classes sociais e de luta de classes. Eram uma resposta às várias tentativas realizadas pela burguesia de atrair os trabalhadores para o “pacto social” um acordo tripartite entre governo, empresários e trabalhadores visando uma trégua para superar a crise econômica crescente na qual se

afundava o país (LOPES; GIANNOTTI, 1993, p 35;36).

Segundo Geraldo (1994), esses princípios foram mantidos durante os primeiros anos de existência da central. A partir de 1986, no entanto, surgiram novas propostas que se encaminhavam em uma mesma direção, a saber: maior estruturação interna da central, maior poder das direções e menor peso das bases nas decisões da entidade. Segundo Lopes; Giannotti (1993, p. 42):

Na verdade a CUT, à medida que não rompeu totalmente com a velha estrutura, foi criando uma prática sindical híbrida e ambivalente. Pouco a pouco a força dos aparelhos sindicais começou a aparecer e a provocar um processo gradativo de burocratização e a diminuição do esforço democrático inicial.

Em seu III Congresso, em 1988, a central já dava indícios de fragilidade com relação a um novo projeto de sociedade, pois nesse momento começaram a ser priorizadas as discussões sobre a reestruturação da CUT enquanto máquina sindical. Para Lopes e Giannotti (1993, p. 42),

[...] as discussões sobre a conjuntura e as respostas que a Central deveria dar foram totalmente secundarizadas. O objetivo da maioria da direção era claro: aprovar uma mudança no estatuto que permitisse implementar uma nova visão de Central.

Desde então, um embate entre algumas correntes da CUT foram decisivas para os encaminhamentos da central. Ou seja, mesmo com a atuação combativa dos diversos grupos - unidos em defesa da tradição democrática da central e preocupados com a relação da mesma com os trabalhadores organizados ou não, que tinham ou não carteira assinada - foi a proposta da Articulação Sindical (Corrente majoritária da CUT) que venceu. Essa corrente optou por uma central com caráter de representação frente a sociedade em detrimento de um caráter de mobilização e organização.

Foram tomadas medidas restritivas à participação das bases, em benefício das direções oficiais da central, ou seja, das diretorias eleitas dos sindicatos, que passaram a obter uma influência muito maior. Com isso, o peso da base das organizações sindicais foi reduzido. Essas medidas favoreceram a corrente majoritária da central para definição dos novos rumos da entidade (GERALDO, 1994, p. 55).

Os novos critérios de participação das bases introduzidos a partir do III CONCURT, impactaram significativamente na diminuição do número de delegados de base, favorecendo os membros das diretorias sindicais. Por esse motivo, em 1991, o IV CONCURT, transformou-se em um Congresso com a participação, quase exclusiva, de

dirigentes sindicais.

O número total de delegados que foi de 6243 no II CONCUT - e sempre acima de 5000 nos congressos anteriores - caiu para 1555 no IV CONCUT, o que revela, mais uma vez, que a mentalidade sindical brasileira continua, em grande parte, impregnada de uma cultura cupulista, autoritária e burocrática, distante, portanto, dos compromissos democráticos assumidos publicamente pelas lideranças do movimento sindical (GERALDO, 1994, p. 55).

Em maio de 1994, realizou-se o V CONCUT, que aprovou uma resolução que colocou fim à autonomia política e financeira das CUTs regionais. Segundo Geraldo (1994), a partir do V CONCUT, as CUTs regionais não tiveram mais recursos próprios. Ou seja, os recursos destinados às regionais passaram a ser, nesse momento, dirigidos às CUTs estaduais, na qual havia o predomínio da Articulação Sindical, e essas ficaram responsáveis por repassar os recursos às regionais quando conveniente, reduto das correntes minoritárias da CUT. Essa decisão vai contra os esforços de democratização interna da Central, e a favor da manutenção do controle nas mãos do grupo majoritário que, desde o início dos anos 1990, tem demonstrado explicitamente, através das declarações de suas lideranças mais expressivas, a disposição de acomodar a central ao perfil social-democrata de ação e organização sindical.

A acomodação da Central à atual estrutura sindical, com a revisão em alguns de seus princípios, principalmente a partir de seu terceiro congresso, com a adoção de um novo mecanismo de indicação dos delegados que viriam a participar dos próximos congressos, fortaleceu a burocratização da mesma, o que é admitido por suas principais lideranças, como o faz o próprio Gilmar Carneiro quando diz que “metade dela (CUT) é questionável se são dirigentes sindicais de massa”, e conclui: “metade não é” (GERALDO, 1994, p 57).

Ou seja, a trajetória do discurso Cutista ilustra, além do abalo em sua opção pelo socialismo, um retrocesso no que se refere ao compromisso inicial de ser uma central que representaria de forma livre e democrática o conjunto da classe trabalhadora a partir do fortalecimento dos organismos de base (GERALDO, 1994).

Concomitante à criação da CUT, frisamos a fundação da CGT. Assim, as forças do movimento sindical ligadas à Unidade Sindical, que não aderiram ao I CONCLAT de agosto de 1983, convocaram para novembro do mesmo ano outro congresso mantendo a mesma sigla (CONCLAT). Segundo Geraldo (1994, p. 29), participou do referido evento 1.234 entidades com mais de 4.200 delegados. Durante o congresso foi eleita uma

Coordenadoria Nacional (também denominada CONCLAT) que cuidou da organização e da realização do CONCLAT de 1986 que criou a CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Várias tendências participaram da criação da CGT, tal como é o caso dos partidos comunistas (PCB e PC do B), o MR-8, além dos setores ligados ao PMDB e simpatizantes do sindicalismo norte-americano liderado por Antônio Rogério Magri.

Inicialmente, foram os comunistas que caracterizavam o grupo hegemônico na central. Apesar de proclamarem a luta pela liberdade sindical, na verdade, reivindicavam apenas a liberalização da estrutura sindical. A defesa da unicidade sindical, por exemplo, é incompatível com a defesa da liberdade e autonomia sindical.

Ainda com relação aos posicionamentos da CGT, torna-se necessário destacarmos que os sindicalistas da central defendiam as empresas estatais e eram favoráveis ao restabelecimento normativo da justiça do trabalho (RODRIGUES; CARDOSO, 1993).

A nova central estava apoiada fortemente sobre a estrutura sindical oficial, contando principalmente com a sustentação de importantes confederações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Investimentos de Crédito, Confederação dos Trabalhadores na Indústria, Confederação dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, apenas para citar alguns exemplos (GERALDO, 1994, p. 32).

No interior da CGT, houve uma série de rachas que acarretou uma nova composição de forças na central. Isso se deu em decorrência da percepção dos setores progressistas de que o espaço para eles na CGT estava diminuindo, na mesma medida em que emergia o Sindicalismo de Resultados. E, portanto, o avanço dessa tendência na conquista de espaço, tanto no movimento sindical quanto nos meios de comunicação, deixou descontentes os comunistas.

Primeiro foi o rompimento da CSC (Corrente Sindical Classista), criada em agosto de 1988, sete meses depois do primeiro congresso da CGT, pelos militantes do PC do B. Pouco tempo depois, no segundo congresso realizado pela central, de 29 de abril a 1 de maio de 1989, ocorre outro racha com a derrota de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, representante do MR-8 e do PCB. A vitória foi de Antônio Rogério Magri, com seu discurso sindical apartidário e anticomunista, levou os derrotados a convocarem uma reunião para setembro do mesmo ano, oportunidade em que foi criada uma nova central sindical, tendo como presidente Joaquinzão. Magri se manteve como presidente da CGT (a partir de então Confederação Geral dos Trabalhadores) até assumir o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, durante o governo Collor, enquanto Joaquinzão passou a presidir a nova CGT, mantendo o nome de Central Geral dos Trabalhadores (GERALDO, 1994, p. 59).

A saída dos comunistas do MR-8 e de Magri e com a ascensão de Francisco Canindé Pegado à presidência da mesma impactou na mudança de perfil da Central (Confederação); e esse aspecto não contribuiu para uma melhor caracterização ideológica da CGT (GERALDO, 1994). A partir desse contexto, é possível identificar a nova linha política e estratégica dessa central.

[...] uma central em defesa de um sindicalismo sem subordinação partidária, que preconiza a unidade de ação com outras centrais e o diálogo com empresários e o governo, defende o parlamentarismo e preserva uma marca nacionalista na sua atuação política mais ampla; o que pode ser observado principalmente a partir da sua resistência à privatização das estatais. Na sua relação com os partidos políticos, procura pressionar o congresso através de uma atuação em forma de lobby (GERALDO, 1994, p. 33).

No final dos anos 1980, o aprofundamento da crise econômica no país e a decadência das lideranças pelegas tradicionais a nível nacional, gerou a necessidade da busca de mediadores no meio sindical, com a perspectiva de conseguir a aprovação dos trabalhadores a fim de apresentar suas demandas novamente ao “interesse de todos”, mesmo depois de várias tentativas fracassadas de resolver o problema inflacionário através da regulação autoritária da economia.

## **2.5 – O MOVIMENTO SINDICAL NO AUGO DO NEOLIBERALISMO: 1990 A 2015**

Essa conjuntura contribuiu à ascensão de Medeiros. Ou seja, ao lado de Magri emergiu a figura de Luiz Antonio de Medeiros, que viria a ser o principal formulador da concepção sindical introduzida no Brasil, através da participação ativa do próprio Magri com O Sindicalismo de Resultados. Seu discurso pró-capitalista e de valorização da negociação rendeu investimento das elites empresariais e governamentais na promoção de sua liderança, por significar o interlocutor que esses segmentos buscavam no interior do movimento sindical (GERALDO, 1994).

Essa nova tendência que colocou à tona a bandeira da apartidarização e a ideia do sindicalismo como fator de mercado, representou uma “reviravolta no sistema de organização sindical no país porque se apresentava como alternativa a um modelo marcado justamente pelo solidarismo transformador e partidarizado da CUT” (GERALDO apud

CARDOSO, 1994, p.174).

A fundação da nova central, em março de 1991, representou a ascensão do sindicalismo de Resultados e a efetivação de Medeiros como principal interlocutor desta concepção, com reconhecimento nacional.

No entender de seus fundadores, a Força Sindical estaria adaptada à nova realidade, aos novos tempos, “após o fim dos regimes socialistas” . Surgia com um projeto ambicioso: “mudar a sociedade, mudar o Brasil” . Colocava-se contra o capitalismo selvagem baseado na prática de cartéis e monopólios e na busca de favores do Estado. Anunciava disposta a lutar sim pelo capitalismo, mas com mudanças no seu conteúdo, na busca de construção de uma “sociedade moderna, com base na competitividade, produtividade, democracia e participação” (RODRIGUES; CARDOSO, 1994, p.17-18.).

Além da prática de conciliação de classes, a Força Sindical parte da concepção que fortalecer o capitalismo é da natureza da ação sindical para criação do mercado interno. Esta apresenta-se a favor do lucro e defende que os trabalhadores devem lutar nesse sentido, pois para que tenha garantia de seu salário é preciso que a empresa tenha sucesso. Consequentemente, o trabalhador teria a possibilidade de participação nos lucros.

Ao limitar a luta dos trabalhadores à luta econômica, o sindicalismo de resultados centraliza sua atuação na mercantilização da força de trabalho, vendendo-a pelo melhor preço. Encara a negociação salarial como atividade estritamente mercantil e não com parte de um processo de lutas. O sindicalismo é visto como um fator de mercado cujo papel principal é vender a força de trabalho por um preço mais alto. (GERALDO, 1994, p. 7).

Nesse sentido, a Força Sindical expressa, através de seu “Projeto para o Brasil” , uma proposta de conformidade com o neoliberalismo. Essa concepção se apresenta em defesa do capitalismo como o melhor futuro para o país, estando assim, atrelado a uma conjuntura mundial marcada pela terceira revolução tecnológica e pela queda do muro de Berlim, mas com melhor distribuição de renda e justiça social.

No que diz respeito à relação capital e trabalho, a central propõe a organização sindical livre em qualquer nível, obrigatoriedade da criação de conselhos de trabalhadores nas empresas com mais de 20 empregados, garantidos por lei e negociação com base em contratos coletivos (GERALDO, 1994, p. 112).

Propõe-se que seja criado um espaço de representação dos trabalhadores a nível da empresa, no qual seriam negociados temas específicos de cada firma e envolvesse os trabalhadores não apenas nas decisões que afetam

diretamente a relação de trabalho, como também dos resultados da empresa. Com isso pretende-se criar um ambiente de cooperação entre capital e trabalho que induza ao aumento da produtividade e das rendas reais dos trabalhadores.

Em 1994, com o afastamento de Medeiros - para concorrer ao governo do Estado de São Paulo - foi apresentado nacionalmente a figura de Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, que também alinhado ao discurso da Força Sindical, veio a substituí-lo. Para ele, “o sindicato precisa estar forte dentro da fábrica, com cooperação” (GERALDO, 1994).

Portanto, a partir das considerações históricas sobre o movimento sindical e a atuação das centrais sindicais no Brasil, abordadas nesse capítulo, podemos considerar que o movimento sindical brasileiro esteve na contramão da tendência histórica, predominante, durante a década de 1980, ao conquistar uma capacidade de intervenção política inédita na história do país, quando, em nível internacional, os sindicatos viviam um processo generalizado de enfraquecimento.

Mesmo que o processo de surgimento e desenvolvimento do “novo sindicalismo” “não tenha sido suficiente para desmontar totalmente a estrutura sindical corporativa erigida desde os anos 30, tendo em vista que suas bases fundamentais - como o imposto sindical, o monopólio da representação pelo sindicato, o princípio da unicidade sindical e a estrutura confederativa - foram mantidas, ele permitiu um significativo aumento da liberdade de organização e ação sindical. Na verdade, embora a proposta pela qual os setores de ponta do sindicalismo vinham lutando ao longo de todos esses anos - de superação da estrutura sindical corporativa e de sua substituição por uma institucionalidade sindical democrática, baseada no contrato coletivo de trabalho - tivesse sido derrotada pelo empresariado e pelos setores mais conservadores do próprio movimento sindical, suas lutas deixaram marcas” profundas (BORGES, 2012, p 19).

Entretanto, é necessário nos atentarmos à ideia de que o denominado “novo sindicalismo” dos anos 1980 “[...] caracterizou-se por uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro” (ALVES, 2000, p. 114).

A grande efervescência que marcava o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980 foi alvo de críticas da maioria dos analistas sociais que tenderam a salientar, como uma das principais fraquezas do sindicalismo brasileiro nos anos 80: a estrutura sindical corporativa (ALVES, 2000) Afirmavam que, por trás da explosão que caracterizava o sindicalismo da

época, havia várias debilidades, tanto estruturais, como políticas e ideológicas. Mais tarde, houve a ofensiva do capital sobre a produção que influenciariam a organização sindical dos trabalhadores. Tais debilidades viriam à tona apenas na década de 1990, diante do surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho. Por isso, o novo complexo de reestruturação produtiva colocaria claramente, novas determinações para a crise do sindicalismo no Brasil.

O que consideramos como sendo uma ofensiva do capital na produção atinge categorias assalariadas importantes, tais como bancários e metalúrgicos, base do sindicalismo organizado no país (ALVES, 1996). A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um “toyotismo sistêmico”, cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva. Por um lado, a *captura da subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ’ s etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais.

O crescimento do desemprego de massas – com componentes estruturais – num país como o Brasil nos anos 90 foi o golpe de misericórdia num sindicalismo que, apesar da sua vitalidade relativa na década passada, era estruturalmente débil, não apenas no aspecto *organizativo*, como sempre observaram uma série de autores, mas principalmente no aspecto *político-ideológico*, em decorrência da pobreza política (e ideológica) dos “intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora, uma debilidade histórica que perpassa os comunistas dos mais diferentes matizes a católicos (e trabalhistas) de esquerda.

Portanto, é sob a nova república liberal dos anos 90 e sob a ofensiva do capital na produção, que emergem as debilidades estruturais e históricas do sindicalismo no Brasil, incapaz de ir além de suas limitações políticas, organizativas e estruturais (ALVES, 2000, p.113).

Nos estudos sobre o sindicalismo brasileiro, mais precisamente de 1978 a 1998, Giovanni e Alves (2000) destacam que esse período foi caracterizado por uma estratégia sindical que oscilou da confrontação à cooperação conflitiva, pois passou da luta de classes na produção para uma “convergência conflitiva” que o autor denomina por defensivismo de novo tipo, ou seja, um neocorporativismo. Ressalta ainda, que na década de 1990, a prática sindical hegemônica da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi marcada por esse neocorporativismo operário, que segundo Alves (2000) tendeu a debilitar a perspectiva de classe que caracterizou a luta política e sindical brasileira dos anos de 1980.

Sobre esse período, é importante destacar que o sindicalismo brasileiro estava em

meio a um momento histórico caracterizado pela crise do bonapartismo militar e pela passagem (e consolidação) da nova república liberal. Num cenário em que o padrão de industrialização estruturou o processo de acumulação capitalista no Brasil moderno e que em meados de 1990 deu lugar a uma inserção dependente da economia brasileira ao capitalismo mundial (ALVES, 2000).

Nessa conjuntura é possível destacarmos as principais características da estrutura sindical no Brasil. Essa estrutura, segundo Alves (2000), caracteriza-se por ser descentrada, descentralizada, desenraizada e, principalmente, verticalizada a mesma seria propícia à metamorfose do “egoísmo de fração” do corporativismo estatal para um neocorporativismo setorial.

Portanto, os princípios do neocorporativismo que germinavam no sindicalismo da década de 1980, a partir do novo complexo da reestruturação produtiva na década de 1990, passam a deslanchar nos sindicatos, que começam a ter como estratégia não mais a transformação, mas a adequação como forma de sobrevivência política, em meio às mudanças na organização do trabalho. No artigo intitulado “Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000” os autores Boito; Galvão e Marcelino (2009), apresentam uma análise sobre a atuação dos movimentos sindicais e populares e as transformações que ocorreram ao longo das décadas. No decorrer do trabalho, são abordados aspectos fundamentais para entendermos a conjuntura sindical das décadas de 1980 a 2000. Retomaremos daqui em diante algumas das análises tratadas pelos autores.

A década de 1980 foi marcada pela luta e organização operária e popular no Brasil. Os indicadores da mobilização popular mantiveram-se muito altos e o salto organizativo do período foi muito grande.

Na década dos oitenta, tivemos a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Sem-Terra (MST). Essa foi também a década da legalização e do crescimento de antigos e novos partidos e organizações marxistas – como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Convergência Socialista (CS), que se transformaria no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e outras organizações menores. Nesse período, ocorreu uma explosão inédita de greves, colocando o Brasil, juntamente com a Espanha, que também saía de uma ditadura, como campeões incontestes da atividade grevista em escala mundial. Grandes greves de massa marcaram o cenário político e social daquele período: as greves do operariado fabril, principalmente no ABC paulista, as greves dos trabalhadores rurais – como as greves dos canavieiros da Zona Mata nordestina e do município de Guariba no interior de São Paulo – e as greves do funcionalismo público por todo o país tornaram

irreversível a crise da ditadura militar. Se elas não foram suficientes para impor uma saída popular para a crise da ditadura, limitaram as opções da burguesia brasileira. Essa luta e esse crescimento organizativo retardaram a implantação do capitalismo neoliberal no Brasil (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.36).

Já na década de 1990, houve um refluxo, pois diversos fatores de ordem econômica e política, nacionais ou internacionais, colaboraram nesse aspecto. No início de 1990, com a posse do governo neoliberal de Fernando Collor, - que derrotara o candidato Lula na eleição presidencial de dezembro de 1989 - a recessão da economia capitalista e a política econômica do novo governo acuraram politicamente o movimento sindical e popular e derrubaram a produção e o emprego de maneira abrupta.

O esfacelamento da antiga URSS, no campo internacional, junto à disseminação dos processos de reestruturação produtiva repercutiu em uma crise ideológica no movimento operário e socialista, que o abateu e o levou ao refluxo (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

Nesse sentido, as dificuldades do período impactaram no discurso e na prática sindical. Já no início da década de noventa é possível perceber uma mudança na prática sindical da CUT - que foi abandonando as reivindicações mais avançadas e os métodos mais contundentes da luta sindical - dando indícios de uma aproximação com a Força Sindical (FS), caracterizada por organizar sindicatos mais burocratizados e conservadores.

Tal aproximação, porém, não foi isenta de disputas e confrontos, já que ambas as centrais permaneceram em campos políticos diferentes, tendo assumido posições distintas e adotado estratégias diferenciadas em relação à política neoliberal: enquanto a FS nasceu sob o signo do neoliberalismo, defendendo as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho e a eliminação daquilo que o neoliberalismo dizia ser os “privilégios” do setor público (Trópia, 2002), a CUT oscilou entre a assimilação de alguns elementos do discurso e do programa neoliberal e a resistência à política do neoliberalismo (Galvão, 2002). Assim, enquanto a FS apoiou os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-2002), a CUT, apesar de ter assimilado alguns elementos do programa neoliberal, assumiu, de modo geral, uma postura crítica frente àqueles governos, considerando-os adversários dos trabalhadores. Na década dos noventa, houve momentos em que essa central buscou resistir, procurando, por exemplo, impedir a retirada de direitos sociais e trabalhistas (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.45).

Nos anos 2000, no Brasil, a luta operária e popular passou por um momento que se diferenciou das décadas anteriores, conhecido como um período de “acomodação

política. A luta reivindicativa não refluíu, mas a agitação e a luta contra o modelo capitalista neoliberal perderam terreno” (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.45).

Na eleição presidencial de 2002, doze anos mais tarde, quando a candidatura de Lula foi bem-sucedida, o programa de campanha do referido candidato já era outro. De acordo com Boito; Galvão e Marcelino (2009, p. 36) “A candidatura Lula e o PT tinham abandonado o programa de reformas que defenderam nos anos de 1980 e passaram a conciliar com o modelo neoliberal”. A década de 2000 segundo os autores foi de acomodação política do movimento operário e popular.

Essa acomodação política não significou o desaparecimento das lutas. As greves operárias e de trabalhadores de classe média e as ocupações de terra pelo movimento camponês mantiveram-se num nível elevado ao longo da década de dois mil. Ademais, essa foi também a década de várias edições dos Fóruns Sociais Mundiais sediados no Brasil e de diversas outras manifestações de luta e de inconformismo dos setores populares com o modelo capitalista neoliberal – poderíamos citar a disseminação dos movimentos de moradia por todo o país e a agitação do movimento estudantil. Contudo, a existência do Governo Lula, um governo que, ao mesmo tempo, manteve e reformou o neoliberalismo, contribuiu para que essas lutas se mantivessem confinadas no nível reivindicativo e localizado, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.36).

Nesse contexto, houve uma política baseada em concessões, com o objetivo de aproximar as lideranças dos movimentos, se diferenciando da repressão do período Collor e Cardoso. Essa “nova” política econômica do governo gerou um grande impacto no movimento operário e sindical (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

Importante ressaltarmos que as centrais sindicais, incluindo a CUT, enquadraram-se ao neodesenvolvimentismo, caracterizado por uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada para a exportação. “Acomodaram – se graças à política de cooptação do governo. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais” (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.37).

Nesse sentido o governo Lula reformou também parte da legislação sindical, passando a adotar um maior controle das centrais sobre as suas bases e de modo a provê-las com fundos financeiros vultuosos. Além disso, a política social do governo também acaba refletindo sob os movimentos populares de urgência, como os sem-teto e sem-terra, e no movimento estudantil (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

O social-liberalismo do Governo Lula enxerta no capitalismo neoliberal uma ampla gama de políticas compensatórias, como a bolsa família, os programas de crédito bancário para a população pobre e o financiamento das mensalidades escolares para estudantes universitários oriundos de famílias de renda insuficiente. São medidas paliativas que não alteram a situação crítica do desemprego, da concentração da renda e da privatização da educação, mas que produzem o impacto político de angariar simpatia e apoio difuso para o Governo Lula junto à população empobrecida pelo próprio modelo capitalista neoliberal. As direções dos movimentos de sem-terras também foram contempladas com verbas públicas para seus programas educacionais e culturais, induzindo tais dirigentes a assumirem uma postura de neutralidade favorável ao Governo Lula (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.37).

De acordo com Boito, Galvão e Marcelino (2009) o Brasil, desde 2004, a ação grevista vem se mantendo num nível razoavelmente alto, e a grande maioria das greves tem proporcionado ganhos reais de salários. Já na cúpula do movimento, a disputa política se tornou ainda mais agressiva com o surgimento de cinco novas centrais sindicais.

Essa recuperação da luta sindical pode ser compreendida como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social. Acreditamos que, se tomarmos a atividade grevista como indicador, poderemos afirmar que o sindicalismo brasileiro encontra-se, na década de 2000, em fase de recuperação (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

Durante a eleição de Lula em 2002 houve modificações com relação ao movimento sindical e o governo. O Governo Fernando Henrique Cardoso enfrentou a oposição do setor mais combativo do sindicalismo brasileiro. Hoje, as duas maiores centrais sindicais brasileiras, a CUT e a Força Sindical, fazem parte da base de apoio ao governo (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

O benefício mais visado é o financeiro, pois a reforma da legislação sindical do Governo Lula, promoveu o repasse de um percentual significativo do imposto sindical às centrais oficialmente reconhecidas. Em tempos anteriores, as centrais sindicais dependiam da contribuição depositada espontaneamente pelos sindicatos de base e a partir desse governo, a lei passa a estabelecer o repasse direto de parte da arrecadação do imposto sindical para as centrais (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

Esses elementos indicam que a divisão organizativa do sindicalismo brasileiro tem diferentes motivações e significados. Apesar da manutenção da legislação que impõe um único sindicato por categoria, isto é, que estabelece a unicidade sindical na base do movimento, as divisões proliferam na cúpula, nível em que a lei facultava maior liberdade de organização. Essas divisões são tanto de ordem político-ideológica

quanto de ordem pragmática. Para apreender a complexidade desse processo, examinaremos, de maneira sintética, as tendências políticas das principais centrais sindicais na década de dois mil, o modo pelo qual a ação do Governo Lula incide sobre essas tendências e o processo de reconfiguração na cúpula do movimento sindical durante os mandatos do presidente Lula. (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.45).

Portanto, a partir dessas informações podemos afirmar que a eleição de Lula impactou fortemente sob a relação entre movimento sindical e governo, gerando uma mudança que foi mais perceptível, principalmente quando se observou a trajetória da CUT, “que resultou no aprofundamento da tendência dominante na direção da CUT à acomodação política e, ao mesmo tempo, no acirramento dos conflitos no interior da central. Esse resultado pode ser atribuído, ao menos, à duas ordens de fatores” (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.46).

O primeiro fator mais evidente nessa onda de mudanças foi a dupla militância, “uma vez que vários militantes do PT militam também na CUT. Isso fez com que vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo fossem recrutados junto à central” (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.46). E o segundo fator foi:

[...] o resultado supra mencionado se deve às estratégias utilizadas pelo governo para envolver o movimento sindical com sua plataforma política: foram criados organismos tripartites – o já citado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) – para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas. A participação da CUT nessas instâncias foi criticada pelas correntes minoritárias da central, que consideram o tripartismo uma forma de cooptação e de conciliação de classe (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.46).

Por esses e outros motivos, a CUT teve grandes problemas para se manter independente do governo, devido a própria entidade ter ajudado a elegê-lo, assim como, pela identificação ideológica e estratégica. Além disso, essa relação se perpetuou também por meio da inserção de líderes cutistas em “cargos” no governo (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

A Força Sindical, contudo, ocupou uma posição institucional de menor destaque no primeiro governo Lula, apresentado algumas críticas, principalmente sobre a manutenção das altas taxas de juros, procurando se apresentar como oposição. Já, no segundo mandato de Lula a Força Sindical, tradicionalmente opositora da CUT e do PT, começou a apoiar o governo e um de seus principais dirigentes, Luiz Antonio de Medeiros,

tornou-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em março de 2007 (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

É necessário frisarmos que desde o primeiro ano de mandato o governo petista adotou medidas que provocaram o descontentamento de alguns setores sindicais, como por exemplo, a reforma da previdência, aprovada em 2003. Contudo, embora essa reforma tenha retirado direitos dos funcionários públicos, uma importante base social da CUT, nenhuma resistência foi organizada pela central (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

Houve também outro aspecto que desagradou os sindicalistas, que foram as medidas que promoveram a centralização do poder nas cúpulas sindicais. Segundo Boito, Galvão e Marcelino (2009):

Com efeito, o governo vem realizando mudanças pontuais, sem discutilas publicamente, a despeito da criação de fóruns tripartites, como o FNT, supostamente dedicados a essa tarefa. Assim, implementou algumas medidas flexibilizantes, a exemplo da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada “pessoa jurídica”) e da lei do Super Simples, que possibilita a redução do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas. Já a reforma sindical, a despeito de todo o debate realizado no FNT, não avançou. **Ainda assim, o projeto em discussão gerou muita polêmica. Parte dessa polêmica dizia respeito às propostas de extinção da unicidade sindical e de algumas das contribuições sindicais compulsórias** (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.46. grifo nosso).

Nesse ínterim, as mudanças introduzidas no âmbito da legislação sindical foram poucas, embora politicamente importantes, ou seja: o reconhecimento oficial das centrais sindicais e o seu financiamento com dinheiro proveniente do imposto sindical, mudanças aprovadas no segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008) (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009).

A partir desse panorama, podemos concluir que o cenário sindical brasileiro alterou-se, significativamente, durante os governos Lula. Segundo os autores BOITO; GALVAO; MARCELINO (2009) uma dessas alterações foi a proliferação de centrais sindicais. Essa nova configuração do sindicalismo se deveu por dois motivos, a saber: à insatisfação de uma parcela do movimento sindical, tanto com a política do Governo Lula de manter o modelo neoliberal, quanto com o apoio da CUT e da Força Sindical a essa política; e às exigências estabelecidas pela lei, como pré-requisitos para que as centrais pudessem obter o reconhecimento oficial e, por conseguinte, pudessem fazer jus aos

recursos financeiros que lhes seriam destinados.

A referida lei estabeleceu critérios de representatividade (como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e assegurou o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas.

Esses fatores desencadearam movimentos de divisão e de fusão de correntes sindicais. A CUT sofreu um processo de cisão interna e perdeu alguns sindicatos importantes, tal como ocorreu com o dos metalúrgicos de São José dos Campos e Região e o Andes (Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior). O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao PSTU, participou da criação da CONLUTAS.

Essa nova entidade, segundo seus documentos oficiais é “[...] composta por entidades sindicais, organizações populares e movimentos sociais que têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula [...] e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI” (CONLUTAS, 2004).

A Frente de Esquerda Socialista (FES), por sua vez, cujos principais dirigentes são ligados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criou a corrente denominada Intersindical, por entender que a CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para se tornar um instrumento de colaboração e conciliação de classes. Porém, nem todos os dirigentes e sindicatos que integram essa nova corrente deixaram a CUT (INTERSINDICAL, 2006).

Fora da CUT, sete entidades ligadas ao sistema confederativo, historicamente contrário a mudanças na estrutura sindical, criaram a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com o objetivo de defender a permanência, supostamente ameaçada, da unicidade sindical (NCST, 2005).

Por um lado, verificaram-se movimentos de fusão, a exemplo do processo que resultou na criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Essa nova central originou-se da fusão de três pequenas centrais. Por outro lado, ocorreram novas divisões, a exemplo da saída da Corrente Sindical Classista (CSC), corrente vinculada ao PCdoB, da CUT em 2007.

Essa saída possibilitou que a CSC criasse a sua própria central sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Tanto no caso da criação da UGT quanto no da criação da CTB, as decisões parecem ser mais de ordem pragmática: no que se refere à UGT, as

Segu

antigas pequenas centrais que se fundiram para a sua criação visavam cumprir os critérios de representatividade para ter acesso ao reconhecimento legal e à fonte de custeio garantida pelo governo. A fusão não resulta, necessariamente, de uma afinidade político-ideológica que existiria entre elas. No caso da CSC, tratou-se também de aproveitar a oportunidade de passar a receber os recursos da contribuição sindical, mas, nesse caso, visando a constituir uma estrutura alternativa de poder. Os dirigentes da CTB não tinham divergência política de fundo com a direção da CUT, tanto que alegam que, embora tenham se retirado da CUT, não pretendem romper com ela e nem tratá-la como adversária. Mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que oporia os defensores da estrutura sindical de um lado e seus críticos de outro [...] (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009, p.47).

O surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de disputas políticas sobre a relação do sindicalismo com o governo, além do posicionamento perante as reformas neoliberais. Contudo, o apoio sindical ao governo Lula prevaleceu, na medida em que as entidades que lhe ofereceram resistência possuíam um espaço de atuação ainda pequeno, enfrentando dificuldades para organizar e mobilizar os trabalhadores perceber (BOITO; GALVAO; MARCELINO, 2009) .

Sobre a conjuntura geral do movimento sindical, podemos dizer que, ele vive hoje, em vários países, em um momento de refluxo, cuja explicação deve ser buscada nas circunstâncias econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, ou seja, sua versão neoliberal. No Brasil, não é possível discutirmos sobre o refluxo nas mesmas proporções e dimensões daquelas que ocorreram nas últimas décadas, com os sindicatos de alguns países centrais, em que além de um processo de desfiliação, houve descenso das lutas sindicais (TROPICIA, 2006).

Tal recuo, segundo Tropicia (2006), resultou, tanto de fatores econômicos, quanto políticos e ideológicos. A queda nas taxas de crescimento econômico, a redução nos níveis de emprego, o deslocamento de indústrias para o interior, a ameaça de recessão ao longo da década de 1990, e o aumento da informalidade, enredaram o movimento sindical. Todos esses fatores foram acompanhados por uma reestruturação no processo produtivo.

No próximo capítulo veremos os impactos dessa reestruturação para a organização dos trabalhadores, assim como o seu impacto na educação.

### **3 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO, MOVIMENTO SINDICAL E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR**

Nesse capítulo abordaremos as transformações implantadas pela reestruturação no processo produtivo e seu forte impacto na organização e, também o, seu reflexo nas novas exigências de formação ao trabalhador. A ênfase do capítulo será acerca da proposta de formação da FERAESP nesse contexto.

Procuraremos mostrar como a federação tem atuado frente aos novos desafios de representação junto aos trabalhadores, além das novas exigências de qualificação do trabalhador, impostas por essas transformações no processo produtivo. Como vimos no capítulo 2, a FERAESP, historicamente, mantém uma estratégia de ação que visa - a partir do assalariamento, ou da luta reivindicatória organizada partindo deste - superar esta relação. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é discutir se a proposta de formação da FERAESP tem privilegiado ou não a qualificação técnica em detrimento da formação política.

#### **3.1- REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Em meados da década de 1970, o capitalismo encontrava-se em grande crise, com muitos economistas e cientistas sociais admitindo que o sistema havia entrado numa fase de declínio do ciclo de expansão iniciado no pós-guerra. O mesmo foi caracterizado pelo binômio fordismo/taylorismo na organização da produção, além da forte intervenção Estatal para garantir o aumento da demanda de consumo.

Neste período, de acordo com Antunes (2009), aflorou uma crise estrutural do capital, “[...] que fez com que, entre outras tantas consequências, o mundo produtivo implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo de expansão [...]” (p. 49).

De maneira didática, podemos dividir a reestruturação produtiva em dois componentes, a saber: a) as mudanças na gestão da força de trabalho e, b) as transformações no padrão produtivo. Em relação às novas formas de gestão da força de trabalho, pode-se dizer que se tornaram mais persuasivas, através da implantação, por exemplo, dos círculos de qualidade, “[...] constituindo grupos de trabalhadores (que) são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas [...]” (ANTUNES, 2009, p. 57).

Essas novas formas de gestão geram um ambiente competitivo entre os "trabalhadores-colaboradores", que passam a cobrar dos demais a produtividade necessária para que as metas impostas sejam alcançadas, além de buscar a "participação nos lucros" da indústria. Estas novas formas de gestão promoviam impactos na organização sindical dos trabalhadores, com prejuízos nos enfrentamentos no campo econômico e, principalmente, classista.

Outro fenômeno observado naquele período, como forma de responder à crise, refere-se à internacionalização da produção, que operou no deslocamento de unidades produtivas para economias periféricas permitindo menores custos na produção, com menor valor da força de trabalho, isenções fiscais, entre outros benefícios.

Em relação às transformações no processo produtivo, houve o avanço das novas tecnologias na produção, fazendo emergir o desemprego estrutural e colocando à margem da produção e do consumo cerca de um terço da população mundial. Ademais, os processos de terceirização aumentaram a precarização do trabalho, aumentando a exploração daqueles que se encontram inseridos na produção. A classe trabalhadora "[...] fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais" (ANTUNES, 2010, p. 24).

De acordo com Campos (2007, p. 12),

O processo de reorganização da produção que impactou o país na década de 90 abalou as bases dos sindicatos. Uma nova forma de produzir aliada à flexibilização de direitos e de organização do trabalho corroe a estrutura da organização sindical. Os novos setores produtivos como o de serviços, o crescimento da informalidade e a organização da produção em redes não são favoráveis à sindicalização.

Outras características geradas pela implantação de novas tecnologias foram a produção flexível e a produção toyotista, que objetivam em seu conjunto, uma produção vinculada à demanda, a possibilidade de um trabalhador operar diferentes máquinas, a produção com estoques mínimos (ANTUNES, 2009). “A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, desencadearam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um exemplo forte” (ANTUNES, 1993, p. 89).

Segundo o Antunes (1993), esse processo de mundialização e globalização do capital, também impactou fortemente em países do terceiro mundo, principalmente naqueles intermediários como o Brasil, com um parque industrial considerável. “As

propostas de desregulamentação, de flexibilização acelerada, de desindustrialização, tiveram no neoliberalismo do governo Collor um forte impulso” .

### **3.2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O IMPACTO NO MUNDO DO TRABALHO E NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

É justamente no período dos anos 1980, que a reestruturação produtiva avançou no Brasil, e ganhou força a partir dos anos 1990, com a abertura e a liberalização da economia realizada por Fernando Collor de Mello. Esse processo incorporou as novas tecnologias nos processos produtivos, implementou novas formas de gestão e passou a controlar as produções baseadas nas técnicas utilizadas nas fábricas japonesas e que correspondiam melhor as vontades do capital internacional.

Essa reestruturação produtiva do capital que começava a se desenhar no Brasil nos anos 1980 e que já estava a pleno vapor nos países de centro da economia capitalista, vinha a reordenar a organização e a gestão da produção fabril que até então estava montada totalmente nos moldes do esquema de produção *taylorista/fordista*. Nesse modelo o descontentamento e a organização dos operários era crescente, colocando em risco o processo de acumulação e reprodução do capital (GOETTERT, 2012, p. 5).

É importante lembrarmos, o quadro político e econômico se estendeu entre os anos de 1980 a 1990.

[...] foi marcado pelo fim da ditadura militar (1985), e pela instalação de um governo civil proclamada como a *retomada* da democracia no Brasil. Por outro lado, a década foi também um período de inflação muito alta e de recessão econômica com aumento do desemprego, fatores que colaboraram para uma diminuição das ações reivindicatórias dos trabalhadores que se viam pressionados pelo crescente desemprego estrutural.

[...] O processo de abertura da economia brasileira seguiu tornando-se mais agudo com os governos posteriores. É claro que os prejuízos desse processo foram transferidos para a classe trabalhadora, que mais uma vez se viu arcando com o ônus necessário a ser pago para o “bom desempenho” dos indicadores da economia nacional, agora na era da mundialização dos capitais (GOETTERT, 2012, p. 6).

Essas transformações constituíram-se como características básicas da dinâmica do capitalismo e tornaram-se uma necessidade das empresas, como meio de sobrevivência (GERALDO, 1994). Quem não se adaptava a nova realidade, tendia a perder

a competitividade, e, conseqüentemente, poderia reduzir as vendas, a produção e lucro. O processo de renovação tecnológica e de gestão do trabalho torna-se, portanto, irreversível, mas nem por isso incontrolável ou inquestionável. A introdução da automação, da robótica, da microeletrônica e das novas formas de gestão do trabalho em substituição ao fordismo e ao taylorismo, têm produzido conseqüências diretas nas relações capital e trabalho.

É o caso do toyotismo, sistema criado pela Toyota entre 1950 e 1970, desenvolvido a partir de modificações e adaptações do fordismo. A evolução das organizações empresariais até então sustentavam-se com base no desenvolvimento de um sistema hierárquico em que sobressaiam a autoridade e os mecanismos de controle. Ao romper com o modelo ocidental de administração, as empresas japonesas passaram a dedicar sua atenção ao aperfeiçoamento de sua capacidade de sobrevivência frente a competição. “A conquista e a manutenção da participação de mercado, e não a maximização direta dos lucros se tornaram o maior objetivo isolado das gerências industriais” (GERALDO, 1994, p. 44).

Mesmo com a força do movimento operário em crescimento a classe trabalhadora, nesse período, principalmente o operariado fabril dos anos 1980, passou a sentir as transformações nas relações de trabalho e de produção, sendo essas o reflexo das mudanças implementadas na reestruturação do processo produtivo fabril.

[...] apesar de terem surgido em contextos diferentes, atualmente, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são partes integrantes de um mesmo processo. O primeiro atua na busca de uma concepção de sociedade onde não existe qualquer alternativa que não seja o Capitalismo e o Toyotismo, age como um braço neoliberal dentro dos diferentes locais de trabalho, visando, antes de mais nada, à conquista das mentes dos trabalhadores. A reestruturação produtiva que ocorre no cotidiano das fábricas vem transformando o mundo do trabalho nas últimas décadas, criando novos desafios para a organização sindical dentro e fora das fábricas (LUCENA, 2012, p. 53).

Nesse novo sistema, a produção que se torna flexível são, geralmente, fabricados por muitos modelos em pequenas quantidades, onde a demanda atrela-se à oferta.

Os artigos são repostos pela fábrica na medida em que são vendidos. Para a reposição rápida é necessário flexibilização na forma de produção. Nesse sistema houve uma redução drástica no desperdício. O gasto com transporte, estocagem- atualmente a Toyota trabalha com estoques de apenas duas horas - e controle de qualidade foram reduzidos ao mínimo. É a entrada em ação do sistema “just in time” (JIT - na hora certa) para produzir na hora e tempo exatos o que, por sua vez, vai depender de uma flexibilização no sistema de produção. É colocado em prática o SMED (single minute exchange die - troca de ferramentas em um minuto), processo criado no Japão em 1969 para reduzir ao máximo o

tempo de uma máquina parada, em que a preparação para a produção de um outro modelo é feita com a mesma ainda em funcionamento (GERALDO, 1994, p. 44 -45).

Mesmo em meio a esse contexto, havia resistência contra esse avanço do capital. Uma estratégia, por exemplo, foi à proposta de instalação das Comissões de Fábrica e a intervenção sindical no processo de decisão da inserção de novas tecnologias no processo produtivo, com o objetivo de diminuir os danos e os prejuízos que o operariado sofreria com esse novo modelo de produção.

Esse movimento seguiu um processo temporalmente mais lento nos países de primeiro mundo, permitindo que uma maior resistência, por parte dos trabalhadores. No Brasil, as transformações aconteceram rapidamente através da reformulação tecnológica de parques industriais em pouquíssimo tempo. Ou seja, as mudanças das novas tecnologias foram implementadas de forma rápida e intensa e os trabalhadores, pelas próprias condições de vida e trabalho, não conseguiram se contrapor a esse movimento.

Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), formados por equipes de 6 a 10 trabalhadores - teoricamente voluntários - operavam uma ilha de máquinas, controlavam a qualidade da produção e faziam, ainda, serviços de manutenção e limpeza. Em vez da empresa assumir todos os estágios da cadeia produtiva de um determinado bem, uma característica própria do fordismo, passa a terceirizar os serviços. Cada empresa passa a centra-se numa especialidade.

O impacto dessas transformações, nas condições de vida e na atividade diária do trabalhador, é direto e muito intenso. O trabalho se torna polivalente e estafante, o que já resultou em centenas de mortes súbitas por estafa no Japão.

Trata-se de uma estratégia do capital que visa aumentar a produção, melhorar a qualidade, reduzir os custos e desorganizar os trabalhadores.

No caso brasileiro, Maria B. G. Delgado, citando dados do DIEESE de 1990 e 1993 e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de 1993, enumera os efeitos da terceirização sobre o emprego e as condições de trabalho já identificados;

- a- aumento do desemprego, atingindo principalmente o pessoal menos qualificado;
- b- degradação das condições de trabalho nas “terceiras” como o corte de benefícios sociais diretos ou indiretos, precarização das condições de saúde e segurança no trabalho;
- c- degradação salarial;
- d- ausência de legislação que proteja os trabalhadores quanto às formas e efeitos da terceirização;

- e- terceirização a domicílio;
- f- transformação do trabalho permanente em autônomo com correspondente precarização das relações de trabalho;
- g- desorganização sindical pelo esfacelamento e fragmentação do coletivo de trabalhadores (GERALDO, 1994, p. 47).

A diminuição do proletariado fabril tradicional, resultante desse processo de terceirização e de “desindustrialização”, leva alguns analistas a prever o enfraquecimento da classe operária e, conseqüentemente, a perda do poder dos sindicatos.

As transformações do modo capitalista de produção têm se realizado no Brasil com mais força no âmbito da implantação de políticas de cunho neoliberal e procuram, dentre outras ações, acabar com os “entraves” gerados pelas leis trabalhistas na relação Capital/Trabalho. Assim, as empresas tem maior flexibilidade no uso e desuso da força de trabalho, sem impedimento legal e municiando a contestação no campo institucional formal por parte dos sindicatos.

Outro grave entrave promovido pela reestruturação produtiva diz respeito à proposta de gestão. O impacto das técnicas “japonesas” de administração na indústria brasileira chama a atenção para dois problemas referentes ao estudo do trabalho no contexto dos programas de qualidade e produtividade que vigoram no Brasil. Em primeiro lugar questiona se o legado do autoritarismo, como as políticas de instabilidade no emprego, o baixo índice de especialização que a falta de treinamento impõe são barreira à implantação de novos métodos de administração tais como o JIT e o CQT. Em segundo lugar levanta o problema do impacto sobre os trabalhadores causado por essas técnicas que estão sendo introduzidas na indústria brasileira (GERALDO, 1994, p. 48).

Para Geraldo (1994), as empresas que adotam o novo sistema JIT/CQT demonstram forte interesse em minimizar e, mesmo em controlar, as atividades sindicais no seu interior, pois esse sistema cria um alto grau de dependência da administração em relação à mão de obra e, com isso, se os trabalhadores não desempenham suas funções dentro das especificações, o risco de ruptura é grande. “Qualquer rompimento na cadeia de produção pode se ampliar rapidamente, principalmente, devido ao alto grau de responsabilidade investido nos trabalhadores e os baixos estoques. Esses elementos podem servir como instrumento de barganha muito forte por parte dos sindicatos e inviabilizar a manutenção desse sistema de produção” (GERALDO, 1994, p. 50).

Nesse contexto, as administrações passam a adotar uma série de estratégias no sentido de inverter essa dependência que passa abranger a unificação das metas dos trabalhadores às da empresa, em busca da redução de conflitos através de melhorias nas

condições de trabalho, do uso de sistema de avaliação e promoção para melhor controlar as atividades de trabalhadores individuais, visando, sempre neutralizar o descontentamento dos trabalhadores para evitar qualquer mobilização sindical em torno dele.

São oferecidas verdadeiras trocas para conseguir o compromisso dos trabalhadores com a produtividade e a qualidade. Essas trocas, no entanto, não são objetos de negociação explícita, dependem do empenho do trabalhador. “A estabilidade no emprego, o escalonamento de salários por tempo de serviço, o bônus – todos esses incentivos são reais e proporcionam forte estímulo para o engajamento dos trabalhadores, mas a administração retém um poder quase arbitrário: o envolvimento operário não é vinculado a um acordo coletivo propriamente negociado” Tais acordos são feitos de forma implícita, não negociadas, por envolvimento estimulado, onde o comprometimento dos trabalhadores é “comprado” com a “garantia” da estabilidade no emprego, maiores salários e melhor supervisão (GERALDO, 1994, p. 50).

Na maioria das vezes, as estratégias são implementadas com pouca negociação entre empregadores e empregados. A mesma só ocorre quando existe resistência sindical. Geralmente os gestores buscam convencer os trabalhadores dos benefícios que acompanham essas mudanças e, ao mesmo tempo, procuram marginalizar a ação sindical. Quando as empresas conseguem boa aceitação, em relação à introdução das novas técnicas, procuram manter o sindicato o mais distante possível, neutralizando, também, sua atividade no interior das empresas.

Quando isso não é possível, buscam ocupar o espaço dos sindicatos, criando estruturas sindicais ou semi-sindicais em nível de fábrica, prática adotada por muitas empresas no Japão. Esses sindicatos de empresa cumprem uma função sindical “porém de modo a desmobilizar a ação coletiva e a impedir que os operários tenham uma voz independente” . Outra maneira que tem sido utilizada para viabilizar a implantação das novas estratégias empresariais é a instalação de fábricas longe da influência dos sindicatos mais combativos. Estabelecida a empresa, outra forma de “flexibilizar” os sindicatos ou de diminuir o poder dos mesmos e das comissões de fábrica, é a ameaça de fechamento ou mudança de local da fábrica (GERALDO , 1994, p. 52).

Essas mudanças na organização do trabalho, desde a produção até a gestão, têm impactado fortemente nas condições de vida, de trabalho, assim como, na mobilização dos trabalhadores.

Embasado por pressupostos liberais, o governo brasileiro têm procurado justificar a aceitação do crescimento contínuo da *precarização* das relações de trabalho alimentando uma política de desregulamentação do mercado, como forma de evitar o aumento do desemprego, que de outra

maneira só poderia ser conseguido com o crescimento econômico. Assim, os pronunciamentos e as atitudes tomadas pelo governo brasileiro tem sido o de estimular a *informalidade* e a *precarização* do trabalho. Esse fato pode ser constatado se analisarmos os projetos que visem modificações nas leis que regem os contratos de trabalho, ou que permitem que haja contratos de trabalho que fujam aos princípios da legislação, estimulando a ampliação das condições para o aproveitamento e exploração da força de trabalho, contando muitas vezes com a participação de algumas organizações sindicais (GERALDO, 1994, p. 51).

A combinação entre a terceirização, o desemprego e a precarização torna-se um elemento corrosivo da base sob a qual se assenta a legitimidade e representação dos sindicatos, que por serem reconhecidamente institucionais, trabalham dentro de normas que não permitem, ou não tornam interessante, organizar os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal, seja pelo desemprego, ou pela informalidade.

O aumento dos trabalhadores informais e a dessindicalização, além de colocar os trabalhadores formais como privilegiados, como vimos anteriormente, tem levado a uma luta corporativa dos sindicatos na defesa das suas respectivas categorias para manterem os seus direitos, ou seus postos de trabalho.

Segundo Lucena (1997), a diminuição da participação dos trabalhadores nos sindicatos, por aspectos já mencionados anteriormente, mais a insegurança no emprego ocasionada pela reestruturação produtiva - que tem no avanço tecnológico uma maneira de poupar quantitativamente a força de trabalho -, gera um impacto, que enfraquece a entidade representativa, além de que algumas categorias de trabalhadores ficam mais expostas às investidas dos capitalistas no sentido de diminuir o custo do trabalho, principalmente, no que diz respeito aos direitos trabalhistas conquistados através da luta organizada. Esse novo contexto, tem refletido nas atuações dos sindicatos, ou no não-enfrentamento, por parte destes, das atuais condições de exploração do trabalho. As greves, em grande medida, tem deixado de ser um instrumento de luta dos trabalhadores frente ao Capital para passar a realizar ações, como temos vistos nos últimos anos, de manutenção de empregos e de alguns dos direitos conquistados historicamente.

Geraldo (1994) destaca que nas décadas de 1980 e 1990, o sindicalismo brasileiro obteve um saldo bastante positivo, se for levado em conta, alguns pontos, tais como o avanço do movimento grevista, a expressiva expansão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, o surgimento das centrais sindicais, o aumento no número de sindicalização e a efetivação de um avanço na luta pela autonomia e liberdade sindical.

Houve um processo de afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos. Diversas correntes sindicais mais agressivas no plano da luta reivindicativa e de orientação não governista ascenderam no interior da estrutura sindical oficial. O resultado foi que parte significativa e crescente dos sindicatos oficiais passou a ser utilizada para organizar e dirigir a luta sindical dos trabalhadores (BOITO, 1991, p. 47).

Paralelamente a esse processo, há de se salientar que, passados os momentos das relevantes conquistas sobre a afirmação do movimento enquanto força social ativa e ofensiva, acentuam-se os fatores que inseriram o Novo Sindicalismo no que pode ser chamado de “onda recessiva” (GERALDO, 1994, p 50).

Contudo, conforme indicamos no capítulo anterior, a década de 1990 foi marcada pelo processo de reestruturação desta agroindústria, o que acabou por impor limites às mobilizações dos trabalhadores. Uma série de novos arranjos na produção, principalmente mediante a introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, e nas formas de gestão do trabalho – as chamadas “formas de envolvimento” dos trabalhadores – foram os fatores explicativos mais comumente mobilizados pela literatura para explicitar uma contínua desmobilização deste grupo de trabalhadores (SALATA, 2013).

Além do reflexo na organização dos trabalhadores, podemos notar também que a reestruturação produtiva trouxe novas exigências ao trabalhador, com relação à sua formação. Por exemplo, até os anos 2000, a reestruturação produtiva das empresas sucroalcooleiras, no tocante à colheita da cana-de-açúcar, atuou na introdução de processos que intensificaram este trabalho, uma vez que o corte, ao longo da década de 1990, continuou sendo realizado, majoritariamente, por um grande número de trabalhadores manuais. A tendência recente de mecanização da colheita tem transformado, significativamente, a organização do trabalho nesta atividade, conferindo-lhe outras características e novas formas de inserção dos trabalhadores no processo produtivo canavieiro.

Analisaremos, a seguir, como essa realidade impactou as novas exigências de formação para o trabalhador.

### **3.3 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O IMPACTO NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR**

O processo de reestruturação produtiva acarretou enormes mudanças no interior da classe trabalhadora, como por exemplo, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores, particularmente no que concerne

aos seus direitos sociais. Essas transformações no mundo do trabalho desencadearam impactos importantes no universo sindical. Foi a partir dessas mudanças que,

As políticas de qualificação profissional dos anos 90, e principalmente a implantação dos programas que norteariam tais políticas surgem exatamente quando os sindicatos estavam começando a sentir os efeitos da crise aberta pelo processo de reestruturação produtiva. Ainda que no Brasil este processo tenha recorte bastante particular, foi exatamente nesta década que as relações de trabalho no meio rural da região de Ribeirão Preto, sofrem profundas transformações (CAMPOS, 2007, p. 27).

Todas estas mudanças no padrão produtivo determinaram mudanças na Educação em Geral e, especialmente, na Educação Técnica/Profissionalizante. A partir das mudanças apresentadas até então,

[...] já não cabia ao sistema produtivo vigente o mesmo operário formado para atender ao início da industrialização, fortemente capacitado para trabalhos mecânicos como aqueles ligados a ferramentaria, tornearia, prensa etc., tendo em vista que os novos tipos de equipamentos colocavam tais profissões na obsolescência, o que além de causar desemprego em grande escala, passou a expor milhares à pressão de formarem-se para atender as novas demandas, afetando diretamente na maneira como se organiza a educação. Neste momento, o capitalismo requeria indivíduos muito mais “aptos” às relações pessoais, de convívio e “parcerias” com as empresas, além de demandar por funções distintas das braçais, na medida em que com a inserção das novas tecnologias cria-se a necessidade de operários competentes, por exemplo, na escrita e leitura da Língua Portuguesa, visando à compreensão dos mais diversos manuais e comandos dos novos equipamentos. Outra exigência desta nova configuração é aquela que vem a procura de indivíduos preparados para trabalhos de programação e manutenção de softwares, o que novamente distancia-se da “velha” formação que prepara para trabalhos mecânicos (BOTIGLIERI; CASSIN; VALE, 2011, p. 9).

O campo, em meio a uma totalidade, integrado a cidade e principalmente ao sistema de produção capitalista, não ficou isento destas transformações, porém a reestruturação produtiva no campo ocorreu tardiamente. Essas mudanças na produção e na organização do trabalho, de modo geral, geraram no campo, no final da década de 1980 e início de 1990, “[...] a ampliação das atividades agrícolas, potencializando e criando novas atividades não agrícolas determinando uma maior hierarquia do trabalho e entres os trabalhadores” (BOTIGLIERI; CASSIN ; VALE, 2011 ).

Entendemos que essa nova hierarquia do trabalho e entre os trabalhadores rurais foi definindo uma nova realidade no meio rural brasileiro, gerando a necessidade de uma

reorganização da educação geral e técnica do campo que reproduzisse a hierarquia do trabalho. Para esse fim, a educação passa a cumprir o papel de qualificar a força de trabalho de acordo com as necessidades do capital, limitando-se a formar os trabalhadores para operarem as novas máquinas, de modo a usarem os novos insumos e defensivos agrícolas, ou ainda, adaptarem-se a nova organização do trabalho. Ademais, torna-se necessária, também, uma educação que atenda às exigências dos novos postos de trabalho nas atividades não agrícolas e que possa potencializar o consumo da população rural.

Os impactos das transformações no mundo do trabalho na educação, vem se concretizando a partir do “oferecimento de escolas, cursos, programas, projetos etc., de iniciativa pública ou mesmo privadas (ex. SENAI, SENAC, SENAR etc.) adequando as relações de diferentes demandas de formação às ofertas de cursos, escolas, projetos etc.” (BOTIGLIERI; CASSIN ; VALE, 2011 ).

Este foi um período em que os sindicatos estiveram, prioritariamente, voltando ao seu foco de atuação às políticas de cursos de qualificação profissional. Não houve remanejamento de atividades, pois todas as prestações de serviços sindicais, assim como a da assistência jurídica, foram mantidas. Os sindicatos são conhecidos por representarem, historicamente, espaços de movimentação em torno de pautas por lutas salariais. “Tais lutas salariais têm expressão privilegiada na Justiça do Trabalho, mas também nas greves, reuniões, pautas de discussão e outras mobilizações” (CAMPOS, 2007).

A partir da crise do movimento sindical, a “judicialização” dos conflitos trabalhistas passa a ser incentivada pelo Estado. “Ou ainda, diante da crise da regulamentação do trabalho dado o processo de reestruturação produtiva, a saída encontrada é fazer valer as regras da ordem (legais) como única alternativa possível pela via da regulação” (CAMPOS, 2007). Esse fato gerou uma espécie de substituição das antigas intervenções sindicais de caráter reivindicativo, através de pautas de assalariamento, sendo estas expressadas por meio de greves e paralisações, por alternativas, controladas pelo Estado por meio da Justiça do Trabalho. Para Campos (2007, p. 28),

[...] a mesma relação sobre o aumento das demandas judiciais, fazemos com relação a estes cursos de aplicativos básicos com carga horária de quarenta horas, disponibilizados pelos sindicatos. Observamos que tais políticas eram seguidas de forte propaganda que buscava revelar sua importância e também motivar o público a buscar esta alternativa como medida de combate ao desemprego. Era, portanto, uma política que

estava disponível e era incentivada pelos sindicatos. Tanto em um quanto em outro caso, ou seja, da judicialização, quanto das políticas de qualificação, havia um elemento comum que era a facilidade de acesso de maneira geral.

Rapidamente a estrutura sindical se adequou para a realização de cursos de qualificação profissional do sistema FAT/PLANFOR, pois, “os sindicatos ligados a FETAESP, federação que melhor representa esta via de transposição do modelo sindical corporativo do meio industrial para o meio rural, foram os que mais facilmente se adaptaram e executaram estes cursos” (CAMPOS, 2007). É interessante considerarmos que estas políticas de cursos de qualificação profissional surgem num momento em que a crise de representatividade dos sindicatos é instaurada. Os sindicatos, por meio dos mecanismos legais apontados anteriormente, continuam atrelados ao Estado com novas formas de exercer esta relação corporativa.

O aumento das políticas referentes a cursos de formação profissional, aparece como uma espécie de alternativa para a representação sindical. O chamado sistema FAT/PLANFOR é apresentado como a principal linha de atuação no tocante as políticas de qualificação profissional dos anos de 1990. Os cursos de formação profissional, bem como as parcerias, principalmente com o SENAR e o SEBRAE, apontam para uma tendência de convergência na maneira de conceber tais políticas, bem como, suas importâncias e necessidades.

A ênfase sobre o tema e a prática da qualificação profissional recai sobre os sindicatos ligados a FETAESP e os sindicatos patronais rurais, já que são as duas linhas de sindicalismo historicamente integradas ao modelo sindical brasileiro.

Escolas técnicas, centros de educação tecnológica e treinamentos especializados são exemplos da prática de formação profissional no Brasil nas últimas décadas. São associações que surgem ou associadas, ou herdeiras do antigo padrão de industrialização. Mesmo considerando a importância presente e a relevância passada, são entidades que, cada qual a seu modo, não ficaram imunes às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

O sistema “S” tradicionalmente trabalha com o tema da qualificação profissional nos vários setores em que atua. Trata-se de uma rede de educação profissional proveniente de órgãos paraestatais, organizados e gerenciados por sindicatos, confederações, federações e pela indústria. Portanto, surgem com a perspectiva de atender à demanda da indústria nascente (CAMPOS, 2007, p. 28).

Contudo, antes de nos aprofundarmos nas propostas de qualificação realizadas pelas federações e seus sindicatos, com ênfase no contexto da reestruturação produtiva, torna-se necessário retomarmos a trajetória da qualificação dos trabalhadores através da história do movimento sindical.

### **3.3.1 MOVIMENTO SINDICAL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Os estudos sobre sindicalismo evidenciam que, historicamente, há diferentes expectativas e demandas dos sindicatos operários em relação à educação. Ora os sindicatos reivindicam educação escolar, ora educação extra-escolar; ora formação política, ora qualificação profissional (TROPIA, 2006).

As primeiras iniciativas de educação sindical remontam à Primeira República, quando algumas associações de orientação anarquista lançaram uma proposta educativa em três níveis, a saber: a educação político- sindical, a educação básica e a cultura geral (MANFREDI, 1996).

Já na década de 1940, o tema da educação voltou a ser o foco dos sindicatos, e os anseios se dirigiam, de um lado, à criação de uma Universidade Popular (Partido Socialista Brasileiro) e, de outro, para a formação política no âmbito dos próprios sindicatos (Partido Comunista Brasileiro) (MANFREDI, 1996).

Nos anos 1970, especificamente na conjuntura de surgimento do chamado “novo sindicalismo”, inúmeros sindicatos criaram seus departamentos de educação e cultura, evidenciando que, além de uma bandeira, a formação sindical deveria ser uma tarefa dos próprios sindicatos. Imaginando que o aumento da participação sindical dependeria da educação política do trabalhador, os sindicatos - que alguns anos depois fundariam a CUT - passaram a oferecer educação sindical, entendida naquele momento como formação política não escolar. Mas não apenas (MANFREDI, 1996).

O estudo de Manfredi (1996) sobre os metalúrgicos de São Bernardo - berço do novo sindicalismo e baluarte da CUT - salienta que para atrair os novos trabalhadores no início da década de 1970, as lideranças implantaram cursos de “capacitação” de caráter profissionalizante extra-escolar (através de convênios com o SENAI) e cursos supletivos (também conhecidos à época como madureza).

No final da década de 1970, os cursos de educação sindical tinham a função de formar, politicamente, os trabalhadores a fim de que pudessem compor as comissões de fábrica. Além disso, o sindicato de São Bernardo procurava garantir a educação profissional dos trabalhadores por meio de convênios com o SENAI (TROPIA, 2006).

O destaque da experiência educacional dos sindicatos nos anos de 1970 e 1980 é a concepção de que caberia aos sindicatos formar politicamente os trabalhadores, sem a pretensão de substituir a escola na formação básica e profissional dos mesmos (TROPIA, 2006).

Na década de 1990, essa concepção mudou, segundo Tumolo (2002). De acordo com autor, a CUT abandonou o sindicalismo de confronto e passou a adotar um sindicalismo propositivo e cidadão. A partir daí, a educação política é substituída pela qualificação profissional (TROPIA, 2006).

### **3. 3. 2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO NA FERAESP**

A partir da crítica levantada por Tumolo (2002) de que a mudança de postura da CUT, levou o sindicalismo à adesão pela qualificação profissional, vamos abordar daqui em diante a atuação da FERAESP a partir da década de 1990, procurando levantar outros aspectos que permearam as “escolhas” da federação, nesse contexto tão complexo, de crescentes transformações no processo produtivo.

Importante destacarmos que, ligados à CUT, os sindicatos dos trabalhadores rurais atrelados à FERAESP, “[...] sempre se recusaram em formar parcerias tanto com o sistema SERT/SENAR quanto com o SEBRAE” (CAMPOS, 2007, p. 29). Ou seja, A FERAESP, tanto quanto a CUT naquele momento, apresentavam-se como alternativa crítica do sistema representado pelo SENAR e FETAESP. “No meio rural de Ribeirão Preto, o sindicalismo corporativo e de resultados era representado pela FETAESP, sendo que a oposição sindical era a FERAESP” (CAMPOS, 2007).

Com relação à FERAESP, segundo Campos (2007, p. 28), a Federação:

[...] destoa neste ponto não apenas por conceber a qualificação profissional de forma mais crítica com relação às outras duas. O que corrobora com o fato da FERAESP até hoje não estar integrada tanto quanto as outras duas, deve-se, em primeiro lugar, por esta ter um eixo

mais articulado de representação e ação com a central CUT da qual é filiada. Esta por sua vez, como se sabe mantém uma postura crítica e propositiva com relação ao “sindicalismo oficial”. Também, dado que a FERAESP historicamente mantém uma estratégia de ação que visa a partir do assalariamento, ou da luta reivindicatória organizada partindo deste, superar esta relação.

A FERAESP mantinha uma postura crítica com relação aos cursos de formação profissional executados pela FETAESP com as verbas do FAT, pois, formalmente, seguia a linha das diretrizes do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) de 1995 (CUT, 1999), estabelecendo marcos de distinção sobre a qualificação profissional visada pela FS e expressa no documento chamado “Um Projeto para o Brasil” de 1993. No meio rural de Ribeirão Preto, o sindicalismo corporativo e de resultados era representado pela FETAESP, sendo que a oposição sindical era a FERAESP.

Para Campos (2007, p. 29),

[...] as concepções de educação, seus pressupostos epistemológicos, as propostas curriculares, os conteúdos educativos, a forma de gestão e financiamento dos programas de Formação Profissional se diferenciam na perspectiva da FS, CGT e da CUT. Enquanto para as duas primeiras, o objetivo da Formação Profissional seria, basicamente, o de desenvolver plenamente a capacidade do trabalhador com vistas aos desafios que os esperam no processo de produção, para a última este objetivo não pode ser reduzido ao mero adestramento da mão-de-obra para o mercado, mas deve contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade. Nesse sentido, para a CUT, a educação orientada para o trabalho seria, ao mesmo tempo Educação Profissional e Educação Política.

Com relação à qualificação profissional e os órgãos de fomento, no contexto da década de 1990, é necessário frisar que o SENAR era uma das instituições que atuava como órgão promotor no campo da qualificação profissional rural. Essa prática, na verdade ocorreu desde a sua criação em 1976.

Já no caso do SEBRAE, lembrando que este é criado apenas em 1990, passa a fazer parcerias na execução de cursos de formação profissional com sindicatos dos trabalhadores de maneira geral, inclusive com a Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF), que é filiada a CUT (CAMPOS, 2007).

Sobre os órgãos que atuam na formação e qualificação profissional no Brasil podemos destacar o sistema “S” que tradicionalmente trabalha com o tema da qualificação profissional nos vários setores em que atua. Trata-se de uma rede de educação profissional proveniente de órgãos

paraestatais, organizados e gerenciados por sindicatos, confederações, federações e pela indústria. Teve início com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), nos anos 40. Ambos foram criados por Decreto Lei visando a expansão da indústria nacional no contexto do Nacional Desenvolvimentismo Varguista. Portanto, surgem com a perspectiva de atender à demanda da indústria nascente. As outras organizações que integram a rede do sistema “S”, cada qual têm características diferentes, vinculando-se cada uma ao setor de atuação. Além das duas apontadas, há também o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT) e o Serviço Social em Transporte (SEST), ambos no setor de transporte; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC), estas no setor de comércio e serviços; O Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços (SESCOOP) (CAMPOS, 2007p. 44).

Após a sua implantação em 1996, o sistema FAT/PLANFOR, logo em seguida, os sindicatos ligados à FS - Força Sindical passam a estabelecer convênios, recebendo recursos do FAT para execução dos cursos de qualificação profissional. Ou seja, a via do Estado para o seu “braço sindical” continua reproduzindo neste caso o que ocorria antes com o SENAR (CAMPOS, 2007).

No caso da FETAESP, por exemplo, (CAMPOS, 2007) com o seu reconhecimento em 1962, que se seguiu o reconhecimento e filiação de sindicatos, a qualificação é exercida por esta via. Durante muito tempo este foi o principal recorte de uma qualificação profissional no meio rural, do SENAR via federação ou mesmo confederação.

O entendimento dos sindicatos ligados a FERAESP e da própria federação de rejeição a essas parcerias e proposta, começa a mudar (CAMPOS, 2007) na medida em que, apesar de problemáticos, se percebe que estes cursos eram uma prática política de intervenção. Não há documentos que alterem, ou então desdiguem as resoluções críticas do 5º CONCURTO. Contudo, após dois anos de implantação, ainda que sem data definida, a FERAESP também passa a receber verbas do FAT para promover cursos de qualificação profissional.

Sobre os programas de qualificação que envolveram a federações rurais Campos (2007) ressalta que existiram dois períodos. O primeiro é tido como de fase experimental e não tem um momento preciso de início e término. A referência temporal são os últimos cinco anos da década passada, tendo seu auge entre 1997 e 2001; O segundo período vai do início da presente década, passando por profundas transformações e redirecionamento com a troca de programas, do PLANFOR para o PNQ, se aproximando ao máximo dos dias atuais.

Segundo (MANFREDI, 2002 apud CAMPOS, 2007), o grande salto significativo que impulsiona mudanças nas políticas de formação profissional via sindicatos ocorre a partir do emblemático ano de 1996, em virtude da liberação dos recursos do FAT, via PLANFOR/Ministério do Trabalho (MTB), quando então as centrais sindicais passaram a promover estes programas de qualificação em âmbito nacional, estabelecendo pouca distinção ou demarcação de focos que privilegiassem os ambientes rural ou urbano.

De acordo com Campos (2007) mesmo mantendo postura crítica na sua concepção e estabelecendo marcos de distinção, que inclusive fazem parte do histórico da CUT e FERAESP as distinguindo da FS e FETAESP, as primeiras são “empurradas” para as políticas dos cursos. Ainda que em um primeiro momento as parcerias das primeiras fossem poucas, tentando afastar órgãos como o SENAR deste campo, a FERAESP, com relativa autonomia nos modelos de cursos passa a receber verbas do FAT para execução destes programas.

Nos anos 1990, o tema da qualificação profissional sofre profundas transformações, dentre as quais destacamos o surgimento de novas formas de elaboração, execução e financiamento dos cursos de formação (CAMPOS, 2007).

Neste novo cenário (CAMPOS, 2007) de definição de um ambiente público de políticas de qualificação profissional, um fator central da década de noventa foi a implementação, a partir de 1996, do PLANFOR, que se seguiu à criação do FAT.

O FAT foi criado pela lei n.º 7.998/90, tratando-se de um fundo contábil de natureza financeira, sendo constituído por vários recursos de natureza diversa, dentre as quais: Arrecadação do Programa de Integração Social (PIS), Plano de Assistência aos Servidores Públicos (PASEP), remuneração de empréstimos e depósitos especiais Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), saldos do pagamento do seguro desemprego, abono salarial e contribuição sindical (MANFREDI, 2002, p.173 apud CAMPOS, 2007, p.53).

Portanto, um grande leque de possibilidades de programas e projetos a serem implementados dentro dos marcos definidores do sistema FAT/PLANFOR. Vários e distintos órgãos passam a receber verbas para financiamento de projetos compensatórios, tendo em vista o combate ao desemprego e a reinserção produtiva (CAMPOS, 2007).

Já o PLANFOR foi criado em 1995 e passou a ser implementado no ano seguinte. O FAT, no âmbito do PLANFOR, tem prioridade para aprovação e dotação de recursos.

O PLANFOR traça algumas diretrizes básicas de implementação e atuação entre os anos de 1996 até 1998. O programa do PLANFOR é

justificado pelo governo como sendo uma política de desenvolvimento sustentável que visa além de formar profissionalmente, promover competência e consciência cidadã. Comparando os dados de 1998, verifica-se que os sindicatos e federações aparecem em primeiro lugar na participação dos programas, 67%, se comparado com as instituições privadas e organizações não governamentais. Ocorre, que em 1998, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi a que mais recebeu recursos do FAT para programas de qualificação e requalificação profissional (CAMPOS, 2007, p.52).

Neste sentido a primeira ação da CUT voltada para a questão da qualificação profissional apenas ocorreria em 1995 a partir das resoluções aprovadas no III Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Tratava-se do chamado Projeto Integrar, que na verdade abriria as portas para a CUT se inserir dentro desta que podemos chamar de “estrutura da formação profissional no Brasil”. Vale apontar que ele surge exatamente da constatação do crescimento das taxas de desemprego, e do questionamento por parte dos sindicalistas ligados à CUT que, formados pelo modelo da “crítica emancipatória”, postulavam: de que vale a formação sem emprego? (CAMPOS, 2007)

O Projeto Integrar foi num primeiro momento, ou mesmo da perspectiva de sua implantação, apontado como de grande sucesso. Desde a sua implantação em 1996 no Estado de São Paulo até meados de 1998, ao todo, ou seja, em todos os Estados onde o projeto foi implantado, 205 mil pessoas haviam passado por estes cursos. O programa passou de 780 alunos por programa em 1997 para 1.580 em 1999. Todos atendidos em cursos e laboratórios pedagógicos, oficinas, cursos de geração de trabalho e informática. O projeto previa além da formação técnica, seminários de formação política, e alternativas solidárias como forma de retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho. Mas visando também, e até principalmente, a formação de quadros militantes e o processo de conscientização (CAMPOS, 2007, p.58).

Nesse sentido aparece como uma alternativa pioneira da CUT sobre o tema, mas que ainda não tinha a característica de adesão aos programas oficiais de qualificação (CAMPOS, 2007).

Importante ressaltarmos que, já nesse contexto a FERAESP tinha como objetivo último, circunscrito nos trabalhos e movimentos da própria federação, a luta pela terra, pela reforma agrária. Neste sentido, a luta por melhores condições de trabalho e renda a partir das pautas do assalariamento se constituiu num meio para se chegar ao fim último que era a conquista dos meios de produção: a terra e as políticas de Reforma Agrária. A articulação destes temas entre o assalariamento e outras lutas mais abrangentes como a Reforma Agrária e políticas agrícolas adentro da FERAESP, remetem tal discussão para a

central – CUT (CAMPOS, 2007).

A compreensão da federação (CAMPOS, 2007) aliás, também esta comum com os movimentos sindicais urbanos ligados à mesma central, era que a luta voltada às pautas de assalariamento levariam à conscientização por parte dos trabalhadores. Neste período, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na década de 1980 teve uma atuação militante abrangente no meio rural de Ribeirão Preto, atuando de forma integrada com membros da FERAESP depois da formação desta.

O primeiro período da FERAESP, entre o final da década de 1980 e início dos 1990 (CAMPOS, 2007) se identificou com a concepção e ação da FASE no meio rural da região de Ribeirão Preto. Uma vez investindo na representação de interesses dos assalariados rurais, se chegaria ao entendimento (conscientização) de que não haveria saída, se mantida a relação de assalariamento verificada no meio rural.

A FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional é uma ONG sem fins lucrativos que atuou e ainda hoje atua em várias regiões do país. Tem como foco, desenvolver projetos educacionais para populações miseráveis e marginalizadas, visando o resgate da cidadania e o pleno exercício da democracia. Na região de Ribeirão Preto, e mais particularmente no meio rural, foi bastante atuante na década de 80 e início da década de 90. Dentre seus marcos de atuação institucional elegeu pelo país segmentos profissionais como estratégia de intervenção política educativa. Dentre estes, o setor canavieiro, ou dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (CAMPOS, 2007p. 59).

Portanto, nesse contexto, o principal órgão articulado com a FERAESP dentro da CUT era a FAF que, no tocante à qualificação profissional, pressupunha um trabalho integrado que não separava trabalho e renda da necessidade de formação de parque produtivo. Tinha como prioridade a captação de potencialidades locais e a demanda por qualificação atenta às necessidades e vocações, segundo o perfil e os interesses do público a ser atendido (CAMPOS, 2007).

A FERAESP, contudo, tinha participação direta nos movimentos voltados aos assentamentos de Reforma Agrária, dentre estes, os cursos de qualificação profissional. Contudo, ela articulava tais intervenções com outros órgãos da central da qual é filiada, com especial atenção para a FAF.

Quando na segunda metade da década de noventa os sindicatos passam a receber verbas do FAT para execução de cursos de formação profissional, cada uma destas federações, FERAESP e FETAESP, mantém posturas distintas (CAMPOS, 2007).

Segundo Campos (2007) uma primeira diferença marcante pode facilmente ser

deduzida . A FERAESP estava preocupada exclusivamente com as pautas do assalariamento rural e dentro desta perspectiva, pensava numa qualificação emancipadora que se contrapunha à preparação e qualificação para ocupação de postos de trabalho. Já a FETAESP, além de não fazer esta distinção entre empregados e trabalhadores rurais, sempre esteve mais preocupada com um sindicalismo de resultados.

A CUT, da qual a FERAESP é filiada, durante os anos noventa, tese reforçada pela sétima plenária, estava preocupada com uma “qualificação emancipadora”. Avaliava-se que a organização e as relações de trabalho, o investimento neste tipo de trabalho “alienado”, não levaria à almejada emancipação dos trabalhadores. Seria preciso uma educação que ressaltasse a condição de exploração dos trabalhadores e apontasse caminhos possíveis (CAMPOS, 2007p. 61).

A FERAESP, assim como a CUT, de acordo com Campos (2007) sempre esteve preocupada com outras frentes de luta como capacitação da militância sindical, fortalecimento do laço de solidariedade entre trabalhadores, bandeira de luta contra as privatizações, etc., por entenderem que estes fatores influenciam diretamente a relação trabalho versus qualificação.

Nesse sentido, a postura crítica e de desacordo com o aparato público de qualificação profissional fez com que a FERAESP, à exemplo da CUT, mantivesse distância destes programas num primeiro momento. Contudo,

o entendimento sob contradição do sistema capitalista levado a cabo pela FERAESP, tanto quanto a adequação ao “mercado de trabalho” privilegiado pela FETAESP, foi solapada pela dinâmica do processo produtivo. Em outras palavras as ideologias foram devoradas pela realidade. Esta foi a condição colocada para se manterem representativas, ainda que com posições divergentes que residem mais no campo formal e ideológico. Na prática, houve certo “caminhar para o centro” por parte das duas federações (CAMPOS, 2007, p.64).

Segundo Campos (2007) é preciso estabelecer dois momentos distintos no que diz respeito à discussão dos cursos de qualificação e requalificação profissional executado pelos sindicatos patronais, FERAESP, e FETAESP. Algumas mudanças podem ser atribuídas à alteração de programas federais, do PLANFOR para o PNQ. O principal destes atributos na nossa discussão é o fato do PNQ enfatizar as iniciativas locais, considerando os municípios como parceiros nos programas de desenvolvimento, emprego e qualificação profissional.

O primeiro destes períodos vai da implantação do sistema, tendo seu auge entre

1998 até 2001. O segundo período vai de 2001 até os dias atuais, sofrendo uma sacudidela com a troca de programas.

Os principais fatores que caracterizam o primeiro período, portanto, o diferenciam do segundo são: a) Prevalência da FETAESP na execução de cursos de qualificação profissional, em detrimento da FERAESP; b) Prevalência de cursos de aplicativos em microinformática, em detrimento de outros módulos; c) Poucas políticas de parceria na execução dos cursos de qualificação profissional; d) Maior proximidade entre concepção e execução entre módulos de cursos e diretrizes de atuação sindical (CAMPOS, 2007, p.66).

Para Campos (2007) as demandas por qualificação, e mais ainda, por uma qualificação difusa, como incerto e inacabado, e o processo de reestruturação produtiva, e que age em várias frentes delimitando e definindo caminhos, impulsionou este processo prevalecendo sobre as concepções sindicais sobre o tema.

A delimitação de um novo perfil profissional, também este incerto, e a formação de novos mercados produtivos e consumidores solapou ideologias. Outro fator que merece destaque sobre este ponto é que a crise do movimento sindical é um fenômeno estrutural global, conforme aponta Rodrigues (1999), que apesar de tardiamente com relação aos países centrais, atinge o Brasil e mais tarde o meio rural brasileiro. Os sindicatos buscam estratégias de sobrevivência e manutenção institucional. Para isso dependem fundamentalmente de suas bases de representação. Na medida em que as pautas sindicais clássicas, como luta por melhorias salariais e por melhores condições de trabalho, greves e políticas reivindicatórias e contestatórias entram em crise, as políticas de qualificação profissional “caem como bálsamo” tanto para os sindicatos ligados à FETAESP, quanto para os ligados à FERAESP. Se de fato é verdade que na prática as diferenças entre FETAESP e FERAESP tendem cada vez mais a diminuir no tocante às políticas de qualificação profissional, cabe indagar em que campo as diferenças subsistem, uma vez que os dois recortes sindicais permanecem no terreno da disputa de representação (CAMPOS, 2007, p.67).

Além desse “impulso da reestruturação produtiva”, outro aspecto importante que pode ter contribuído para a “mudança” de postura da FERAESP foi a percepção que os cursos propostos não preparavam sequer para o mercado de trabalho, uma vez que não havia mercado de trabalho para absorver o contingente de trabalhadores excluídos pelo chamado desemprego tecnológico, tão pouco este tipo de qualificação interessava aos novos postos que estavam surgindo (CAMPOS, 2007).

Considerando insuficientes os módulos repassados via federação pelo programa FAT/PLANFOR, estes sindicatos reproduziam o conteúdo dos cursos, se utilizando das mesmas estruturas físicas e serviços técnicos profissionais como professores e computadores, porém custeavam estes

cursos com recursos do próprio sindicato. Esta constatação, ao que entendemos, reforça a ideia, segundo a qual, estes cursos geraram uma “política de ilusão” entre os trabalhadores e que tais políticas de qualificação profissional serviram para a retomada de representação sindical, num momento em que os sindicatos passavam por profunda crise de representação (CAMPOS, 2007, p.71).

Outro aspecto que pode ter impulsionado a posterior transformação na proposta dos cursos, deve ser encontrado no redirecionamento das verbas do FAT e na substituição do PLANFOR pelo PNQ. Mas devem ser encontrados também em outros dois pontos (CAMPOS, 2007).

No caso da FETAESP, (CAMPOS, 2007) até o momento, investia-se numa qualificação que não tinha nenhuma, ou tinha pouca intervenção prática, ainda que o conteúdo de formação geral fosse sólido e abrangente. No caso da FERAESP ou eram cursos específicos direcionados aos assentados em políticas de Reforma Agrária, e neste caso tinha-se manejo da planta de café, pastagem, forragem, cultura orgânica, dentre outros, ou então, como na maioria dos casos, eram cursos amplos que investiam no fator conscientização como: globalização, relações de trabalho, etc., voltados para a formação de militantes.

No segundo momento, destacado por Campos (2007) estas parcerias passaram a ser estabelecidas com mais frequência e estes cursos entraram num terreno de disputa que apontava para uma forte tendência de formulação de parcerias entre sindicatos. Nesse sentido, desde 2005, a FERAESP passa a integrar a disputa com a FETAESP, firmando convênio com o SENAR e disponibilizando estes cursos que já vêm prontos em módulos fechados.

A partir das visitas ao sindicato de Barra Bonita e à sede da FERAESP em 2013, assim como, através de boletins, artigos e notícias, tomamos conhecimento sobre a nova proposta de formação da federação, além de suas parcerias no desenvolvimento do trabalho, que se diferencia dessas duas propostas desenvolvidas até 2005. O objetivo dessa nova proposta pauta-se em promover a qualificação técnica, tanto de trabalhadores expulsos do processo produtivo pela mecanização do corte da cana-de-açúcar, quanto aqueles que compõem as comunidades nos arredores das usinas.

### **3.3.2.1- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E A FERAESP (2010 – 2015)**

O que levou a FERAESP a adentrar no universo das propostas de qualificação técnica nesses moldes? O que essa proposta de formação representa para essa federação e seus sindicatos?

Procuraremos, ao longo desse estudo, apresentar elementos para desvendar e procurar responder a essas questões, com o objetivo de analisar o projeto da FERAESP, no plano discursivo, e não os resultados dos cursos e projetos.

Para conhecermos essa nova proposta de qualificação técnica da FERAESP, utilizamos como fonte de pesquisa, os trabalhos acadêmicos, como dissertações, teses e artigos, mas principalmente, notícias, informativos e boletins disponíveis na internet. Portanto, as informações sobre as parcerias, os cursos e sindicatos participantes foram levantadas através da busca por publicações relacionadas à atuação da federação e a sua proposta de formação. Nossa atenção especial foi para as matérias vinculadas à qualificação técnica para os trabalhadores, pois assim, foi possível encontrar várias publicações entre os anos de 2007 a 2015.

As notícias que trataremos daqui em diante estão relacionadas à atuação da FERAESP, no campo da formação e, mais especificamente, na promoção de cursos e parcerias para a qualificação técnica dos trabalhadores.

As notícias encontradas são importantes pois nos permitem ter um panorama sobre a atuação da FERAESP no campo da qualificação técnica, além da dinâmica da relação entre a proposta de formação, as parcerias e a implantação dos cursos.

Através dessas notícias foi possível termos uma ideia sobre o que se pretendeu desde o lançamento do Projeto RenovAção, qual o público que objetivaram formar, quais necessidades precisavam sanar, como pensaram o seu desenvolvimento e quais as parcerias para a sua efetivação. Contudo o impacto e os dados reais sobre a concretização do programa obtivemos apenas através do relatório, divulgado em 2015, que faz um balanço, apresentado o desenrolar da proposta e seus resultados, que segundo o documento, impactaram na vida do trabalhador e na empresa também.

Para melhor apresentá-las organizamos as notícias em quatro grupos.

No primeiro, estão várias matérias relacionadas ao projeto RenovAção, sobre a divulgação do seu lançamento, sua proposta, os parceiros envolvidos e o que se pretendia alcançar com esse programa. No segundo grupo, temos outras notícias que tratam da implantação do programa em algumas cidades, os cursos e vagas oferecidas. No terceiro, são informações sobre a certificação de trabalhadores que realizaram os cursos do programa e por último, no quarto grupo, temos divulgações sobre outras parcerias da FERAESP para a qualificação dos trabalhadores.

**Quadro 1- Primeiro Grupo: Lançamento**

MANCHETE	NOTÍCIA	FONTE
Entidades do setor lançam programa de requalificação de trabalhadores	Na data do dia 01 de junho de 2009, por exemplo, foi publicado que a União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), além de empresas, apresentaram na mesma data da matéria, durante o Ethanol Summit, o programa RenovAção, para a requalificação anual de 7 mil cortadores de cana que perderiam o emprego com a crescente mecanização na colheita do setor sucroalcooleiro.	<a href="http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/entidades-do-setor-lancam-programa-de-requalificacao-de-trabalhadores">http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/entidades-do-setor-lancam-programa-de-requalificacao-de-trabalhadores</a>
Projeto RenovAção inicia cursos de requalificação para comunidades de áreas canavieiras	Em 30 de agosto de 2010, foi divulgada uma matéria destacando que o Projeto RenovAção, cujo principal objetivo foi requalificar trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar em novas atividades, entrou em uma segunda fase a partir no dia 30, data dessa publicação.	<a href="http://www.grupocultivar.com.br/noticias/projeto-renovacao-inicia-cursos-de-requalificacao-para-comunidades-de-areas-canavieiras">http://www.grupocultivar.com.br/noticias/projeto-renovacao-inicia-cursos-de-requalificacao-para-comunidades-de-areas-canavieiras</a>
Projeto RenovAção fecha 2012 com mais de 5,7 mil trabalhadores rurais requalificados em São Paulo	Em 20 de dezembro de 2012 foi divulgado que dois anos após a formação da primeira turma dos cursos de requalificação profissional do Projeto RenovAção, a iniciativa atingiu a marca de 5.730 profissionais requalificados em seis das maiores regiões produtoras de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo: Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.	<a href="http://www.unica.com.br/noticia/1863142892036376298/projeto-renovacao-fecha-2012-com-mais-de-5-por-cento2C7-mil-trabalhadores-rurais-requalificados-em-sao-paulo/">http://www.unica.com.br/noticia/1863142892036376298/projeto-renovacao-fecha-2012-com-mais-de-5-por-cento2C7-mil-trabalhadores-rurais-requalificados-em-sao-paulo/</a>
Projeto de capacitação na região permite recolocação profissional a cortadores de cana dispensados pela mecanização nas usinas	No dia 13 de janeiro de 2013, no site O Regional, a chamada da notícia relacionada ao projeto de requalificação profissional proposto por várias entidades, dentre elas a FERAESP, que já recapacitou 800 cortadores de cana.	<a href="http://www.oregional.com.br/2013/01/projeto-recapacita-800-cortadores_295427">http://www.oregional.com.br/2013/01/projeto-recapacita-800-cortadores_295427</a>
Programa de requalificação de trabalhadores da cana é destaque em evento da Bonsucro	Publicada em 06 de novembro de 2015, na notícia considera-se o projeto RenovAção um dos programas mais bem-sucedidos de requalificação profissional na cadeia produtiva da cana. Segundo a notícia, o Projeto RenovAção, coordenado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), apresentou resultados altamente positivos em seu Relatório de atividades desenvolvidas entre 2010 e 2015.	<a href="http://www.unica.com.br/noticia/25629667920312979436/programa-de-requalificacao-de-trabalhadores-da-cana-e-destaque-em-evento-da-bonsucro/">http://www.unica.com.br/noticia/25629667920312979436/programa-de-requalificacao-de-trabalhadores-da-cana-e-destaque-em-evento-da-bonsucro/</a>

**Quadro 2 - Segundo Grupo : Implantação do Programa RenovAção**

MANCHETE	NOTÍCIA	FONTE
Projeto quer qualificar 10 mil cortadores	No dia 04 de junho de 2009, foi divulgada uma matéria anunciando a realização do projeto desenvolvido pela UNICA (União das Indústrias da Cana-de-Açúcar) com o objetivo de qualificar, a partir deste ano, de divulgação, em torno de 10 mil cortadores de cana na região de Araçatuba.	<a href="http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=11912">http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=11912</a>
Projeto RenovAção começa em Ribeirão Preto com aula inaugural para trabalhadores	Uma das maiores iniciativas para treinamento e requalificação de trabalhadores rurais do setor sucroenergético brasileiro foi iniciada nesta segunda-feira (22/02) em Ribeirão Preto. A solenidade de lançamento do Projeto RenovAção contou com a presença de mais de 200 trabalhadores, sindicalistas e representantes de empresas e associações que compõem o setor. “Ao mesmo tempo que o setor avança inexoravelmente para o fim da queima da palha da cana no estado de São Paulo, deparamos com um problema social relevante: a redução dos postos de trabalho para o corte manual da cana. E foi este desafio que nos motivou a estruturar o RenovAção, para criar soluções criativas e dar uma resposta à sociedade”, avalia Eduardo Leão de Sousa, diretor executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), uma das coordenadoras do programa em parceria com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp). O RenovAção conta ainda com patrocínio das empresas Syngenta, John Deere e Case IH e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).A proposta dos cursos oferecidos como parte do RenovAção é preparar os trabalhadores rurais que atuam no corte manual da cana-de-açúcar para outras funções, dentro ou fora do segmento canavieiro, de forma a manter a empregabilidade dos trabalhadores mesmo após a conclusão do projeto de mecanização das lavouras de cana.Nesta primeira fase, serão oferecidos na região de Ribeirão Preto cursos de Soldador, Eletricista de Trator, Eletricista de Colhedora e Mecânico de Trator. Já na região de Presidente Prudente a oferta será para os cursos de Motorista Canavieiro e Operador de Colhedora.	<a href="http://www.unica.com.br/noticia/7690046920335416218/projeto-renovacao-realiza-aula-inaugural-para-trabalhadores-em-ribeirao-preto/">http://www.unica.com.br/noticia/7690046920335416218/projeto-renovacao-realiza-aula-inaugural-para-trabalhadores-em-ribeirao-preto/</a>

	<p>Para o presidente da Feraesp, Élio Neves, o RenovAção é um importante ponto de união de todos os envolvidos, com avanço comum mas sem esquecer os que ajudaram neste processo. Segundo ele, “não adiantará nada se não houver esforço pessoal de cada um de vocês (trabalhadores). A grande mudança deve ocorrer no coração e mente de vocês”.</p> <p>Na opinião de Reginaldo Dias de Souza, coordenador do Serviço Nacional da Indústria (Senai), entidade responsável por ministrar os cursos, “o projeto tem o lado técnico de ensinar uma nova atividade, mas também tem o lado da responsabilidade social”.</p>	
Projeto RenovAção inicia curso para requalificar cortadores de cana no dia 12 de abril em Piracicaba	A matéria traz a informação de que os trabalhadores rurais que atuam no corte manual de cana iniciaram, no dia 12 de abril, na cidade de Piracicaba, as aulas dos cursos do Projeto RenovAção, cujo objetivo é treinar e requalificar esta mão de obra para outras funções dentro ou do setor sucroenergético. Os cursos para formação de soldador, eletricista de colheitadeira e mecânico de colheitadeira foram ministrados em parceria com Serviço Nacional da Indústria (Senai)	<a href="http://www.unica.com.br/noticia/25218483920311080579/projeto-renovacao-inicia-curso-para-requalificar-cortadores-de-cana-no-dia-12-de-abril-em-piracicaba/">http://www.unica.com.br/noticia/25218483920311080579/projeto-renovacao-inicia-curso-para-requalificar-cortadores-de-cana-no-dia-12-de-abril-em-piracicaba/</a>
Programa para requalificação de cortadores de cana chega a Barra	Notícia publicada na página, no dia 31 de agosto de 2010. De acordo com as informações, começaram a ser ministrados no dia anterior a essa publicação, em Barra Bonita (68 quilômetros de Bauru), os cursos de requalificação dos trabalhadores rurais que atuam no corte de cana. Segundo a matéria, na cidade o programa também conta com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal da cidade. O Projeto RenovAção foi criado para preparar os cortadores para o fim do corte manual da cana. No Estado de São Paulo mais da metade da colheita já é mecanizada, eliminando desta forma, a queima da palha de cana.	<a href="http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=190535&amp;ano=2010&amp;p=">http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=190535&amp;ano=2010&amp;p=</a>
Trabalhadores da Cocal participam de cursos de qualificação profissional	No dia 12 de junho de 2011 foi publicada uma notícia que trata sobre o oferecimento de quatro cursos no mês de junho, desse mesmo ano. Segundo informações, seriam oferecidos quatro cursos de qualificação profissional do Programa RenovAção da UNICA (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) e da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).	<a href="http://www.assisnoticias.com.br/site/?p=ver_noticia&amp;cod_noticia=11698&amp;cod_assunto=13">http://www.assisnoticias.com.br/site/?p=ver_noticia&amp;cod_noticia=11698&amp;cod_assunto=13</a>
Andef oferece cursos de capacitação para trabalhadores rurais em São Paulo	No dia 29 de julho de 2013 foi divulgado que a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) em parceria com a Syngenta e com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) promoveria um curso para os trabalhadores rurais do interior do Estado de São Paulo, entre eles	<a href="http://www.avifran.com.br/news_detalhes.php?not_id=623">http://www.avifran.com.br/news_detalhes.php?not_id=623</a>

	aplicadores, supervisores e gestores. O evento aconteceu em três etapas: dias 30 e 31 de julho na cidade de Bauru, 06 e 07 de agosto em Fernandópolis, e 13 e 14 de agosto em Araraquara. O objetivo era capacitar os profissionais para atuarem como multiplicadores de conhecimento nas regionais dos sindicatos.	
A Prefeitura de Quirinópolis publica no dia 25 de março de 2015 o oferecimento de novos cursos gratuito	A Prefeitura de Quirinópolis publica no dia 25 de março de 2015 o oferecimento de novos cursos gratuitos. Segundo a notícia, a prefeitura de Quirinópolis trabalha de forma intensa para qualificar e dar cada vez mais condições para população Quirinopolina. De acordo com a publicação, a FERAESP ministraria cursos de mecânica de autos, elétrica de autos e quitandas e doces. Seriam 20 vagas para cada modalidade. Os cursos totalmente de graça seriam ministrados pela FERAESP em parceria com Secretaria de Promoção e Assistência Social, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Projeto Social Jovem do Futuro.	<a href="http://barrados.net/view/1038-prefeitura-de-quirinopolis-oferece-novos-cursos-gratuitos">http://barrados.net/view/1038-prefeitura-de-quirinopolis-oferece-novos-cursos-gratuitos</a>
Governo de Andradina inicia mais três cursos de qualificação profissional em parceria com a Feraesp	No dia 15 de maio de 2015 foi divulgado pela página da prefeitura de Andradina a notícia de que o governo da cidade iniciaria mais três cursos de qualificação profissional em parceria com a FERAESP. Segundo a notícia, a qualificação profissional e a formação de cidadãos são diferenciais para o desenvolvimento de uma cidade. Na segunda-feira (11) o Governo de Andradina iniciaria as turmas de três novos cursos: Corte e Costura, Mecânico de Autos e Operador de Colheitadeira. De acordo com a publicação, “Os cursos ministrados pelo Núcleo de Iniciação Profissional em parceria com a FERAESP vem atraindo um grande número de inscritos. As turmas estão cheias e existe lista de espera. Homens e mulheres de diversas idades aproveitam a oportunidade da qualificação técnica para se atualizarem junto ao mercado de trabalho”. O vice-prefeito Dr. Charles Kobayashi destacou a importância da qualificação e do profissional estar sempre investindo em seus conhecimentos.	<a href="http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5545/Governo-de-Andradina-inicia-mais-tr%C3%AAs-cursos-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-profissional-em">http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5545/Governo-de-Andradina-inicia-mais-tr%C3%AAs-cursos-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-profissional-em</a>

**Quadro 3 - Terceiro Grupo: Certificação**

<b>MANCHETE</b>	<b>NOTÍCIA</b>	<b>FONTE</b>
<p>Governo de Andradina celebra a formação de profissionais em cursos da parceria com a FERAESP</p>	<p>No dia 28 de setembro de 2015 a prefeitura de Andradina divulga a satisfação do município ao anunciar a formatura dos trabalhadores concluintes dos cursos oferecidos em parceria com a FERAESP.</p> <p>A notícia destaca a presença das famílias no evento, que promoveu também um desfile com os looks dos formandos de Corte e Costura e a entrega dos diplomas. Homens e mulheres de diversas idades aproveitaram a oportunidade da qualificação técnica para se atualizarem junto ao mercado de trabalho nos cursos ministrados pelo Governo de Andradina em parceria com a FERAESP.</p> <p>Destacou-se também o envolvimento dos alunos e a doação de cerca de 300 peças de roupas produzidas durante o curso para famílias carentes do município. “Esta qualificação oferecida pelo Governo de Andradina em parceria com a FERAESP é muito importante para os trabalhadores e os resultados são obtidos principalmente com o empenho deles e das famílias. Quero agradecer também a doação das roupas às famílias cadastradas e atendidas pelos Centros de Referências e Assistências de Sociais”.</p>	<p><a href="http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5875/Governo-de-Andradinacelebra-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-profissionais-em-cursos-da-parceria-com-a-Feraesp">http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5875/Governo-de-Andradinacelebra-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-profissionais-em-cursos-da-parceria-com-a-Feraesp</a></p>
<p>Potirendaba: Sindicato Rural realiza formatura de alunos de cursos de qualificação.</p>	<p>De acordo com a notícia aconteceu nesta sexta-feira, no salão Festa &amp; Cia, em Potirendaba, a formatura dos alunos que concluíram os cursos de Soldador ((aulas teóricas e práticas ministradas pelo SENAI na Usina Cerradinho - Unidade Potirendaba), Corte e Costura ((aulas teóricas no Sindicato e práticas no SENAI em S.J.Rio Preto), Horticultura e Produção de Mudas (aulas teóricas e práticas ministradas pelo Instituto Paula Souza através da Escola Agrícola de Mirassol, na Comunidade Só por Hoje, Bairro do Coqueiral) Instituto Paula Souza).</p> <p>De acordo com a presidente do Sindicato Rural de Potirendaba Rose Camarão, os quatro cursos fazem parte do programa de treinamento e requalificação “Renovação”, promovido pela FERAESP / ÚNICA / GOVERNO FEDERAL e tiveram como objetivo elevar o nível técnico, social e econômico do trabalhador, consequentemente, a</p>	<p><a href="http://www.perfilregional.com/default.asp?pg=noticias_view&amp;id_noticia=4022">http://www.perfilregional.com/default.asp?pg=noticias_view&amp;id_noticia=4022</a></p>

melhoria das suas condições de vida. Na notícia a presidente destaca, que “O município de Potirendaba, através do Sindicato Rural, filiado a FERAESP, teve a honra de ser escolhido para participar desse Projeto, considerado o maior Programa de Treinamento e Requalificação implantado até o momento pela FERAESP / ÚNICA / GOVERNO FEDERAL e para que isso acontecesse, contou com a parceria do SENAI, INSTITUTO PAULA SOUZA e PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA, cuja colaboração foi fundamental para o desenvolvimento do programa”

#### Quadro 4 - Quarto Grupo: Outras parcerias para qualificação

MANCHETE	NOTÍCIA	FONTE
<p>UFSCar promove o primeiro curso de graduação em Agronomia para assentados rurais do Estado de São Paulo. O curso visa a qualificação do assentado para atuar de forma ampla no desenvolvimento rural sustentável</p>	<p>Segundo o conteúdo publicado, esse curso é resultado de um convênio firmado entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para proporcionar o oferecimento da primeira graduação em Agronomia para assentados rurais no Estado de São Paulo, o Curso Especial de Bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis. A proposta foi concretizada no âmbito do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronea), em parceria com quatro movimentos sociais de campo. Este curso pretendia atender à deficiência de formação superior dos agricultores assentados pela Reforma Agrária. Através de uma leitura atualizada e abrangente da relação Sociedade, Natureza e Agricultura, o elemento central do curso é a formação de um profissional capaz de trabalhar em diferentes dimensões - sociais, econômicas, políticas, culturais e técnico-científicas - para atuar de forma ampla e qualificada na busca do desenvolvimento rural sustentável.</p>	<p><a href="http://www.saci.ufscar.br/servico_release?id=9704&amp;clipping=174">http://www.saci.ufscar.br/servico_release?id=9704&amp;clipping=174</a></p>

	<p>De acordo com a publicação foram oferecidas 60 vagas direcionadas, exclusivamente, para as comunidades assentadas do Estado de São Paulo. O curso teria duração de cinco anos e as aulas têm início previsto para o mês de julho do próximo ano. O curso seria realizado na área da Floresta Nacional Ipanema (Flona), no município de Iperó, próximo a Sorocaba. As aulas seriam ministradas nos moldes da Pedagogia da Alternância, divididas em tempo-escola e tempo-comunidade. Os alunos teriam aulas presenciais, alternadas com períodos em que eles permanecem na comunidade, ou assentamento, de origem. Este formato tem se mostrado como uma alternativa viável para o ensino técnico e superior, além de estabelecer uma relação expressiva entre a família, o assentamento e a instituição de ensino.</p>	
	<p>No dia 14 de janeiro de 2008 foi divulgado que iniciaria, no dia seguinte, um curso de Licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal de São Carlos (UFScar) destinado a assentados da Reforma Agrária e promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária no Estado de São Paulo (Pronera), em parceria com o Incra, movimentos sociais e UFScar.</p> <p>Segundo a notícia o curso de graduação em pedagogia seria coordenado numa parceria entre o INCRA, movimentos sociais e UFSCAR. Para o preenchimento das vagas houve processo seletivo realizado em novembro. Participaram da divulgação das vagas quatro organizações do Movimento Social no Estado: FAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo ); MST (Movimento dos Sem Terra); FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) e OMAQUESP (Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo)</p>	<p><a href="http://cut.org.br/noticias/moradores-de-assentamentos-iniciam-curso-de-pedagogia-nesta-semana-4c04/">http://cut.org.br/noticias/moradores-de-assentamentos-iniciam-curso-de pedagogia-nesta-semana-4c04/</a></p>

Na busca por notícias relacionadas ao oferecimento de cursos pela FERAESP, encontramos um importante registro sobre o Programa Renovação. Essa publicação não foi incluída nos grupos acima elencados, pois entendemos que se trata de uma divulgação de outra natureza. Esse é um relatório referente aos anos de 2010 à 2015, publicado em 2015, que compila informações levantadas pelos parceiros envolvidos na realização do Programa Renovação. Esse documento se propõe a fazer um balanço sobre o impacto do Programa, abordando desde o seu contexto de criação, sua proposta, cidades atendidas, formato dos cursos, entidades envolvidas, número de trabalhadores formados nos cursos, resultados e reinserção no processo produtivo.

Todo material citado acima é fundamental para que tenhamos uma maior compreensão sobre a proposta de qualificação técnica empreendida pela FERAESP nos últimos anos. Notamos que por meio das notícias e dos materiais de divulgação e avaliação do projeto, a atuação da federação - nesse campo de formação - tem ocorrido através do Programa Renovação. Portanto, procuraremos apresentar as principais características e informações sobre esse projeto, a partir da breve experiência que tivemos em Barra Bonita e também das publicações que refletem a relação com os municípios e sindicatos, podendo, assim, nos proporcionar um panorama geral sobre essa atuação.

Antes de tratarmos sobre o Programa Renovação, é necessário abordarmos, mesmo que de maneira breve, a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar por várias entidades, entre elas a FERAESP, o que influenciou futuramente a elaboração do projeto em questão.

No contexto do governo Lula, no âmbito de sua política econômica agrícola interna e externa, o setor adquiriu expressividade e o Estado subvencionou a criação de grandes grupos exportadores, engendrando uma nova dinâmica de organização produtiva e do trabalho. No âmbito trabalhista, a intervenção se deu nos termos de uma tentativa de reorientação das relações de trabalho. Tal tentativa, em 2008, deu origem à Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Agricultura, resultando em 2009, na assinatura pelas usinas do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar (SALATA, 2013, p 89- 90).

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar foi firmado pelo governo federal, por entidades de trabalhadores e por empresários do setor sucroenergético em 25 de junho de 2009. O Compromisso foi resultado de uma experiência inédita, no Brasil, a partir de diálogo e negociação nacional tripartite para enfrentar o desafio de melhorar as condições de vida e trabalho no cultivo manual da cana-

de-açúcar.

Esse Compromisso foi construído por meio de uma Mesa de Diálogo, instalada em 1º de julho de 2008, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ao longo de um ano, a Mesa construiu um acordo histórico para valorizar e disseminar as melhores práticas trabalhistas na lavoura da cana-de-açúcar, e promoveu a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita (BRASIL, 2014).

Os trabalhadores foram representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e o Fórum Nacional Sucroenergético representaram os empresários. O governo federal participou juntamente com integrantes da Secretaria-Geral e Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Trabalho e Emprego; da Educação; do Desenvolvimento Agrário; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014)..

Para fazer parte do Compromisso Nacional, as empresas do setor sucroenergético deveriam fazer sua adesão, que é de caráter voluntário. Essas empresas, como previsto no Compromisso, estiveram submetidas a um mecanismo de verificação do cumprimento das práticas estabelecidas, cujo cumprimento esse que foi objeto de reconhecimento (SALATA, 2013).

É no sentido de “reorientar” tais relações que atuaram as cláusulas assinadas na ocasião da celebração do Pacto Nacional. Conforme informações extraídas do site <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas/compromisso-nacional-para-aperfeicoar-as-condicoes-de-trabalho-na-cana-de-acucar>.

O Compromisso foi firmado pelo governo federal e, entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético em 25 de junho de 2009, objetivaram melhorar as condições de vida e trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar (BRASIL, 2014)..

Construiu-se o Compromisso por meio de uma Mesa de Diálogo instalada em julho de 2008, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ao longo de um ano, a Mesa construiu um acordo histórico a fim de valorizar e disseminar as melhores práticas trabalhistas na lavoura da cana-de-açúcar e, além disso, promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita (BRASIL, 2014).

Sobre a sua vigência, o Compromisso foi firmado em 25 de junho de 2009. Em 24 de junho de 2011 foi firmado o primeiro Termo Aditivo, prorrogando-o por um ano. Em 14 de junho de 2012 firmou-se o segundo Termo Aditivo, prorrogando-o até 30 de abril de 2013 (BRASIL, 2014).

A respeito das principais medidas que deveriam ser adotadas pelos empresários da cana-de-açúcar, afirmou-se que, da parte dos empresários,

[...] o Compromisso Nacional envolvia a universalização de um conjunto de boas práticas, tais como, a garantia de que o contrato de trabalho passaria a ser feito diretamente entre a empresa e o trabalhador da cana, eliminando o intermediário, através do apoio do Sistema Público de Emprego (SINE); a eliminação do vínculo entre a remuneração de qualquer serviço e a remuneração dos trabalhadores do corte manual; a maior transparência na aferição e forma de pagamento da cana cortada; a promoção da saúde e segurança do trabalhador; a valorização da atividade sindical e da negociação coletiva; o fornecimento de transporte seguro e gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo, com a adoção de um sistema de atendimento a acidentes no percurso; o fornecimento gratuito de recipiente térmico, conhecido como "marmita", que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura; além da responsabilidade empresarial na divulgação de boas práticas trabalhistas aos fornecedores independentes de cana-de-açúcar e no apoio a ações junto às comunidades, entre outros (BRASIL, 2014).

Já o governo federal foi responsável por implementar um conjunto de programas e políticas públicas destinadas aos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar, dentre eles: assegurar a adequação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI); ampliar progressivamente os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação; promover a alfabetização e elevação da escolaridade; promover a qualificação e requalificação com vistas à sua reinserção produtiva; e fortalecer ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores para atividades sazonais do cultivo manual da cana-de-açúcar.

Com relação à implantação, o acompanhamento e a avaliação do Compromisso são feitos pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional. Essa Comissão, de composição tripartite, foi criada por decreto em 24 de novembro de 2010. No entanto, desde julho de 2008, os órgãos e entidades signatários do Compromisso vinham realizando reuniões de trabalho sobre o assunto. Em fevereiro de 2011, portaria da Secretaria-Geral definiu os nomes que integraram a Comissão.

Ressalta-se ainda que, caberia à Comissão Nacional estabelecer critérios e procedimentos para implementar, acompanhar e avaliar os resultados do Compromisso

Nacional, incluindo a possibilidade de autorizar uma auditoria independente a fim de monitorar o cumprimento das práticas empresariais; divulgar o Compromisso Nacional e estimular a adesão das empresas da atividade sucroalcooleira; propor e definir mecanismos para eventuais ajustes na adesão e permanência de empresas; deliberar sobre o estabelecimento e divulgação de mecanismo de reconhecimento das empresas que aderirem e cumprirem as práticas empresariais estabelecidas no Compromisso Nacional; e propor e debater a revisão do Compromisso Nacional.

Os órgãos e entidades integrantes da Comissão Nacional de Diálogo, pelo governo federal, integraram a Comissão Nacional de Diálogo, a Secretaria-Geral da Presidência da República, como coordenadora, e mais sete Ministérios, a saber: Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Trabalho e Emprego, Educação, Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Saúde. Pelos trabalhadores, fizeram parte do grupo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp). Já pelo setor empresarial, integraram a Comissão a União da Indústria de Cana-de-Açúcar(Única) e o Fórum Nacional Sucroenergético.

A adesão ao Compromisso era voluntária, pois a empresa deveria entrar em contato com a Secretaria-Geral por meio do telefone ou e-mail.

É importante destacar que, através do site, temos a informação que em 30 de abril de 2013 expirou a validade do Compromisso Nacional. Um novo acordo está em estudo. Novas adesões somente poderão ser aceitas após a conclusão do pacto. Aproximadamente 250 empresas aderiram ao Compromisso, na sua primeira versão, válida até 30 de abril de 2013.

Sobre a avaliação do cumprimento das medidas firmadas no Compromisso, as empresas que aderem ao Compromisso devem ser submetidas a um mecanismo de verificação do cumprimento das práticas estabelecidas. Essa verificação é feita por meio de empresas de auditoria independente, previamente credenciadas pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

Para a auditoria, as empresas credenciadas foram: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; Uhy Moreira Auditores; Audilink & Cia Auditores; KPMG Auditores Independentes e Ernest & Young Terco Auditores Independentes S/S. As empresas de auditoria foram escolhidas por meio de Edital de Chamada Pública, que teve seu resultado divulgado em agosto de 2011, no Diário Oficial da União. A realização da

Chamada Pública foi decidida pela Comissão Nacional de Diálogo e pela Avaliação do Compromisso Nacional, que também elaborou o questionário e a metodologia.

Após a aprovação da verificação, o processo de outorga do selo foi iniciado com requerimento da empresa interessada à Comissão Nacional de Diálogo, que realizou sua avaliação com base no relatório da auditoria independente. A outorga ocorreu após aprovação unânime dos membros presentes à reunião da Comissão. Significa que se a empresa cumprisse o Compromisso assumido, contribuiria para humanizar o trabalho no cultivo e corte da cana, promovendo, assim, a reinserção dos trabalhadores desempregados.

As iniciativas que já foram adotadas pelo governo federal, no que diz respeito às políticas públicas previstas no Compromisso são as seguintes:

**Adequação dos equipamentos de proteção individual:**

O Ministério do Trabalho e Emprego está desenvolvendo um projeto de melhoria dos equipamentos de proteção individual para a atividade de corte manual de cana-de-açúcar. O objetivo é criar um Certificado de Aprovação – CA – para os equipamentos que sejam projetados e produzidos especificamente para a atividade. O projeto está em fase de definição de características para as luvas. Serão previstos requisitos de resistência ao corte, abrasão, perfuração e rasgamento, variabilidade de tamanhos e qualidade do acabamento, entre outros. Após a definição desses parâmetros, será realizado um teste de campo com trabalhadores, para avaliação do conforto e adequação do equipamento ao trabalho. O passo seguinte é a publicação da Portaria que possibilitará que os equipamentos sejam submetidos aos ensaios de laboratório específicos e, caso sejam aprovados, recebam o CA indicando que são adequados ao corte manual de cana-de-açúcar. Em seguida, o mesmo processo será adotado para óculos, calçados e perneiras.

**Qualificação dos trabalhadores para sua reinserção produtiva:**

Em novembro de 2010, o governo federal lançou o Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro, como parte das políticas públicas que integram a sua parte no Compromisso Nacional. O Plano teve o objetivo de qualificar trabalhadores do setor, tanto os desempregados que buscavam retornar à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, quanto os empregados que poderiam perder o posto de trabalho devido à mecanização da colheita. A iniciativa foi executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Ampliação os serviços oferecidos pelo Sine na intermediação da contratação**

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) assinou um termo de cooperação, em dezembro de 2009, com os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso. O projeto envolveu, além das agências do Sine dessas localidades, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego nesses estados. O projeto piloto de intermediação rural foi executado nos municípios de Açailândia, Bacabal e Codó (Maranhão), Florianópolis (Piauí), em Marabá e Paragominas (Pará) e em Sinop e Alta Floresta (Mato Grosso). Em abril de 2010, o estado de Minas Gerais aderiu ao projeto -

via SEDESE-MG - especificamente nos municípios Araçuaí, Almenara, Teófilo Otoni e Salinas.

No período de 2010 a 2011 o site divulgou os locais e os números de trabalhadores atendidos :

Minas Gerais – (Salinas, Teófilo Otoni, Almenara) - Aproximadamente 12 mil trabalhadores intermediados; Piauí – (Barras, Teresina e Floriano) - Aproximadamente um mil trabalhadores intermediados; Maranhão – (Açailândia, Codó, Bacabal e Pedreiras) - Aproximadamente 1,5 mil trabalhadores intermediados; Mato Grosso – (Nova Olímpia, São José do Rio Claro, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Barra do Bugres e Campo Novo do Parecis) - Aproximadamente 6 mil trabalhadores intermediados (BRASIL, 2014).

Para atender umas das ações firmadas no âmbito do Compromisso Nacional, ou seja, a necessidade conjuntural por educação e qualificação técnica para o trabalhador, com a exigência de um novo perfil - aptos a operar máquinas dotadas de alta tecnologia - existiam, aproximadamente, 150 iniciativas locais e regionais de qualificação desenvolvidas por empresas e organizações. As mesmas mostraram-se insuficientes frente às peculiaridades do processo de substituição da mão de obra por máquinas nas atividades de colheita e plantio da cana-de-açúcar. Estas iniciativas isoladas foram fortalecidas com o desenvolvimento de uma nova ação que atendesse os trabalhadores do corte e suas comunidades, a saber: o Projeto RenovAção (2015).

Muitas informações que serão abordadas sobre o Programa, já foram mencionadas nas notícias que apresentamos anteriormente, contudo a partir do relatório (2015) podemos ter um detalhamento maior sobre a concretização dessa proposta, assim como os dados e números alcançados após cinco anos de realização deste.

De acordo com o Relatório do Projeto RenovAção (2015), divulgado na internet, foram compilados os dados de todas as turmas formadas pelo programa com o objetivo de aprofundar este trabalho. Algumas empresas sucroenergéticas foram contatadas a fim de se traçar uma avaliação também qualitativa do Projeto, pois o mesmo foi um projeto que foi criado a partir da união entre as associadas da UNICA e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). Um convite às empresas privadas e instituições interessadas no desenvolvimento do projeto foi feito. As parcerias foram feitas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação Solidaridad, a Iveco, a Case IH, a FMC e a Syngenta. A John Deere também apoiou o projeto durante os seus primeiros anos. Um dos grandes méritos da iniciativa foi o envolvimento dos parceiros do RenovAção na formatação e na condução do programa. As empresas e instituições envolvidas formaram um comitê para que todos pudessem contribuir com a

implementação do RenovAção.

Diversas reuniões foram realizadas. Todas as decisões do Projeto foram debatidas e analisadas por esse comitê, que não só colaborou financeiramente, mas ajudou a pensar e melhorar o Programa, lançado em 2009, e que previa o treinamento especializado de trabalhadores nas seis principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo: as macrorregiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Em 2010 ocorreu a formação das primeiras turmas de capacitação. Importante ressaltar que segundo o relatório (2015), como as unidades sucroenergéticas não conseguiram recontratar todos os trabalhadores que foram dispensados pela mecanização, o Programa criou um segundo módulo de capacitação voltado a qualificar trabalhadores para outros setores da economia e este dói chamado de “RenovAção Comunidade” .

Para a divulgação, foram realizadas reuniões envolvendo os coordenadores do Projeto, e os parceiros, tais como a Fundação Solidaridad, e representantes de unidades produtoras. Os encontros foram importantes para estabelecer um diálogo entre as partes, objetivando divulgar detalhes do programa, bem como seu aprimoramento (RELATORIO RENOVAÇÃO, 2015).

A realização do Projeto, segundo o documento, ganhou notoriedade por meio da comunicação em eventos promovidos pelo setor sucroenergético, pelos meios de comunicação e por mecanismos diretos de informação entre a UNICA e suas unidades filiadas. Posteriormente, no decorrer do RenovAção, os organizadores do Projeto, tais como, a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), o Senai-SP, o Centro Paula Souza e as unidades produtoras, passaram a realizar reuniões periódicas.

Concebido em dois módulos, o RenovAção trouxe cursos com aulas práticas e teóricas oferecidos por escolas de reconhecida reputação que compõem a rede do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) no estado de São Paulo. Os cursos, muitos com a carga horária superior a 300 horas, foram selecionados com base nas demandas locais e visaram à promoção do indivíduo de forma ampla e com maior integração dos alunos com a sociedade, incluindo desde conceitos de cidadania, até estímulos ao empreendedorismo.

O Módulo I requalificou trabalhadores rurais para novas funções nas próprias unidades, como operador de colheitadeira, eletricista, mecânico e motorista de caminhão.

O Módulo II (Projeto RenovAção Comunidade) foi direcionado aos integrantes das comunidades envolvidas, formando profissionais para outras atividades da economia, tais como a horticultura, o corte e costura e o torneiro mecânico, sendo que, as áreas foram selecionadas a partir da demanda local.

- **16 cursos direcionados à atividade agroindustrial canavieira (oferecidos pelo Senai-SP):**

-Auxiliar de Operações de Processos Sucroenergéticos, - Caldeireiro, - Eletricista de Caminhão, - Eletricista de Colheitadeira, - Eletricista de Manutenção Automotiva, - Eletricista de Trator, - Eletricista Industrial, - Eletricista Instalador, - Mecânico de Colheitadeira, - Mecânico de Manutenção Automotiva, - Mecânico de Tratores, - Motorista Canavieiro, - Operador de Colheitadeira, - Soldador de Solda Elétrica e Oxiacetileno, - Torneiro Mecânico, - Tratorista

O Módulo II (Projeto RenovAção Comunidade) foi direcionado aos integrantes das comunidades envolvidas, formando profissionais para outras atividades da economia, como horticultura, corte e costura e torneiro mecânico, sendo que as áreas foram selecionadas a partir da demanda local.

- **14 cursos para o aumento de renda (oferecidos pelo Senai-SP) (Projeto RenovAção Comunidade):** Auxiliar de Costura, - Chocolateiro, - Confeccionador Manual de Calçados, - Confeiteiro, - Corte e Costura Sob Medida, - Eletricista Instalador Residencial, - Informática Básica, - Pães Alternativos e Trufas, - Pedreiro Assentador, - Pintor de Obras, - Pizzaiolo, - Processamento de Carnes e Embutidos, - Salgadeiro, - Carpinteiro de Formas.

O Projeto RenovAção (RELATORIO, 2015) foi concretizado mediante acordo entre a UNICA e o Senai-SP. Clayton Rafael Ribeiro, especialista em Educação Profissionalizante do Senai-SP, e Reginaldo Dias de Souza, diretor da Unidade do Senai de Ribeirão Preto, relatam que o projeto de trabalho foi concebido visando a realização de treinamentos para qualificação profissional em atividades voltadas ao setor sucroenergético (Módulo I), bem como a qualificação profissional do Projeto RenovAção Comunidade (Módulo II).

De acordo com os profissionais da entidade, a requalificação oferecida possibilitou crescimento profissional e intelectual por meio de cursos com aulas práticas e teóricas realizados pelo Senai-SP, tanto nos ambientes pedagógicos internos da instituição, como

também com aulas e atividades práticas nos ambientes reais das atividades nas unidades. A oferta de aulas com conteúdo comportamental e de cidadania, numa carga horária de 36 horas, auxiliou na adaptação dos alunos ao processo de aprendizagem (RELATORIO, 2015).

É necessário destacarmos que, como o Projeto foi dividido em seis polos canavieiros, a gestão dos cursos em suas respectivas áreas, ficou a cargo do Centro de Formação Profissional do Senai-SP das macrorregiões de Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Dentro destas macrorregiões, os cursos do RenovAção distribuíram-se em diferentes escolas do Senai-SP, buscando a maior proximidade possível nas áreas de atuação das unidades, facilitando, deste modo, o acesso dos trabalhadores. Ao todo, 20 unidades do Senai-SP ofereceram cursos para o Projeto (RELATORIO, 2015).

A demanda pelos cursos sempre foi definida pelas próprias unidades produtoras, o que nunca impediu que as bases do Senai se adaptassem para atender a cada solicitação.

- **Unidades do Senai-SP que promoveram cursos pelo Projeto RenovAção Entre 2010 e início de 2014:** CFP 4.02 Sorocaba; CFP 5.03 Piracicaba; CFP 5.10 Piracicaba; CT 5.61 Rafard; CFP 6.01 São Carlos; CFP 6.02 Ribeirão Preto; CFP 6.03 Araraquara; CFP 6.04 Franca; CT 6.61 Sertãozinho; CT 6.62 Matão; CFP 7.01 Bauru; CFP 7.90 Jaú; CT 7.92 Lençóis Paulista; CT 7.93 Santa Cruz do Rio Pardo; CFP 8.01 São José do Rio Preto; CTFP 8.50 Votuporanga; CFP 9.01 Araçatuba; CFP 9.14 Presidente Prudente; CFP 9.27 Marília; CFP 9.90 Birigui; CT 7.91 Botucatu (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

É fundamental frisarmos que o relatório (2015) apresenta o número de trabalhadores requalificados, de 2010 à 2015, como resultado do trabalho desenvolvido pelo Projeto RenovAção.

Composto pelo RenovAção (requalificação voltada às demandas das usinas) e pelo RenovAção Comunidade (voltada à capacitação de pessoas da comunidade e ex-cortadores de cana), o Projeto como um todo requalificou, de 2010 à 2015, **6.650 trabalhadores**. Do total de trabalhadores capacitados pelo Projeto RenovAção, a maior parte dos cursistas participaram de turmas formadas nas unidades do Senai-SP. Clayton Rafael Ribeiro, especialista em Educação Profissionalizante da instituição, informa que, entre 2010 e 2014,

foram formadas 289 turmas dentro do Projeto RenovAção coordenadas pelo Senai-SP (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Destaca-se também, que para estas turmas, matricularam-se 6.098 alunos, concluindo os cursos e recebendo os certificados da instituição, um total de 5.558 pessoas.

Interessante considerarmos que (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015) das pessoas qualificadas pelo Senai-SP no Projeto RenovAção, a maioria, ou seja, 4.092 pessoas, fizeram cursos nas áreas agrícolas ou industriais, sendo estes voltados a atividades da usina, informação que podemos visualizar na tabela a seguir.

Tabela 1- Total de matriculados e número de certificados em cursos voltados à indústria e à agrícola - Projeto RenovAção (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014).

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas realizadas</b>	<b>Alunos certificados</b>
Auxiliar de Operações de Processos Sucreenergéticos	43	35
Caldeireiro	83	58
Eletricista de Caminhão	231	219
Eletricista de Colheitadeira	253	249
Eletricista de Manutenção Automotiva	371	358
Eletricista de Trator	249	243
Eletricista Industrial	64	50
Eletricista instalador	83	69
Mecânico de Colheitadeira	368	355
Mecânico de Manutenção Automotiva	609	585
Mecânico de Tratores	236	231
Motorista Canavieiro	333	290
Operador de Colheitadeira	577	547
Soldador	352	327
Soldador de Solda Elétrica e Oxiacetileno	57	56
Torneiro Mecânico	62	48
Tratorista Tractor Driv	403	372
<b>Total</b>	<b>4.374</b>	<b>4.092</b>

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com base no relatório do Programa RenovAção (2015).

Segundo o relatório (2015), do total de cursos, os mais procurados e, com maior número de formandos, foram mecânico de manutenção automotiva, operador de colheitadeira e tratorista.

Outro dado importante está relacionado às adequações que se fizeram necessárias,

na concretização do Programa, como por exemplo, a promoção de cursos preparatórios. Nesse sentido, para os trabalhadores com pouco ou nenhum estudo, a instituição realizou os seguintes cursos: Habilidades Básicas de Leitura e Escrita, e Formação em Cidadania - no chamado Pré-RenovAção - qualificando, assim, 868 pessoas.

Quando o Projeto RenovAção iniciou o trabalho voltado aos cortadores de cana, em parceria com as usinas participantes do programa, uma grande dificuldade foi identificada, de acordo com relatos contidos no relatório (2015), a saber: o analfabetismo e a baixa escolaridade dos trabalhadores interessados em fazer a qualificação oferecida pelo RenovAção. “Muitos cortadores não tinham escolaridade mínima para realizar os cursos” .

Diante desta demanda, os organizadores do projeto criaram um módulo de ensino específico aos trabalhadores analfabetos e semialfabetizados: o Pré- RenovAção. Uma qualificação composta por disciplinas básicas (leitura, escrita, matemática, conhecimentos gerais, cidadania) que pudessem dar condições a estes trabalhadores de participarem, posteriormente, dos cursos de capacitação do Projeto RenovAção. Os cursos do referido projeto foram oferecidos pelo Senai-SP.

Ao concluírem esta fase, de acordo com o relatório RenovAção (2015), os trabalhadores tinham vaga garantida para fazerem os cursos de eletricitista ou mecânico de autos no RenovAção.

Tabela 2- Total de matriculados e número de certificados no Pré-RenovAção (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014).

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas realizadas</b>	<b>Alunos certificados</b>
Habilidades Básicas - Formação em Cidadania	771	700
Habilidades Básicas de Leitura e Escrita	172	168
<b>Total</b>	<b>943</b>	<b>868</b>

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com base no relatório do Programa RenovAção (2015).

Ao todo, conforme a tabela apresentada, 868 pessoas receberam certificados do Senai-SP pelo Pré- RenovAção: 700 trabalhadores fizeram o curso de Habilidades Básicas e Formação em Cidadania e 168 trabalhadores foram certificados no curso de Habilidades Básicas de Leitura e Escrita, o na tabela Ter condições de atender os trabalhadores com baixa escolaridade, foi uma das propostas da Fundação Solidaridad para o RenovAção.

Além dos cursos “preparatórios” , conforme a tabela a seguir, 26 trabalhadores fizeram, pelo Senai-SP, a Capacitação de Prestadores de Serviços de Instrutoria - curso

voltado tanto para a agroindústria sucroenergética, como para o trabalhador conseguir renda na comunidade.

O RenovAção também incentivou projetos de requalificação profissional nas próprias empresas do setor sucroenergético. De acordo com o relatório deste projeto (2015), foram mais de 20 mil pessoas formadas pelas próprias unidades ou associações em cursos nos mesmos moldes do RenovAção. Somadas as iniciativas do Projeto com a replicação de cursos pelas unidades, o setor chegou a mais de 28 mil profissionais requalificados.

É importante ressaltarmos que um diferencial do Programa, segundo informações do relatório do Projeto RenovAção (2015) é o colaborador poder se dedicar integralmente ao curso, não precisando trabalhar no período, mas sem deixar de receber o salário mensal.

Sobre o acesso e a permanência dos trabalhadores nos cursos, o relatório (2015) destaca que os participantes dos cursos foram indicados pelas próprias usinas, onde já eram funcionários, ou pelos sindicatos locais dos municípios canavieiros em que o projeto atuou. Durante o período do curso, os trabalhadores deveriam se dedicar, exclusivamente, às aulas, mas continuavam recebendo seus salários. As usinas parceiras, além do pagamento de seus funcionários, foram responsáveis por seu transporte e alimentação.

Segundo o relatório do Projeto RenovAção (2015), esse modelo de dedicação exclusiva ao treinamento com sua remuneração, foi condição importante para a manutenção desse profissional nas turmas. Na maioria dos cursos, a taxa de desistência dos participantes foi baixa. Os alunos também continuaram recebendo, das usinas, o PIS, além de uma média do que recebiam de produtividade.

De acordo com informações contidas no documento, com esta fórmula, resolveu-se um problema complicado: a dificuldade do cortador de cana conciliar o trabalho na colheita durante o dia e os estudos à noite. Esta proposta permitiu o bom aproveitamento dos cursos pelos trabalhadores, além de pouca ausência dos alunos nos cursos. O que também pode ter influenciado no grande envolvimento dos trabalhadores nos cursos é que, depois de inscritos numa turma, tinham a frequência acompanhada com rigidez. Podemos acompanhar na tabela abaixo a porcentagem de desistências nas diversas cidades.

**Quadro 5 - Desistência**

<b>Cidades</b>	<b>Alunos desistentes</b>
Araraquara	4%
Andradina	5%
São José do Rio Preto	7%
Ribeirão Preto	15%
Bauru	20%

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

Ressaltou-se também, que ao realizar a requalificação, supriu-se uma demanda do setor por trabalhadores capacitados para áreas diferentes que, em alguns casos, eram inexistentes até então na empresa. Esses ex-cortadores passaram a ocupar outras funções dentro da própria usina, com retorno financeiro maior, mas também puderam buscar outras colocações no mercado de trabalho.

Outra informação disponibilizada no relatório (2015) diz respeito à repercussão do projeto na mídia. Segundo o documento, o Projeto RenovAção teria inspirado várias reportagens em TVs, jornais e revistas gerais e especializados no setor, tanto no Brasil, como exterior. O mesmo também foi reconhecido por entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), qualificando-o como um “exemplo” entre iniciativas que combinavam produção de energias renováveis com inclusão social no Brasil, na África e na Ásia.

Tal citação encontra-se no documento intitulado “Good Socio-Economic Practices in Modern Bioenergy Production” (Boas Práticas Socioeconômicas na Produção de Bioenergia Moderna, em português), lançado em 06 de março de 2012. O RenovAção conquistou prêmios, como o CanaInvest nos anos de 2010 e 2011.

No Master Cana Social, em 2011, o projeto foi finalista na categoria “Valorização da Diversidade” e obteve o primeiro lugar na categoria “Comunidade.” Já em 2012, ficou entre os finalistas na categoria “Destaque Entidade”. O Projeto também foi reconhecido por integrantes do governo federal.

Sobre o aproveitamento nos Cursos, o relatório divulgou o depoimento de Maria Hemilia, professora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP).

Para Maria Hemilia, o nível de participação e o índice de evasão e de faltas dos trabalhadores matriculados dependeu da região e do modo

como a seleção dos trabalhadores para o curso foi realizada. Na maioria das regiões, a desistência foi pequena e normalmente acontecia nos cursos que eram mais difíceis, como mecânico e eletricista. Mas teve trabalhador que se superou. Depois de concluir o RenovAção, fez faculdade. Além disso, a regra para faltas era rígida, o que inibiu o absenteísmo. Quem se ausentasse, poderia ser excluído do curso. Por se tratar de um Projeto de qualificação profissionalizante, os cursos não tinham condições de aprofundar em muitos pontos. Centravam-se nas matérias técnicas. O aproveitamento dos conteúdos, pelo que Maria Hemilia, apurou, variou muito de aluno para aluno. “Alguns foram mais dedicados e interessados, outros nem tanto.” Esse fator, associado à escolaridade e ao tipo de curso, foi importante para o sucesso de cada um na própria qualificação e nas suas possibilidades futuras de reinserção em algum posto na usina. O índice de evasão dos cursos do Projeto (número de alunos que se matricularam e não obtiveram o certificado de conclusão) foi de 8,9%, apontam os dados do Senai-SP e da UNICA (RELATORIO RENOVAÇÃO, 2015, p.27).

Segundo o Relatório do RenovAção (2015) o índice de recolocação no mercado dos profissionais formados no RenovAção foi elevado.

Dados da UNICA apontam índice de 78% dos trabalhadores. De acordo com a entidade, este indicador demonstra a efetividade do modelo inovador do Projeto. “Como instrumento, o programa conseguiu atender o seu objetivo: de qualificar por meio de cursos técnicos profissionalizantes”, ressalta Maria Hemilia. A partir das entrevistas que realizou, ela pôde fazer algumas análises sobre os resultados do Projeto RenovAção. Uma delas é sobre a reinserção dos trabalhadores qualificados. A maior parte daqueles que fizeram o curso de motorista foi reinserida, por exemplo. Para essa inferência, é preciso analisar curso por curso. Mas, para a professora, por amostragem, é possível afirmar que mais de 50% dos trabalhadores que fizeram os cursos do RenovAção foram reinseridos. “Há casos em que a pessoa foi aproveitada pela usina em função diferente da área em que se qualificou. Alguns, por exemplo, fizeram curso mais complexo, como de operação de colhedora, mas conseguiram função como motorista de caminhão, até por conta das vagas disponíveis. Muitos saíram do corte de cana e foram deslocados para outras funções na própria área agrícola, como plantio, colheita, transbordo.” Maria Hemilia percebeu que alguns trabalhadores mudaram de empresa depois que foram qualificados. “Em algumas funções, chegaram a ser disputados por outras unidades depois que se capacitaram em áreas com grande demanda no mercado (RELATORIO RENOVAÇÃO, 2015, p.30).”

As informações do relatório do RenovAção explica que, como as unidades sucroenergéticas não tiveram condições de contratar todos os ex-cortadores de cana, o Projeto RenovAção ganhou a segmentação: RenovAção Comunidade.

Uma iniciativa que atende cortadores ou ex-cortadores de cana e seus familiares

que veem, na requalificação, a oportunidade de um trampolim para o desenvolvimento profissional. O RenovAção Comunidade envolve a UNICA, como representante das usinas produtoras de açúcar e etanol, e a FERAESP, como interlocutora dos trabalhadores do corte de cana.

Ainda, nesse tópico do documento, temos uma declaração interessante do presidente da Federação, sobre a sua percepção a respeito dessa parceria.

Élio Neves, presidente da FERAESP, reconhece que a causa é muito maior do que as disputas históricas entre empregador e empregados dentro do setor. “Hoje estamos juntos na trincheira da educação e da formação para oferecer algum tipo de saber a esses trabalhadores.” Para ele, esses programas são respostas da Unica e do setor empresarial às cobranças que a atividade sofria do ponto de vista ambiental e social, com a mudança na organização da produção e introdução acelerada da mecanização. “Isto trouxe um impacto social.” Desde o início, coube à FERAESP a coordenação do RenovAção Comunidade. Este projeto é destinado às pessoas que: - perderam o emprego nas usinas e buscam uma nova oportunidade; - trabalhavam em outro segmento, mas também estão desempregadas e querem se preparar para obter uma colocação no mercado de trabalho; - estão empregadas, mas almejam um emprego melhor por meio de uma capacitação RELATORIO RENOVAÇÃO, 2015, p.42).

Com relação à efetivação do RenovAção Comunidade, o relatório do Projeto RenovAção (2015) ressalta que o Senai-SP montou turmas específicas para atender as suas demandas, qualificando um total de 746 pessoas. Destas, 572 fizeram cursos de geração de renda, tais como, corte e costura, pintura e pedreiro. Porém, nem todos os trabalhadores qualificados pelo RenovAção Comunidade participaram de turmas formadas pelo Senai-SP. Através da tabela abaixo podemos ter um panorama dos cursos oferecidos, a procura por cada um deles e o total de trabalhadores formados pelo Senai.

**Quadro 6 - Total de matriculados e número de certificados em cursos para aumento de renda - RenovAção Comunidade (Senai-SP) (Entre o início de 2010 e meados de 2014).**

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas realizadas</b>	<b>Alunos certificados</b>
Auxiliar de Costura	137	118
Carpinteiro de Formas	16	11
Chocolateiro	55	38
Confeccionador Manual de Calçados	39	38
Confeiteiro	70	50
Corte e Costura Sob Medida	55	45
Eletricista Instalador Residencial	54	42
Informática Básica	24	20
Pães Alternativos e Trufas	98	92
Pedreiro Assentador	67	36
Pintor de Obras	51	19
Pizzaiolo	18	8
Processamento de Carnes e Embutidos	9	6
Salgadeiro	62	49
<b>Total</b>	<b>755</b>	<b>572</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

Outra instituição de ensino, o Centro Paula Souza, formou um total de 290 pessoas em seis diferentes cidades do interior paulista no período 2010 a 2011, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 3- - Capacitação pelo Centro Paula Souza – RenovAção Comunidade (2010-2011)**

<b>Cidades</b>	<b>Alunos formados</b>
Pontal	65 alunos
Dumont	60 alunos
Barra Bonita	65 alunos
Mineiros do Tietê	20 alunos
Andradina	60 alunos
Poty	20 alunos
<b>Total</b>	<b>290 pessoas qualificadas</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

A FERAESP passou a organizar cursos em parceria com as comunidades locais, qualificando, entre os anos de 2013 e 2014, um total de 502 pessoas. Este modelo de capacitação teve continuidade em 2015, qualificando mais 300 trabalhadores entre abril e julho deste mesmo ano.

Segundo o relatório RenovAção (2015), os cursos oferecidos em cada cidade foram resultado de um diálogo entre os organizadores do projeto, os trabalhadores e agentes importantes de cada localidade, tais como o poder público, o comércio, a usina, as lideranças religiosas e as comunitárias. Ao final, quem define a demanda é a própria comunidade, que identifica cursos que melhor atendam às especificidades locais.

Ex-cortadora de cana, Daniela Honório dos Santos, é hoje responsável pelo departamento de formação da FERAESP. Ela relata que o público do RenovAção Comunidade mora em lugares de risco ou dormitórios. “São localidades em que a mecanização na região cria desemprego e mexe com o desenvolvimento local” (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Depois de verificadas as demandas de qualificação da comunidade, verifica-se se o Senai-SP poderá atendê-las, inclusive considerando a flexibilidade de adaptação do Senai frente às características das turmas a serem formadas. Caso contrário, a FERAESP busca novas alternativas, tais como, identificar especialistas em determinadas áreas na própria comunidade que possam oferecer tal curso. Isto significa que, para atender o RenovAção Comunidade, em muitos casos, a FERAESP mobilizou os próprios trabalhadores a se tornarem monitores e professores de outros trabalhadores, dentro de uma grande ação de Capacitação de Multiplicadores (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Élio Neves ressalta que foram formados, aproximadamente, 76 multiplicadores para o projeto, cujos cursos de formação ocorreram nas cidades de Araraquara, Fernandópolis e Bauru, já que, “[...] esta é uma maneira de valorizar o saber presente na própria comunidade” (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015). Além de buscar pessoas na comunidade que possam colaborar com a qualificação dos alunos inscritos, o RenovAção Comunidade estabeleceu parcerias, inclusive para a definição do local das aulas, que pode ser, por exemplo, numa oficina mecânica na própria cidade.

Um exemplo de que as turmas do RenovAção Comunidade foram frutos do diálogo e envolvimento da própria comunidade, vem da cidade de Andradina, no Oeste do Estado. O município participou do projeto nos anos de 2010 a 2011 e 2013 a 2014. Para que a

requalificação pudesse acontecer, Jamil Akio Ono, prefeito da cidade, relatou que a prefeitura colaborou efetivamente (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Em Andradina, nos anos de 2010 a 2011, foram formados 80 trabalhadores, sendo 20 no curso de Hidroponia, 20 no de Mudas para Reflorestamento, 20 no de Corte e Costura, e 20 no de Horticultura. Já nos anos de 2013 a 2014 formaram-se 80 profissionais, sendo 20 em cada um dos seguintes cursos: Mecânico de Autos, Operador de Colheitadeira, Operador de Transbordo, e Corte e Costura. Na cidade, a FERAESP convidou um profissional de uma usina da região para ministrar o curso de Mecânico para Autos. Por estar envolvida no processo e entender a importância do curso de qualificação, a unidade sucroenergética liberou o profissional para conduzir as aulas. Assim, para Jamil Akio Ono, prefeito de Andradina, “O Renovação Comunidade foi muito importante para que pudéssemos possibilitar a requalificação dos cortadores de cana que perderam seus empregos devido à mecanização, possibilitando a melhoria na qualidade de vida e aumento de renda destes trabalhadores” (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Neves também destaca outra contribuição do Programa, a saber: descobrir o talento e o potencial das mulheres, em funções tidas como masculinas no campo, como de operador de tratores, de colheitadeira, de motorista de caminhões, de soldagem. Isto aconteceu em Guariba, SP, por exemplo. Muitas mulheres, que eram cortadoras de cana ou catadoras de “bituca”, ficaram desempregadas por conta do processo de mecanização na região e vinham fazendo bicos diversos, como de empregada doméstica. O Renovação Comunidade ofereceu, a essas mulheres, a oportunidade de tentarem uma nova profissão.

Sobre os resultados do Renovação Comunidade, Daniela, diretora da FERAESP, informa que o Renovação Comunidade capacitou, ao todo, 1.838 trabalhadores. Parte foi qualificada na primeira fase do projeto (1.036 pessoas) e a ,na segunda fase (802 trabalhadores, sendo 502 pessoas entre 2013 e 2014, e mais 300 pessoas em 2015).

Na primeira fase, foram promovidos cursos, entre os anos de 2010 e 2012, mesclando, tanto capacitações voltadas a funções próprias das usinas (caldeiraria, solda, eletricista), como qualificações para outras atividades. Nesta fase, a FERAESP contratou duas instituições de ensino, tais quais: o Senai-SP e o Centro Paula Souza para a realização da requalificação. Do total de trabalhadores capacitados (1.036), 746 foram qualificados pelo Senai-SP e 290 pelo Centro Paula Souza. Referente a esse período, a tabela a seguir, nos dá um panorama dos alunos formados em cada região que participou do Programa.

Tabela 4- Formandos da região de Ribeirão Preto (2010-2012)

<b>Cidades</b>	<b>Alunos que cursaram</b>	<b>Alunos formados</b>
Barrinha	144	129
Guariba	68	66
Pontal	70	65
Pradópolis	180	132
Dumont	140	120
<b>Total</b>	<b>602</b>	<b>512</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Programa RenovAção (2015).

Tabela 5 - Formandos da região de Araraquara (2010-2012)

<b>Cidades</b>	<b>Alunos que cursaram</b>	<b>Alunos formados</b>
Américo Brasiliense	40	40
Rincão	40	38
Santa Lúcia	40	38
Araraquara	40	38
Motuca	40	36
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>190</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Programa RenovAção (2015).

Tabela 6 - Formandos da região de Bauru (2010-2012)

<b>Cidades</b>	<b>Alunos que cursaram</b>	<b>Alunos formados</b>
Barra Bonita	120	85
Mineiros do Tietê	199	69
<b>Total</b>	<b>220</b>	<b>154</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Programa RenovAção (2015).

Tabela 7-- Formandos da região de São José do Rio Preto (2010-2012)

<b>Cidades</b>	<b>Alunos que cursaram</b>	<b>Alunos formados</b>
Potirendaba	76	70
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>70</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

Tabela 8- Formandos da região de Andradina (2010-2012)

<b>Cidades</b>	<b>Alunos que cursaram</b>	<b>Alunos formados</b>
Andradina	116	110
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>110</b>

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

Sobre esse período podemos observar também, através da tabela a seguir, as cidades atendidas e os cursos oferecidos.

Tabela 9 - Cidades atendidas e cursos oferecidos pelo RenovAção Comunidade nas diferentes regiões (Fase 1: 2010-2012)

<b>REGIÃO</b>	<b>CIDADES QUE RECEBEM OS CURSOS NA REGIÃO</b>	<b>CURSOS OFERECIDOS</b>
Ribeirão Preto	Barrinha, Dumont, Pontal, Guariba e Pradópolis	Tratorista, Soldador, torneiro mecânico, eletricista Industrial, eletricista instalador, caldeireiro, mudas de reflorestamento, horticultura, hidroponia, Pães e doces e Corte e Costura
Araraquara	Rincão, Motuca, Santa Lucia, Américo Brasiliense e Araraquara	Tratorista, Operador Industrial, Mecânico de Colheitadeira
Bauru	Barra Bonita e Mineiros do Tietê	Couro e Calçados, Corte e Costura, Mudas de Reflorestamento, Hidroponia, Horticultura e Pães e Doces
São José do Rio Preto	Potirendaba	Soldador, Corte e Costura, Mudas de reflorestamento, Horticultura
Andradina	Andradina	Hidroponia, Mudas de Reflorestamento, Pães e Doces, Corte e Costura e Eletricista Instalador

Fonte: Tabela elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

No período 2010 a 2012, as seguintes empresas contrataram trabalhadores capacitados no RenovAção Comunidade, a saber: Coca-Cola, Usina São Martinho, Usina São Francisco, Usina Santa Cruz, padarias da cidade de Pradópolis, MR Soldagem e CAMAQ. Calcula-se que 20% dos alunos foram absorvidos pelo mercado de trabalho, pouco tempo depois, da conclusão do curso (RELATÓRIO PROJETO RENOVACÃO, 2015).

Já na segunda fase do RenovAção Comunidade, entre 2013 e 2014, a maioria dos cursos voltou-se à qualificação de trabalhadores que pudessem disputar postos nas usinas, capacitando para operação de colheitadeira e transbordo, mecânico de autos e etc. Para

ministrar as aulas nesta fase, a FERAESP buscou profissionais que estivessem trabalhando em usinas da região.

Nesta fase, foram requalificadas 502 pessoas. No período, entre os anos de 2013 a 2014, o RenovAção Comunidade formou turmas em 12 cidades do interior paulista para oferecer, basicamente, cursos voltados ao setor sucroenergético (tratorista-transbordo, operador de colheitadeira e mecânico de autos). Segue no quadro a seguir as cidades atendidas pelo Programa nessa fase.

**Quadro 7 - Comunidades contempladas pelo RenovAção Comunidade (Fase 2: 2013/2014)**

Américo Brasiliense	Mineiros do Tietê
Motuca	Borborema
Boa Esperança do Sul	Dumont
Gavião Peixoto	Andradina
Pradópolis	Ribeirão Bonito
Barra Bonita	São João da Boa Vista

Fonte: Quadro elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

A segunda fase do Projeto RenovAção Comunidade teve continuidade em 2015, com a oferta de cursos em parceria com as comunidades de diferentes cidades do interior paulista. De acordo com a FERAESP, a procura por esta capacitação, no primeiro semestre de 2015, pois houve formações de listas de espera em todos os cursos.

Ao todo, foram qualificadas 300 pessoas até o final de julho. As turmas foram divididas em 20 alunos para os cursos, a saber: Pães e Doces, Mecânica de Autos, Operador de Colheitadeira, Corte e Costura e Eletricista Instalador.

De acordo com a FERAESP, os investimentos da fase I do RenovAção Comunidade foram diretamente feitos pela UNICA e pela Fundação Solidaridad. Já na segunda fase, cuja gestão dos recursos ficou a cargo da FERAESP, foram investidos R\$ 280 mil (2013 a 2014). Os investimentos realizados ao projeto foram utilizados para cobrir os seguintes custos: honorários de professores, hospedagem, Equipamentos de Proteção de Segurança, Alimentação, Transporte e Formaturas.

**Quadro 8- Alunos formados em cada curso (RenovAção Comunidade – Fase 2)**

<b>Cidades</b>	<b>Alunos formados</b>
Tratorista-transbordo	207 alunos
Operador de colheitadeira	219 alunos
Mecânico de autos	76 alunos
<b>Total de alunos formados</b>	<b>502</b>

Fonte: Quadro elaborada com base no relatório do Projeto RenovAção (2015).

Segundo o relatório (2015), o Projeto RenovAção conquistou parceria da Fundação Solidaridad, sendo esta última uma das organizações internacionais mais importantes para o apoio ao desenvolvimento de cadeias de produção sustentáveis, com sede na Holanda. Fátima Cristina Cardoso, coordenadora da Fundação Solidaridad no Brasil, conta que, em 2009, a fundação tinha um projeto para certificar a cadeia toda, a fim de atender a exportação de etanol à Europa. Era um piloto da certificação Bonsucro. Naquele momento ainda não havia nenhuma unidade sucroenergética com certificação de sustentabilidade e a ideia era incentivar as empresas a se certificarem. Uma das determinações da Bonsucro, lembra Fátima, era a redução de emissões do efeito estufa. Neste sentido, a certificação promoveu o fim da queima e um dos impactos negativos dessa prática: o desemprego do cortador de cana. Por isso, segundo Fátima, [...] tínhamos a ideia de desenvolver um projeto de qualificação para esses cortadores. Inclusive, tínhamos orçamento aprovado. Como a UNICA já tinha o Projeto RenovAção alinhado, achamos prudente nos tornarmos parceiros do RenovAção, realocando o orçamento que investiríamos em nosso projeto (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

A Solidaridad cooperou com o Projeto RenovAção no âmbito do Farmer Support Programme (FSP), programa da fundação que promoveu parcerias para beneficiar pequenos produtores e trabalhadores do setor rural. Nas diferentes localidades em que atuou, o programa apoiou serviços de extensão agrícola, e realizou diferentes capacitações, tais como, treinamentos, workshops, seminários, visitas a exposições etc. Diferentes iniciativas voltavam-se na garantia de que os agricultores poderiam ter quanto ao acesso a informação agrícola adequada e avançada, incluindo melhores práticas de manejo da cultura (RELATÓRIO PROJETO RENOVAÇÃO, 2015).

Necessário destacarmos que nesse relatório apresenta-se várias declarações de representantes da FERAESP. Em uma dessas falas Élio Neves apresenta a sua visão sobre o impacto do Programa RenovAção. Para ele, “em termos de números, para ser realista, a

quantidade de pessoas qualificadas pelo Projeto RenovAção e pelo RenovAção Comunidade é muito pequena, porque há um desemprego estrutural, de eliminação de quase 200 mil postos de trabalho em quase uma década. Não tem programa de requalificação que dê conta disso” . Contudo, para o presidente da FERAESP, a grande riqueza do RenovAção foi a experiência angariada através do engajamento entre vários setores da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Neves salienta que, nenhum programa social no Brasil tem esta característica (RELATÓRIO PROJETO RENOVACÃO, 2015).

A partir da discussão levantada através do relatório, acerca da trajetória e dos resultados do Programa Renovação, podemos chegar a alguns apontamentos, sobre o seu impacto na vida do trabalhador, assim como, para a empresa e o seu sentido para a FERAESP.

Para o capital, entendemos que essa proposta de qualificação é muito interessante, já que requalifica a força de trabalho para ser reinserida no processo produtivo, diminuindo, por conseguinte, as tensões sociais e minimizando o dilaceramento social provocado pela reestruturação produtiva.

Para os trabalhadores, a mesma representa a possibilidade de reinserção social e econômica, além de melhoria nas condições de vida e possível potencialidade na formação.

Para a Federação, a reestruturação produtiva muda a correlação de forças entre capital e trabalho. Diante dessa nova conjuntura, a proposta de qualificação profissional pode ser considerada uma tática interessante aos trabalhadores, principalmente, para uma federação que pretende se organizar, verticalmente, por ramos de atividade econômica. A federação também vem procurando, nessa conjuntura de reestruturação, manter a representação dos trabalhadores que inserem-se no processo produtivo, bem como dos desempregados, sobre a sua política.

Com relação à formação, atuação sindical nesse campo, realizada nas últimas décadas, a partir de cursos de qualificação técnica, foi objeto de crítica de alguns autores, tal como é o caso de Carlos Lucena (1997) e Rosimeire Salata (2013). Lucena (1997) salienta uma opinião pessimista com relação ao contexto atual dos sindicatos. Para o referido autor, as ações de alguns sindicatos mais organizados não demonstram que haverá mudança, em curto prazo, na forma de pensar e organizar os trabalhadores no novo contexto social capitalista,

[...] sobretudo porque se limitam a promover programas educacionais que visam a requalificação do trabalhador para a busca de novos

empregos. Sabemos que as vagas que dizem existir, se é que existem, não são suficientes para todos.

[...] Os trabalhadores requalificados, que agora sabem realizar outra atividade profissional e que mesmo assim não encontram empregos, são estimulados a realizar o seu próprio empreendimento, seguindo a orientação da *livre iniciativa*. Acabam por afastar-se ainda mais das formas organizativas dos trabalhadores individualizando-se enquanto pequeno empreendedor, que “deixa ser empregado”, buscando quase sempre refúgio na informalidade para ter condições de desempenhar suas atividades (Ibidem, 1997, p. 55).

Segundo Lucena (1997), os programas de requalificação contribuem ainda mais na fragmentação dos trabalhadores em suas tentativas individualistas de ascensão no mercado de trabalho capitalista. O desejo de ascensão de muitos trabalhadores é apenas um sonho a ser perseguido, e que se revela, na verdade, no pesadelo do trabalho precário e informal.

Assim, os programas de requalificação, financiados com dinheiro do governo (portanto, *público*), colaboram para o esvaziamento dos sindicatos e a desarticulação da capacidade de organização dos trabalhadores, o que leva a um enfraquecimento crescente do poder reivindicatório dos trabalhadores formalmente empregados e sindicalizados. Além do que, mais do que promover a capacitação dos trabalhadores, estes programas tornam-se fonte de renda para os sindicatos, substituindo a sua antiga fonte. A contribuição dos filiados (LUCENA, 1997. p. 54).

Salata (2013) realizou sua pesquisa, tendo por base, a região canavieira de Ribeirão Preto/SP. Tal autora centrou-se na análise de uma modalidade de qualificação profissional desenvolvida no âmbito do chamado “Programa Renovação”. Além disso, buscou apresentar os elementos que a caracterizam através da adequação técnica e comportamental da força de trabalho decorrente das formas de gestão de mão de obra empregada por parte das empresas sucroalcooleiras diante das reestruturações em curso.

Importante ressaltar que, Salata (2013), apresenta em seu trabalho alguns aspectos sobre a proposta de formação do “Programa Renovação”, bem como seu conteúdo, procurando fazer a discussão sobre o seu impacto ideológico na formação dos trabalhadores envolvidos. Esse não é o enfoque do nosso trabalho, contudo, entendemos que a problematização levantada por ela é de extrema relevância para a compreensão de nosso objeto. Para Salata (2013, p. 56),

[...] no tocante aos conteúdos transmitidos durante sua realização, em primeiro plano, o que fica mais evidente é que a construção de uma possível estabilidade e de uma linearidade a partir do trabalho é colocada em questão. Enfatiza-se constantemente tanto a redução dos postos de

trabalho, quanto novas qualificações exigidas dos trabalhadores para uma possível inserção no mercado de trabalho em constante mutação. A cartilha a qual nos referimos, e que serve de introdução ao curso, aborda aspectos importantes desta nova condição do trabalho: o desenvolvimento das chamadas “habilidades gerais”, colocam em relevo justamente as habilidades de adaptação deste trabalhador frente à nova realidade do trabalho

A necessidade de aprender continuamente e o caráter generalista da formação, em oposição ao caráter especializado do trabalho, são apresentados aos trabalhadores, bem como as possibilidades abertas pelo empreendedorismo, diante de um mercado de trabalho em retração. Deste modo, notamos o predomínio da noção de competências, em substituição à noção de qualificação (p.56).

Nesse sentido, apesar de estarem sendo treinados e incorporando os conteúdos técnicos necessários para a realização de novas funções, estes conhecimentos não parecem ser os únicos necessários. Nota-se assim que as chamadas “competências”, as quais os trabalhadores devem desenvolver, trazem consigo uma nova mentalidade, que tem como núcleo a necessidade de aceitação da incerteza como elemento constitutivo não somente do mundo do trabalho, mas da organização da própria vida. A redução dos postos de trabalho é apresentada e discutida junto aos trabalhadores como um processo inexorável, fruto da globalização, que demanda uma constante adaptação aos novos requisitos e necessidades empresariais. Da maneira como observamos, fica visível um interesse em desenvolver nestes trabalhadores aptidões comportamentais alinhadas à missão, à visão e aos valores da organização, tais como a disposição ao trabalho em equipe e o comprometimento e a dedicação ao trabalho, dimensões fundamentais, a nosso ver, da socialização necessária e adequada aos novos formatos produtivos, decorrentes da reestruturação da produção e da reformulação da gestão do trabalho nas empresas.

As pesquisas de Lucena (1997) e Salata (2013) trazem contribuições consideráveis sobre o sindicato, em meio à realidade da reestruturação produtiva e a formação dos trabalhadores no campo do marxismo. Entendemos que, as críticas são válidas e coerentes, à medida que enfatizam a preocupação do excessivo enfoque dos sindicatos sobre os cursos de qualificação. Para Lucena (2013) e Salata (2013), tais questões podem acarretar a desmobilização dos trabalhadores, somado à dependência econômica por parte dos sindicatos, que passam a ver, nas verbas de financiamento dos cursos, uma fonte de renda importante, além da vinculação ideológica dos cursos à lógica do capital.

Do ponto de vista da educação, concordamos com a autora Salata (2013) que problematiza sobre o conteúdo dos cursos e da proposta em si, já que o mesmo pode estar comprometido com a adequação ideológica e qualificação dos trabalhadores, a fim de atender às novas exigências do capital, levando-os, muitas vezes, à conformação e naturalização dessas mudanças.

Em contrapartida, ao analisarmos a proposta da FERAESP de formação - a partir da qualificação técnica - não partimos apenas de aspectos relacionados à educação, mas àqueles atrelados à política. A compreensão sobre a utilização dos cursos de qualificação, não pode estar desvinculada de uma visão geral sobre a conjuntura política, a qual os sindicatos fazem parte.

Esse projeto de qualificação técnica, - proposto junto ao patronato - se apresenta dentro dos marcos institucionais, com a chancela do Estado e reconhecimento do ponto de vista da certificação. Assim, por ser um espaço de formação atrelado ao Estado burguês, cumpre o papel de reproduzir também a ideologia da classe dominante, assim como as demais instituições capitalistas.

O trabalho pedagógico, enquanto conjunto das práticas sociais intencionais e sistematizadas de formação humana que ocorrem nas relações produtivas e sociais, embora expresse em parte a concepção de trabalho em geral porquanto se constitui em uma das formas de construção material da existência através da reprodução do conhecimento, não deixa de se constituir, no capitalismo, em uma das suas formas de expressão (KUENZER, 2002, p.5).

Para procurarmos entender a relação da FERAESP com a qualificação técnica, na atual conjuntura de reestruturação produtiva, torna-se necessário compreendermos o significado de qualificação.

Em Marx, o conceito de qualificação é tomado enquanto um conjunto de condições físicas e mentais que compõe a capacidade de trabalho ou a força de trabalho dispendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso em geral. Assim, a capacidade de trabalho é condição fundamental da produção, portanto tem seu próprio valor de uso. Com o capitalismo, ela passa a ter um valor de uso crucial pois representa a possibilidade de criação de um valor adicional ao seu próprio valor, a mais - valia (MACHADO, 1992, p.9).

Para o referido autor citado acima, a qualificação diz respeito a propriedades físicas e mentais vinculadas à produção material da existência humana, ou seja, ao valor de uso. Nesse sentido, Machado (1992, p. 9-10) acrescenta:

[...] que a qualidade do trabalho humano diz respeito, em primeiro lugar, a uma qualificação coletiva dada pelas próprias condições da organização da produção social, da qual a qualificação individual não só é pressuposto mas também resultado, que se expressa em um maior ou menor grau de complexidade dependendo das possibilidades de potenciação dos vários tipos de trabalhos simples conhecidos pela sociedade.

Ainda sobre qualificação, partilhamos também da ideia de Machado (1992) de que

a qualificação passa por alterações ao longo da história, isso significa que as condições físicas e mentais apresentadas pela força de trabalho de uma sociedade variam de acordo com as capacidades dispendidas ao trabalho:

[...] são a síntese de uma série de elementos tais como: o grau médio de destreza dos indivíduos, a disponibilidade de recursos naturais, a forma como é organizada socialmente a produção, a quantidade e a qualidade dos meios utilizados para produzir, incluindo-se evidentemente o desenvolvimento das ciências e a possibilidade de aplicação dos seus resultados (MACHADO, 1992, p.9).

Já no capitalismo, como vimos na contribuição de Marx, a qualificação passa a fazer parte de um universo em que as exigências são outras, pois a produção material agora atrela-se ao valor de troca, na qual há a necessidade de um valor agregado ao produto. No modo de produção capitalista, outros sentidos são atribuídos a essas condições.

Sob o capitalismo, contudo, a característica do processo de trabalho passa a ser a produção de valor de troca, que se auto-expande com a finalidade de acumular riqueza através da produção do trabalho excedente a ser apropriada pelo capitalista. A partir do momento em que o capital detém a propriedade dos meios de produção e da força e trabalho, determina-se o processo de desqualificação do trabalhador, que perde o controle do seu trabalho e das decisões sobre ele e, em decorrência, perde a posse do produto do seu esforço (KUENZER, 2004, p.2).

Mesmo no contexto do próprio capitalismo podemos notar que, a qualificação se modifica de acordo com a organização do processo produtivo. Ou seja, é possível percebermos que o conceito e as características da qualificação, se diferem, conforme o modelo de organização do trabalho, no caso, entre o modelo Taylorista/fordista e o modelo Toyotista. No modelo taylorista/fordista a concepção de qualificação,

[...] tem como matriz o modelo *job/skills* definido a partir da posição a ser ocupada no processo de trabalho e previamente estabelecida nas normas organizacionais da empresa, de acordo com a lógica do modelo taylorista/fordista de organização do trabalho. Na ótica deste modelo, **a qualificação é concebida como sendo "adstrita" ao posto de trabalho e não como um conjunto de atributos inerentes ao trabalhador** (MANFREDI, 1999. grifo nosso).

Portanto, dentro dos marcos do modelo Taylorista/fordista, a qualificação volta-se à especialização em determinada função, ou seja, se caracteriza pela limitação de conhecimentos ou técnicas necessárias para “preparar” o trabalhador apenas para a função que ocupa.

Assim o que importa, do ponto de vista da formação para o trabalho, é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais. Esta concepção de formação profissional está alicerçada numa concepção comportamental rígida, por meio da qual ensino/aprendizagem das tarefas/habilidades deve-se dar numa seqüência lógica, objetiva e operacional, enfatizando os aspectos técnico-operacionais em detrimento de sua fundamentação mais teórica e abrangente (MANFREDI, 1999).

Esse modelo entra em crise com a reorganização do processo produtivo e implantação do modelo toyotista, já que o mesmo baseia-se em sistemas de produção flexíveis e na criação de novas formas de organização do trabalho e, conseqüentemente, em novas exigências de formação para o trabalhador.

A nova revolução tecnológica, que significa um novo paradigma tecno-econômico, começa a ter forma no início da década 70 do século passado. Entre os principais elementos dessa revolução, destacam-se a informática e as telecomunicações, por um lado, e o novo modelo gerencial originariamente experimentado, em grande escala, pelos japoneses.

O novo modelo gerencial japonês, conhecido como toyotismo, é um método de gestão empregado pelas empresas automobilísticas do Japão em oposição ao método fordismo/taylorismo. Seu sucesso é decorrente de uma melhor adaptação à economia global e ao sistema de produção flexível (CASSIN, 2006, p.3).

O modelo toyotista, que gerou mudanças intensas na lógica do processo produtivo, causou também, forte impacto na qualificação, exigindo a formação do trabalhador com um novo perfil, desde uma visão mais ampla sobre a produção, com domínio de conteúdo mais diversificado para acessar à tecnologia, até uma maior integração com a empresa.

Com a flexibilização funcional um novo perfil de qualificação da força de trabalho parece emergir e, em linhas gerais, pode-se dizer que estão sendo postas exigências como: posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. Como os equipamentos são frágeis e caros e como se advoga a chamada administração participativa, são requeridas também a atenção e a responsabilidade. Haveria também um certo estímulo à atitude de abertura para novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam ainda a capacidade de comunicação grupal (MACHADO, 1992, p.15).

Portanto, segundo Acácia Kuenzer (2002, p.9) “a mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, dos procedimentos rígidos para os flexíveis - que atingiu todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas - passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais”. Por exemplo, com a

inserção da microeletrônica,

[...] os equipamentos tornam-se flexíveis e como o comando encontra-se externo à máquina, ou seja, no “software”, ela pode ser programada para diversas finalidades o que oportuniza atender à crescente diversificação do mercado. Aquela parcela de trabalhadores que tem acesso à programação precisa se apresentar com maior qualificação e tem no trabalho opções para o desenvolvimento da percepção e do raciocínio. Encontram-se também, neste caso, trabalhadores reduzidos a funções elementares de preparação e vigilância do equipamento, o que não vem resolver plenamente o problema do trabalho repetitivo e fragmentado. Quanto à função de manutenção, esta se sofisticou e os requerimentos educacionais para seu exercício se elevam (MACHADO, 1992, p.14).

Do ponto de vista da formação, em concordância com a autora Lucília Machado (1992) no contexto do processo produtivo baseado no modelo toyotista:

o horizonte da polivalência dos trabalhadores está sendo colocado pela aplicação das tecnologias emergentes e tem sido interpretado como o **novo** em matéria de qualificação. Já a questão da politecnicidade inscreve na perspectiva de **continuidade** e **ruptura** com relação à polivalência e se apresenta como o **novíssimo**

Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa **abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa de tarefas**. Representa nada mais que uma **racionalização formalista com fins instrumentais** e pragmáticos calcada no princípio positivista de soma das partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos. É suficiente, para ser um trabalhador polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho (MACHADO, 1992, p.19).

Ou seja, o que tem sido vivenciado pelos trabalhadores nessa conjuntura da reestruturação produtiva está muito mais relacionado à formação polivalente, que possibilita a aprendizagem de conhecimentos e técnicas mais variadas, que podem qualificar o trabalhador para atuar em diversas funções.

Quanto ao tipo de habilidades e hábitos requeridos numa atividade prática de caráter polivalente, estes se apresentam com certas características específicas, básica para uma qualificação politécnica, ainda que insuficientes, tais como: saber transferir e usar de forma versátil conhecimentos e experiências em diferentes oportunidades e situações; saber manipular instrumentos básicos úteis a um leque amplo de tarefas (cuja expressão cada vez mais banal é a familiaridade com as operações em computadores) e saber trabalhar em equipes, o que pressupõe hábitos de organização pessoal e habilidades de comunicação diferenciada. Condições como estas, quando se trata de um trabalho polivalente, tem muito mais um caráter criativo que reprodutivo, mais geral que específico, mais mental que físico, mais teórico que prático, se comparadas com atividades taylorizadas e fordistas. Mas frente às necessidades de uma qualificação politécnica passam para o pólo oposto

(MACHADO, 1992, p. 20).

Já a formação politécnica vai além da formação polivalente, “[...] pois representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição das tarefas a nível criativo” (MACHADO, 1992, p.19). Ainda, supõem-se que

[...] a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento. Para uma formação politécnica é necessária a compreensão teórico - prática das bases das ciências contemporâneas, principalmente seus conceitos, princípios e leis fundamentais e relativamente estáveis; dos princípios tecnológicos que expressam o uso da ciência no emprego de materiais, métodos e meios de trabalho e dos princípios da organização do trabalho e dos princípios da organização do trabalho e da gestão social e suas formas nas diversas esferas da vida humana (MACHADO, 1992, p. 19-20).

Para que a formação polivalente seja elevada ao nível da formação politécnica torna-se necessário segundo Machado (1992, p.20) que “[...] os requisitos de habilidades e hábitos, se politecnizem quando associados a outros requerimentos e práticas requalificadoras, que exijam a união da destreza e do fazer com a inteligência e o pensar, num nível superior” . Isso significa que;

[...] os trabalhadores sejam capazes de identificar os problemas a solucionar e as condições existentes, analisando os dados disponíveis, tendo em vista a busca de soluções, com sua efetiva objetivação, mesmo que para tal seja necessário saber reaglutinar e reestruturar as informações, recorrendo-se à invenção. A transferibilidade de conhecimentos e experiências, neste caso, exigem habilidades genéricas capazes de dar conta da relação entre partes e todo, com domínio de linguagens apropriadas e procedimentos técnico - científicos, de forma a capacitar para o discernimento crítico e a avaliação, bases fundamentais para o saber orientar-se no atual sistema de informações (Ibidem, 1992, p.20 -21).

Contudo, não podemos deixar de mencionar que a qualificação polivalente representa um avanço quando comparada às práticas taylorizadas e fordistas. Porém, segundo Machado (1992, p. 21) esse é um avanço relativo, pois,

[...] a ciência ainda permanece monopólio do capital e este cuida de reajustar através de processos como flexibilização funcional, simplificação das etapas de produção, condensação da estrutura de tempo, gestão participativa etc, sua estratégia de compatibilização do avanço das

forças produtivas sem que sejam rompidos os limites estruturais impostos pelas suas relações sociais de produção.

Em contrapartida, a formação politécnica,

[...] pressupõe a plena expansão do indivíduo humano e se insere dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho. **Ela guarda relação com as potencialidades libertadoras dos desenvolvimento das forças produtivas assim como com a negação destas potencialidades pelo capitalismo. Se ela está no horizonte histórico, o próprio capital enquanto uma contradição em processo é que dirá, bem como a capacidade de luta dos trabalhadores pela sua emancipação** (MACHADO, 1992, p.22. Grifo nosso).

Do ponto de vista da educação, entendemos que a nossa defesa por qualificação deve ser no sentido da garantia de formação politécnica ao conjunto dos trabalhadores. Contudo, como vimos acima, os atributos que compõe essa formação são incompatíveis e jamais ocorreriam de forma plena, ou seja, no modo de produção capitalista.

Dentro dos marcos do capitalismo compreendemos que a apropriação das técnicas e conhecimentos pelos trabalhadores, mesmo que atrelado a uma formação mais polivalente, seja essencial para a sua reinserção no processo produtivo, já que a conjuntura, com a reestruturação produtiva, trouxe novas exigências para o trabalhador, e lhe impôs novas condições de trabalho e também para a sua formação.

A exigência de qualificação está dada pela atual conjuntura, se não se “adequarem” serão excluídos do processo produtivo. Em síntese, a adoção das novas tecnologias e das novas formas de trabalho levariam a uma elevação da qualificação média da força de trabalho, muito aquém, entretanto, se for considerado o patamar das conquistas obtidas pela humanidade no campo do conhecimento científico e tecnológico. Por outro lado, dado o caráter restritivo, capital- intensivo, heterogêneo e não coetâneo deste processo de inovações, apenas um pequeno grupo apresentaria o perfil de qualificado, restando num outro pólo, um enorme contingente de trabalhadores “descartáveis” e desqualificados. No caso dos países subdesenvolvidos haveria ainda um fator complicador, pois com as ações de obsolescência tecnológica forçada e planejada desde o exterior pelo capital transnacional, vem junto a importação dos pacotes de “software”, restando para os autóctones espaços restritos em matéria de concepção (MACHADO, 1992, p.16).

Entendemos também que nessa conjuntura, a qualificação técnica proposta aos trabalhadores, somada à formação política, pode representar uma tática importante, cumprindo um papel fundamental na educação do trabalhador. Isso quer dizer que esta primeira poderá potencializar a sua formação e sua luta, com vistas a uma maior

compreensão da realidade, da consciência de classe e da busca pela transformação social. Para nós, o sindicato revolucionário deve cumprir esse papel educativo junto aos trabalhadores.

### 3.3.3 PAPEL EDUCATIVO DO SINDICATO

Para compreendermos o papel educativo do sindicato, partiremos de uma ideia mais ampla sobre educação. Segundo Manfredi (1986), ao falarmos em educação da classe trabalhadora, podemos distingui-la em vários níveis de análise. A primeira delas é embasada por um processo, denominado pela autora de auto-educação.

Esse processo é proporcionado pelos trabalhadores a si próprios, e pode ocorrer no ambiente familiar, no trabalho, na sua participação em organizações de classe (associações, partidos, sindicatos) e, também, no envolvimento com movimentos sociais de natureza variada, através das greves, campanhas salariais, movimentos de reivindicação de direitos sociais e políticos etc. A partir de relatos de trabalhadores registrados por Manfredi (1986), notamos a percepção desses sujeitos, bem como a relação que estabelecem entre a atuação nas greves e a aprendizagem.

São os trabalhadores, através de suas experiências, que reafirmam a existência deste processo de educação. Um dos relatos, foi de um trabalhador metalúrgico de São Bernardo do Campo, após a greve de maio de 1980, que fez a seguinte afirmação: “A greve foi uma escola que serviu para que toda a categoria tivesse a seguinte visão: se a gente não tomar o nosso destino em nossas mãos, ninguém vai conseguir nada pela gente”. Outro relato, nesse sentido, foi de um metalúrgico de Osasco declarando que “Quando a greve saiu, depois de 80 horas de discussão com os patrões, a gente tem que achar que ela saiu porque tinha que sair. Agora, temos que tirar ensinamento dela, na medida em que não deu totalmente certo, que houve algum empecilho que não conseguimos romper. Mas a história é feita assim, não é só porque você organiza e faz, que já consegue. Acho que nesses combates vamos nos educando [...] Cada luta provoca debate e vai havendo politização. Agora é claro que, se as lideranças enxergarem bastante longe e colocarem essas questões, o saldo que vamos ter para o futuro será mais positivo [...]. Mas, [...] a educação da classe operária não se dará só através da greve, mas através de outros trabalho que têm que ser feitos [...] (Ibidem, 1986, p. 25-26).

Essa concepção de que a educação culmina no ato reivindicativo, na luta sindical e na greve, e que, além disso, o sindicato pode se constituir em uma escola, nos traz também a necessidade de ponderarmos a utilização da palavra escola. Para nós, a diferença entre

uma escola comum e os sindicatos consiste no fato destes últimos serem considerados como “escolas de classe” . Os sindicatos reúnem trabalhadores dispersos, realizando um trabalho prévio de transformação destes trabalhadores em classe, e não apenas mediante a instrução livresca, mas também graças à educação que se aprende no combate de classe.

No capitalismo, esta educação se adquire através das lutas contra o capital, por meio de greves, paradas, revoltas e todas as demais formas de luta existentes.

Contudo, compreendemos que, dentro dessa concepção ampla, podemos também incluir, na atuação educativa do sindicato, aquelas atividades educativas mais sistemáticas e intencionais, que, segundo Manfredi (1986) garante, pelo menos, em três aspectos, a saber: 1) a divulgação, a socialização e a reflexão do saber acumulado através das experiências de luta pelas classes subalternas, através de sua história; 2) a apropriação de certos códigos dominantes, para que possam deles se defender; ou ainda, 3) a apropriação daqueles domínios do saber acumulado, historicamente, numa sociedade em que, a maioria dos trabalhadores não tem acesso.

Em meio a essa segunda categoria, representada por atividades educativas sistemáticas e com intencionalidade, podemos incluir, os congressos operários, encontros, cursos, seminários, palestras etc., promovidos, de modo geral, pelas entidades de classe e/ou organizações culturais criadas para tais fins (MANFREDI, 1986).

Pudemos perceber que, ao analisar as práticas educativas promovidas pelos e para os trabalhadores, Manfredi (1986) dividiu-as em dois grupos a partir dos critérios de intencionalidade e diretividade. Seguindo essa lógica,

[...] as atividades educativas indicadas no segundo exemplo envolvem um nível maior de intencionalidade na medida em que são programadas tendo em vista determinados fins e/ou objetivos, circunscrevem os grupos de trabalhadores que delas participam e requerem a potencialização de recursos humanos e financeiros para a sua efetivação. Essa intencionalidade está estritamente vinculada à direcionalidade, na medida em que requer tomada de decisão quanto ao tipo de conteúdo a ser veiculado, a utilização de certas estratégias metodológicas para levar a contento os objetivos almejados e, principalmente, porque exige que alguém (pessoas ou grupos) assumam a atividade do ponto de vista de sua condução e controle (MANFREDI, 1986, p.26).

Acreditamos que a referência abordada sobre a concepção de educação sindical, composta por propostas mais intencionais e diretivas e outras com um pouco mais de espontaneidade, nos ajudou a entender o universo educativo da FERAESP.

Vimos ao longo de nossa pesquisa que a FERAESP vem desenvolvendo uma

proposta de qualificação técnica desde a década de 1990 e hoje essa formação se dá através do Programa RenovAção. Para além da qualificação técnica, que segundo Manfredi (1986) estão mais relacionadas à segunda categoria de atividades educativas, verificamos que ao longo de sua história a federação tem proporcionado outros espaços e experiências educativas em construção com os trabalhadores, tendo como preocupação, a formação política

Infelizmente não obtivemos informações específicas sobre a questão da formação política e organizacional de cursos, pois a federação se negou a fornecer estes dados. Contudo, ao pesquisarmos sua trajetória, contatamos muitas publicações na internet que revelam a atuação da FERAESP, que a partir de Manfredi (1986) pode ser entendida como uma composição de atividades educativas. Ademais, não apresentaremos todas as informações publicadas, pois nos preocupamos em selecionar algumas dessas divulgações que exemplificam as ações da federação nesses últimos anos.

*Quadro 9- Atuação FERAESP*

MANCHETE	NOTÍCIA	FONTE
Trabalhadores rurais fazem segundo dia de greve em Andradina	Com o título “Trabalhadores rurais fazem segundo dia de greve em Andradina”, no dia 13 de setembro de 2006, foi publicada a notícia, que cerca de 1,2 mil trabalhadores rurais da usina Gaza, de Andradina, no extremo noroeste de São Paulo, na divisa com Mato Grosso do Sul, completaram o segundo dia de greve por melhores salários. De acordo com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), os trabalhadores são os mais mal pagos da categoria no Estado.	<a href="http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhadores-rurais-fazem-2-dia-de-greve-em-andradina,20060913p38384">http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhadores-rurais-fazem-2-dia-de-greve-em-andradina,20060913p38384</a>
SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos	“SP pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos” é o título da notícia divulgada no dia 14 de junho de 2007, que destacou um alerta da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo) sobre os entraves na negociação salarial com usineiros que ameaçavam levar 120 mil cortadores de cana do Estado, o equivalente a 70% do total, a iniciar uma greve geral.	<a href="http://gvces.com.br/estado-de-sao-paulo-pode-ter-1-greve-geral-de-cortadores-de-cana-em-21-anos?locale=pt-br">http://gvces.com.br/estado-de-sao-paulo-pode-ter-1-greve-geral-de-cortadores-de-cana-em-21-anos?locale=pt-br</a>
Canavieiros na luta	No dia 06 de julho de 2007 a notícia “Canavieiros na luta” ressalta que os cortadores de cana-de-açúcar da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), a maior do Brasil, encontrava-se em campanha salarial. Segundo a publicação, Élio Neves, presidente da Feraesp, analisava as negociações e mobilizações em curso.	<a href="http://cut.org.br/imprimir/news/9eb35019998f313da9bdfbb56f8eba97/">http://cut.org.br/imprimir/news/9eb35019998f313da9bdfbb56f8eba97/</a>

Cortadores de cana entram em greve. Companhia é acusada de maltratar trabalhadores	“Cortadores de cana entram em greve. Companhia é acusada de maltratar trabalhadores” foi a publicação divulgada no dia 03 de dezembro de 2007. Segundo a notícia, cerca de 300 cortadores de cana, trazidos do Vale do Jequitinhonha e de estados do Nordeste para trabalhar nas plantações paulistas, entraram em greve na usina Gasa, em Andradina, interior de São Paulo. Essa atuação contou a organização da FERAESP.	<a href="http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/11079-cortadores-de-cana-entram-em-greve-companhia-e-acusada-de-maltratar-trabalhadores">http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/11079-cortadores-de-cana-entram-em-greve-companhia-e-acusada-de-maltratar-trabalhadores</a>
Trabalhadores da Usina Cocal fazem greve e polícia pode conflitar com movimento	No dia 27 de junho de 2008 a notícia “Trabalhadores da Usina Cocal fazem greve e polícia pode conflitar com movimento” destacou a participação da FERAESP nessa movimentação dos trabalhadores. Segundo a publicação, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados destacou diretores e a sua estrutura, inclusive jurídica, para o acompanhamento da movimentação da empresa, já acionando também entidades de direitos humanos nos níveis nacional e internacional.	<a href="http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/1-etanol/254-">http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/1-etanol/254-</a>
Mobilização vitoriosa dos trabalhadores rurais resulta em acordo e fim da greve na Santa Elisa / Vale - Alcimir Carmo FERAESP	“Mobilização vitoriosa dos trabalhadores rurais resulta em acordo e fim da greve na Santa Elisa / Vale - Alcimir Carmo FERAESP” foi a notícia publicada no dia 19 de agosto de 2008. De acordo com a publicação, após reunião entre representantes dos trabalhadores e do Grupo Santa Elisa/Vale, requerida pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo -FERAESP e intermediada pelo Ministério Público do Trabalho na quinta-feira, 14, as 15 horas, e da assembleia dos trabalhadores, dia 15, as 13 horas com a presença de mais de mil deles em uma praça pública de Morro Agudo, foi aprovada a proposta obtida na mesa de negociação, bem como a suspensão da greve. A decisão sobre o fim da greve e a continuidade da negociação foi obtida através de votação secreta.	<a href="http://www6.reluita.org/sindicatos/acuerdo_en_santelisa-por.htm">http://www6.reluita.org/sindicatos/acuerdo_en_santelisa-por.htm</a>
Governo, empresários e trabalhadores debatem temas prioritários para melhoria das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar	Com o título “Governo, empresários e trabalhadores debatem temas prioritários para melhoria das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar” a notícia do dia 24 de setembro de 2008, destacou que sob a coordenação do secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Antônio Roberto Lambertucci, representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários reuniram-se, nessa mesma data de publicação, para nova rodada de debates da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. A reunião foi realizada no Palácio do Planalto, com a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e do Fórum Nacional Sucroalcooleiro.	<a href="http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2008/09/not_24092008">http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2008/09/not_24092008</a>
Greve em Sertãozinho	“Greve em Sertãozinho” foi a notícia publicada no dia 15 de agosto de 2009. Essa publicação trouxe à tona a informação de que os cortadores de cana-de-açúcar da unidade de Sertãozinho (SP) da Santa Elisa Vale, estavam em greve por tempo indeterminado. Segundo a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), 800 trabalhadores estavam parados nas cidades paulistas de Barrinha e Pitangueiras.	<a href="http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=greve_em_sertaozinho___&amp;id=72670">http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=greve_em_sertaozinho___&amp;id=72670</a>

Resolução da Coordenação Nacional sobre continuidade das lutas e reorganização	No dia 24 de abril foi divulgada a notícia com o título “Resolução da Coordenação Nacional sobre continuidade das lutas e reorganização”. Essa publicação ressaltou que nesse mesmo dia, realizou-se uma grande marcha na cidade de Brasília/DF. Segundo as informações, foi a maior ação dos movimentos sindicais, populares, estudantis e de luta contra as opressões, por fora dos aparatos sindicais governistas, no governo Dilma. Unidade de ação ampla, construída a partir da iniciativa de nossa Central e outros setores, como a FERAESP, o setor dos independentes que compõem a maioria da direção da Condsef e o agrupamento “A CUT PODE MAIS”.	<a href="http://www.sticmb.com.br/?p=5886">http://www.sticmb.com.br/?p=5886</a>
Feraesp denuncia violação de direitos trabalhistas no campo em audiência pública na Alesp	Com o título“ Feraesp denuncia violação de direitos trabalhistas no campo em audiência pública na Alesp”, foi publicada no dia 27 de setembro de 2013, a notícia de que o descumprimento das leis trabalhistas, precariedade nas condições de trabalho, exploração, escravidão e trabalho infantil, foram algumas das muitas denúncias apontadas pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado (Feraesp) durante audiência pública que tratou das péssimas condições de trabalho no campo, nesta quarta-feira (25).	<a href="http://cspconlutas.org.br/2013/09/feraesp-denuncia-violacao-de-direitos-trabalhistas-no-campo-em-audiencia-publica-na-alesp/">http://cspconlutas.org.br/2013/09/feraesp-denuncia-violacao-de-direitos-trabalhistas-no-campo-em-audiencia-publica-na-alesp/</a>
Trinta anos após Levante de Guariba, Feraesp anuncia Museu do Trabalhador	No dia 15 de maio de 2014 foi divulgada uma notícia com o título“ Trinta anos após Levante de Guariba, Feraesp anuncia Museu do Trabalhador”. A publicação ressaltou que no ano do 30º aniversário do Levante de Guariba (337 km de São Paulo), maior greve rural do setor canavieiro do país, a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) anunciou a criação do Museu do Trabalhador do Campo (MTC). O anúncio foi feito na quinta-feira (15), data do principal confronto durante as mobilizações, em maio de 1984, quando ao menos 15 trabalhadores foram baleados e o metalúrgico Amaral Vaz Meloni morreu atingido na cabeça por uma bala perdida. Destacou-se ainda que, o museu abrigaria um memorial sobre o Levante de Guariba, composto pelo depoimento de pessoas que participaram dos acontecimentos em 1984, entre políticos, trabalhadores e empresários do setor.	<a href="http://pastoraldomigrante.org.br/trinta-anos-apos-levante-de-guariba-feraesp-anuncia-museu-do-trabalhador/">http://pastoraldomigrante.org.br/trinta-anos-apos-levante-de-guariba-feraesp-anuncia-museu-do-trabalhador/</a>
Sindicato apoia lutas em Araraquara	"Sindicato apoia lutas em Araraquara" é a notícia publicada no dia 24 de junho de 2014. A divulgação destacou que no dia 17, os diretores Paulo Tonon e Priscila Rodrigues, acompanhados do advogado Sérgio Ribeiro, representaram o Sindicato em um ato conjunto com a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de SP) em solidariedade aos trabalhadores da usina Maringá, que estavam sem receber os salários e o FGTS. No fim do ato, alimentos produzidos em pequenas propriedades da região foram doados aos trabalhadores prejudicados. O Sindicato manifestou seu total repúdio à política do Banco do Brasil, que emprestou milhões a essa usina e dificultou empréstimos para pequenos produtores.	<a href="http://www.seebbauru.org.br/contendo.php?cid=7&amp;id=6608">http://www.seebbauru.org.br/contendo.php?cid=7&amp;id=6608</a>

Entendemos que as atividades educativas, tratadas nas notícias, apresentadas no Quadro 9, atrelam-se com a primeira categoria, denominada, por Manfredi (1986), de auto-educação.

Referente às atividades educativas - que se enquadram no primeiro grupo -

podemos encontrar registros de participações da FERAESP na organização de greves e participação em marchas à Brasília, tendo como pauta, a Resolução da Coordenação Nacional sobre continuidade das lutas e reorganização, composição de mesas para debates acerca das melhorias nas condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar e participação em audiências para denunciar a violação de direitos trabalhistas no campo.

A partir da concepção de Lênin, desenvolvida ao longo desse trabalho, acerca da função econômica, política e ideológica da greve, compreendemos que a partir dela os trabalhadores terão a possibilidade de se perceberem enquanto classe e visualizarem a oposição de interesses com as classes e frações de classes burguesas. Nesse sentido, entendemos, que há um esforço por parte da federação em contribuir na formação dos trabalhadores, exemplificada pelas notícias que mostram participação da entidade nas greves e reivindicações dos trabalhadores, como em Andradina, em 2006 ou nas greves dos Trabalhadores da Usina Cocal, realizada em 2008 e em Sertãozinho em 2009.

Além disso, pudemos perceber o envolvimento da federação em torno das pautas dos trabalhadores, como por exemplo, a partir das notícias que mostram o alerta da FERAESP sobre os entraves na negociação salarial com usineiros que ameaçavam levar 120 mil cortadores de cana do Estado, o equivalente a 70% do total e a possibilidade dessa situação culminar em uma greve geral dos cortadores de cana, em São Paulo.

A partir das notícias “Canavieiros na luta” em 2007, “Mobilização vitoriosa dos trabalhadores rurais resulta em acordo e fim da greve na Santa Elisa / Vale - Alcimir Carmo FERAESP” de 2008, “Governo, empresários e trabalhadores debatem temas prioritários para melhoria das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar” em setembro de 2008, notamos também a participação da federação em discussões, na análise de negociações e mobilizações de interesse dos trabalhadores.

E por fim, a atuação da FERAESP em uma audiência pública na Alesp, que tratou das precárias condições de trabalho no campo, em setembro de 2013 e em uma marcha na cidade de Brasília/DF, que segundo a notícia, foi a maior ação dos movimentos sindicais, populares, estudantis e de luta contra as opressões, por fora dos aparatos sindicais governistas, no governo Dilma, refletem a aproximação da federação às demandas concretas dos trabalhadores e também à formação política.

Contudo, temos clareza de que essas “poucas” ações ainda não são suficientes para a superação da exploração do trabalhador e muito menos para a superação da relação entre Capital e trabalho. Mas entendemos, que diante da atual conjuntura da ofensiva neoliberal

e de uma certa “imobilidade” dos movimentos sociais no Brasil diante desse quadro, que essas ações são essenciais na correlação de forças colocada pelo Capital.

*Quadro 10 - Atuação FERAESP*

MANCHETE	NOTÍCIA	FONTE
Curso de Formação realizado junto a trabalhadores rurais ligados à FERAESP, na região de Planura-MG	Em 2008, a notícia “Curso de Formação realizado junto a trabalhadores rurais ligados à FERAESP, na região de Planura-MG” foi publicada na página do Instituto Praxis. Interessante ressaltarmos que, fundado em 17 de maio de 2005, o INSTITUTO PRÁXIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA– IPRA é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidades gerais o desenvolvimento de reflexão e formulação acerca das realidades sociais a ela colocadas, aliadas ao desenvolvimento e aplicação de projetos e iniciativas de intervenção direta nestas realidades sob uma perspectiva classista, dialética e de construção de uma nova sociabilidade pautada na democracia participativa e na igualdade social.	<a href="http://www.institutopraxis.org.br/historico.htm">http://www.institutopraxis.org.br/historico.htm</a> " <a href="http://www.institutopraxis.org.br/historico.htm">http://www.institutopraxis.org.br/historico.htm</a>
Conflito: saúde do trabalhador e o agronegócio da cana	Em 2012 foi divulgada a abertura do evento intitulado “Conflito: saúde do trabalhador e o agronegócio da cana”. Segundo a notícia, o evento debateu a grave situação de vida e morte dos trabalhadores rurais brasileiros. Na abertura da sessão exibiu-se o documentário Conflito, dirigido por José Roberto Novaes. O filme registrou a paralisação feita por 400 trabalhadores de uma grande usina paulista, indignados com as condições de trabalho dos cortadores de cana. A atividade aconteceu no dia 3 de maio de 2012 no salão internacional da Escola.	<a href="http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/verpubli.cfm?PageIndex=2&amp;AreaID=28">http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/verpubli.cfm?PageIndex=2&amp;AreaID=28</a>
VII Congresso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	No dia 16 de setembro de 2014 foi divulgada a notícia de que o “VII Congresso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo” ocorreu de 10 a 12 de setembro desse mesmo ano, na cidade de Araraquara, no interior do estado. De acordo com a publicação, o Congresso comemorou os 25 anos de fundação da Federação, que foi fundada em 16 de abril de 1989, em Jaboticabal e, desde então, organiza as lutas dos assalariados rurais de São Paulo.	<a href="http://cspconlutas.org.br/2014/09/vii-congresso-da-feraesp-avanca-a-organizacao-dos-assalariados-rurais-de-sao-paulo/">http://cspconlutas.org.br/2014/09/vii-congresso-da-feraesp-avanca-a-organizacao-dos-assalariados-rurais-de-sao-paulo/</a>

Encontro Nacional encaminha mobilizações	No dia 25 de março de 2014 a notícia trouxe o título “Encontro Nacional encaminha mobilizações”. Segundo a publicação, em 12 de junho houve a Jornada de Mobilizações chamada “Na Copa vai ter Luta!”. Convocado pela CSP-Conlutas em conjunto com outras entidades como, A CUT Pode Mais, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e o setor majoritário da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o Encontro tinha, como perspectiva, fortalecer a unidade nas mobilizações em 2014.	<a href="http://www.apufpr.org.br/6-1/4192/encontro-nacional-encaminha-mobilizacoes">http://www.apufpr.org.br/6-1/4192/encontro-nacional-encaminha-mobilizacoes</a>
Trinta anos após Levante de Guariba, Feraesp anuncia Museu do Trabalhador	No dia 15 de maio de 2014 foi divulgada uma notícia com o título “Trinta anos após Levante de Guariba, Feraesp anuncia Museu do Trabalhador”. A publicação ressaltou que no ano do 30º aniversário do Levante de Guariba (337 km de São Paulo). O anúncio foi feito na quinta-feira (15), data do principal confronto durante as mobilizações, em maio de 1984, quando ao menos 15 trabalhadores foram baleados e o metalúrgico Amaral Vaz Meloni morreu atingido na cabeça por uma bala perdida.	<a href="http://pastoraldomigrante.org.br/trinta-anos-apos-levante-de-guariba-feraesp-anuncia-museu-do-trabalhador/">http://pastoraldomigrante.org.br/trinta-anos-apos-levante-de-guariba-feraesp-anuncia-museu-do-trabalhador/</a>

O Quadro 10 traz notícias relacionadas ao que compreendemos como a segunda categoria, que segundo Manfredi (1986) trata-se de atividades educativas sistemáticas e diretivas.

Nessa segunda categoria de atividades educativas, encontramos registros de organização e participação em congressos, jornadas e encontros, Exemplificaremos adiante, algumas de suas atuações.

Houve a participação da entidade, em 2012, no evento sobre Conflito: saúde do trabalhador e o agronegócio da cana, que debateu a grave situação de vida e morte dos trabalhadores rurais brasileiros e contou com a presença, como palestrante, da sindicalista e diretora da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) Carlita da Costa.

A FERAESP organizou em 2014 o VII Congresso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, que ocorreu de 10 a 12 de setembro, na cidade de Araraquara, no interior do estado. Esse foi o último congresso da federação, chamado pela entidade de "Refundação". O evento representou um momento importante para a entidade, pois se tratou de um espaço em que se elegeu uma nova direção e

principalmente, foi feita uma avaliação da trajetória e das táticas da FERAESP nesses últimos anos, que segundo a notícia, levou à análise da necessidade de um redirecionamento de suas práticas. De acordo com a publicação, o Congresso refletiu sobre as mudanças estruturais que vive o campo brasileiro, com o crescimento da mecanização e da agroindústria. Nas palavras do presidente da Federação, Élio Neves, esse foi um congresso de refundação, que tomou decisões históricas para a vida da Feraesp. Nesse sentido, na ocasião também foi legitimada a parceria com a CSP- Conlutas.

Em 2008, a FERAESP organizou um Curso de Formação junto aos trabalhadores rurais ligados à federação, na região de Planura-MG, através do INSTITUTO PRÁXIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA– IPRA, que segundo a notícia, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desenvolver de reflexão e formulação acerca das realidades sociais a ela colocadas, aliadas ao desenvolvimento e aplicação de projetos e iniciativas de intervenção direta nestas realidades sob uma perspectiva classista, dialética e de construção de uma nova sociabilidade pautada na democracia participativa e na igualdade social.

Em 2014 a FERAESP participou também do “Encontro Nacional encaminha mobilizações”. Segundo a publicação, *em 12 de junho houve a Jornada de Mobilizações chamada “Na Copa vai ter Luta!”*. Na ocasião ocorreram debates e a *proposição de um calendário de lutas construído e aprovado por mais de 100 entidades que se reuniram no Encontro Nacional do Espaço Unidade de Ação, em São Paulo. Tal atividade foi convocada pela CSP-Conlutas, juntamente com outras entidades como, A CUT Pode Mais, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e o setor majoritário da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Nessa conjuntura já podemos perceber que havia o estreitamento de laços entre a FERAESP e a CSP- Conlutas em suas ações.*

Também em 2014, trinta anos após levante de Guariba, a FERAESP anuncia a inauguração do Museu do Trabalhador. É interessante ressaltar que se trata de um importante espaço de formação, planejado e organizado pela entidade, para registro e memória da maior greve rural do setor canavieiro do país. Segundo a notícia, o museu abriga um memorial sobre o Levante de Guariba, composto por depoimentos de pessoas que participaram dos acontecimentos em 1984, entre políticos, trabalhadores e empresários do setor.

Em 17 de junho de 2014 a FERAESP participou de um ato em solidariedade aos trabalhadores da usina Maringá, que estavam sem receber os salários e o FGTS. No fim do ato, alimentos produzidos em pequenas propriedades da região foram doados aos trabalhadores prejudicados. A federação manifestou seu total repúdio à política do Banco do Brasil, que emprestou milhões a essa usina e dificultou empréstimos para pequenos produtores. Essa participação demonstra o posicionamento da federação à favor dos trabalhadores, contra a precarização do trabalho, além de se tratar de uma atividade de formação política, de reafirmação de concepções e ações reivindicativas.

Através do levantamento apresentado ao longo desse capítulo, principalmente, sobre as atividades educativas desempenhadas pela FERAESP, concluímos que, a federação tem se dedicado a promover a qualificação técnica dos trabalhadores. Contudo, conforme as informações apontadas através das notícias dessa última tabela, a entidade não deixou de preocupar e de se pautar em lutas, tanto sobre questões econômicas, quanto políticas, que como vimos a partir de Manfredi (1986) também cumprem um papel educativo, junto aos trabalhadores. Essa tática também alinha-se à sua proposta de organização sindical, com vistas à se estruturar verticalmente, pois requalifica esses trabalhadores, que não necessariamente são assalariados rurais, mas que poderão cumprir atividades econômicas relacionadas ao campo, podendo a FERAESP ser uma referência política para esses trabalhadores.

No campo político, a partir da história da entidade, que desde o seu início se propôs a compor a federação e seus sindicatos sempre a favor de uma prática mais combativa e contrária ao peleguismo e imobilismo do sindicato oficial, além da sua atuação junto aos trabalhadores e principalmente sua aproximação recente à CSP- Conlutas, nos levam a compreender que a proposta de qualificação técnica empreendida pela federação representa uma tática para reinserção dos trabalhadores no processo produtivo e na vida social e também a aproximação dos trabalhadores ao sindicato para formá-los politicamente, corroborada pela fala do presidente da FERAESP, Élio Neves, em uma conversa com membros do Instituto Cultural Lyndolpho Silva (2010) em que afirma que a utilização dos cursos de qualificação profissional representam uma tática para aproximar os trabalhadores ao sindicato e à federação para então realizar a formação política.

Sobre a aproximação com a CSP- CONLUTAS, é importante frisar que trata-se de uma entidade com um horizonte estratégico socialista, conforme podemos verificar através de trechos da sua resolução.

Os movimentos sindicais e populares que se propõem a lutar de forma coerente em defesa dos interesses dos trabalhadores e demais setores explorados e oprimidos da nossa sociedade devem ter como estratégia a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade em bases socialistas.

Isso não significa que a Central deva se afastar da luta cotidiana em defesa das reivindicações econômicas e/ou específicas de cada setor ou categoria, mas travar cada luta com o entendimento de que todas elas só levarão a uma solução definitiva, à libertação dos trabalhadores, com o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista.

Isso significa impulsionar, em cada mobilização concreta que travamos no nosso sindicato ou movimento, a denúncia do capitalismo e o questionamento das instituições dessa sociedade, como parte da elevação da consciência política da classe trabalhadora e de sua educação às lutas futuras pela transformação desta sociedade (CSP- CONLUTAS).

Ao longo de sua história a FERAESP esteve ligada à CUT, entretanto, em 2014 houve um rompimento entre as entidades. Entendemos que a sua construção política com a CSP- CONLUTAS pode representar uma guinada mais à esquerda, com vistas à construção de uma nova sociedade.

Para isso procura melhorar as condições de vida do trabalhador, qualificando-o profissionalmente e reinserindo - o no processo produtivo, sendo essa uma tática, para formá-lo também politicamente. Essa ideia se expressa, principalmente na fala de Élio Neves, na entrevista (2014) que já citamos no capítulo 2, quando o presidente coloca que a CUT, com o PT no governo, se modificou a ponto de os projetos das entidades, no caso, da CUT e da FERAESP, não serem mais compatíveis e por isso se deu o rompimento. Segundo Élio Neves (2014) a federação está em um momento de refundação, de olhar para dentro e que as mudanças no processo produtivo e os desafios impostos aos sindicatos, levaram à necessidade da entidade refletir sobre o que foi feito e o que precisa fazer, e nesse sentido está passando por um processo de auto-avaliação. Ademais, o VII Congresso realizado em 2014, chamado de refundação, representou um marco importante para esse novo momento da entidade.

Entendemos que, a luta econômica, não está desvinculada da luta política. O sindicato, à medida que está lutando por mudanças materiais e imediatas atreladas ao campo econômico, está também fazendo, não somente luta política, mas também, a formação política e ideológica junto aos trabalhadores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese procurou analisar, de forma abrangente, a relação do movimento sindical com os processos formativos, sob a tutela do Estado ou não atrelado ao mesmo, diante das diferentes conjunturas, e mais especificamente, a relação da FERAESP e seus projetos de qualificação técnica e formação política diante da reestruturação produtiva do Capital. Ao longo deste caminho, tivemos muitas dificuldades diante da negativa por parte da FERAESP de disponibilizar dados sobre sua estrutura, cursos, organização, sindicatos filiados etc., fato este que pode ter prejudicado nossa análise em alguns pontos específicos do trabalho, todavia sem prejuízo final dos apontamentos. Entendemos que, ao avaliar esses processos formativos num Aparelho Ideológico de Estado como o sindical -que expressa o cerne da luta de classes na formação social capitalista - não podemos compactuar com purismos ou análises mecanicistas, já que, o princípio político a nortear as avaliações deve ser a correlação de forças na sociedade.

Assim, “[...] o conceito de correlação de classes (no sentido de correlação de forças sociais), refere-se, então, à forma como se distribuem as classes e setores sociais de uma determinada sociedade em relação às mudanças revolucionárias que a sociedade requer” (HARNECKER, 2004, p. 33).

Procuramos, portanto, realizar uma análise da realidade concreta, de suas imposições, desafios e possibilidades. Nosso entendimento é de que, o processo de reestruturação produtiva altera a correlação de forças a favor do Capital, impondo aos trabalhadores dificuldades de organização, aumento da exploração da força de trabalho e perda de direitos antes reconhecidos pelo Estado burguês.

Esse novo momento exige por parte dos trabalhadores, reflexão e reavaliação das práticas, dos aliados e inimigos. Um conceito que nos ajuda a compreender esse momento refere-se ao conceito de flexibilidade tática, já que, a flexibilidade seria a “[...] habilidade para realizar mudanças rápidas e repentinas de tática se as condições objetivas assim exigirem, assim como para escolher outro caminho para atingir seus objetivos se o que haviam aprendido não era conveniente ou possível em um período determinado” (LENIN apud HARNECKER, 2004, p.152).

Enquanto a tática, “[...] deve conseguir organizar a mais decidida ofensiva quando a correlação de forças é favorável às forças revolucionárias, assim como deve saber

organizar uma retirada ordenada quando a correlação de forças torna-se desfavorável (HARNECKER, 2004, p. 134).

Diante dessa ofensiva do Capital, o Estado burguês pode ser uma ferramenta importante para a ação sindical, já que,

O acesso ao Estado pode ser garantido por mecanismos de negociação bi ou tripartite, mas também através de um partido político que represente os interesses dos trabalhadores. Com isso, os sindicatos podem influenciar, intencionalmente ou não, através de greves e reivindicações, as políticas governamentais. A conquista de melhores salários e condições de trabalho, a criação e manutenção de direitos, bem como de mecanismos de participação e representação política são fruto da pressão e da luta dos trabalhadores e de suas organizações e não uma ilusão (GALVÃO, 2014, p. 108).

Galvão (2014) aponta que, a influência, por parte dos sindicatos, pode não mudar a hegemonia da classe dominante sob o controle do Estado. Contudo, ela pode se constituir como um elemento potencializador na correlação de forças e a incorporação das reivindicações dos trabalhadores nas políticas governamentais.

Seu poder de influência varia de acordo com a conjuntura política e econômica. Com isso, Sua organização, a própria ideologia sindical e sua relação com partidos e movimentos sociais - dependem dos arranjos institucionais, do tipo de enquadramento legal em que o sindicato é submetido, além do conteúdo da legislação sindical e trabalhista existente. Todavia, Galvão (2014) adverte que, as formas institucionais afetam a ação sindical e limitam sua autonomia.

O controle do Estado é, porém, maior nos países em que vigora o corporativismo, na medida em que é a lei que estabelece o modo de organização e o funcionamento dos sindicatos que, desse modo, se tornam mais dependentes do Estado do que dos trabalhadores que representam. Isso não significa que o controle estatal não exista nos países em que a organização sindical é livre, como aqueles em que vigoram arranjos neocorporativos ou o pluralismo sindical. **Mas supor uma integração completa dos sindicatos ao Estado, ou que a regulação estatal, qualquer que seja ela, leva inexoravelmente à estatização e a burocratização, equivale a anular qualquer possibilidade de resistência e de luta política dos trabalhadores organizados em sindicatos e a ignorar as diferenças engendradas por práticas democráticas e ideologias distintas** (GALVÃO, 2014, p. 108, grifo nosso).

A partir dos elementos apresentados acima podemos compreender melhor o surgimento dos programas de qualificação técnica no interior do movimento sindical. Inicialmente, surgiram as entidades com práticas “peleguistas” ; mas também, com o

decorrer dos anos, houve a adesão de entidades com uma história classista e combativa, como é o caso da FERAESP. Não podemos, na avaliação da realidade objetiva, caracterizar a adesão a esses projetos de forma mecânica como uma rendição aos ditames do Capital.

Na nossa compreensão, a partir da natureza, história, declarações de seus principais dirigentes, práticas cotidianas e aproximação com a CONLUTAS, a FERAESP apresenta um horizonte estratégico revolucionário, já que: “[...] a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo” (HARNECKER, 2004, p. 80).

Dito isto, procuramos compreender, ainda, o papel de um sindicato classista no processo de formação política dos trabalhadores, e entendemos que o mesmo, a partir de seu embate diário com a burguesia, se constituiu em um agente difusor da Ideologia dominada. Sendo assim, as greves, boicotes, barricadas, negociações, reuniões, congressos etc., cumprem seu papel de formação junto aos trabalhadores.

Dessa forma, compreendemos que, os projetos de qualificação técnica, em conjunto com o patronato e o Estado burguês, podem se constituir em uma tática de aproximação dos trabalhadores junto ao sindicato, que deve então, cumprir seu papel educativo para avançar na organização e fortalecimento do sindicato, além de contribuir na mudança da correlação de forças sociais. Ademais, como vimos no caso da FERAESP, essa mesa de negociações com o patronato e o Estado abriu caminho para avanços em direitos reais aos trabalhadores rurais, como em alguns aspectos da regulamentação no corte da cana.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVES, F. *Greve nos canaviais e agricultura modernizada – novos desafios*. Disponível em: < [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03\\_16.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_16.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ALVES, G. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. -- Bauru: Giovanni Alves, 2003.

\_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2000.

\_\_\_\_\_. *Do “novo sindicalismo” a “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)*. Revista Sociologia e Política. Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do sindicalismo no Brasil – o Brasil nos anos noventa*. In : TEIXEIRA, F. & OLIVEIRA, M. 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina : Práxis. 1999.

ALTHUSSER, L. *Sobre a Reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ANDERSON, P. *Possibilidades e limites do sindicalismo, 1980*. Disponível em: < <http://www.filosofia.org/rev/pch/1968/n13p113.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ANDRADINA. *Governo de Andradina celebra a formação de profissionais em cursos da parceria com a Feraesp*. 2015. Disponível em: <<http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5875/Governo-de-Andradinacelebra-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-profissionais-em-cursos-da-parceria-com-a-Feraesp>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ANDRADINA. *Governo de Andradina inicia mais três cursos de qualificação profissional em parceria com a Feraesp*. 2015. Disponível em: <<http://www.andradina.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5545/Governo-de-Andradina-inicia-mais-tr%C3%AAs-cursos-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-profissional-em>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ANISI, Paulo. *Trabalhadores da Usina Cocal fazem greve e polícia pode conflitar com movimento*. s/d disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/1-etanol/254>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 1995.

\_\_\_\_\_. *O que é Sindicalismo*. Coleção Primeiros Passos- Abril Cultural. 1983.

\_\_\_\_\_. *O Novo Sindicalismo*. Editora Brasil Urgente, 1993.

ASSISTA NOTÍCIAS. *Trabalhadores da Cocal participam de cursos de qualificação profissional*. 2011. Disponível em: <[http://www.assisnoticias.com.br/site/?p=ver\\_noticia&cod\\_noticia=11698&cod\\_assunto=1](http://www.assisnoticias.com.br/site/?p=ver_noticia&cod_noticia=11698&cod_assunto=1)>. Acesso em: 11 nov. 2015.

AVIFRAN. *Andef oferece cursos de capacitação para trabalhadores rurais em São Paulo*. 2013. Disponível em: <[http://www.avifran.com.br/news\\_detalhes.php?not\\_id=623](http://www.avifran.com.br/news_detalhes.php?not_id=623)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

BARRADOS. *Prefeitura de Quirinópolis Oferece Novos Cursos Gratuitos*. 2015. Disponível em: <<http://barrados.net/view/1038-prefeitura-de-quirinopolis-oferece-novos-cursos-gratuitos>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BATALHA, C. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

BICALETTO, Gisele. *UFSCar promove o primeiro curso de graduação em Agronomia para assentados rurais do Estado de São Paulo*. 2007. Disponível em: <[http://www.saci.ufscar.br/servico\\_release?id=9704&clipping=174](http://www.saci.ufscar.br/servico_release?id=9704&clipping=174)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BOITO, A. *Sindicalismo e política neoliberal no Brasil*. Boitempo editorial, 2000, SP.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismos de Estado no Brasil*. Novembro de 2012. Entrevista concedida ao Jornal Voz Operária. Disponível em: <<http://cclcp.org/index.php/inicio-cclcp/nacional/183-sindicalismo-de-estado-no-brasil-entrevista-com-armando-boito-junior>>. Acesso em: 10/07/2015.

\_\_\_\_\_. *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO, A.; GALVAO, A.; MARCELINO, P. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000, 2009*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf>>. Acesso em: 23/12/2015.

BORGES, A. *I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006*.

BOTIGLIERI, M.; CASSIN, M.; VALE, S. B. *Reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação, formação e qualificação*. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 41, ma/ 2011.

BRASIL, AS MÃOS SUJAS DO ETANOL. Rel-UITA; FERAESP. *Sindicato NGG da Alemanha e da LO-TCO da Suécia*. Parte 5: "Elio Neves - A luta sindical" Direção: Silvia Martínez del Río Produção executiva e jornalística: Gerardo Iglesias e Carlos Amorín, 2014. 12min/14seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jY5WNw-myzU>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL. *Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na Cana-de-Açúcar*. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. *Governo, empresários e trabalhadores debatem temas prioritários para melhoria das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar*. 2008. Disponível em: <[http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2008/09/not\\_24092008](http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2008/09/not_24092008)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CAMPOS, R. L. S. *Qualificação Profissional e Sindicatos*. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto, 2007. Tese (Doutorado em Ciências e Letras). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2007. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Universidade+Estadual+Paulista+\"Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista \"Júlio de Mesquita Filho\"](http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Universidade+Estadual+Paulista+\)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

CAMPINHO, J. A. R.; LEMOS, P. R.. *Teoria da ação sindical: elementos para uma análise marxista*. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7075\\_Campinho\\_Joao.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7075_Campinho_Joao.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CANAL DO PRODUTOR. *Entidades do setor lançam programa de requalificação de trabalhadores*. 2009. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/entidades-do-setor-lancam-programa-de-requalificacao-de-trabalhadores>>. 10 nov. 2015.

CANDIDO FILHO, J. *O Movimento Operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

CASSIN, M. A reorganização do capital, trabalho rural e educação. In: X Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. *"História, Sociedade e Educação no Brasil"*, 10, 2006, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcos%20cassin.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcos%20cassin.pdf)>. Acesso em: 20 dez.2015.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CONLUTAS). Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Boletim Especial para os trabalhadores da base da Feraesp*. Setembro de 2014. Rua Boa Vista, 76 - 11º andar.

\_\_\_\_\_. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2014/09/vii-congresso-da-feraespa-avanca-a-organizacao-dos-assalariados-rurais-de-sao-paulo>> .Acesso em: 20/07/2015.

\_\_\_\_\_. *I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política* – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC. Brasília, 14 a 25 de ago. 2006.

\_\_\_\_\_. *Feraesp denuncia violação de direitos trabalhistas no campo em audiência pública na Alesp*. 2013. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2013/09/feraesp-denuncia-violacao-de-direitos-trabalhistas-no-campo-em-audiencia-publica-na-alesp/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Resolução da Coordenação Nacional sobre continuidade das lutas e reorganização*. S/D. Disponível em: <<http://www.sticmb.com.br/?p=5886>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Sindicato apoia lutas em Araraquara*. 2014. Disponível em: <<http://www.seebbauru.org.br/conteudo.php?cid=7&id=6608>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *VII Congresso da Feraesp: avança a organização dos assalariados rurais de São Paulo*. 2014. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2014/09/vii-congresso-da-feraesp-avanca-a-organizacao-dos-assalariados-rurais-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CEPS. *Apostila de Concepção, Estrutura e Política Sindical*. Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1987.

COLETTI, C.. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. 1998.

CORCIONE, D.; SOUZA, A. C. *Concepções e correntes sindicais no Brasil*, ano. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/60/f1151concepces-e-correntes-sindicais-n-brasil---amarildo-e-domingos.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

CUT. *Canavieiros na luta*. 2007. Disponível em: <<http://cut.org.br/imprimir/news/9eb35019998f313da9bdfbb56f8eba97/>>. 20 jun. 2015.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. *Greve em Sertãozinho*. 2009. Disponível em: <[http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=greve\\_em\\_sertaozinho\\_\\_\\_&id=72670](http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=greve_em_sertaozinho___&id=72670)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENSP. *Saúde do Trabalhador*. S/D. Disponível em: <<http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/verpubli.cfm?PageIndex=2&AreaID=28>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

ESTADAO. *Trabalhadores rurais fazem 2º dia de greve em Andradina*. 2006. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhadores-rurais-fazem-2-dia-de-greve-em-andradina,20060913p38384>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FGV. CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE. *Estado de São Paulo pode ter 1ª greve geral de cortadores de cana em 21 anos*. 2007. Disponível em: <<http://gvces.com.br/estado-de-sao-paulo-pode-ter-1-greve-geral-de-cortadores-de-cana-em-21-anos?locale=pt-br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GALVAO, A. *A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro*. Crítica Marxista, 2011.

GERALDO, S. *O mundo do trabalho e a comunicação*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Comunicações e Arte). Escola de Comunicações e artes, Universidade de São Paulo, 1994.

GERAB, W. G.; ROSSI, W. *Indústria e Trabalho no Brasil Limites e Desafios*. 8 ed. Editora: Atual, 1997.

GIANNOTTI, V. *CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCURTO*. São Paulo: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cem ano de lutas da classe operária no Brasil: 1880-1980*. Disponível em: <[centrovictormeyer.org.br/.../Cem-anos-de-lutas-da-classe-operaria-1880](http://centrovictormeyer.org.br/.../Cem-anos-de-lutas-da-classe-operaria-1880)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Medeiros visto de perto*. São Paulo: Scrita, 1994.

GODINHO, A. C. F.; FISCHER, M. C. Referência Sindical brasileira no dos anos 1990 no campo da educação do trabalhador: campos de referência. *Revista Trabalho e Educação*, v.18, n.2, 2009.

\_\_\_\_\_. *Experiências e projetos de Educação do trabalhador no Brasil: balanço da produção discente sobre a ação sindical*. *Revista E-curriculum*, São Paulo, v.5 n.1, Dez /2009.

GOETTERT, J. D. *Introdução à história do movimento sindical*. 2001. Disponível em: <[http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao\\_eixo01\\_fasciculo04\\_historiamovimentosindical.pdf](http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo01_fasciculo04_historiamovimentosindical.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GOHN, M. G. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo, Cortez, 1999.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

HARNECKER, M. *Estratégia e Tática*. – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

JCNET. *Programa para requalificação de cortadores de cana chega a Barra*. 2010. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=190535&ano=2010&p=>](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=190535&ano=2010&p=>)>. Acesso em: 10 nov./2015.

KUENZER, A. Z.. *Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho*. *Revista: Trabalho, Educação e Saúde*, 2(1): 239-265, 2004. Disponível em:<"<http://www.scielo.br/pdf/tes/v2n1/07.pdf>"<http://www.scielo.br/pdf/tes/v2n1/07.pdf>>. Acesso em: 10 jan/2016.

\_\_\_\_\_. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. 2002. Disponível em: < [http://ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP\\_104/exclusao\\_includente.pdf](http://ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/exclusao_includente.pdf) >. Acesso em: 10 jan. 2016.

LÊNIN, V. I. *Sobre as greves*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm>>. Acesso em: 05 fev.2015.

LOPES NETO, S.; GIANNOTTI, V.. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scrita, 1993.

LUCENA, C. *Os desafios da formação educativa sindical frente ao neoliberalismo*. Revista de Educação, v. 1, n. 3, p. 51 – 58, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/449/429>>. Acesso em: 12 jul.2015.

MACHADO, L. R. S. *Mudanças Tecnológicas e a educação da classe trabalhadora*. Coletânea CBE Trabalho e Educação. Papirus Editora, 1992.

MANFREDI, S. M. *Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas*. Educ. Soc. vol. n. 19, v. 64, Campinas. Sep./1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-7330199800030000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330199800030000)>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MARTINS, L. M. *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. GT: Filosofia da Educação, 2010.

MARX, K. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. Tradução Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro I/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant' Anna*. 29ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil*. Texto para Curso de Formação Sindical, Rio de Janeiro, Sindpd/RJ,1999.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: Uma análise da política nacional de formação da CUT*, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2003.

MILANO, M. T.; PERA, G. T. *ENTREVISTA COM ÉLIO NEVES- REDD*. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 2, n. 1, jul/dez 2009.

NEVES, L. A. *O comando geral dos trabalhadores (CGT) no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981.

\_\_\_\_\_. *Entrevista com presidente da Feraesp Hélio Neves*. Publicado em 23 de set de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lzWRi8fPAYw>>. Acesso em: 27 set.2015.

O REGIONAL. *Projeto recapacita 800 catadores*. 2013. Disponível em: <[http://www.oregional.com.br/2013/01/projeto-recapacita-800-catadores\\_295427](http://www.oregional.com.br/2013/01/projeto-recapacita-800-catadores_295427)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PASTORAL DO MIGRANTE. *Trinta anos após Levante de Guariba, Feraesp anuncia Museu do Trabalhador*. 2014. Disponível em: <<http://pastoraldomigrante.org.r.trinta-anos-apos-levante-de-guariba-feraesp-anuncia-museu-do-trabalhador/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PERFIL REGIONAL. *Potirendaba: Sindicato Rural Realiza Formatura De Alunos De Cursos De Qualificação*. S/D. Disponível em: <[http://www.perfilregional.com/default.asp?pg=noticias\\_view&id\\_noticia=4022](http://www.perfilregional.com/default.asp?pg=noticias_view&id_noticia=4022)>. 20 jun. 2015.

RELATÓRIO 2010-2015. *Projeto Renovação: Qualificação transformando vidas*. UNICA. Setembro de 2015 Disponível em: <<http://unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=22129468>>. Acesso em: 10/11/2015.

RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. *Força Sindical: Uma análise sócio política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RODRIGUES, L. M. *Trabalhadores, sindicais e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SALATA, R. *Novas formas de organização da produção canavieira na região de Ribeirão Preto/SP: qualificação profissional e o Programa Renovação*. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, 2013.

SINGER, P. *A formação da classe operária: o que é classe operária? a classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução*. 2. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TROPIA, P. *Ação sindical e educação profissional no contexto neoliberal*. Revista Educação PUC-Campinas, Campinas. n. 20, p. 65-75, jun/2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Jessica/Downloads/222-473-1-SM.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR (ÚNICA). *Apresentação, conselheiro Marcos Jank, 06/07/2010*. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:etI5P6wChYUJ:www.cdes.gov.br/documento/2394620/apresentacao-conselheiro-marcos-jank-06072010.html+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Notícia*, 2012. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/25218483920311080579/projeto-renovacao-inicia-curso-para-requalificar-cortadores-de-cana-no-dia-12-de-abril-em-piracicaba>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Projeto Renovação Fecha 2012 Com Mais De 5,7 Mil Trabalhadores Rurais Requalificados Em São Paulo*. 2012. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/1863142892036376298/projeto-renovacao-fecha-2012-com-mais-de-5-por-cento2C7-mil-trabalhadores-rurais-requalificados-em-sao-paulo/>>. 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Programa De Requalificação De Trabalhadores Da Cana É Destaque Em Evento Da Bonsucro*. 2015. Disponível Em: <<http://www.unica.com.br/noticia/25629667920312979436/programa-de-requalificacao-de-trabalhadores-da-cana-e-destaque-em-evento-da-bonsucro/>>. 12 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Projeto Renovação Inicia Curso Para Requalificar Cortadores De Cana No Dia 12 De Abril Em Piracicaba*. 2010. Disponível Em: <<http://www.unica.com.br/noticia/25218483920311080579/projeto-renovacao-inicia-curso-para-requalificar-cortadores-de-cana-no-dia-12-de-abril-em-piracicaba/>>. 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Projeto Renovação Realiza Aula Inaugural Para Trabalhadores Em Ribeirão Preto*. 2010. Disponível Em: <<http://www.unica.com.br/noticia/7690046920335416218/projeto-renovacao-realiza-aula-inaugural-para-trabalhadores-em-ribeirao-preto/>>. 10 nov. 2015.

UNISINOS. *Cortadores de cana entram em greve. Companhia é acusada de maltratar trabalhadores*. 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/11079-cortadores-de-cana-entram-em-greve-companhia-e-acusada-de-maltratar-trabalhadores>>. 10 nov. 2015.

WEBSTER, Rosa. *Projeto Renovação inicia cursos de requalificação para comunidades de áreas canavieiras*. 2010. Disponível em: <<http://www.grupocultivar.com.br/noticias/projeto-renovacao-inicia-cursos-de-requalificacao-para-comunidades-de-areas-canavieiras>>. 10 nov. 2015.